

**MANUAL
DE
INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS LINGÜÍSTICOS**

Paulo Nunes da Silva

2010

Índice

1	Índice
6	1.ª PARTE – LINGUÍSTICA E LINGUAGEM VERBAL
7	Introdução
10	Capítulo 1 – Linguística e Semiótica
11	Objectivos
12	1.1. O conceito de língua natural
17	1.2. Tipos de sinais: indícios, símbolos e signos
26	Actividades
28	Referências bibliográficas
29	Capítulo 2 – Saussure e a emergência da Linguística como disciplina científica
30	Objectivos
31	Introdução
32	2.1. Língua/Fala
38	2.2. Sincronia/Diacronia
45	2.3. Significante/Significado
45	2.3.1. Carácter biface do signo linguístico
47	2.3.2. Carácter sonoro (vocal) do signo linguístico
48	2.3.3. Carácter arbitrário do signo linguístico
50	2.3.4. Os conceitos de Significante, Significado e Referente
56	2.4. Sintagma/Paradigma
65	Actividades
67	Referências bibliográficas

68	Capítulo 3 – Chomsky e a gramática formal e sintagmática
69	Objectivos
70	Introdução
71	3.1. Competência e desempenho
74	3.2. Gramática descritiva e gramática prescritiva
76	3.3. Gramaticalidade e aceitabilidade
78	3.4. Regras sintagmáticas (ou regras de reescrita)
85	Actividades
86	Referências bibliográficas
87	2.ª PARTE – OS NÍVEIS DE ANÁLISE LINGUÍSTICA
88	Introdução
90	Capítulo 4 – Fonética
91	Objectivos
92	4.1. O objecto de estudo da Fonética e conceitos operatórios básicos
95	4.2. Relações entre sistema ortográfico e sistema fonético
96	4.2.1. O Alfabeto Fonético Internacional (A.F.I.) e a classificação dos fones do português
104	4.2.2. Transcrições fonéticas
108	Actividades
109	Referências bibliográficas
110	Capítulo 5 – Fonologia e Prosódia
111	Objectivos
112	5.1. O objecto de estudo da Fonologia e conceitos operatórios básicos
117	5.2. Pares mínimos e oposições fonológicas

122	5.3. O objecto de estudo da Prosódia
122	5.3.1. O acento
124	5.3.2. A entoação
125	Actividades
126	Referências bibliográficas
127	Capítulo 6 – Morfologia
128	Objectivos
129	6.1. O objecto de estudo da Morfologia e conceitos operatórios básicos
129	6.1.1. Morfemas lexicais e morfemas gramaticais
130	6.1.2. Morfemas livres e morfemas presos
131	6.1.3. Os constituintes das palavras
136	6.2. Morfologia flexional
138	6.3. Morfologia derivacional
138	6.3.1. Processos de formação de palavras
143	6.3.2. Outros processos de enriquecimento do léxico
145	Actividades
146	Referências bibliográficas
147	Capítulo 7 – Sintaxe
148	Objectivos
149	7.1. Objecto de estudo da Sintaxe e conceitos operatórios básicos
154	7.1.1. Categorias sintácticas e categorias sintagmáticas
155	7.1.2. Testes de constituição
158	7.2. Representações da estrutura da frase simples
161	7.3. Testes de identificação das principais funções sintácticas
166	7.4. Propriedades de subcategorização
173	Actividades
174	Referências bibliográficas

175	Capítulo 8 – Semântica
176	Objectivos
177	8.1. Objecto de estudo da Semântica e conceitos operatórios básicos
180	8.2. Semântica Lexical
180	8.2.1. Significado literal e significado não-literal
181	8.2.2. Análise sémica (ou análise componencial)
183	8.2.3. Relações semânticas entre palavras
188	8.3. Semântica Frásica
191	Actividades
192	Referências bibliográficas
193	Capítulo 9 – Pragmática
194	Objectivos
195	9.1. Objecto de estudo da Pragmática e conceitos operatórios básicos
195	9.1.1. Contexto (linguístico) e situação (extralinguística)
196	9.1.2. O que é dito e o que é comunicado
199	9.2. Pragmática Ilocutória
199	9.2.1. Enunciados constativos e enunciados performativos
200	9.2.2. Acto locutório, acto ilocutório e efeito perlocutório
205	9.3. Pragmática Indexical
208	9.4. Pragmática Conversacional
217	Actividades
218	Referências bibliográficas
219	3.^a PARTE – MUDANÇA LINGUÍSTICA E VARIAÇÃO LINGUÍSTICA
220	Introdução

222	Capítulo 10 – Mudança linguística
223	Objectivos
224	10.1. O conceito de mudança linguística
226	10.2. A mudança linguística em diferentes níveis de análise
226	10.2.1. A mudança linguística a nível fonético
227	10.2.2. A mudança linguística a nível fonológico
228	10.2.3. A mudança linguística a nível morfológico
228	10.2.4. A mudança linguística a nível sintáctico
229	10.2.5. A mudança linguística a nível semântico
230	10.2.6. A mudança linguística a nível lexical
232	10.3. Mudança linguística e variação linguística
235	Actividades
236	Referências bibliográficas
237	Capítulo 11 – Variação linguística
238	Objectivos
239	11.1. Variação diatópica
251	11.2. Variação diastrática
259	11.3. Variação diafásica
269	Actividades
270	Referências bibliográficas
271	Propostas de resolução das actividades
290	Bibliografia geral

1.ª PARTE

LINGUÍSTICA E LINGUAGEM VERBAL

Introdução

A **Linguística** consiste no estudo científico da linguagem verbal. Esta definição implica que, à semelhança de qualquer outra disciplina científica, a Linguística propõe-se analisar e descrever um determinado objecto de estudo, aplicando metodologias próprias e adequadas à área do conhecimento sobre a qual reflecte.

A delimitação de um objecto de estudo próprio e distinto do objecto de outras ciências, assim como a aplicação de metodologias adequadas à área de conhecimento em que se insere constituem dois dos requisitos necessários ao surgimento de qualquer disciplina científica.

O objecto de estudo da Linguística é constituído pela linguagem verbal nas suas diferentes manifestações: as línguas naturais, como o português, o castelhano, o francês, o italiano, o inglês, o alemão, etc.

As línguas naturais não são objectos unidimensionais. Elas podem ser analisadas em domínios muito diversos. Cada um desses domínios abrange uma área restrita do conhecimento linguístico e é o objecto de estudo de uma subdisciplina distinta. Por agora, destacamos os seguintes domínios e as disciplinas em que são analisados:

- os sons utilizados para falar em cada língua natural (**Fonética**) e a sua organização subjacente (**Fonologia**);
- a constituição interna das palavras (**Morfologia**);
- a ordem das palavras e dos grupos de palavras nas frases, assim como as funções que nelas desempenham (**Sintaxe**);
- o significado convencional das palavras, das frases e dos textos (**Semântica**);
- o significado das palavras, das frases e dos textos em situações de comunicação concretas e sempre únicas, assim como os actos de fala que os falantes realizam quando falam ou escrevem (**Pragmática**).

No âmbito de cada uma das disciplinas indicadas entre parênteses, são concebidos e aplicados métodos de análise próprios, que os linguistas consideram ser os mais adequados para descrever o domínio em questão. Um

dos objectivos centrais de uma unidade curricular de iniciação à Linguística consiste na explicitação das metodologias e dos conceitos operatórios mais importantes que são utilizados em cada uma destas subdisciplinas da Linguística.

Deve ser sublinhado que as subdisciplinas atrás listadas não constituem compartimentos estanques, e que não esgotam os inúmeros domínios da comunicação verbal susceptíveis de serem estudados. De facto, há outras dimensões das línguas naturais que são abrangidas pela Linguística, algumas das quais mantêm relações estreitas com outras disciplinas científicas, estabelecendo pontes com áreas do conhecimento afins. Por exemplo, no âmbito da Psicolinguística, reflecte-se, entre outras questões, sobre os mecanismos cognitivos que nos permitem falar e interpretar o que os outros falantes nos dizem, e sobre as diferentes etapas que sistematicamente se observam no processo de aquisição das línguas naturais por parte das crianças. Dada a perspectiva que adopta para estudar a linguagem verbal, a Psicolinguística recorre necessariamente a conceitos quer da Linguística, quer da Psicologia.

Ao longo da primeira parte (***Linguística e Linguagem Verbal***), dedicar-nos-emos a questões de **Linguística Geral** (ou **Teoria da Linguagem**), isto é, à reflexão sobre temas que dizem respeito a todas as línguas naturais. Nos três temas que inicialmente propomos (**1. Linguística e Semiótica**, **2. Saussure e a emergência da Linguística como disciplina científica** e **3. Chomsky e a gramática formal e sintagmática**), concentrar-nos-emos na delimitação e na caracterização do objecto de estudo da Linguística: no primeiro Capítulo, definiremos o conceito de língua natural, distinguiremos diferentes tipos de sinais e explicitaremos quais são os que maioritariamente integram as línguas naturais; nos dois temas seguintes, destacaremos as reflexões de Saussure e de Chomsky que propiciaram o surgimento e o estabelecimento da Linguística como disciplina científica.

Na segunda parte (***Os Níveis de Análise Linguística***), que engloba seis temas (**4. Fonética**, **5. Fonologia**, **6. Morfologia**, **7. Sintaxe**, **8. Semântica** e **9. Pragmática**), reflectiremos sobre os objectivos, as metodologias e os conceitos operatórios centrais próprios dos diferentes níveis de análise linguística. Nessa altura, aplicaremos os instrumentos de análise dessas

subdisciplinas de modo a descrever a variedade do português conhecida como português europeu (PE).

Deve ser sublinhado, ainda, que os limites entre os diferentes níveis de análise linguística nem sempre são fáceis de traçar, havendo zonas de fronteira que só o concurso entre duas disciplinas (Fonética e Fonologia, Fonologia e Morfologia, etc.) permite descrever de modo completo.

Por fim, na terceira parte (***Mudança Linguística e Variação Linguística***), dedicar-nos-emos às complexas questões da evolução e da variação linguísticas. Reflectiremos, por um lado, sobre o facto de todas as línguas vivas estarem sujeitas à mudança, à evolução ao longo dos tempos. Por outro lado, salientaremos que, mesmo num dado momento da sua evolução, as línguas não são entidades homogéneas; pelo contrário, evidenciam fenómenos de variação que reflectem a diversidade sociocultural das sociedades em que são utilizadas.

Capítulo 1 – Linguística e Semiótica

Objectivos

No final deste Capítulo, o estudante deverá estar apto a

- definir o conceito de língua natural;
- referir algumas das mais relevantes propriedades das línguas naturais;
- compreender o conceito de sinal;
- explicitar em que consiste o processo de semiose;
- reconhecer sinais naturais (indícios) e sinais artificiais (signos e símbolos);
 - identificar sinais próprios da linguagem verbal e sinais próprios de linguagens não verbais;
 - distinguir os conceitos de signo e símbolo;
 - indicar o objecto de estudo da Linguística e o objecto de estudo da Semiótica.

1.1. O conceito de língua natural

A faculdade ou capacidade de linguagem inerente ao ser humano concretiza-se nas línguas naturais, que nos permitem comunicar as informações mais diversas. Etimologicamente, *comunicar* significa “tornar comum, partilhar”. De facto, quando comunicamos uma dada informação, ela passa a ser partilhada pelo sujeito falante e pelo(s) seu(s) interlocutor(es).

Designamos por **línguas naturais** os diferentes conjuntos de sinais verbais e de regras do seu uso que, num determinado momento histórico, são adquiridos e utilizados para comunicar pelos seres humanos que se inserem numa dada comunidade. Estes conjuntos de sinais verbais e respectivas regras de uso desenvolvem-se espontaneamente nas sociedades em que servem de meio de comunicação.

Ficam excluídas do conjunto das línguas naturais as **línguas artificiais** (como o esperanto), uma vez que não configuram, em caso algum, a língua materna dos sujeitos falantes de uma comunidade, e dado que foram construídas com uma dada intenção por uma pessoa ou por um grupo restrito de pessoas. Todavia, incluímos entre as línguas naturais não só as **línguas vivas** (como o português), mas também as **línguas mortas** (como o latim), que, tendo sido usadas como língua materna ao longo de um dado período, deixaram de ser quotidianamente utilizadas, quer porque evoluíram de tal modo que se transformaram noutras línguas distintas, quer porque se extinguiram devido ao desaparecimento de todos os sujeitos falantes que as usavam. Uma língua viva difere de uma língua morta pelo facto de que, no momento actual, as línguas vivas constituem a língua materna de sujeitos falantes, ou seja, são adquiridas pelos seres humanos durante a sua infância através do contacto com outros falantes que as usam no dia-a-dia. As línguas mortas, pelo contrário, já não são utilizadas no dia-a-dia, embora o possam ser ainda em contextos específicos; é o que acontece com o latim, especialmente em contextos de natureza religiosa e científica.

As línguas naturais são compostas por sinais orais articulados no nosso aparelho fonador¹, e podem ter representação gráfica - no caso do português, das restantes línguas românicas e das línguas anglo-saxónicas, recorrendo ao alfabeto latino; outras línguas são graficamente representadas com base noutros alfabetos, como o alfabeto cirílico, o alfabeto hebraico, o alfabeto árabe, etc.

A oralidade configura o uso primário de qualquer língua natural, facto que é consensualmente aceite e que é comprovado pelas duas razões seguintes: primeiro, porque nem todas as línguas naturais conhecidas possuem representação escrita; segundo, porque, só após terem adquirido a capacidade de se expressarem oralmente na sua língua materna, as crianças aprendem a representá-la graficamente. Estes dois factos apontam para que o modo primário de realização das línguas naturais seja a oralidade, enquanto a escrita constitui um uso secundário baseado naquele.

Entre as propriedades mais relevantes das línguas naturais, destacamos três que evidenciam as elevadas potencialidades comunicativas da linguagem verbal, tendencialmente ilimitadas em comparação com outras formas de transmissão de conteúdos entre seres humanos. Essas propriedades são o diferimento, a produtividade e a reflexividade.

A propriedade de **diferimento** consiste na possibilidade de utilizarmos as línguas naturais para veicularmos informações sobre entidades ou objectos que não estão presentes na situação de comunicação ou sobre eventos que não estão a ocorrer nesse momento. As informações transmitidas nas frases seguintes ilustram esta propriedade da linguagem verbal.

(1) *Em 1498, Vasco da Gama chegou à Índia por mar.*

(2) *O quadro Mona Lisa foi pintado por Leonardo da Vinci.*

A frase (1) refere um acontecimento que se deu há mais de 500 anos, evidenciando que podemos servir-nos da linguagem verbal para veicular ideias sobre pessoas e factos que não estão enraizados na situação de comunicação

¹ No **Capítulo 4 – Fonética**, será apresentada uma descrição sucinta do aparelho fonador – cf. ANDRADE e VIANA (1996: 129-130, 136-140).

em que nos encontramos neste preciso momento. O exemplo (2) designa um objecto - possivelmente, a mais famosa pintura de Leonardo da Vinci - que se encontra actualmente exposto no Museu do Louvre, em Paris. Com esta frase, fica demonstrado que é possível usar a linguagem verbal para nos referirmos a esse objecto, independentemente do local onde estamos. O enunciado foi produzido em Coimbra, mas poderia ter sido produzido em Lisboa, no Porto, em Bragança, em Faro, ou em qualquer outro lugar onde estivesse o sujeito falante que o proferisse.

Deste modo, o diferimento diz respeito à possibilidade de comunicarmos não apenas acerca daquilo que nos rodeia, não apenas acerca do que vemos e experienciamos enquanto estamos a falar, mas sobre qualquer evento que aconteceu ou que vai acontecer, sobre qualquer objecto que não se encontra no local em que estamos a falar, sobre qualquer pessoa que existe ou já existiu ou poderá vir a existir, e até sobre pessoas, entidades ou eventos irreais, ficcionados.

Não é polémico afirmar que a maior parte dos enunciados que produzimos constituem exemplos desta propriedade. Imagine-se como seriam limitadas as potencialidades comunicativas da linguagem verbal se ela apenas nos permitisse comunicar acerca de entidades presentes na situação de comunicação em que nos encontramos num dado momento ou sobre acontecimentos que estivessem a decorrer nesse momento e nesse local. A linguagem verbal permite, num certo sentido pelo menos, que os sujeitos falantes se evadam das coordenadas temporais e espaciais em que inevitavelmente se encontram enraizados.

A **produtividade** (ou **criatividade**) diz respeito à capacidade de produzirmos e interpretarmos enunciados que nunca ouvimos ou lemos anteriormente. Atente-se no exemplo seguinte.

(3) *A Catarina tem muita vergonha dos colegas da escola e, por isso, não quer que lhe cantem os “parabéns” quando fizer anos.*

A quase totalidade dos falantes nativos de português (pelo menos os que têm como língua materna a variante europeia do português) seguramente conhece e já ouviu ou leu cada uma das palavras que compõem esta frase

noutros enunciados. Mas é possível que nunca as tenha ouvido ou lido exactamente segundo esta ordem. Se houver falantes nativos do português que nunca tenham ouvido este enunciado anteriormente, e se, mesmo assim, o conseguirem interpretar correctamente (como parece plausível conceber), fica comprovada a propriedade de produtividade.

É que cada sujeito falante tem armazenado na sua memória um conjunto de palavras, assim como as regras necessárias ao seu uso. E, de acordo com o que pretende transmitir e com a situação de comunicação em que se insere, um sujeito falante selecciona as palavras que lhe parecem ser mais adequadas e ordena-as segundo as regras que conhece. Não se pense, portanto, que, enquanto sujeitos falantes, nos limitamos a repetir enunciados completos que já ouvimos ou lemos e que memorizámos para uso posterior: todos os dias produzimos e ouvimos enunciados que nunca tínhamos produzido nem ouvido antes, isto é, enunciados que integram palavras que até podemos já conhecer mas que nunca tínhamos utilizado numa mesma frase segundo uma dada ordem. E, mesmo assim, sabemos interpretar esses enunciados. A produtividade diz respeito, portanto, quer à capacidade de produzirmos novos enunciados, quer à capacidade de interpretarmos novos enunciados que nunca tenhamos ouvido ou lido anteriormente.

A **reflexividade** consiste na possibilidade de usarmos um dado sistema semiótico (ou seja, uma determinada linguagem ou forma de transmissão de informações) para nos referirmos a esse mesmo sistema semiótico. Por outras palavras, podemos usar uma língua como o português para falarmos sobre a nossa própria língua. Atente-se nas frases seguintes.

(4) Em português, a forma verbal concorda em pessoa e em número com o sujeito da oração.

(5) Os advérbios terminados em -mente não são graficamente acentuados.

As informações contidas nestas frases dizem respeito a características da língua portuguesa relativas à Sintaxe, em (4), e à acentuação gráfica das

palavras na escrita, em (5). Servimo-nos, portanto, de uma dada língua (o português) para comunicarmos informações relativas a essa mesma língua.

As gramáticas, os dicionários de línguas, de sinónimos, de antónimos, de verbos, os prontuários ortográficos, todos estes géneros discursivos constituem exemplos evidentes da reflexividade que caracteriza as línguas naturais. Na verdade, qualquer reflexão sobre qualquer língua evidencia esta propriedade, pelo que podemos dizer que é a reflexividade que possibilita a existência da Linguística enquanto disciplina científica.

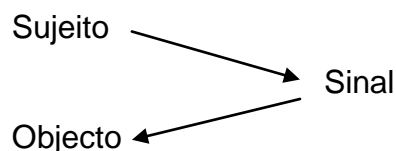
Quando atrás nos referimos a sistemas semióticos, ficou implícita a ideia de que os seres humanos possuem outras formas de comunicação, outras linguagens, e que nem todas se caracterizam pela reflexividade. De facto, as línguas naturais não constituem, evidentemente, a única forma de que o Homem dispõe para comunicar: os seres humanos transmitem informações através da linguagem verbal mas também usando linguagens não verbais. A linguagem gestual dos surdos-mudos, a sinalização que regula o trânsito, o código Morse e a sinalização por bandeiras (nas praias, nas corridas de automobilismo, etc.) são alguns exemplos de formas de comunicação não verbais que temos à nossa disposição. Além disso, enquanto seres pensantes, temos a capacidade de interpretar sinais espontâneos, isto é, sinais que não foram criados pelo Homem, não tendo, portanto, qualquer intenção comunicativa subjacente. Como exemplo destes sinais, refira-se as nuvens negras com o significado de “(probabilidade de ocorrência de) chuva” e o fumo com o significado de “fogo”.

Concentrar-nos-emos, a seguir, no conceito de sinal. Propomo-nos analisar detalhadamente alguns tipos de sinais e determinar os que são maioritariamente utilizados no âmbito da linguagem verbal.

1.2. Tipos de sinais: indícios, símbolos e signos

O processo de comunicação concretiza-se sempre que alguém interpreta um sinal. E o que é um **sinal**? É algo que está em vez de algo; é a manifestação de algo que representa uma coisa distinta de si mesmo. A palavra *cão*, por exemplo, designa um animal doméstico. Constitui um sinal, na medida em que representa uma entidade (o animal *cão*) com a qual não se confunde; no processo de comunicação, o sinal substitui, refere essa entidade. Recorde-se, a propósito, uma célebre frase do filósofo inglês Bertrand Russell: «a palavra *cão* não ladra». Esta frase sublinha o facto de que o sinal e a entidade por ele referida são realidades distintas.

Ao processo de interpretação de um sinal chamamos **semiose**. Para que haja semiose são requeridos três elementos: o sinal, o sujeito que o interpreta e um objecto ou entidade para que remete o sinal. O esquema seguinte ilustra a relação que existe entre estes três elementos no processo de semiose.



Em presença de um dado sinal, o sujeito interpreta-o e forma uma representação mental do objecto referido pelo sinal. Por outras palavras, o sujeito reconhece um dado objecto quando interpreta adequadamente o sinal que, numa situação de comunicação concreta, está em vez desse objecto. Ou ainda: o sujeito “chega” mentalmente ao objecto (concreto ou não) através da mediação do sinal, com a ajuda deste.

A disciplina que estuda os sinais é a **Semiótica** (ou **Semiologia**). Distinguindo-se da Linguística, que estuda apenas os sinais utilizados no âmbito da linguagem verbal (o mais importante dos sistemas de comunicação humanos), a Semiótica estuda todos os outros sinais artificiais que os seres humanos utilizam para comunicar.

A vida em sociedade só é possível graças ao uso sistemático de sinais e à capacidade que temos de os interpretar. Nas ruas de uma qualquer localidade, deparamo-nos com inúmeros sinais: os que regulam o trânsito (semáforos, passadeiras, sinais de sentido proibido, de limite de velocidade, de aproximação de escolas ou hospitais), os que identificam lojas ou cafés, os números de porta, as fardas dos polícias ou dos militares, etc. Para vivermos em sociedade (e, em sentido literal, para sobrevivermos), necessitamos de conhecer e de saber interpretar correctamente esses sinais.

Podemos comunicar usando diferentes tipos de sinais. Uma vez que a Linguística se dedica ao estudo da linguagem verbal, importa reflectir sobre o tipo de sinais predominantemente utilizado no âmbito das línguas naturais. Essa reflexão contribuirá para caracterizar a linguagem verbal e para determinar o seu lugar proeminente entre as diferentes formas de comunicação de que dispõe o ser humano.

Num primeiro momento, podemos distinguir os sinais em função de um critério que releva do facto de eles surgirem (ou não) de modo espontâneo e da existência (ou não) de uma intenção comunicativa subjacente à sua ocorrência.

Alguns sinais são naturais, uma vez que surgem de modo espontâneo e sem que haja subjacente qualquer intenção de comunicar. As nuvens negras no céu podem ser interpretadas como “(probabilidade de ocorrência de) chuva”. Uma coluna de fumo avistada ao longe indica a existência de “fogo”, mesmo que este não seja directamente visível. O vapor emanado de uma chávena revela que o café ou o chá está “quente”. Trata-se, em todos os casos, de **indícios** (ou **índices**).

De acordo com a definição de sinal atrás apresentada, cada um destes indícios representa algo distinto de si mesmo: as nuvens negras designam “chuva”, o fumo designa “fogo” e o vapor designa “temperatura elevada”. Por outro lado, os indícios, sendo sinais naturais, surgem espontaneamente, não tendo subjacente qualquer intenção comunicativa. Mas nós, enquanto seres pensantes, podemos interpretá-los, podemos deduzir que eles representam algo. Os diagnósticos médicos, por exemplo, dependem da capacidade de interpretar adequadamente um tipo de sinais naturais - os sintomas - que o paciente manifesta: febre, tosse, etc. Um conjunto de sintomas indica, frequentemente de modo claro para um médico que os saiba interpretar, uma

doença específica. Também uma impressão digital ou uma pegada de determinado tamanho e configuração constituem indícios que podem ser relevantes na investigação criminal: eles eventualmente apontam para a presença de um determinado indivíduo no local do crime.

Há situações em que o Homem pode provocar e manipular alguns sinais naturais com intenções comunicativas. Como vimos, o fumo indica “fogo”, pois a nossa experiência quotidiana ensina-nos que há uma relação de causa-efeito entre ambos. Mas certas tribos de índios da América do Norte desenvolveram uma forma de comunicar à distância usando sinais de fumo. Esta utilização do fumo, por parte de seres humanos, com o objectivo de comunicarem uns com os outros constitui não um sinal natural mas um sinal artificial. Neste caso, o fumo permite duas interpretações: como sinal natural, ele indica “fogo”; como sinal artificial, ele designa uma dada informação que o índio pretende veicular. Também a tosse constitui geralmente um sinal natural, na medida em que pode ser interpretada como sintoma de “garganta inflamada, congestionada”. Todavia, em certas situações, podemos usar deliberadamente a tosse como sinal artificial: tossimos com uma dada intenção comunicativa (mesmo sem que tenhamos qualquer problema ou obstrução na garganta), por exemplo, para avisar a pessoa que está a falar que se deve calar porque está a dizer algo de inconveniente perante algum dos presentes.

A maior parte dos sinais que utilizamos e interpretamos são artificiais (ou sinais propriamente ditos), isto é, trata-se de sinais criados pelo Homem com a intenção de comunicar. Incluem-se neste grupo as palavras de todas as línguas naturais, assim como os sinais de linguagens não verbais, de que são exemplo os sinais do código da estrada e outros, omnipresentes nas nossas sociedades, como a cruz verde que indica a existência de uma farmácia ou como a sirene e os sinais luminosos (de cor azul) das ambulâncias, que assinalam um “veículo com prioridade”.

Os sinais artificiais podem ser subdivididos com base no critério da existência (ou não) de semelhança ou analogia entre o sinal e aquilo que ele refere. Os **símbolos** são sinais que se assemelham de algum modo ao seu referente, que mantêm uma relação de analogia com o que designam.

Atente-se no sinal que a seguir reproduzimos: †. Esta cruz é um símbolo frequentemente utilizado para representar “o cristianismo”. Todos os edifícios

que constituem templos cristãos (igrejas, catedrais, capelas, etc.) integram cruzes entre os seus elementos decorativos e arquitectónicos, seja numa torre, no altar, numa capela ou noutros locais do seu interior. Existe uma relação de contiguidade entre a cruz e o que ela representa (“a religião cristã”), pois Jesus Cristo, que ensinou os princípios da religião cristã, foi crucificado. Por isso, a cruz constitui, neste caso, um símbolo.

O conceito abstracto de “justiça” é muitas vezes representado, nas sociedades ocidentais, pela imagem de uma mulher de olhos vendados, segurando uma espada numa mão e uma balança na outra. Observa-se igualmente uma relação de analogia entre os princípios e os valores que associamos à justiça e esta imagem que a simboliza: a venda nos olhos significa que todos os cidadãos são tratados de igual modo perante a justiça, independentemente do seu estatuto social, económico, religioso e político. A balança representa o processo de avaliar, de pesar a infracção cometida, tendo em conta eventuais atenuantes e agravantes. A espada simboliza a força que a justiça possui para aplicar a lei. Esta imagem de uma mulher de olhos vendados com uma espada e uma balança constitui, por isso, um símbolo.

Também uma pomba branca (quando simboliza a “paz”), uma serpente (quando, no relato bíblico do pecado original, simboliza a “astúcia” e a “perfidia”), ou uma figura desenhada de mulher com barriga proeminente (para indicar “mulher grávida”) constituem exemplos de símbolos. Em todos estes casos, é possível inferir uma relação de semelhança entre o sinal (ou as suas características típicas) e o que ele representa. Não se pense, todavia, que todos os símbolos são imagens, apreensíveis pelo sentido da visão. Veremos adiante que as onomatopeias (sinais sonoros, captáveis pelo sentido da audição) também constituem símbolos.

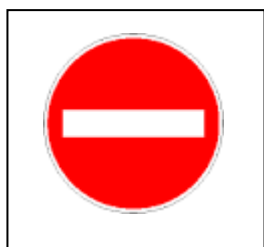
Os **signos**, tal como os símbolos, são sinais artificiais. Todavia, os signos não manifestam quaisquer semelhanças com o seu referente.

A bandeira vermelha que vemos hasteada na praia indica “proibição de tomar banho”, mas não há uma relação de analogia entre a cor vermelha e o formato rectangular da bandeira e aquilo que ela refere. Trata-se, portanto, de um signo.

O sinal verde que encontramos nos semáforos também constitui um signo. Ele indica que “o condutor pode avançar”, não existindo qualquer relação

de semelhança entre a cor verde e a forma circular do sinal e o que ele designa.

Para que fique clara a distinção entre signo e símbolo, justifica-se reflectir um pouco mais sobre este tema. Em muitos sinais de trânsito, por exemplo, ocorrem simultaneamente elementos que constituem símbolos e elementos que configuram signos. Analisemos os seguintes.



Sentido proibido

(proibição)



Passadeira para peões

(informação)



**Curva à esquerda e
contra-curva**

(aproximação de perigo)

O sinal de “sentido proibido” é composto por um círculo vermelho (que remete para uma “proibição”) e por uma faixa horizontal branca no centro. Todos os elementos que integram o sinal constituem signos, pois não há qualquer analogia entre a cor e a forma desses elementos e aquilo que eles designam (“sentido proibido”).

O sinal que indica “aproximação de passadeira para peões” também é composto por vários elementos. A forma rectangular e o fundo de cor azul indicam que se trata de um “sinal de tipo informativo”. Entre a sua forma, a sua cor e aquilo que elas referem (“sinal informativo”) não existe qualquer semelhança, pelo que estes dois elementos do sinal, em conjunto, configuram um signo. Todavia, a imagem da figura humana a caminhar sobre um piso com riscas brancas pintadas no chão representa “um peão a atravessar uma passadeira”. Há, neste caso, uma relação de semelhança entre estes dois elementos do sinal de trânsito (a figura humana e o piso com riscas brancas) e o que eles representam (“um peão a atravessar uma passadeira”). Deste modo,

a forma e a cor do sinal constituem um signo, mas a figura humana e as riscas brancas do piso configuram um símbolo.

O mesmo tipo de análise se aplica ao sinal de “curva à esquerda e contra-curva”. O formato triangular, o rebordo vermelho e o fundo branco referem, em conjunto, “aproximação de perigo”. Não havendo semelhança entre a forma e as cores e aquilo que designam (“aproximação de perigo”), concluímos que esses elementos configuram um signo. Quanto ao elemento a negro, que assinala “curva à esquerda e contra-curva”, há uma relação de analogia entre esse sinal e o que ele designa. Na verdade, a sua forma assemelha-se à de uma curva à esquerda seguida de uma contra-curva quando perspectivadas a partir de um plano elevado. Assim, o elemento a negro que integra este sinal constitui um símbolo.

Uma vez que os sinais de trânsito incluem elementos que são signos e outros que são símbolos, compreende-se que sejam designados precisamente por *sinais* de trânsito, e não por signos ou por símbolos de trânsito. Trata-se, em todos os casos, de sinais artificiais: sinais criados pelo Homem com uma intenção comunicativa subjacente.

Vejamos agora o tipo de sinais que predomina nas línguas naturais. Serão elas constituídas por signos ou por símbolos?

A palavra *livro* remete para um objecto que contém capa e folhas de papel impressas com caracteres, muitas vezes integrando também imagens, e que serve para ser lido (e visto). Não existe qualquer relação de analogia entre a palavra *livro* e o objecto que ela refere. De facto, o mesmo objecto podia ser designado, em português, por uma sequência de sons completamente diferente que remetesse para o conceito de “objecto com capa e folhas de papel impressas”. Reforçando esta ideia de que não há uma relação motivada entre a palavra e o que ela refere, recorde-se que, em inglês, o mesmo objecto é designado pela palavra *book*. Possivelmente, haverá tantas designações para este objecto quantas as línguas naturais faladas em sociedades humanas que o conhecem e manuseiam.

O mesmo raciocínio se aplica à maior parte das palavras usadas em português e noutras línguas: entre as palavras *beijo*, *sinfonia*, *nadar*, *dançar*, *belo*, *azul*, *rapidamente*, *hoje* e aquilo que cada uma delas refere não há

qualquer relação de semelhança ou de analogia. Trata-se, portanto, e em todos os casos, de signos: signos linguísticos.

Há, todavia, algumas palavras que mantêm uma relação motivada com o que designam. Vejamos as seguintes onomatopeias, comumente utilizadas em português: *miau*, *có-có-ró-có*, *tlim* e *dlim-dlão*. Todos estes exemplos constituem tentativas de imitação, de reprodução de sons: o miar dos gatos em *miau*; o cantar dos galos em *có-có-ró-có*; a queda no chão de um objecto metálico (uma moeda, por exemplo) em *tlim*; o toque de um sino em *dlim-dlão*. Há, portanto, uma relação de analogia entre estes sinais e o que eles representam: em todos os casos, observam-se semelhanças entre a sonoridade das onomatopeias e os sons que com elas se pretende referir². Deste modo, as onomatopeias constituem símbolos.

Sublinhe-se, por um lado, que as onomatopeias diferem de língua para língua. *Cock-a-doodle-doo* é uma onomatopeia frequentemente utilizada em inglês para representar o cantar do galo; *oua-oua* representa muitas vezes, em francês, o ladrar do cão. Sabendo-se que os cães e os galos emitem sensivelmente os mesmos sons, estejam em território onde se fale português, inglês ou francês, fica demonstrado o carácter convencional das onomatopeias. Enquanto tentativa de imitação de sons que existem na realidade extralinguística através da linguagem verbal, a sonoridade das onomatopeias é necessariamente condicionada pela língua falada na sociedade em que elas emergem.

Por outro lado, deve ser salientado o facto de as onomatopeias constituírem uma ínfima parte dos sinais verbais utilizados em qualquer língua natural.

É o conceito de signo linguístico que constitui a essência das línguas naturais³. O uso de sinais verbais que, por convenção, estão sistematicamente

² Quando uma onomatopeia é integrada no sistema linguístico, respeitando as normas ortográficas e combinando-se com sufixos verbais (*miau* > *miar*, *miou*; *tlim* > *tilintar*, *tilintaram*) ou com sufixos nominais (*os tiquetaques dos relógios*), passa a designar-se palavra onomatopeica ou palavra onomatopaica.

³ Do ponto de vista das designações utilizadas, não deixa de causar estranheza dizer que as línguas *naturais* são essencialmente constituídas por sinais *artificiais*: os signos linguísticos. Todavia, devemos relativizar a importância desta contradição meramente terminológica, uma vez que ela se deve a duas oposições que é metodologicamente conveniente estabelecer: por um lado, entre as línguas naturais (como o português, o italiano ou o inglês) e outras linguagens ditas artificiais (da lógica, de programação de

associados a um dado referente (o qual em nada se assemelha à sonoridade desses sinais) caracteriza-se por uma capacidade potencialmente ilimitada de referir: o que é concreto (cão, mesa, candeeiro), o que é abstracto (amor, liberdade, justiça) e até o que não existe mas que foi inventado, criado pela imaginação do ser humano (Pégaso, Sherlock Holmes, Astérix)⁴.

Em suma, segundo um critério baseado na existência (ou não) de uma intenção comunicativa subjacente ao surgimento do sinal, distinguimos sinais naturais (os indícios) e sinais artificiais. Segundo um critério que decorre da existência (ou não) de relações de semelhança entre o sinal artificial e o que ele designa, distinguimos signos e símbolos.

O fumo, quando é interpretado como “fogo”, é um indício. A cruz, quando assinala o “cristianismo”, é um símbolo. A bandeira vermelha na praia, que indica “proibição de tomar banho no mar”, é um signo não linguístico. A palavra *livro*, que refere um “objecto composto por folhas de papel impressas”, é um signo linguístico⁵.

Os sinais artificiais são sempre convencionais, no sentido em que a relação que existe entre o sinal e o que ele representa depende de uma imposição social, de uma convenção estabelecida à qual se sujeitam os indivíduos de uma dada comunidade.

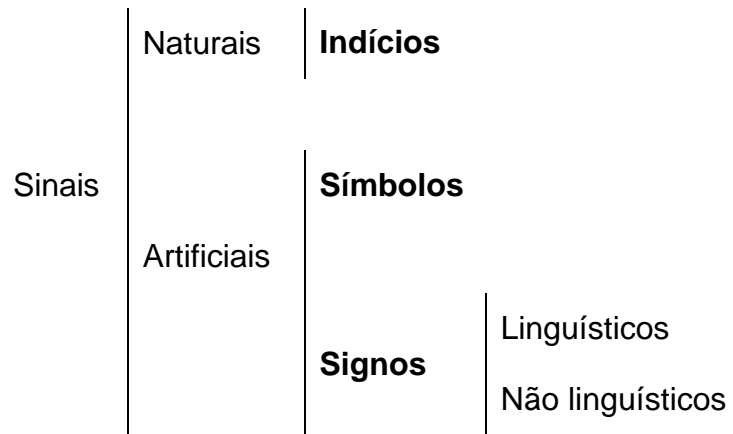
O esquema seguinte sistematiza a classificação de sinais que temos vindo a apresentar.

computadores, etc.); por outro lado, entre sinais que brotam espontaneamente, sem a intervenção voluntária do Homem (como as nuvens negras), e sinais que têm subjacente uma intenção comunicativa (de que são exemplo as palavras).

⁴ Outras propriedades do signo linguístico serão explicitadas no **Capítulo 2 - Saussure e a emergência da Linguística como disciplina científica.**

⁵ No âmbito da tradição anglo-saxónica, designa-se por *symbol* e por *icon* o que designámos por *signo* e por *símbolo*, respectivamente. Ou seja, regra geral, para os autores de língua inglesa, *symbol* é um sinal que não mantém uma relação de analogia com o seu referente, enquanto *icon* é um sinal que, de algum modo, se assemelha ao objecto que designa.

TIPOLOGIA DE SINAIS



Actividades

1. Entre as asserções seguintes, indique as que são verdadeiras e as que são falsas. Corrija as que assinalar como falsas.

- a) *As línguas vivas são necessariamente línguas naturais.*
- b) *As línguas naturais são necessariamente línguas vivas.*
- c) *Um sinal consiste na manifestação de algo que remete para uma entidade que não se confunde com o próprio sinal.*
- d) *O processo de semiose envolve três elementos: um sujeito, um sinal e um objecto que é designado pelo sinal.*
- e) *As palavras de uma língua natural são sinais naturais.*
- f) *Os semáforos constituem um exemplo de sinais utilizados no âmbito de uma linguagem não verbal.*
- g) *A cruz verde que assinala a existência de uma farmácia constitui um símbolo.*
- h) *Os indícios e os símbolos são sinais naturais.*
- i) *Quase todas as palavras das línguas naturais constituem signos.*
- j) *Num mesmo sinal de trânsito, podem coexistir elementos que são signos e outros que são símbolos.*
- k) *Os sinais naturais são sinais convencionais.*
- l) *Há signos linguísticos e signos não linguísticos.*

2. Indique se os sinais (no seu todo ou tendo em consideração os diferentes elementos que os constituem) que apresentamos nas alíneas seguintes são exemplos de signos ou de símbolos. Justifique a sua resposta.

a) *Sinal de proibição de fumar*



b) *Sinal que indica a existência de um lugar de estacionamento para pessoas portadoras de deficiência*



Referências bibliográficas (Capítulo 1 – Linguística e Semiótica)

a) Leituras complementares

DUARTE, Inês (2000), *Língua portuguesa. Instrumentos de análise*, Lisboa, Universidade Aberta, p. 15-21.

MATEUS, Maria Helena Mira, e Alina VILLALVA (2006), *O essencial sobre linguística* (Coleção O essencial sobre língua portuguesa), Lisboa, Caminho, p. 11-28, 49-51.

b) Obra referida

ANDRADE, Amália, e Maria do Céu VIANA (1996), “Fonética”, in FARIA, Isabel Hub, et alii (Org.), *Introdução à linguística geral e portuguesa*, Lisboa, Caminho.

**Capítulo 2 – Saussure e a emergência da Linguística
como disciplina científica**

Objectivos

No final deste Capítulo, o estudante deverá estar apto a

- reconhecer a importância das reflexões de Saussure para o surgimento da Linguística como disciplina científica;
- definir os conceitos de língua e fala;
- justificar a concepção saussureana segundo a qual o conceito de língua é objecto de estudo da Linguística;
- distinguir perspectiva sincrónica e perspectiva diacrónica na análise das línguas naturais;
- compreender a relação de complementaridade existente entre as duas perspectivas de análise (sincrónica e diacrónica) em Linguística;
- definir os conceitos de significante e significado;
- indicar as mais relevantes propriedades do signo linguístico;
- definir os conceitos de sintagma e paradigma;
- distinguir relações paradigmáticas e relações sintagmáticas;
- identificar paradigmas abertos e paradigmas fechados.

Introdução

Apesar de a actividade de reflectir sobre a linguagem verbal ser antiga, só recentemente surgiu uma disciplina científica cujo objecto de estudo é a linguagem verbal. A tradição associa a emergência da Linguística como ciência à publicação das propostas teórico-metodológicas do linguista suíço Ferdinand de Saussure. Estas propostas foram compiladas, a partir de apontamentos de alunos seus, na obra *Cours de linguistique générale*, originalmente editada em 1916 e constituída por um conjunto de reflexões de natureza epistemológica: acerca do objecto de estudo da Linguística, das perspectivas e métodos de análise possíveis, de conceitos operatórios básicos aplicáveis a qualquer língua natural, etc.

Ao longo da exposição sobre este tema, procuraremos demonstrar a relevância do pensamento de Saussure para o surgimento e desenvolvimento da Linguística. Se é certo que alguns dos seus principais contributos foram superados ao longo da segunda metade do século XX, ele continua a ser uma referência incontornável no panorama da Linguística: não só por ser geralmente considerado o fundador desta disciplina enquanto ciência com um objecto de estudo próprio, mas também porque, sem conhecer as suas reflexões, não se poderá entender plenamente os caminhos que a Linguística tem vindo a seguir desde então.

Explicitemos, então, as principais dicotomias (ou oposições) conceptuais que Saussure estabeleceu: língua/fala, sincronia/diacronia, significante/significado e sintagma/paradigma.

2.1. Língua/Fala

No *Curso de linguística geral*, a dicotomia língua/fala (*langue/parole*, no original) é a primeira oposição a ser estabelecida. Para Saussure, a **língua** constitui um sistema abstracto de signos e de regras, sendo um tesouro virtual que uma dada comunidade de sujeitos falantes possui. A **fala** consiste na utilização do sistema abstracto que é a língua, em cada situação de comunicação concreta. Sendo a língua o sistema virtual, abstracto, a fala é o seu uso, a sua apropriação por sujeitos falantes específicos em situações sempre únicas - cada uma delas com dois ou mais interlocutores, e localizada num tempo e num espaço determinados e irrepetíveis.

Por outras palavras, a fala é a utilização concreta que os sujeitos falantes fazem do sistema abstracto que é a língua, sistema esse que se encontra “armazenado” na memória dos sujeitos falantes. A fala é, pois, o acto individual de selecção e ordenação de signos segundo as regras de uso estabelecidas numa dada língua natural. A designação *parole*, traduzida em português por *fala*, remete para a apropriação de uma dada língua por parte de um determinado sujeito falante num determinado tempo e num determinado espaço (na oralidade ou na escrita).

Segundo esta concepção, língua e fala opõem-se, em primeiro lugar, porque a língua é de natureza social e a fala é de natureza individual. Distinguem-se, ainda, porque a língua possui carácter abstracto enquanto a fala possui carácter concreto. Explicitemos estas diferenças entre os dois conceitos.

Uma língua pertence a toda uma comunidade de falantes e não pode ser alterada pela vontade de um único indivíduo; se um sujeito falante julgar que, em português, se deve alterar uma dada regra (imagine-se, por exemplo, estabelecer que a forma verbal não tem de concordar em número e em pessoa com o sujeito da frase, ou passar a designar por uma outra sequência de sons o animal que nomeamos por *cavalo*), a sua vontade não se consegue sobrepor ao sistema estabelecido que se impõe a todos os falantes do português. A

língua, precisamente devido ao seu carácter social, não está dependente da vontade de um único falante.

A fala, pelo contrário, é de natureza individual, dizendo respeito à prática de apropriação da língua por parte de cada sujeito falante. Quando falamos e quando escrevemos, cada um de nós serve-se de um conjunto de signos e de regras (previstos no sistema abstracto que é a língua) em situações concretas, perante determinados sujeitos falantes, num espaço e num tempo únicos. Cada um dos sujeitos falantes caracteriza-se pelo seu modo próprio e singular de utilizar a língua que pertence a todos os falantes da comunidade linguística. Por exemplo, um sujeito falante pode utilizar habitualmente a palavra *linda* para se referir a uma dada actriz, enquanto outro preferirá utilizar a palavra *bonita*. O primeiro sujeito falante poderá dizer preferencialmente *parcómetro* e o segundo, *parquímetro*. O primeiro poderá, ainda, utilizar recorrentemente a estrutura sintáctica *estar a + infinitivo* (*estou a gostar do filme*) e o segundo, a estrutura *estar + gerúndio* (*estou gostando do filme*). Exemplos destes poderiam ser repetidos até à exaustão para comprovar que não há dois falantes do português que utilizem exactamente da mesma maneira o sistema abstracto que é a língua, seja pela utilização de determinadas palavras e não de outras, seja pela selecção preferencial de certas estruturas sintácticas, seja pela diferente articulação de sons (ou porque fala uma variedade do português que se caracteriza por regionalismos fonéticos, ou devido às características singulares da cavidade oral de cada sujeito falante, etc.), seja, ainda, por outras especificidades linguísticas.

O quadro seguinte sistematiza as distinções que temos vindo a explicitar.

LÍNGUA	FALA
Carácter social (tesouro colectivo)	Carácter individual (apropriação da língua pelos falantes)
Domínio do abstracto	Domínio do concreto

Relembremos uma analogia proposta por Saussure (1978: 47) para ilustrar a oposição entre língua e fala:

«podemos comparar a língua a uma sinfonia, cuja realidade é independente da forma como a executam; os erros que possam cometer os músicos que a tocam de modo nenhum podem comprometer essa realidade».

Pensemos, por exemplo, na 9.^a sinfonia de Beethoven: o “Hino da alegria”. Esta sinfonia já foi tocada tantas vezes que é plausível conceber que tenham sucedido situações como as seguintes: umas vezes, a sinfonia foi executada a um ritmo mais rápido e outras a um ritmo mais lento; umas vezes, ela foi tocada por orquestras que integravam um número mais elevado de músicos e outras vezes foi tocada por orquestras que incluíam um número de músicos mais restrito, o que, possivelmente, deu origem a execuções com volumes de som muito distintos. Além desta disparidade no ritmo de execução da mesma composição e na constituição das orquestras que a tocaram, não é inverosímil imaginar que, pelo menos em algumas das apresentações desta sinfonia, ocorreram erros e falhas, isto é, alguns músicos não tocaram as notas que era suposto terem tocado, tendo havido enganos, quer na nota tocada, quer na sua duração. Em todos os casos que enumerámos, todavia, pode-se dizer que (bem ou menos bem) foi executada a 9.^a sinfonia de Beethoven e não uma outra composição qualquer.

Segundo a analogia proposta por Saussure, a 9.^a sinfonia de Beethoven (tomada em abstracto) assemelha-se ao conceito de língua, uma vez que se trata de um sistema susceptível de ser concretizado em cada execução; e cada uma das diferentes execuções da sinfonia assemelha-se ao conceito de fala, pois constitui uma actualização, sempre diferente, sempre única, de um sistema virtual, abstracto. Do mesmo modo, se uma língua é um sistema abstracto, um tesouro de virtualidades, quando um sujeito falante utiliza uma dada língua para comunicar (por exemplo, o português), ele actualiza, concretiza as virtualidades dessa língua.

Mas se a língua pertence ao domínio do abstracto, do virtual, como podem os linguistas estudá-la e descrevê-la de modo empírico? Recorrendo aos dados que são manifestados através da fala. A fala, precisamente porque pertence ao domínio do concreto, do manifesto, é susceptível de ser registada e analisada. Ora, a fala actualiza o sistema que é a língua; então a análise dos dados da fala permite extrair conclusões acerca do sistema de regras e de

signos que é a língua, porque a língua subjaz a todos os usos particulares, a todos os dados concretos manifestados na fala. Por outras palavras, a fala é a realidade manifesta que nos permite aceder ao sistema abstracto que é a língua. E assim, se o **objecto de estudo** da Linguística é a língua, a sua **matéria** é a fala - entendendo por matéria o material de análise, os dados empíricos que necessitam de ser analisados pelos linguistas para descrever a língua.

Observemos um exemplo que ilustra o acabámos de expor. Atente-se nos enunciados (6) e (7), a partir dos quais procuraremos extrair conclusões acerca da regra de concordância entre o sujeito e a forma verbal. Sublinhe-se que estes enunciados situam-se no plano da fala, uma vez que constituem enunciados concretos produzidos numa situação de comunicação singular: o locutor é o autor deste texto, o espaço é o gabinete que ocupa na Delegação de Coimbra da Universidade Aberta, e o tempo corresponde sensivelmente às 16h15m do dia 2 de Janeiro de 2007.

(6) *O gato adormeceu no sofá.*

(7) *A gata adormeceu no sofá.*

Da alteração introduzida no enunciado (7) - substituição de *o gato* por *a gata* - não resultou qualquer alteração formal no verbo, pelo que é legítimo concluir que, em português, não há concordância em género entre sujeito e forma verbal.

Veja-se, agora, o enunciado (8).

(8) *Eu adormeci no sofá.*

A substituição de um sujeito de 3.^a pessoa do singular (*o gato, a gata*) por um sujeito de 1.^a pessoa do singular (*eu*) desencadeou uma alteração na forma verbal (*adormeceu, adormeci*). Logo, podemos concluir que existe concordância em pessoa entre sujeito e forma verbal.

Prossigamos, com a análise dos enunciados (9) e (10).

(9) *Os gatos adormeceram no sofá.*

(10) *As gatas adormeceram no sofá.*

A substituição de *o gato* e *a gata* por *os gatos* e *as gatas*, nos enunciados (9) e (10), carrega uma alteração na forma verbal dos enunciados (6) e (7), que passou a estar flexionada na 3.^a pessoa do plural. E assim, com base nos enunciados (6), (7), (8), (9) e (10) podemos concluir que há concordância em número e em pessoa entre sujeito e forma verbal, mas não em género. Esta regra, que pertence ao domínio abstracto da língua, foi inferida a partir de enunciados concretos, foi deduzida com base em dados facultados pelo domínio concreto da fala.

Com o estabelecimento da dicotomia língua/fala, Saussure delimitou o objecto de estudo próprio da Linguística: a língua. Para este autor, uma ciência deve estudar o que é social e estável e não o que é individual e momentâneo. Logo, a Linguística, enquanto disciplina científica, deverá ter como objecto de análise a língua (o sistema abstracto que subjaz a todos os usos linguísticos) e não os próprios usos linguísticos (sempre individuais e enraizados em situações de enunciação concretas). Segundo esta concepção, a tarefa do linguista é analisar os dados da fala com o objectivo de extrair conclusões que se apliquem à língua. Recorde-se, a propósito, a célebre frase com que se encerra o *Curso de linguística geral*:

«a Linguística tem por único e verdadeiro objecto a língua encarada em si mesma e por si mesma» (Saussure, 1978: 380).

A concepção segundo a qual o objecto de estudo da Linguística é constituído unicamente pelo conceito saussureano de língua foi superada ao longo da segunda metade do século XX, em particular com o advento da teoria enunciativa de Émile Benveniste e das teorias dos actos de fala de John Austin e de John Searle. As abordagens propostas por estes autores - e outras desenvolvidas com base em pressupostos idênticos - rejeitaram a concepção de sujeito falante idealizado e culturalmente desenraizado que foi preconizada por Saussure ao secundarizar a fala. A partir das propostas de Benveniste, de

Austin e de Searle, os linguistas procuraram trazer para o centro das atenções o conceito de fala (*parole*), assim como o sujeito falante concreto e integrado numa situação de comunicação única, definida por coordenadas de tipo pessoal (quem fala e com quem?), temporal (quando fala?) e espacial (onde fala?). Actualmente, não é polémico afirmar que a Linguística interessa-se quer pela língua, quer pela fala.

Além disso, hoje a Linguística mantém relações estreitas com outras áreas do conhecimento que podem trazer abordagens relevantes para o estudo das línguas naturais, como a Psicologia, a Sociologia, a Inteligência Artificial, etc. O diálogo estabelecido entre a Linguística e cada uma destas três áreas deu origem a novas disciplinas que integram conceitos e métodos próprios de ambas as disciplinas: a Psicolinguística (ou Linguística Cognitiva), a Sociolinguística e a Linguística Computacional.

Deste modo, ao contrário do que era defendido na última frase do *Curso de linguística geral* - o estudo da língua encarada em si mesma e por si mesma -, a Linguística actual procura estabelecer pontes com outras disciplinas, pelo menos com aquelas cujos pontos de vista, conceitos operatórios e metodologias de análise podem enriquecer o conhecimento que já foi acumulado sobre as línguas naturais.

Há que sublinhar, todavia, a relevância da dicotomia língua/fala, originalmente proposta por Saussure: ela serviu para estabelecer o objecto de estudo de uma nova disciplina científica (que não se confunde com o objecto de nenhuma outra ciência), propiciando e legitimando, conseqüentemente, a emergência da Linguística como ciência.

2.2. Sincronia/Diacronia

Delimitado o objecto de estudo da Linguística, Saussure reflectiu sobre o facto de ser possível estudá-lo segundo duas perspectivas distintas: ao longo do tempo ou num dado momento. **Diacronia** é o termo desta dicotomia que diz respeito à perspectiva de estudo de uma língua tendo em consideração as alterações que ela sofre através dos tempos. **Sincronia** remete para a descrição de uma língua num determinado momento da sua história. Numa perspectiva diacrónica, a Linguística procura fazer a história da língua: ao explicitar as alterações que foram ocorrendo ao longo do tempo, estabelece-se a evolução de uma dada língua. Numa perspectiva sincrónica, a Linguística tem como objectivo descrever o funcionamento de uma língua num dado momento, abstraindo das modificações decorrentes da intervenção do factor tempo, isto é, sem considerar a evolução dessa língua através dos tempos.

Qualquer língua natural pode ser analisada sob estes dois pontos de vista. Se quisermos estudar a evolução do português ao longo dos tempos, procuraremos enumerar as alterações que a nossa língua foi sofrendo. Se pretendermos estudar a gramática do português num determinado momento (por exemplo, no início do século XXI ou o português falado no tempo de Gil Vicente), desenvolveremos o nosso estudo com o objectivo de explicitar as regras de funcionamento da nossa língua num período de tempo muito restrito, sem tomar em consideração as alterações que o português conheceu quer antes, quer, eventualmente, após o momento definido.

Sublinhando a diferença entre estes dois pontos de vista sobre o estudo de uma língua, Saussure opôs, do seguinte modo, linguística diacrónica (ou evolutiva) a linguística sincrónica (ou estática):

«é sincrónico tudo o que se refere ao aspecto estático da nossa ciência, diacrónico tudo o que diz respeito às evoluções. De igual modo, sincronia e diacronia designarão, respectivamente, um estado da língua e uma fase da evolução» (Saussure, 1978: 144).

Para ilustrar estas duas perspectivas de análise do mesmo objecto, o autor propôs uma analogia com o jogo de xadrez (cf. Saussure, 1978: 154-156). No início de um jogo, todas as peças estão dispostas de uma dada forma: há um determinado estado de jogo, estático, definido pelo número de peças existentes, pelos valores dessas peças (a rainha é mais valiosa do que a torre, que é mais valiosa do que o bispo, etc.) e pelos lugares que elas ocupam no tabuleiro. A imagem seguinte mostra o estado de jogo inicial.



Após o primeiro movimento, observa-se uma alteração na disposição de uma peça, como se pode ver na imagem seguinte. Estamos perante um novo estado de jogo, distinto do estado de jogo inicial.



E, após o segundo movimento, são já duas as peças que alteraram as respectivas posições em relação ao estado de jogo inicial, como se verifica na imagem seguinte.



Estamos perante um outro estado de jogo, diferente dos dois estados de jogo apresentados nas imagens anteriores. Na verdade, após cada movimento, sucedem-se as alterações nos lugares ocupados pelas peças; uma a uma, vão alterando as suas posições e tendo uma localização diferente da que tinham no início do jogo. Deste modo, pode-se dizer que, depois de qualquer peça ter sido movimentada, existe um novo estado de jogo, diferente do que existia antes dessa jogada.

Vejamos de que modo o jogo de xadrez configura uma boa analogia com as perspectivas sincrónica e diacrónica de análise linguística. Observámos que, no início da partida, existe um estado de jogo caracterizado pelo número de peças e pela sua disposição no tabuleiro. Este estado de jogo é comparável a um estado de língua: também numa determinada sincronia, é possível explicitar os elementos que constituem uma dada língua, e descrever as regras a que eles estão sujeitos de modo a serem combinados para formarem enunciados gramaticais.

Vimos, igualmente, que cada jogada desencadeava uma modificação nesse estado de jogo. No caso de uma língua, cada alteração linguística dá origem a um novo estado de língua, a uma nova sincronia necessariamente diferente da sincronia anterior, pelo menos no que diz respeito ao elemento que

sofreu a alteração. Tal como a enumeração de todas as jogadas, do início ao fim do jogo, reflecte a história de uma partida de xadrez, também a listagem de todas as alterações sofridas por uma língua ao longo dos tempos constitui a história dessa língua.

Em suma, por um lado, a história de uma dada partida de xadrez é constituída pelo conjunto de jogadas que ambos os jogadores efectuaram, desde o início até ao final dessa partida. Esta perspectiva, em que o observador tem em consideração todas as alterações ocorridas ao longo da partida, é análoga à perspectiva diacrónica de análise de uma língua.

Por outro lado, em qualquer momento, o jogo pode ser analisado, independentemente do que aconteceu antes e do que vai suceder até ao final. Esta perspectiva, em que o observador se abstrai do que se passou antes e do que vai ocorrer depois, e em que procura apenas descrever um estado de jogo num determinado momento da sua ocorrência (enumerando os elementos que dele fazem parte e explicitando as respectivas posições, assim como as relações que mantêm uns com os outros), é semelhante à perspectiva sincrónica de análise de uma língua.

Para se compreender plenamente a importância desta dicotomia nas reflexões de Saussure, é conveniente salientar que a ciência no século XIX se caracterizou pela primazia das abordagens historicistas. No sentido de ilustrar o domínio deste tipo de abordagens, recordemos a importância decisiva que tiveram os estudos efectuados por Charles Darwin que deram origem à teoria da evolução das espécies por selecção natural, proposta na sua publicação de 1859 *On the origin of species*.

Também no estudo das línguas naturais foram privilegiadas as abordagens de natureza histórica. Muitas investigações linguísticas realizadas no período anterior à publicação do *Curso de linguística geral* procuravam fazer a história das línguas, estabelecer a sua genealogia; situando-se na perspectiva do historiador, essas investigações abordavam a evolução das línguas ao longo do tempo e reconstruíam a sua ascendência⁶.

⁶ Árvores genealógicas das línguas naturais “descendentes” do Indo-Europeu são apresentadas nas seguintes obras: Mateus e Villalva (2006: 77); Akmajian *et alii* (1995: 311); Fromkin e Rodman (1993: 332).

Saussure, pelo contrário, defendeu a ideia de que deve ser privilegiada a abordagem sincrónica no estudo das línguas naturais. No âmbito desta perspectiva, o investigador situa-se na posição do sujeito falante e descreve o funcionamento de uma dada língua, a sua gramática.

«Para o sujeito falante a sucessão no tempo é inexistente: ele está perante um estado. Por isso, o linguista que quiser compreender este estado deve fazer tábua rasa de tudo o que o produziu e ignorar a diacronia» (Saussure, 1978: 145).

Segundo este autor, existe uma oposição absoluta entre sincronia e diacronia: estas duas perspectivas de análise linguística são apresentadas como inconciliáveis (cf. Saussure, 1978: 147). A concepção de Saussure, todavia, foi superada ao longo da segunda metade do século XX e, actualmente, é consensual a ideia de que as duas perspectivas se complementam. Por um lado, a perspectiva diacrónica de análise linguística não prescinde da abordagem sincrónica. Por outro lado, uma análise de tipo diacrónico traz contributos importantes para a compreensão de fenómenos explicitados no âmbito da perspectiva sincrónica. Exemplifiquemos.

Num estudo de natureza diacrónica, podemos traçar como objectivo a enumeração das modificações linguísticas que se deram no português ao longo do século XX. Nesse caso, precisamos de conhecer duas sincronias do português: a do início e a do final do século XX. Por outras palavras, teremos de realizar previamente pelo menos dois estudos de carácter sincrónico: um que descreva o estado de língua do português no início do século XX, e um outro que descreva o funcionamento do português no final desse mesmo século. Os resultados da comparação entre essas duas descrições da gramática do português relativas a dois períodos circunscritos constituem um estudo diacrónico da língua portuguesa, uma vez que, ao apontar as modificações sofridas pela nossa língua durante os cem anos em causa, estaremos a explicitar a evolução que se deu no português ao longo do século XX. Comprova-se, assim, que a abordagem diacrónica não prescinde da contribuição da perspectiva sincrónica de análise linguística. A abordagem sincrónica é indispensável à realização de estudos de natureza diacrónica.

Vejam agora de que modo a abordagem diacrónica pode ser relevante para a descrição da sincronia das línguas naturais. Pensemos na preposição *por* e na sua combinação com os artigos definidos *o(s)* e *a(s)*. Como explicar os usos desta combinação que se observam nos enunciados (11), (12) e (13)?

(11) *Vagueei por toda a localidade à procura de uma oficina.*

(12) *Vim pelo caminho que me indicaste.*

(13) *Juro-te pela minha saúde.*

Se a combinação resulta da contracção de *por* + *o/a*, como se explica que o resultado final seja *pelo* e *pela* (e não, porventura, * *poro* ou * *pora*⁷)? Só recorrendo a estudos diacrónicos sobre a nossa língua se poderá entender como se chegou a esta forma no português actual. Por outras palavras, o conhecimento de fases pretéritas da língua portuguesa, de sincronias anteriores à actual, pode ajudar a esclarecer dúvidas relativas a particularidades ou fenómenos que não conseguimos explicar se tivermos em consideração unicamente a sua gramática actual.

Uma análise diacrónica que dê conta da etimologia desta contracção e das subsequentes evoluções fonéticas que ela sofreu permitirá compreender como, a partir das palavras *per* + *lo* se chegou à forma actualmente consagrada na norma do português europeu: *pelo*. Segundo Paul Teyssier (1993: 67), até ao fim do século XVI,

«as duas preposições *per* e *por* reduzem-se a uma única, *por*, mas em combinação com o artigo definido é *pelo* que suplanta *polo*».

A explicação proposta, ainda que escassamente desenvolvida e contextualizada no presente texto, comprova que alguns factos linguísticos

⁷ O asterisco que antecede estas formas indica que se trata de palavras não existentes em português. Sublinhe-se que o asterisco serve também para indicar a agramaticalidade (isto é, incorrecção gramatical) de uma frase.

atestados numa dada sincronia podem ser devidamente compreendidos se recorrermos a estudos diacrónicos.

Os exemplos apresentados evidenciam que as perspectivas diacrónica e sincrónica de análise das línguas se caracterizam pela complementaridade e não por uma oposição absoluta e inconciliável.

Saussure opôs linguística sincrónica a linguística diacrónica. É importante sublinhar, todavia, que linguística sincrónica e diacrónica não correspondem a duas disciplinas diferentes no âmbito da Linguística, mas a duas perspectivas distintas de abordagem de um mesmo objecto de estudo: as línguas naturais.

A dicotomia sincronia/diacronia constituiu uma reacção deste autor contra o historicismo na reflexão linguística, tendência dominante na ciência ao longo do século XIX. Ele rejeitou a perspectiva diacrónica de análise das línguas e indicou o caminho que a Linguística deveria seguir: o estudo das línguas num dado momento, com o objectivo de dar conta do seu funcionamento, da sua gramática. Também neste sentido, Saussure pode ser considerado o fundador da Linguística moderna, uma vez que a Linguística do século XX foi, predominantemente, uma disciplina que adoptou a perspectiva sincrónica na análise das línguas naturais.

2.3. Significante/Significado

Na secção 1.2. do **Capítulo 1 (Tipos de sinais: indícios, símbolos e signos)**, definimos o signo como um sinal artificial que não apresenta semelhanças com o seu referente. Propomo-nos, agora, aprofundar esta definição e expor outras características do signo linguístico.

Procuraremos, inicialmente, explicitar em que consiste a dicotomia saussureana significante/significado; de seguida, tomá-la-emos como ponto de partida para indicar as propriedades mais relevantes do signo linguístico. Pontualmente, enriqueceremos as reflexões originais de Saussure com contributos posteriores de outros autores, que serão devidamente assinalados.

2.3.1. Carácter biface do signo linguístico

A distinção entre significante e significado, proposta por Saussure, remete para o carácter biface do signo linguístico. Todos os signos linguísticos têm duas faces, isto é, todos são compostos por significante (expressão) e significado (conteúdo).

O **significante** é a face material, a face fisicamente manifesta do signo linguístico. Na oralidade, o significante corresponde ao som ou sequência de sons que produzimos quando falamos; na escrita, corresponde aos caracteres gráficos que desenhámos quando escrevemos. O significante de um signo é, portanto, a sua expressão fónica (na oralidade) ou gráfica (na escrita).

O **significado** é a face conceptual, a face não manifesta do signo linguístico: trata-se de um conceito, de uma representação mental que temos armazenada na nossa memória.

No âmbito de uma dada língua, esta representação mental está sistematicamente associada a um dado significante. À sequência de sons [kãw] (que representamos na escrita pela sequência de grafemas *cão*) corresponde, na língua portuguesa, um significado que, a título de exemplo, podemos

explicitar do seguinte modo: “mamífero doméstico que ladra”⁸. À sequência de sons [‘mezα] (que representamos ortograficamente pelos caracteres *mesa*) corresponde, na nossa língua, um significado traduzível do seguinte modo: “tampo horizontal apoiado em um ou mais sustentáculos”⁹. E o mesmo se verifica em relação a qualquer sequência de sons que, produzida no âmbito de uma dada língua, possua um significado. Deste modo, a relação entre significante e significado pode ser concebida do seguinte modo: o significante, manifesto, aponta para o significado, não manifesto.

Esta associação entre significante e significado encontra-se generalizada, ou seja, impõe-se a todos os falantes de língua portuguesa. Se assim não fosse, se cada falante de português pudesse associar, a seu bel-prazer, um determinado significado a um dado significante a comunicação através da linguagem verbal tornar-se-ia inviável¹⁰.

As duas faces do signo linguístico são indissociáveis, como as duas faces de uma moeda ou as duas páginas de uma folha de papel. O signo só existe quando a um significante está associado um significado. Um significante sem significado é apenas uma sequência de sons que não veicula qualquer conteúdo; um significado sem significante é um conceito para o qual ainda não se encontrou forma de exprimir; é, por outras palavras, algo indizível.

Originalmente Saussure concebeu o significante como uma imagem acústica de natureza psíquica, e não como uma sequência de sons concreta,

⁸ O significado de *cão* pode ser explicitado de inúmeras outras formas, desde que descrevam o animal em causa de modo não ambíguo.

⁹ A explicitação destes significados tem subjacente uma concepção positiva (e não diferencial) do significado. Saussure, todavia, concebeu o significado linguístico de modo diferencial. A sua posição decorre do quadro teórico do Estruturalismo, em que o autor se inseria. Segundo a abordagem preconizada pelo Estruturalismo, cada elemento de um dado sistema mantém relações com todos os outros elementos desse mesmo sistema; deve, por isso, ser definido negativamente: cada elemento é aquilo que os outros não são. Transpondo esta concepção para o significado das unidades linguísticas, Saussure defendeu a ideia de que o significado do signo linguístico deve ser explicitado de modo negativo. Para este autor, o «conteúdo [da palavra] só fica verdadeiramente determinado pelo concurso do que existe fora dela. [...] No interior duma mesma língua, todas as palavras que exprimem ideias vizinhas limitam-se reciprocamente» (Saussure, 1978: 196). Por exemplo, inserindo-se no sistema de unidades linguísticas que designam animais domésticos, o significado da palavra *cão* corresponde a “animal que não é gato, nem galo, nem coelho, etc.”; do mesmo modo, o significado da palavra *mesa* deverá ser delimitado pelo significado de outras peças de mobiliário, podendo ser definido como uma “móvel que não é nem cadeira, nem sofá, nem armário, etc.”.

¹⁰ Cf. adiante a secção 2.3.3. (Carácter arbitrário do signo linguístico).

que se manifesta fisicamente e que é susceptível de ser captada através da audição. Segundo o autor,

«o signo linguístico une não uma coisa e um nome, mas um conceito e uma imagem acústica. Esta última não é o som material, puramente físico, mas a marca psíquica desse som, a sua representação fornecida pelo testemunho dos sentidos» (Saussure, 1978: 122).

Hoje em dia, contudo, é uma ideia consensual entre os linguistas definir significante opondo o seu carácter físico à natureza conceptual do significado. O significante é fisicamente manifestado; o significado é mentalmente representado.

2.3.2. Carácter sonoro (vocal) do signo linguístico

O significante do signo linguístico é constituído por sons que são produzidos pelo aparelho fonador dos sujeitos falantes. O signo linguístico tem, por isso, **carácter sonoro**¹¹.

Para distinguir as línguas naturais relativamente a formas de comunicação não verbal, não é suficiente dizer que o signo linguístico tem carácter sonoro, uma vez que há sinais sonoros que não se integram na linguagem verbal. As sirenes das ambulâncias e dos carros de polícia ou de viaturas de bombeiros, as buzinas dos automóveis, os apitos dos comboios, os alarmes contra incêndio ou assalto constituem exemplos de sinais sonoros. Mas todos eles são também exemplos de signos não linguísticos.

O signo linguístico tem carácter sonoro, pois comunicamos verbalmente utilizando sons. Mas, mais especificamente, o signo linguístico tem **carácter vocal**, uma vez que os sons que utilizamos para comunicar verbalmente têm origem nas cordas vocais do seres humanos.

Uma forma de comunicação à base de sons vocalizados tem algumas vantagens importantes relativamente à linguagem gestual, por exemplo:

¹¹ Recorde-se que a oralidade configura o uso primário das línguas naturais. O signo linguístico tem, portanto, carácter sonoro, mais especificamente, carácter vocal.

- deixa as mãos desocupadas, possibilitando a realização de outras tarefas com as mãos enquanto se comunica;
- permite a comunicação entre pessoas que não estão mutuamente visíveis (por exemplo, numa sala à noite quando falta a electricidade); devido a esta propriedade, com o advento do telefone, tornou-se viável a comunicação entre pessoas que não ocupam o mesmo espaço;
- é quase ilimitado o número de combinações de sons possíveis.

2.3.3. Carácter arbitrário do signo linguístico

Vimos atrás que o signo linguístico é composto por significante e por significado. Nesta secção, trataremos da relação arbitrária que existe entre essas duas faces do signo linguístico.

A ligação entre significante e significado é **arbitrária**, **imotivada**, no sentido em que a sequência de sons [kãw] só por convenção está associada ao significado de “mamífero doméstico que ladra”. Não há uma relação natural, de analogia ou semelhança entre a sequência de sons e o conceito que ela representa. A relação arbitrária ou imotivada pode ser demonstrada pela comparação com palavras de outras línguas que têm significados equivalentes: *cão* (português), *perro* (espanhol), *chien* (francês), *dog* (inglês). Em todos os casos, trata-se de signos cujo significante está associado a um significado susceptível de ser explicitado por “mamífero doméstico que ladra”. Com base nestes exemplos, podemos dizer que significantes diferentes (de línguas também diferentes) apontam para um mesmo significado. Uma vez que exemplos como o que apresentámos poderiam ser exaustivamente listados, podemos concluir que a arbitrariedade é uma propriedade do signo linguístico.

Como propriedade complementar à arbitrariedade do signo linguístico, devemos acrescentar que existe, simultaneamente, uma relação necessária entre significante e significado. A convenção que impõe a associação entre o significante [kãw] e o significado “mamífero doméstico que ladra”, em português, é generalizada a todos os sujeitos falantes desta língua. Por outras palavras, nenhum falante do português pode associar livremente ao significante [kãw] o significado de “felino doméstico que mia e ronrona”, por exemplo, ou

um outro qualquer, porque se tal acontecesse as línguas naturais não permitiriam a comunicação.

Arbitrariedade não se confunde, por isso, com livre vontade individual: um sujeito falante não pode alterar as associações entre significante e significado segundo a sua vontade. Essas associações são impostas, e cada sujeito falante tem de se subordinar a elas, sob pena de inviabilizar a comunicação com outros sujeitos falantes da mesma língua.

O signo linguístico caracteriza-se, deste modo, pela **relação simultaneamente arbitrária e necessária** que existe entre significante e significado.

Ao longo do **Capítulo 1 (Linguística e Semiótica)**, definimos o signo como um sinal artificial que não mantém uma relação de analogia com aquilo que denota. Nessa altura, referimo-nos à relação entre o signo como um todo (significante + significado) e o objecto da realidade extralinguística que ele designa. Sublinhámos com uma citação célebre - «a palavra *cão* não ladra» - a natureza distinta do signo (a palavra *cão*, situada no plano da realidade linguística) e a do objecto que ele refere (o animal concreto, a quem podemos fazer festas e dar de comer, situado no plano da realidade extralinguística). Há uma relação arbitrária entre qualquer signo (linguístico ou não linguístico) e aquilo que ele designa. Aliás, é justamente essa propriedade que define o signo, por oposição ao símbolo.

Nesta secção, estamos a apontar um segundo nível de arbitrariedade. Trata-se agora de explicitar a relação arbitrária que existe não apenas entre o signo linguístico como um todo (significante + significado) e um objecto da realidade extralinguística que ele designa, mas entre dois elementos internos ao signo linguístico: significante e significado.

Existe uma relação arbitrária e necessária, portanto, a dois níveis diferentes:

- entre significante e significado;
- entre signo linguístico (significante + significado) e referente (objecto da realidade extralinguística).

Para se compreender melhor estes dois níveis de arbitrariedade inerentes ao signo linguístico, é conveniente definir e delimitar os conceitos de significado e referente. É o que nos propomos fazer na secção seguinte.

2.3.4. Os conceitos de Significante, Significado e Referente

Definimos, na secção anterior, o significado como a face conceptual, não manifesta do signo linguístico. O **significado** de um determinado signo consiste numa representação mental que está armazenada nas mentes dos sujeitos falantes. Trata-se de um conceito e tem, portanto, natureza abstracta. O significado de *cão*, por exemplo, é um conceito que memorizámos. Não se confunde com o animal concreto e palpável que temos em casa ou que encontramos na rua a vaguear. Esse animal, com existência própria, é o **referente** da palavra *cão*.

A citação seguinte, de Inês Sim-Sim (1998: 121), sublinha esta distinção entre o significado (conceito susceptível de ser interiorizado na nossa memória) e o referente (objecto designado):

«conceitos são generalizações, produto da categorização realizada com base na identificação de atributos relevantes partilhados pelas entidades que integram a categoria. A síntese dos atributos é muitas vezes materializada na atribuição de um nome a um conceito. [...] As palavras são as ferramentas básicas da linguagem; são [signos] que representam uma realidade. A representação não é a realidade, apenas a representa. E representar é, de algum modo, tornar presente o real... Podemos representar o real de diversas formas, através do desenho, do gesto... ou das palavras. O processo de atribuição de um rótulo à realidade que esse rótulo representa é chamado nomeação, sendo a palavra [...] a representação verbal dessa realidade».

Como qualquer sinal, o signo representa a realidade; não é a realidade. Melhor: é uma outra realidade (linguística) distinta da realidade extralinguística.

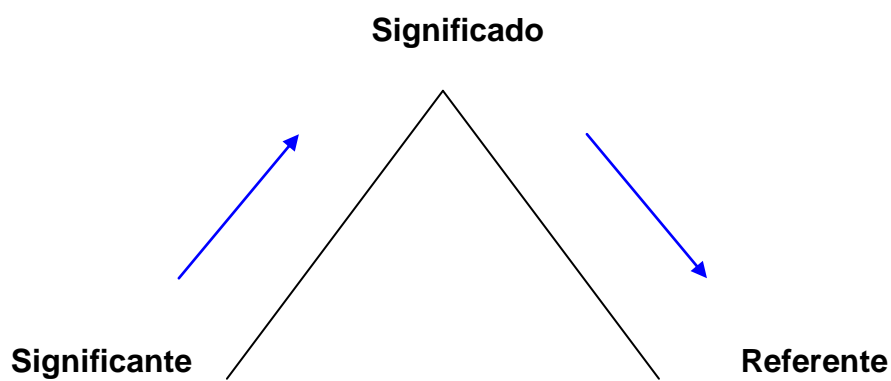
A distinção entre o sinal que representa um objecto e o próprio objecto foi salientada por René Magritte na pintura que a seguir reproduzimos.



A frase inserida na pintura de Magritte - «Ceci n'est pas une pipe» (em português, *isto não é um cachimbo*) - aponta para a diferença de natureza que há entre um dado objecto e a representação que dele é feita. A imagem de um cachimbo não é o objecto cachimbo, mas apenas uma representação desse objecto.

Podemos transpor o mesmo raciocínio para a distinção entre significado e referente: o significado de um signo não é o referente que se pretende representar com esse signo, mas apenas uma representação mental desse referente.

Para sistematizar estas questões, apresentamos a seguir o triângulo da significação, proposto por Ogden e Richards na sua obra *The meaning of meaning*, originalmente publicada em 1923.



O significante, a face manifesta do signo linguístico, remete directamente para o significado, a face conceptual do signo linguístico. O significado, por sua vez, aponta directamente para um determinado referente. A relação entre significante e referente é representada a tracejado, uma vez que é mediada pelo significado; só indirectamente o significante remete para o referente.

O significante e o significado de um determinado signo são realidades internas à língua: só existem porque também existem línguas naturais. O referente, pelo contrário, é uma realidade externa à língua: existe independentemente de haver um signo que o designa.

Para comprovar esta ideia, bastará pensar que há espécies de animais que habitam em locais de difícil acesso (por exemplo, nas florestas da Amazónia e da ilha do Bornéu) e que ainda são desconhecidas dos seres humanos. Esses animais (isto é, esses referentes) existem, mesmo que, pelo facto de ainda serem desconhecidos para nós, não haja em qualquer língua um signo (significante + significado) que sirva para os designar.

Ilustremos com um exemplo, para melhor se compreender as relações entre significante, significado e referente. Concentremo-nos na palavra *cão* que ocorre na seguinte frase:

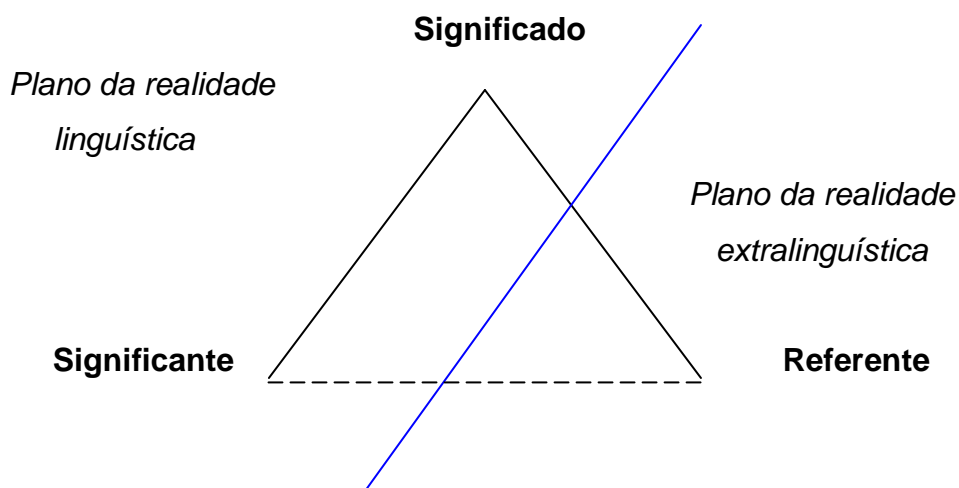
(6) *Já levaste o cão à rua hoje?*

Como qualquer signo, a palavra *cão* é composta por um significante e por um significado: o significante [kãw] aponta para o significado “mamífero doméstico que ladra”. Este significado, por sua vez, aponta para um animal concreto, que pode ser o cão que vive na nossa casa e que diariamente necessita de ser levado à rua, para passear e fazer as suas necessidades fisiológicas.

O significado de *cão* não deve ser confundido com o animal concreto, isto é, com o seu referente. O significado é um conceito abstracto, armazenado nas nossas mentes, e que se insere no plano da realidade linguística. O referente é um animal que se situa no plano da realidade extralinguística e que tem existência própria, independentemente da designação com que a ele nos referimos. Por isso, é correcto dizer que «a palavra *cão* não ladra»; já o

referente da palavra *cão*, esse ladra, morde, corre, lambe, brinca, etc. O mesmo raciocínio é válido para qualquer outro signo linguístico de qualquer língua natural.

Retomamos agora o triângulo que atrás apresentámos, e inserimos uma linha a demarcar a fronteira entre o plano da realidade linguística e o plano da realidade extralinguística.



O significante e o significado (as duas faces do signo linguístico) incluem-se no plano da realidade linguística. O referente situa-se no plano da realidade extralinguística.

Propomo-nos evidenciar esta diferença entre significado e referente recorrendo a mais alguns exemplos. Vejamos, em primeiro lugar, como certas construções podem ter significados diferentes embora designem o mesmo referente. Atente-se nos exemplos seguintes, celebrizados por autores como Frege e Husserl, que reflectiram sobre esta questão:

(7) *O vencedor de Austerlitz é o vencido de Waterloo.*

(8) *A estrela da manhã é a estrela da tarde.*

No exemplo (7), *o vencedor de Austerlitz* e *o vencido de Waterloo* são grupos nominais com significados diferentes que remetem para o mesmo

referente¹². O significado do grupo nominal *o vencedor de Austerlitz* pode ser explicitado da seguinte forma: “comandante do exército que venceu a batalha de Austerlitz”. Quanto ao significado do grupo nominal *o vencido de Waterloo*, ele pode ser explicitado do seguinte modo: “comandante do exército que perdeu a batalha de Waterloo”. Apesar de terem significados distintos, ambos os grupos nominais apontam para um mesmo referente: Napoleão Bonaparte.

No exemplo (8), o significado do grupo nominal *a estrela da manhã* pode ser explicitado da seguinte forma: “último astro luminoso a tornar-se invisível no firmamento quando amanhece”. Já o significado do grupo nominal *a estrela da tarde* pode ser explicitado da seguinte forma: “primeiro astro luminoso a ser visível no firmamento quando anoitece”. Também neste caso, apesar de possuírem significados diferentes, os dois grupos nominais remetem para o mesmo referente: o planeta Vénus.

Vejam agora um outro exemplo, em que um grupo nominal pode designar referentes distintos, dependendo do momento em que é utilizado.

(9) *O presidente da república portuguesa visitou a Índia.*

O grupo nominal *o presidente da república portuguesa* tem um significado susceptível de ser explicitado da seguinte forma: “chefe de estado de Portugal”. Se o enunciado (9) foi produzido em Janeiro de 2007, o referente do grupo nominal *o presidente da república portuguesa* é Cavaco Silva, o homem que, nesse período de tempo, desempenhava o cargo de chefe de estado português e que visitou oficialmente a Índia. Todavia, este mesmo enunciado já foi produzido em 1992, precisamente quando um outro indivíduo que foi presidente da república portuguesa visitou a Índia. Nessa altura, o referente do grupo nominal *o presidente da república portuguesa* era Mário Soares. Deste

¹² Como determinamos que os dois grupos nominais têm significados diferentes? Compare-se o exemplo (7) com o enunciado seguinte: *O vencedor de Austerlitz é o vencedor de Austerlitz*. Esta frase não é informativa; é uma tautologia, porque não traz nenhuma informação acrescida. Já a frase (7) é informativa, pois pode transmitir ao alocutário um conteúdo que ele desconhecia: que o comandante do exército que venceu uma dada batalha (Austerlitz) foi o mesmo comandante que perdeu uma outra batalha (Waterloo). Ora, se a frase (7) é informativa, então os grupos nominais que ela integra não são sinónimos, ou seja, não têm o mesmo significado.

modo, o mesmo grupo nominal, utilizado em momentos diferentes, serve para designar referentes distintos.

Muitos outros exemplos com características semelhantes poderiam ser apresentados: *o filme que vi ontem, o homem que me atendeu no supermercado*, os pronomes pessoais (*eu, tu, ele, etc.*). Todos estes casos constituem exemplos de palavras ou construções sintáticas que, mantendo um significado constante, podem designar referentes distintos, consoante o momento e o lugar em que falamos, assim como as pessoas envolvidas na situação de comunicação (quem fala, quem ouve e de quem se fala). E todos eles demonstram que significado e referente são realidades distintas¹³.

¹³ *Significado* e *referente* são também susceptíveis de serem designados por *intensão* e *extensão*, respectivamente. Em inglês, *meaning* e *referent* são, igualmente, designações comuns para estes conceitos.

2.4. Sintagma/Paradigma

Vimos já que Saussure defendeu a perspectiva sincrónica na análise das línguas, em oposição à abordagem diacrónica. Além disso, o **Estruturalismo**, movimento teórico em que Saussure se inseria, preconizava que os diferentes elementos de um dado sistema devem ser estudados, não de modo isolado, mas evidenciando as relações que mantêm uns com os outros. Segundo a perspectiva estruturalista de análise, cada elemento do sistema não vale por si só, mas apenas em relação com todos os outros elementos desse mesmo sistema. Dito de outro modo, cada elemento do sistema define-se não pelo que é (positivamente), mas por aquilo que os outros não são (negativamente).

Consequentemente, as relações entre as unidades das línguas naturais são uma questão central para a Linguística, tal como era concebida por este autor. Segundo Saussure (1978: 207),

«num estado de língua tudo se baseia nas relações. Resta saber como é que elas funcionam».

A dicotomia sintagma/paradigma diz respeito aos tipos de relações que existem entre os elementos de qualquer língua natural (por exemplo, fonemas, morfemas, palavras e sintagmas). As relações entre esses elementos podem ser sintagmáticas ou paradigmáticas.

Relações sintagmáticas são as que se observam entre as unidades presentes numa frase. Exemplifiquemos com dois tipos de relações sintagmáticas: a concordância e a ordem das palavras na frase.

A **concordância** é uma relação de identidade formal que se estabelece entre diversas unidades de uma frase a nível do género, do número, da pessoa e do tempo. Existe uma relação de concordância quando uma propriedade formal de uma dada palavra requer que a forma de uma outra palavra, com que se combina, se adeque à primeira. Atente-se na frase seguinte:

(10) *A minha filha foi ontem ao cinema.*

No exemplo (10), existe concordância a vários níveis entre diferentes unidades que ocorrem na frase. Há concordância em gênero (feminino) e em número (singular) entre o artigo definido *a*, o determinante possessivo *minha* e o substantivo *filha*. Observa-se também concordância em gênero (masculino) e em número (singular) entre o artigo definido *o* (contraído com a preposição *a*) e o substantivo *cinema*. Há, igualmente, concordância em número (singular) e em pessoa (3.^a pessoa) entre o substantivo *filha* e a forma verbal *foi*. Por fim, verifica-se ainda concordância em tempo entre a forma do verbo *ir* (flexionada no pretérito perfeito) e o advérbio *ontem*.

Se alterarmos algum dos elementos que controlam a concordância com outras unidades, estas unidades terão também de ser alteradas. Por exemplo, se em vez do substantivo *filha* ocorrer *filho*, todas as unidades que concordam com este substantivo em gênero (*a* e *minha*) terão de ser substituídas por unidades que reponham a relação de concordância a nível do gênero (*o* e *meu*), como se pode observar no enunciado (11).

(11) *O meu filho foi ontem ao cinema.*

E se o substantivo ocorrer no plural (*filhos*), então o artigo e o determinante possessivo também terão de ocorrer no plural (*os* e *meus*). Porque o predicado concorda em número (e em pessoa) com o sujeito, neste caso também a forma verbal terá de se adaptar a essa alteração (*foram*), como se verifica em (12).

(12) *Os meus filhos foram ontem ao cinema.*

Retomemos o exemplo (10) para exemplificar outra relação de natureza sintagmática entre as unidades de uma língua: a **ordem das palavras na frase**.

(10) *A minha filha foi ontem ao cinema.*

Se procedermos a alterações na ordenação das palavras na frase, verificamos que algumas ordenações são possíveis e que outras geram frases agramaticais¹⁴.

(13) *A minha filha ontem foi ao cinema.*

(14) *Ontem a minha filha foi ao cinema.*

(15) * *A filha minha foi cinema ao ontem.*

(16) * *Minha a filha ao foi cinema ontem.*

Os exemplos (13) e (14) constituem frases possíveis em português, e os exemplos (15) e (16) são frases agramaticais, sintacticamente incorrectas. A única diferença entre elas reside na ordenação distinta das unidades que as constituem, uma vez que as frases são compostas exactamente pelas mesmas unidades. De facto, os elementos que ocorrem nas frases combinam-se de acordo com regras de co-ocorrência, as quais são distintas de língua para língua.

As relações sintagmáticas (de que a concordância e a ordem das palavras na frase constituem dois exemplos) são, portanto, relações *em presença*: consistem nas relações entre duas ou mais unidades que ocorrem numa dada frase.

Um **sintagma** é um grupo de duas ou mais unidades que mantêm entre si uma determinada relação (de concordância ou de ordem, por exemplo) e que formam um conjunto no interior de uma frase. Dizer que as unidades de um sintagma formam um conjunto no interior de uma frase equivale a afirmar que há uma relação entre elas que é mais forte do que a que se observa entre cada uma destas unidades e qualquer outra unidade exterior ao sintagma. Nos exemplos (10), (13) e (14), as unidades do sintagma *a minha filha* mantêm relações de concordância e de ordem entre si. A relação que as une é, por

¹⁴ As frases agramaticais, isto é, as frases sintacticamente incorrectas, são assinaladas com um asterisco.

isso, mais forte do que a relação que o substantivo *filha* mantém com o substantivo *cinema*, por exemplo.

Por analogia com a ordenação horizontal dos caracteres (da esquerda para a direita), típica da representação escrita das línguas europeias, diz-se que as relações sintagmáticas são verificáveis num eixo horizontal.

Relações paradigmáticas (ou **relações associativas**) são as que se observam entre um dado elemento presente numa frase e todos os outros que, não tendo ocorrido nessa frase, o poderiam substituir no mesmo ponto do enunciado¹⁵.

Relembremos o exemplo (10) para ilustrar esta definição de relações paradigmáticas.

(10) *A minha filha foi ontem ao cinema.*

No lugar onde ocorre o substantivo *cinema* poderia ocorrer uma outra palavra: *teatro, circo, parque, jardim, dentista*, etc. O exemplo (17) evidencia esta possibilidade de comutar o substantivo *cinema* por qualquer uma daquelas palavras.

¹⁵ Esta definição reflecte apenas parcialmente o conceito saussureano de paradigma. As relações paradigmáticas, segundo Saussure, são as que se observam entre um dado termo e todos os que, não ocorrendo no enunciado, se lhe podem associar numa série mnemónica virtual. Cf. Saussure (1978: 211): «em *ausente, ausência, ausentar*, etc., há um elemento comum a todos os termos, o radical; mas a palavra *ausente* pode-se encontrar implicada numa série com outro elemento, o sufixo (cf. *ausente, presente, clemente*, etc.); a associação pode assentar também na simples analogia dos significados (*ausente, distante, afastado*, etc.) ou, pelo contrário, na semelhança das imagens acústicas (por exemplo, *tangente, justamente*)». Nestes exemplos apresentados, a palavra *ausente* constitui, portanto, o centro de um conjunto de outras palavras que, por associação mental, podem relacionar-se com a primeira. A associação mental pode basear-se quer no significante das palavras, quer no seu significado, quer ainda em elementos constituintes das palavras (o radical, o sufixo, etc.). Ver Saussure (1978: 211-213).

(17) A minha filha foi ontem ao	<i>cinema.</i> <i>teatro</i> <i>circo</i> <i>parque</i> <i>jardim</i> <i>dentista</i> <i>etc.</i>
---------------------------------	---

Todas as palavras listadas verticalmente no exemplo (17) podem ocorrer na posição em que surge a palavra *cinema*; mas só uma ocorre de facto quando o enunciado é produzido.

Outras substituições noutras posições do enunciado são possíveis. Em vez do determinante possessivo *minha*, poderíamos usar os determinantes *tua*, *sua*, *nossa* e *vossa*, como se comprova no exemplo (18).

(18) A	<i>minha</i> <i>tua</i> <i>sua</i> <i>nossa</i> <i>vossa</i>	<i>filha foi ontem ao cinema.</i>
--------	--	-----------------------------------

Além disso, no ponto da frase em que ocorre o advérbio *ontem* poderíamos colocar um outro advérbio ou uma construção sintáctica com a mesma função localizadora (no pretérito) deste advérbio de tempo: *anteontem*, *no dia 15*, *à tarde*, *na semana passada*, etc.

(19) A minha filha foi	<i>ontem</i> <i>anteontem</i> <i>no dia 15</i> <i>à tarde</i> <i>na semana passada</i> <i>etc.</i>	<i>ao cinema.</i>
------------------------	---	-------------------

No exemplo (19), não nos restringimos à substituição de uma palavra por outra. Incluímos, entre as unidades passíveis de comutar com o advérbio *ontem*, construções sintáticas (nomeadamente sintagmas) que desempenham a mesma função dos advérbios de tempo: os adverbiais temporais *no dia 15, à tarde e na semana passada*.

Em todos os exemplos apresentados, apesar das diversas substituições propostas, continuamos perante frases gramaticais, sintacticamente correctas. As relações paradigmáticas são, portanto, relações de oposição entre uma unidade que ocorre num enunciado e todas as outras que poderiam estar nesse mesmo lugar, porque nessa posição relativa só uma unidade pode ocorrer.

Ao conjunto de unidades substituíveis entre si na mesma posição relativa de uma determinada frase chamamos **paradigma**. Por outras palavras, um paradigma consiste num inventário, num conjunto de escolhas possíveis.

Os **paradigmas** podem ser **abertos ou fechados**, consoante sejam grupos com um número ilimitado de unidades ou grupos com um número restrito de unidades que podem ocorrer num dado ponto do enunciado.

No exemplo (17), não listámos todas as unidades que podem substituir a palavra *cinema*. Na verdade, muitas outras unidades podem ocupar essa posição relativa. Trata-se, neste caso, de um paradigma que constitui um conjunto aberto de unidades.

Já no exemplo (18), enumerámos todos os determinantes possessivos que poderiam ocorrer naquela frase e naquela posição relativa. Dado que esse grupo é composto por um número finito de unidades, estamos perante um paradigma que configura um conjunto fechado de unidades: o conjunto dos pronomes pessoais possessivos (no caso concreto, desempenhando a função de determinante).

No exemplo (19), incluímos não apenas palavras isoladas mas também grupos de palavras, sintagmas. Deste modo, trata-se também de um paradigma aberto, uma vez que poderíamos inserir naquela posição relativa um conjunto (potencialmente) ilimitado de unidades, quer sejam advérbios de tempo, quer sejam adverbiais temporais - a única restrição é que concordem com o valor temporal de pretérito da forma verbal.

Assim, os paradigmas não dizem respeito unicamente a palavras isoladas, mas a unidades com diferentes configurações: fonética e fonológica (os fones¹⁶ e os fonemas¹⁷), morfológica (os morfemas¹⁸), sintáctica e sintagmática (as palavras e os sintagmas).

Ilustremos, com o exemplo (20), no qual abrimos um paradigma relativo a morfemas que constituem sufixos verbais de modo-tempo e de pessoa-número.

(20) <i>À terça-feira, almoç</i>	o	<i>na cantina.</i>
	as	
	a	
	amos	
	ais	
	am	

Neste caso, o paradigma integra todos os sufixos de modo-tempo e de pessoa-número do presente do indicativo dos verbos regulares da 1.^a conjugação.

Nos exemplos (21) e (22), abrimos paradigmas de fonemas, isto é, de unidades sonoras constitutivas do significante de uma palavra. Em (21), trata-se de um paradigma de sons consonânticos e, em (22), estamos perante um paradigma de sons vocálicos. Sublinhe-se que, no caso da palavra *chato*, duas letras (<ch>¹⁹) representam um único som consonântico.

¹⁶ Ver **Capítulo 4 - Fonética**.

¹⁷ Ver **Capítulo 5 - Fonologia e Prosódia**.

¹⁸ Ver **Capítulo 6 - Morfologia**.

¹⁹ Para representar letras ou grafemas, convencionou-se colocar os caracteres entre ângulos < >.

(21)	<i>b</i>		<i>ato</i>
	<i>c</i>		
	<i>ch</i>		
	<i>d</i>		
	<i>f</i>		
	<i>g</i>		
	<i>l</i>		
	<i>m</i>		
	<i>n</i>		
	<i>p</i>		
	<i>r</i>		
	<i>t</i>		

Esta esquematização indica que existe em português um conjunto de palavras que se distinguem, a nível do significante, apenas pelo som consonântico inicial: *bato*, *cato*, *chato*, *dato*, *fato*, *gato*, *mato*, *nato*, *pato* e *rato*. Em rigor, e porque estamos a considerar o significante destas palavras unicamente na oralidade (e não na sua representação escrita), outros três exemplos devem ser acrescentados a estes: *cacto*, *jacto* e *tacto*²⁰. Tal como as outras que listámos, também estas três palavras diferem de *bato* apenas na consoante inicial. O facto de, na sua ortografia, integrarem mais uma letra não é relevante para o caso, porque, em português europeu, a letra <c>, nas palavras em questão, não representa qualquer som.

Vejamos agora o exemplo (22).

(22)	<i>M</i>		<i>a</i>		<i>l</i>
			<i>e</i>		
			<i>i</i>		

É o som vocálico que permite distinguir o significante das palavras *mal*, *mel* e *mil*. Em português, estas três vogais são as únicas que podem ocorrer

²⁰ O par *cato* e *cacto*, assim como o par *tato* e *tacto*, constituem, na norma do português europeu, palavras homófonas, ou seja, palavras com um significante oral igual, mas com significantes gráficos diferentes e com significados também diferentes.

naquele contexto: após a consoante inicial graficamente representada por <m> e antes da consoante final representada por <l>.

Os exemplos (21) e (22) evidenciam casos de paradigmas fechados, uma vez que, além das que apresentámos, não há outras unidades que possam ocorrer naquela posição relativa.

As unidades que fazem parte de um paradigma não podem ser utilizadas simultaneamente no mesmo ponto do enunciado; apenas uma pode ocorrer nessa posição relativa. O conceito de paradigma está, portanto, relacionado com a noção de *escolha* de uma unidade entre um conjunto (mais numeroso ou mais restrito) de unidades possíveis. Como se trata de relações entre um elemento que ocorre numa frase e todos os outros que, não integrando essa frase, o poderiam substituir na mesma posição relativa, um paradigma evidencia relações *em ausência* entre as unidades que o constituem. Estas relações são observáveis num eixo vertical, como evidenciam os exemplos (17) a (22).

Actividades

1. Entre as citações seguintes, indique as que reflectem uma perspectiva sincrónica de análise linguística e as que reflectem um ponto de vista diacrónico. Explícite as razões que justificam a sua escolha.

a) «O léxico do Português Moderno, acompanhando a evolução científica e técnica, tem-se enriquecido com empréstimos do Francês (*táxi, chofer, hotel, boné*), do Italiano (*piano, sonata*), ou do Inglês (*líder, pudim, repórter, stresse*), não deixando, embora, de continuar a recorrer ao Grego e ao Latim (*automóvel, televisão, vídeo*)»²¹.

b) «Os tempos compostos são construídos com o auxiliar *ter* e o particípio passado do verbo principal. Se compararmos com os tempos simples, verificamos que o auxiliar não pode ocorrer senão em alguns tempos gramaticais, sendo portanto defectivo quanto ao Pretérito Perfeito, contrariamente ao que acontece em outras línguas»²².

c) «No português europeu normal, [ʁ], quando tónico, [...] aparece, na maioria dos casos, antes de consoante nasal, a exemplo de *cama, cana* e *sanha*. Mas nessa mesma situação tónica existe uma oposição de pequeno rendimento entre [a] e [ʁ]. É a que se observa, nos verbos da 1.^a conjugação, entre as primeiras pessoas do plural do presente (ex.: *amamos* [ʁ'mæmuʃ]) e do pretérito perfeito do indicativo (ex.: *amámos* [ʁ'mamuʃ])»²³.

²¹ CARDEIRA, Esperança (2006), *O essencial sobre a história do português*, Lisboa, Caminho, p. 78.

²² MATEUS, Maria Helena Mira, *et alii* (2003), *Gramática da língua portuguesa* (5.^a ed.), Lisboa, Caminho, p. 159.

²³ CUNHA Celso, e Lindley CINTRA (1988), *Nova gramática do português contemporâneo* (5.^a ed.), Lisboa, Edições João Sá da Costa, p. 37.

d) «A consoante nasal [n], [em posição intervocálica], começa por nasalar a vogal que a precede e depois deixa de ser articulada: assim, a palavra LANA passa sucessivamente a *lãna*, *lãa* e *lã*»²⁴.

2. Apresente três características do signo linguístico.

3. Abra um paradigma de consoantes com base na palavra *cão*, e indique todas as palavras do português que encontrou.

4. Atente na frase seguinte:

Comprei dois livros.

a) Substitua a palavra sublinhada na frase por cinco outras que poderiam ocorrer na mesma posição relativa sem provocar agramaticalidade, e explicito o paradigma que obteve.

b) Indique se se trata de uma paradigma aberto ou fechado. Justifique.

²⁴ CASTRO, Ivo (2006), *Introdução à história do português*, 2.^a edição revista e muito ampliada, Lisboa, Edições Colibri, p. 75.

Referências bibliográficas (Capítulo 2 – Saussure e a emergência da Linguística como disciplina científica)

a) Leitura obrigatória

SAUSSURE, Ferdinand de (1978 ¹⁹¹⁶), *Curso de linguística geral* (trad.), 4.^a ed., Lisboa, Publicações Dom Quixote, cap. 3 da Introdução (p. 32-46); caps. 1 e 3 da Primeira Parte (p. 121-128; 141-158); cap. 5 da Segunda Parte (p. 207-213).

b) Leitura complementar

MATEUS, Maria Helena Mira, e Alina VILLALVA (2006), *O essencial sobre linguística* (Coleção O essencial sobre língua portuguesa), Lisboa, Caminho, p. 39-48.

c) Obras citadas ou referidas

AKMAJIAN, Adrian, *et alii* (1995), *Linguistics. An introduction to language and communication*, 4th ed., Cambridge/London, The MIT Press.

FROMKIN, Victoria, e Robert RODMAN (1993), *Introdução à linguagem* (trad.), Coimbra, Livraria Almedina.

MATEUS, Maria Helena Mira, e Alina VILLALVA (2006), *O essencial sobre linguística* (Coleção O essencial sobre língua portuguesa), Lisboa, Caminho.

SAUSSURE, Ferdinand de (1978 ¹⁹¹⁶), *Curso de linguística geral* (trad.), 4.^a ed., Lisboa, Publicações Dom Quixote.

SIM-SIM, Inês (1998), *Desenvolvimento da linguagem*, Lisboa, Universidade Aberta.

TEYSSIER, Paul (1993), *História da língua portuguesa* (trad.), Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora.

Capítulo 3 – Chomsky e a gramática formal e sintagmática

Objectivos

No final deste Capítulo, o estudante deverá estar apto a

- reconhecer a importância dos contributos de Chomsky para a evolução da Linguística contemporânea;
- definir os conceitos de competência e desempenho;
- distinguir gramática descritiva de gramática prescritiva (ou normativa);
- identificar a relevância do conceito de criatividade na concepção de gramática de Chomsky;
- definir os conceitos de gramaticalidade e de aceitabilidade;
- compreender o carácter formal e sintagmático da análise em constituintes imediatos proposta por Chomsky.

Introdução

Propomo-nos apresentar algumas reflexões acerca da importância da teorização de Chomsky para a Linguística contemporânea. O pensamento deste autor evoluiu muito desde as suas primeiras propostas, e não constitui nosso objectivo fazer uma resenha desses desenvolvimentos. Pretendemos, antes, tentar mostrar como a sua teorização é incontornável para a Linguística, explicitando alguns dos seus conceitos centrais, como a noção de competência, a noção de gramaticalidade e a sua concepção de gramática formal e sintagmática.

3.1. Competência e desempenho

A capacidade de linguagem verbal, que é inerente ao ser humano, permite distingui-lo claramente dos restantes animais. Apesar de haver animais que possuem as suas formas de comunicação, as suas “línguas” (as abelhas e os golfinhos, por exemplo), a faculdade de linguagem verbal, com toda a riqueza e sofisticação que a caracterizam, é específica do homem. Ela serve de suporte ao pensamento, mas é também usada para interagir com outros sujeitos falantes (dar ordens, aconselhar, pedir, asserir, prometer são alguns exemplos de actos que todos os dias realizamos através da linguagem) e até com finalidades de natureza estética e lúdica, não estando, portanto, confinada exclusivamente à função de comunicação no seu sentido mais restrito.

A incomensurável diferença entre a linguagem verbal e outras línguas usadas por animais, em termos de complexidade de funcionamento e de diversidade dos conteúdos susceptíveis de serem comunicados, entre outros aspectos, levou o filósofo inglês Bertrand Russell a escrever o seguinte: «por muito eloquente que seja o ladrar de um cão, ele nunca nos poderá dizer que os seus pais eram pobres mas honestos».

Os seres humanos nascem já com mecanismos específicos que possibilitam a aquisição da linguagem verbal. Qualquer criança, desde que exposta a um ambiente em que se fala uma dada língua, adquire essa língua como língua materna. Um filho de falantes nativos de português, se crescer em ambiente onde só ouve falar francês, por exemplo, adquire o francês (e não o português) como língua materna. Quer isto dizer que uma criança tem um mecanismo de aquisição da linguagem verbal (que é universal porque comum a todos os seres humanos) e que, em contacto com uma língua particular nos seus primeiros anos de vida, adquire essa língua como língua materna. Dito de outro modo, a criança adquire competência para comunicar usando uma determinada língua natural.

O conceito de competência foi proposto por Chomsky na sequência da dicotomia saussureana língua-fala. É possível estabelecer uma distinção entre

o conhecimento intuitivo que cada sujeito falante tem da sua língua materna (*competence* ou competência) e a utilização que faz dela (*performance* ou desempenho). A **competência** diz respeito ao conhecimento linguístico interiorizado que o sujeito falante possui de uma dada língua natural, e o **desempenho** ao uso efectivo dessa língua enraizado em situações concretas, ou seja, perante outros sujeitos falantes, num tempo e num espaço determinados. Esta distinção corresponde à diferença entre o que um indivíduo *sabe* sobre uma dada língua natural (competência) e o que ele *faz* com essa mesma língua (desempenho).

Existe uma distinção conceptual importante entre o conceito de língua segundo Saussure e o de competência segundo Chomsky: tal como foi perspectivada por Saussure, a língua consiste basicamente num conjunto de unidades depositadas na mente dos sujeitos falantes; já o conceito de competência implica a propriedade da linguagem conhecida como criatividade²⁵. À passividade inerente ao conceito de língua segundo Saussure, Chomsky contrapõe a dinâmica que caracteriza a competência dos sujeitos falantes.

Por **criatividade**, entende-se a capacidade de um sujeito falante produzir e compreender enunciados que nunca ouviu anteriormente. Essa capacidade funda-se no conhecimento de um conjunto de elementos e de regras de uma dada língua. Ou seja, quando falamos, não nos limitamos a reproduzir frases que já ouvimos, repetindo-as numa outra situação (como certos papagaios conseguem fazer); estamos constantemente a criar *novas* frases a partir de palavras e de regras que conhecemos²⁶.

Retomamos o exemplo (3) para evidenciar que, com base num conjunto de palavras que qualquer falante nativo do português reconhece, é possível gerar uma frase (provavelmente) nunca antes lida ou ouvida (entenda-se, com as palavras dispostas exactamente desta maneira).

²⁵ Na perspectiva de Chomsky (1978: 84), «é necessário rejeitar o conceito [de Saussure] de *langue* como sendo meramente um inventário sistemático de itens e regressar à concepção Humboldtiana de competência subjacente como um sistema de processos generativos».

²⁶ Não confundir, portanto, esta acepção do conceito de criatividade com outras acepções, como, por exemplo, a capacidade de gerar novas palavras (neologismos), ainda não inscritas na norma.

(3) *A Catarina tem muita vergonha dos colegas da escola e, por isso, não quer que lhe cantem os “parabéns” quando fizer anos.*

Deste modo, o conceito de competência, segundo Chomsky, tem inscrita a possibilidade de o sujeito falante gerar um número potencialmente infinito de frases a partir de um número finito de signos e de regras de combinação desses signos.

Porque é que esta distinção subtil entre língua e competência é relevante para o estudo das línguas naturais? Porque as propostas teórico-metodológicas de Chomsky se enraízam na propriedade da criatividade. Segundo este autor, a gramática deve explicitar o conhecimento linguístico implícito que os sujeitos falantes têm da sua língua (o português, por exemplo). Ora, se os sujeitos falantes geram, com base num conjunto finito de signos e de regras que têm disponíveis na sua memória, um conjunto infinito de frases, então o objectivo de uma gramática adequada deve consistir em explicitar, em enumerar esse conjunto finito de signos e de regras.

Sendo uma gramática um modelo da competência dos sujeitos falantes, a noção de criatividade está, portanto, inscrita na própria concepção de gramática.

3.2. Gramática descritiva e gramática prescritiva

Sublinhe-se que a palavra “gramática” recobre várias acepções, de que vamos sublinhar duas. Numa perspectiva tradicional, a gramática é vista como a enumeração de um conjunto de regras que serve para *prescrever* o uso correcto e adequado de uma língua. As gramáticas de tipo prescritivo (ou normativo) têm como objectivo estabelecer o que se deve dizer/escrever, segundo uma fórmula do tipo “deve dizer-se assim, e não de outra maneira”. Mas esta não é uma forma científica de perspectivar os factos linguísticos. Nenhuma disciplina científica tem como objectivo enumerar um conjunto de prescrições relativamente ao seu objecto de estudo; pelo contrário, as diferentes áreas científicas pretendem *descrever* um determinado objecto.

Deste modo, na concepção de Chomsky, sob um ponto de vista científico, que é o que subjaz à Linguística, a **gramática** deve ser concebida como a descrição do funcionamento de uma dada língua, isto é, como a enumeração das regras (em número finito) que permitem gerar um número infinito de frases no âmbito dessa mesma língua. Por outras palavras ainda, a gramática deve explicitar a competência dos sujeitos falantes de uma determinada língua natural.

É necessário salientar, contudo, que uma concepção prescritiva do funcionamento da língua faz sentido em determinados contextos, como no ensino, ou na elaboração de documentos oficiais, ou ainda na linguagem dos meios de comunicação social.

O objectivo do linguista, todavia, consiste em descrever os modos como os falantes *usam* uma língua e não os modos como eles *deveriam usar* essa mesma língua. Por outras palavras, ao linguista cabe descobrir e explicitar as regras de uma língua, e não fazê-las ou impô-las.

A noção de regra das gramáticas prescritivas (a imposição de certos usos linguísticos aos sujeitos falantes) é, portanto, bem diferente da noção de regra em Linguística e nas gramáticas descritivas (a descrição dos usos linguísticos dos sujeitos falantes).

Não é relevante, neste ponto da exposição, desenvolver uma reflexão sistemática sobre as diversas teorizações de Chomsky e a evolução do seu pensamento (desde a teoria padrão à teoria padrão alargada, à hipótese lexicalista, etc.). Todavia, justifica-se exemplificar de que modo ele se propôs explicitar o conjunto finito de regras que permite gerar um número infinito de frases. É o que procuraremos fazer a seguir.

3.3. Gramaticalidade e aceitabilidade

Uma gramática adequada deve, então, explicitar como é possível, com base num conjunto finito de regras e de signos, os sujeitos falantes de uma língua gerarem um conjunto infinito de frases. Colocada a questão nestes termos, não é de estranhar que a Sintaxe ocupe um lugar central nas teorizações de Chomsky, uma vez que esta disciplina trata dos modos como se combinam as unidades linguísticas para construir uma frase.

Sublinhe-se que uma gramática adequada não só deve dar conta de como se formam as frases gramaticalmente correctas de uma dada língua, mas também prever as frases gramaticalmente incorrectas. As regras que esta gramática explicita devem, portanto, permitir efectuar previsões acerca da gramaticalidade das frases que podem ser geradas no âmbito de uma língua.

O conceito de gramaticalidade não deve ser confundido com o conceito de aceitabilidade. A gramaticalidade diz respeito às combinações possíveis entre os elementos que constituem as frases. Em português, a frase (23) é gramatical, mas a frase (24) não o é, apesar de ambas serem constituídas pelas mesmas unidades.

(23) *A Rita teve um filho em Fevereiro.*

(24) * *Rita a filho um teve Fevereiro em.*

A ordem das palavras na frase (24) não respeita as regras de combinação dos constituintes próprias do português. É, por isso, uma frase agramatical, ou seja, incorrecta do ponto de vista sintáctico.

O conceito de gramaticalidade constitui, portanto, uma noção sintáctica, uma vez que decorre das combinações e das ordenações possíveis das palavras nas frases.

Por vezes, acontece que uma frase agramatical (uma frase sintacticamente incorrecta) é aceitável num dado contexto. Não é invulgar ouvirmos frases como a seguinte:

(25) * *A gente vamos ao Porto no sábado.*

A ausência de concordância adequada entre o sujeito *a gente* (de 3.^a pessoa do singular) e a forma verbal *vamos* (de 1.^a pessoa do plural) torna esta frase agramatical. E, contudo, em determinadas situações, ela pode ser aceitável, nomeadamente, entre sujeitos falantes que, no uso que fazem da língua portuguesa, não estabelecem aquela concordância.

Estes exemplos ilustram o facto de gramaticalidade e aceitabilidade serem conceitos que se situam em planos diferentes: o conceito de **gramaticalidade** situa-se no plano sintáctico, porque tem que ver com as combinatórias possíveis entre as palavras numa frase; o conceito de **aceitabilidade** situa-se no plano semântico-pragmático, porque tem que ver com o grau de aceitação que uma frase tem numa dada situação (tendo em conta quem fala e quem ouve, onde e quando se fala, o tema sobre o qual se fala, o maior ou menor grau de formalidade que caracteriza a situação, etc.).

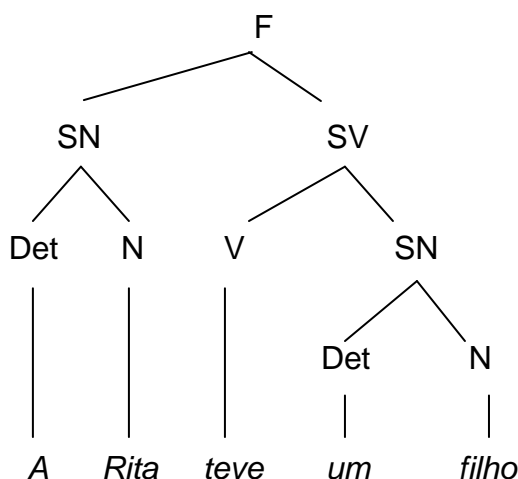
Na concepção de Chomsky, o conceito de gramaticalidade é central para se elaborar uma explicitação adequada da competência dos sujeitos falantes, para sistematizar as regras do funcionamento (isto é, a gramática) de uma dada língua.

3.4. Regras sintagmáticas (ou regras de reescrita)

Definido o conceito de gramaticalidade, vejamos agora como Chomsky se propôs elaborar as regras da gramática por ele concebida. Começamos por apresentar uma frase e, de seguida, representar esquematicamente a estrutura sintáctica que lhe subjaz, explicitando os seus constituintes e o modo como se apresentam combinados.

(26) *A Rita teve um filho.*

O diagrama seguinte – um indicador sintagmático, também conhecido por diagrama em árvore invertida – representa a estrutura sintáctica subjacente à frase (26) e explicita as categorias²⁷ dos constituintes que a integram.



²⁷ Referimo-nos quer às classes sintácticas (determinante, nome, verbo, etc.), quer às classes sintagmáticas (sintagma nominal, sintagma verbal, etc.) em que se inserem os constituintes da frase. As classes sintácticas apontadas pelas gramáticas tradicionais são as seguintes: artigo, substantivo/nome, pronome, verbo, adjectivo, advérbio, preposição, conjunção e numeral. Na gramática proposta por Chomsky, a classe dos determinantes integra o artigo e alguns usos dos pronomes possessivos e demonstrativos (nomeadamente nos contextos em que o pronome se combina com um nome, como em *o meu livro* ou *esse carro*). As classes sintagmáticas são as seguintes: sintagma nominal, sintagma verbal, sintagma preposicional, sintagma adjectival e sintagma adverbial. Cada uma das classes sintagmáticas tem como núcleo, portanto, uma das seguintes classes sintácticas: nome/substantivo, verbo, preposição, adjectivo e advérbio.

A frase (F) é composta por um sintagma nominal (SN) e por um sintagma verbal (SV)²⁸. O SN, por sua vez, integra um determinante (Det) e um nome (N), enquanto o SV inclui um verbo (V) e um sintagma nominal (SN). Este SN, por fim, é também constituído por um determinante (Det) e por um nome (N)²⁹.

Uma forma de explicitar as regras sintagmáticas que possibilitam a construção desta frase com esta estrutura é a seguinte:

a) $F \rightarrow SN + SV$

b) $SN \rightarrow Det + N$

c) $SV \rightarrow V + SN$

As **regras sintagmáticas** (ou **regras de reescrita**) são instruções que explicitam os modos como os constituintes das frases podem ser combinados para que sejam geradas frases gramaticais. São frequentemente regras de ramificação, na medida em que permitem desdobrar um sintagma nos diversos elementos que o compõem³⁰.

As regras sintagmáticas a), b) e c) devem ser lidas do seguinte modo:

a) F reescreve-se SN + SV;

b) SN reescreve-se Det + N;

c) SV reescreve-se V + SN (e este SN, segundo a regra b), reescreve-se Det + N).

²⁸ O sintagma nominal (SN) pode ser designado por grupo nominal (GN). Do mesmo modo, também o sintagma verbal (SV) pode ser designado por grupo verbal (GV), sendo o mesmo raciocínio válido para os restantes sintagmas, de tipo preposicional, adjectival e adverbial.

²⁹ Não é relevante, por agora, indicar os meios pelos quais determinamos que *a Rita* é um SN, que *teve um filho* é um SV e que *um filho* é um SN. Os testes de constituição serão tratados no capítulo 7, dedicado à sintaxe.

³⁰ Pode acontecer que um sintagma seja constituído unicamente pelo seu núcleo. Veja-se mais adiante a regra c'), que prevê que um SV seja obrigatoriamente composto por um V e facultativamente também por um SN.

São estas as regras sintagmáticas que permitem a construção da frase (26). Mas elas permitem a construção de inúmeras outras frases com a mesma estrutura sintáctica. Veja-se as frases (27), (28) e (29).

(27) *O António comprou um livro.*

(28) *Aquele cão encontrou o dono.*

(29) *A Ana viu o filme.*

O poder explicativo de uma gramática deste tipo fica evidenciado pelo facto de, com base num número restrito de regras (apenas 3), ser possível gerar um número muito elevado de frases.

Exemplifiquemos com a frase (27). Também neste caso, a frase F é constituída por um SN (*o António*) e por um SV (*comprou um livro*). O SN é constituído por um Det (*o*) e por um nome (*António*). O SV é constituído por um V (*comprou*) e por outro SN (*um livro*), que, por sua vez, é constituído por um Det (*um*) e por um N (*livro*). A mesma análise se pode aplicar às frases (28) e (29).

Porque se trata de uma análise em que se vai sucessivamente decompondo a totalidade da frase em constituintes menores, designa-se por **análise em constituintes imediatos**. Este tipo de análise procura, então, fornecer uma descrição dos diferentes tipos de constituintes (classes sintácticas e classes sintagmáticas) em que as frases se podem decompor.

Os constituintes imediatos de F são, em todas as frases indicadas, o SN e o SV. Os constituintes imediatos de cada um dos SN são o Det e o N. Os constituintes imediatos do SV são o V e um outro SN. Mas o Det *o* (em *o António*) não é um constituinte imediato de F, uma vez que não depende directamente desse nó, mas do nó SN; logo este Det é constituinte imediato de SN, mas não de F.

Voltemos às regras a), b) e c). Dissemos que as regras sintagmáticas devem permitir a construção de frases gramaticais, e só dessas. Mas as regras que apresentámos permitem construir frases agramaticais, como (30) e (31).

(30) * *O João adoeceu a casa.*

(31) * *O gato comeu o leite.*

Tal como vimos com os exemplos (26) - (29), a frase (30) é composta por um SN (*o João*) e por um SV (*adoeceu a casa*), e o mesmo se verifica na frase (31). Por que razão as frases (26) - (29) são gramaticais e as frases (30) - (31) não o são?

Em (30), o verbo *adoecer* é intransitivo, ou seja, não exige a comparência de qualquer outro constituinte que com ele co-ocorra, pelo que o SV de que esse verbo constitui o núcleo pode ser preenchido unicamente por V³¹. Em (31), há uma incompatibilidade semântica entre o verbo *comer* (aplicável a alimentos sólidos) e o carácter líquido do alimento *leite*.

Estes exemplos mostram que as regras inicialmente estabelecidas não são suficientes para prever todas as frases gramaticais possíveis em português, e só essas. É necessário, por isso, reformular as regras de modo a que elas sejam aplicáveis também às frases (30) e (31).

Uma solução possível para superar a dificuldade atestada na frase (30) é estabelecer, na regra sintagmática c), o carácter facultativo da ocorrência de um SN dependente de SV, como propomos em c'):

c') SV → V (+ SN)

O SN colocado entre parênteses pretende significar que esse constituinte é facultativo no SV, enquanto o V é um constituinte obrigatório. A regra assim reelaborada prevê, então, que o SV seja constituído obrigatoriamente por um V e, facultativamente, também por um SN. Estabelecida deste modo, a regra c') permite gerar quer as frases (22), (27), (28) e (29) (que integram verbos transitivos), quer a frase (30) (que inclui um verbo intransitivo).

O obstáculo colocado pela frase (31) é de natureza diferente, uma vez que diz respeito à informação semântica (e não apenas sintáctica) de cada

³¹ A frase *O João adoeceu na quarta-feira à noite* demonstra que, facultativamente, podem ocorrer outros constituintes. Todavia, com verbos como os das frases (26), (27), (28) e (29) a ocorrência de outros constituintes no SV é obrigatória.

palavra. O verbo *comer* combina-se com constituintes que referem alimentos sólidos, e o nome *leite* carrega, no seu significado, uma informação de alimento líquido.

Uma solução para este problema requer que se recorra ao significado das palavras e que se estabeleçam restrições de co-ocorrência, tais como o verbo *comer* poder ocorrer com alimentos no estado sólido (como *bife*, *bolachas* ou *legumes*), mas não com alimentos no estado líquido (como *leite*, *água* ou *vinho*); o inverso é válido para o verbo *beber*. Essas restrições de co-ocorrência decorrem, portanto, já não de questões de natureza unicamente sintática, mas também da informação semântica inerente a cada palavra.

Porque recai fora do âmbito do que pretendemos demonstrar com estas breves reflexões (nomeadamente o processo de elaboração e reformulação das regras sintagmáticas), não se justifica desenvolver este ponto. O que é importante destacar neste processo é que, sempre que se verifica que uma dada regra não permite prever todas as frases gramaticais ou que possibilita que se gerem frases agramaticais, torna-se necessário reformular a regra de modo a adequá-la aos usos linguísticos.

É relevante sublinhar que as regras sintagmáticas se caracterizam pela **recursividade**, isto é, pela possibilidade de se reaplicarem um número indeterminado de vezes, podendo gerar frases infinitamente longas (e de difícil compreensão). Atente-se na frase (32):

(32) *A tia do primo do sobrinho do irmão da avó da Joana saiu.*

Nesta frase, o SN constituinte imediato de F (*A tia do primo do sobrinho do irmão da avó da Joana*) decompõe-se em

Det (*a*) + N (*tia*) + SPrep (*do primo do sobrinho do irmão da avó da Joana*).

Este SPrep, por sua vez, é constituído por

Prep (*de*) + SN (*o primo do sobrinho do irmão da avó da Joana*).

Por seu turno, este SN é composto por

Det (*o*) + N (*primo*) + SPrep (*do sobrinho do irmão da avó da Joana*).

E assim sucessivamente. Com base neste exemplo, podemos estabelecer as seguintes novas regras sintagmáticas:

d) SN → Det + N (+ SPrep)

e) SPrep → Prep + SN

A propriedade de recursividade é evidenciada pelo facto de o SN se poder ramificar em Det + N + SPrep, e de o SPrep se decompor em Prep + SN. Assim, SN e SPrep podem combinar-se de modo recorrente, gerando frases de extensão (teoricamente) infinita³². As línguas naturais possuem mecanismos recursivos deste tipo, pelo que uma gramática adequada deve necessariamente explicitar as regras que os possibilitam. É o que fazem regras como as que apresentámos em d) e em e).

A elaboração de regras sintagmáticas como as que acabámos de explicitar permite descrever os modos de combinação possíveis entre as diversas classes sintácticas e sintagmáticas. Se forem exaustivamente elaboradas, ou seja, se tiverem em conta todas as estruturas sintácticas possíveis em português, estas regras (em número finito) permitem prever as frases gramaticais (em número infinito) passíveis de serem geradas na nossa língua.

Deste modo, estamos perante uma **gramática** simultaneamente **sintagmática** (porque, ao propor uma análise em constituintes imediatos, dá conta das combinatórias possíveis entre os constituintes das frases numa dada língua) e **formal** (porque explicita, num modelo rigoroso e sistemático, as

³² Repare-se neste outro exemplo, do escritor brasileiro Carlos Drummond de Andrade, em que a recursividade se deve, agora, à ocorrência sucessiva de orações relativas, cujo sujeito é o referente do complemento directo da respectiva oração subordinante: «João amava Teresa que amava Raimundo que amava Maria que amava Joaquim que amava Lili que não amava ninguém».

estruturas sintácticas das frases produzidas, reconhecidas a partir de uma análise linguística empírica³³).

Segundo Nique (1978: 24), «as gramáticas [anteriores a Chomsky] eram todas modelos taxinómicos da língua, isto é, podiam reduzir-se a colecções de exemplos mais ou menos bem descritos, a listas de frases correctas e incorrectas, mas não emitiam qualquer hipótese sobre o funcionamento das línguas e nada explicavam sobre as suas regularidades». Na concepção de Chomsky, pelo contrário, a gramática deve explicitar o sistema de regras inerente à competência dos sujeitos falantes de uma dada língua³⁴.

Este tipo de gramática propõe-se descrever o funcionamento das línguas naturais independentemente da situação em que os sujeitos falantes as utilizam e, até, independentemente dos sujeitos falantes concretos que as usam para comunicar. Nesta teorização, tal como na de Saussure, o sujeito falante é um ser idealizado, desprovido de quaisquer marcas socioculturais, como a actividade socioprofissional, o meio social em que está inserido, os papéis sociais que desempenha, etc.

Só com a Teoria Enunciativa de Émile Benveniste e a Teoria dos Actos de Fala de John Austin (propostas nos anos 60 do século XX) o sujeito falante concreto e inserido numa dada cultura e numa dada situação de enunciação é trazido para o centro das atenções dos linguistas. A partir daí, coordenadas situacionais como o tempo e o lugar em que se dá a interacção verbal, os participantes e as suas características culturais, os respectivos papéis sociais (por exemplo, professor vs. aluno, director vs. secretária, polícia vs. condutor de automóvel, médico vs. paciente, juiz vs. réu), o tema da conversa, assim como os actos que realizamos na e pela linguagem são considerados elementos relevantes a ter em consideração na descrição do funcionamento das línguas naturais. Reflexões como as de Benveniste e de Austin acabaram por desembocar no surgimento de novas disciplinas, como a Sociolinguística e a Pragmática.

³³ Veja-se as regras apresentadas em a), b), c), c'), d) e e).

³⁴ Cf. Chomsky (1978: 85): «as gramáticas tradicionais são deficientes na medida em que não formulam muitas das regularidades básicas da língua a que se referem. Este facto é particularmente nítido ao nível da sintaxe».

Actividades

1. Aplicando os conceitos de gramaticalidade e aceitabilidade, classifique os enunciados seguintes. (No caso dos enunciados que considerar inaceitáveis, deverá explicitar uma situação plausível em que seja evidente essa inaceitabilidade)

a) *A maior parte das pessoas vieram a pé.*

b) *Tu és um gajo baril!*

2. Com base nos enunciados analisados na pergunta anterior, justifique a afirmação seguinte: «gramaticalidade é um conceito eminentemente sintático; aceitabilidade é um conceito eminentemente semântico-pragmático».

Referências bibliográficas (Capítulo 3 – Chomsky e a gramática formal e sintagmática)

a) Leitura complementar

RUWET, Nicolas, e Noam CHOMSKY (1979), *A Gramática Generativa* (trad.), Lisboa, Edições 70, p. 9-19, 29-33, 38-40, 43-48.

b) Obras citadas

CHOMSKY, Noam (1978), *Aspectos da teoria da sintaxe* (trad.), Coimbra, Arménio Amado Editor.

NIQUE, Christian (1978), *Iniciação metódica à Gramática Generativa* (trad.), Lisboa, Publicações Dom Quixote.

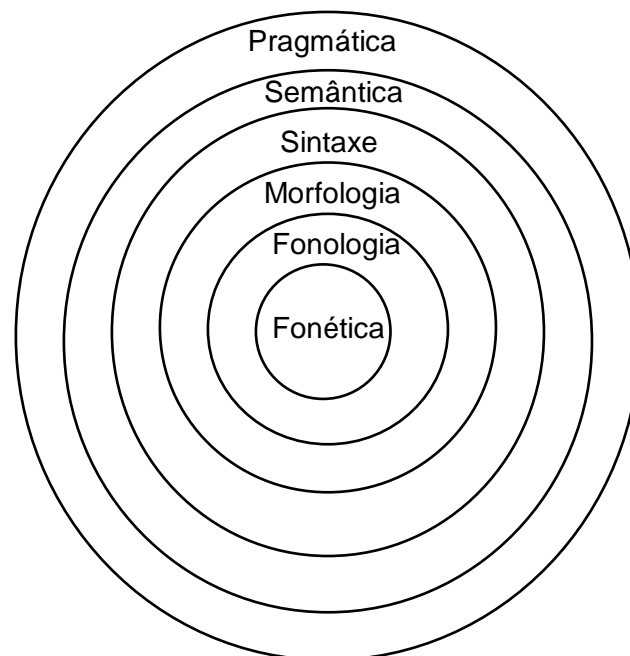
2.^a PARTE

OS NÍVEIS DE ANÁLISE LINGUÍSTICA (FONÉTICA, FONOLOGIA, MORFOLOGIA, SINTAXE, SEMÂNTICA, PRAGMÁTICA)

Introdução

Introduzidos alguns conceitos fundamentais de Linguística Geral, é altura de tratar agora dos diferentes níveis de análise linguística, das áreas passíveis de descrição numa língua natural.

Como muitas vezes acontece com qualquer síntese esquemática, o diagrama que a seguir se propõe³⁵ é simultaneamente esclarecedor e redutor. Por um lado, permite *arrumar* de um modo conveniente as disciplinas linguísticas, mas, por outro, não deixa entrever as áreas que são comuns à Morfologia e à Sintaxe ou à Semântica e à Pragmática. De facto, as fronteiras entre as disciplinas indicadas são muito menos nítidas do que o diagrama sugere.



Esta apresentação das áreas de descrição linguística propicia, em alguns casos, uma leitura pertinente: a unidade mínima da Morfologia (o morfema), por

³⁵ Extraído, com algumas alterações, de AITCHISON (1978: 14).

exemplo, é de complexidade superior à unidade mínima da Fonologia (o fonema). Por sua vez, a unidade mínima da Sintaxe (o sintagma) é de complexidade superior à unidade mínima da Morfologia.

Deste modo, justifica-se uma abordagem sequencial dos níveis de análise linguística, em função da ordem apresentada: Fonética, Fonologia, Morfologia, Sintaxe, Semântica, Pragmática. É essa sequência que seguiremos ao apresentarmos os principais objectivos e conceitos operatórios de cada uma destas disciplinas linguísticas.

Capítulo 4 – Fonética

Objectivos

No final deste Capítulo, o estudante deverá estar apto a

- definir o objecto de estudo da Fonética;
- identificar factos linguísticos que são estudados no âmbito desta disciplina;
- reconhecer as diferentes zonas do aparelho fonador (e respectivas funções);
- classificar as consoantes, vogais e semivogais do português, servindo-se de critérios de natureza articulatória;
- compreender a necessidade de criar alfabetos fonéticos para representar graficamente os sons da fala;
- utilizar o Alfabeto Fonético Internacional para efectuar transcrições fonéticas;
- distinguir transcrições fonéticas largas de transcrições fonéticas estreitas.

4.1. O objecto de estudo da Fonética e conceitos operatórios básicos

Vimos já que as línguas naturais são constituídas por signos, unidades providas de significante e de significado. Logo, entre os objectivos da Linguística deverá estar incluída a descrição da face significante dos signos linguísticos. A Fonética e a Fonologia estudam a matéria fónica das línguas, embora o façam a partir de perspectivas diferentes.

A Fonética descreve as propriedades físicas e articulatórias dos sons. Recordemos a dicotomia saussureana *langue/parole* para melhor definirmos o objecto de estudo da Fonética. A língua é o sistema abstracto, o modelo constante de todas as manifestações linguísticas particulares. A fala é o fenómeno individual e concreto, a realidade física variável de falante para falante. A Fonética ocupa-se dos sons da fala porque procede à análise dos sons no plano físico e fisiológico e fá-lo com base em metodologias semelhantes às das ciências de tipo laboratorial.

A **Fonética** trata, então, dos sons da fala e do modo como estes sons são produzidos e recebidos. Podemos, a partir desta definição, entrever três áreas de descrição no âmbito desta disciplina:

a) a **Fonética Acústica** procede ao estudo das ondas sonoras que constituem os sons da fala, descrevendo as propriedades físicas dos sons;

b) a **Fonética Articulatória** procede ao estudo da produção dos sons da fala, analisando a anatomia do aparelho fonador e explicitando a articulação dos sons da linguagem;

c) a **Fonética Perceptiva** procede ao estudo da percepção dos sons da fala, abordando o modo como o ouvido capta os sons da fala.

Ao longo deste Capítulo, vamos concentrar a nossa atenção na Fonética Articulatória. Justifica-se começar por efectuar uma descrição sumária do **aparelho fonador**, que é composto por todos os órgãos do corpo humano que

participam na produção dos fones. O aparelho fonador permite-nos produzir os sons linguísticos que, sistematicamente associados a significados, possibilitam a comunicação verbal entre os seres humanos.

Os **fonos** (ou **segmentos fonéticos**) são os sons, articulados pelos sujeitos falantes recorrendo ao aparelho fonador, que fazem parte de uma dada língua. Com os fones, os sujeitos falantes compõem os significantes dos signos linguísticos da língua que dominam, propiciando a comunicação. Vejamos, então, como é constituído o aparelho fonador dos seres humanos, para melhor compreendermos como são produzidos os fones.

É possível distinguir três zonas no aparelho fonador, cada uma desempenhando papéis diferentes mas complementares e, todos eles, necessários à comunicação verbal³⁶.

A **zona da respiração** é constituída pelos órgãos que participam na expiração do ar, como os brônquios, os pulmões e a traqueia. A matéria-prima da fala é o ar, designado em Fonética por sopro fónico. A respiração consta de duas fases: a inspiração e a expiração. É na fase da expiração que se dá a fonação, a produção dos sons da linguagem.

A **zona da fonação** é composta pelos órgãos que participam na produção do som, nomeadamente as cordas vocais e a glote, localizadas na laringe. Nesta zona é criada a energia sonora utilizada na fonação. O ar que *transporta* as ondas sonoras tem origem na zona da respiração; as ondas sonoras são produzidas na zona da fonação. A laringe é, portanto, «responsável pela alternância entre sons vozeados e não-vozeados, pelas alternâncias de tons e pela entoação dos enunciados»³⁷.

Por fim, a **zona da articulação** (zona também conhecida pelas designações de cavidades supralaríngeas e de cavidades supraglóticas – ou seja, cavidades localizadas acima da laringe e da glote) é constituída pelos órgãos que participam na configuração articulatória do som: - a cavidade oral (ou tracto oral ou cavidade bucal) e a cavidade nasal (ou tracto nasal).

Na cavidade oral, destacam-se os seguintes articuladores:

- a língua (divisível em ápice, coroa e dorso);

³⁶ Esta descrição e caracterização do aparelho fonador deve ser complementada com a análise das imagens reproduzidas em ANDRADE e VIANA (1996: 129-130, 136-138).

³⁷ ANDRADE e VIANA (1996: 131).

- os lábios;
- os dentes incisivos superiores e os alvéolos (gengivas onde estão enraizados estes dentes);
- os maxilares superior e inferior;
- o palato (onde se pode distinguir o palato duro, na zona anterior da boca, do palato mole ou véu palatino, na zona posterior da boca).

É no palato mole que se localiza a úvula, a qual se pode deslocar de modo a fechar o canal de acesso às fossas nasais, expelindo o sopro fónico pela cavidade oral, ou de modo a abrir o canal de acesso às fossas nasais, expelindo por aí parte do sopro fónico, permitindo, por isso, a produção de sons nasais.

Os **articuladores** são, portanto, órgãos ou estruturas anatómicas que contribuem para a configuração dos fones. Esta definição tornar-se-á mais clara quando, adiante, procedermos à classificação articulatória dos fones existentes em português. Veremos, nessa altura, que as designações dos fones decorrem, em parte, do ponto da cavidade oral onde se dá a essa configuração, sendo possível distinguir sons bilabiais, labiodentais, alveolares, palatais, uvulares, etc.

4.2. Relações entre sistema ortográfico e sistema fonético

Ao longo desta secção, procuraremos evidenciar a ideia segundo a qual os **alfabetos fonéticos** constituem instrumentos indispensáveis para quem se dedica à investigação fonética. A constatação de que não há uma relação unívoca entre a oralidade e a grafia ditou a necessidade de criação destes sistemas de notação da oralidade, nos quais a um som corresponde um e um só carácter, e vice-versa.

Não existe uma relação biunívoca entre a oralidade e a escrita, porque um som pode ser representado graficamente de maneiras diferentes e porque uma letra pode ter valores fónicos diversos, inclusivamente, uma letra nem representar qualquer fone.

Há cinco casos distintos de não coincidência entre a oralidade e a escrita:

a) uma letra pode não representar qualquer som (homem, óptimo, actividade);

b) uma mesma letra (as letras <x>, <g>, <r> e <e>, por exemplo) pode representar sons distintos (exame, enxame; gestão, gorilla; rato, aro; ele, perna);

c) um som (o som [s], por exemplo) pode ser representado na escrita por letras ou grupos de letras diferentes (açesso, aço, sopa, asso, próximo);

d) a uma sequência de duas letras pode corresponder um único som (olheiras, arroz, assassino, chamar, ninho, entrar, antes, índio, ontem, mundo);

e) uma única letra pode representar uma sequência de dois sons (toxicodependente, axila).

É importante ter presentes estas discrepâncias entre sistema ortográfico e sistema fonético quando se efectuam transcrições fonéticas, como adiante veremos.

4.2.1. O Alfabeto Fonético Internacional (A.F.I.) e a classificação dos fones do português

Em Fonética, é essencial distinguir sons consonânticos de sons vocálicos. Nos **sons consonânticos**, há um obstáculo à passagem do sopro fónico na zona da articulação; nos **sons vocálicos**, não existe qualquer obstáculo à passagem do sopro fónico. O critério que propicia a distinção entre consoantes e vogais é, portanto, o grau de liberdade que o sopro fónico encontra nas cavidades supraglóticas.

Tradicionalmente, as **consoantes** são classificadas segundo quatro critérios de tipo articulatório.

a) Vibração laríngea

Quando as cordas vocais estão relaxadas, deixam passar o sopro fónico sem produzir qualquer vibração. Quando estão retesadas, o sopro fónico tem de exercer uma certa pressão para atravessar a glote (o orifício entre as cordas vocais), fazendo vibrar as cordas vocais. No primeiro caso, são produzidas **consoantes não-vozeadas** (ou surdas ou áfonas); no segundo caso, são produzidas **consoantes vozeadas** (ou sonoras).

Sublinhe-se que se trata de sons surdos e sonoros apenas do ponto de vista articulatório (isto é, tendo em conta a existência ou não de vibração nas cordas vocais). Do ponto de vista acústico não há, evidentemente, sons surdos.

b) Ressonância nas cavidades oral e nasal

Sempre que o véu palatino (onde se localiza a úvula) recua, fecha as fossas nasais à passagem do ar, impedindo o sopro fónico de passar pela cavidade nasal. Deste modo, o sopro fónico é expelido na totalidade pela cavidade oral, produzindo-se **consoantes orais** (uma vez que há ressonância apenas na cavidade oral).

Quando o véu palatino baixa, permite que o sopro fónico passe por ambas as cavidades; são produzidas, neste caso, **consoantes nasais**, havendo ressonância nas cavidades oral e nasal.

c) **Obstáculo à passagem do sopro fónico**

Quando há um obstáculo total à passagem do sopro fónico, produzem-se **consoantes momentâneas**. Quando esse obstáculo é parcial, produzem-se **consoantes contínuas**. Após a apresentação da classificação articulatória tradicional dos sons consonânticos, explicitaremos quais são as consoantes momentâneas e quais são as consoantes contínuas.

d) **Localização do ponto de articulação**

As consoantes iniciais das palavras *pato*, *bato* e *mato* articulam-se com os dois lábios. Diz-se, por isso, que são **consoantes bilabiais**. As consoantes iniciais das palavras *faca* e *vaca* articulam-se colocando os dentes incisivos sobre os lábios inferiores. Logo, são **consoantes labiodentais**.

Apresentamos, no quadro seguinte, a classificação articulatória tradicional dos sons consonânticos da língua portuguesa (segundo a norma da variante europeia), assim como o carácter correspondente no **Alfabeto Fonético Internacional** (doravante **A.F.I.**).

As designações dos sons consonânticos decorrem quer dos nomes dos articuladores que são responsáveis pela sua configuração, quer dos elementos indicados em cada um dos critérios de classificação das consoantes, como veremos adiante.

CLASSIFICAÇÃO ARTICULATÓRIA DOS SONS CONSONÂNTICOS		EXEMPLOS
[p]	consoante oclusiva bilabial surda	<u>p</u> ato, ap <u>o</u> geu
[t]	consoante oclusiva apicodental surda	<u>t</u> ambor, á <u>t</u> omo
[k]	consoante oclusiva velar surda	<u>c</u> acto, pou <u>c</u> o, <u>q</u> uem, <u>a</u> quilo
[b]	consoante oclusiva bilabial sonora	<u>b</u> ato
[d]	consoante oclusiva apicodental sonora	<u>d</u> ado
[g]	consoante oclusiva velar sonora	<u>g</u> ato
[m]	consoante nasal bilabial	<u>m</u> ato, <u>a</u> migo
[n]	consoante nasal apicoalveolar	<u>n</u> ata, ca <u>n</u> al, pó <u>l</u> en
[ɲ]	consoante nasal palatal	ma <u>nh</u> ã
[f]	consoante fricativa labiodental surda	<u>f</u> aca, a <u>f</u> ecto
[v]	consoante fricativa labiodental sonora	<u>v</u> aca, a <u>v</u> ença
[s]	consoante fricativa alveolar surda	<u>s</u> aco, <u>a</u> ssar, <u>c</u> era, ca <u>ç</u> a, pró <u>x</u> imo
[z]	consoante fricativa alveolar sonora	<u>z</u> ebra, a <u>z</u> ar, ca <u>s</u> a, e <u>x</u> ame
[ʃ]	consoante fricativa palatal surda	<u>ç</u> á, <u>x</u> arope, e <u>s</u> te, com <u>e</u> s
[ʒ]	consoante fricativa palatal sonora	<u>j</u> á, a <u>g</u> ir, me <u>s</u> mo
[r]	consoante vibrante simples	ca <u>r</u> o, be <u>b</u> er
[R]	consoante vibrante múltipla uvular	<u>r</u> ato, ca <u>r</u> ro, Hen <u>r</u> ique
[l]	consoante lateral apicoalveolar	<u>l</u> ata, ma <u>l</u> a
[ʎ]	consoante lateral palatal	ma <u>l</u> ha

Sublinhe-se que as consoantes orais não são explicitamente assinaladas nas designações para evitar redundâncias, uma vez que todas as consoantes que não são nasais são necessariamente orais. Do mesmo modo, porque

todas as consoantes nasais, vibrantes e laterais são também sonoras, seria redundante indicar que, além de nasais (por exemplo), essas consoantes são igualmente sonoras.

Quanto ao **modo de articulação**, as consoantes podem ser

- **oclusivas** (na produção das consoantes oclusivas, observa-se um fechamento ou oclusão total da cavidade oral)³⁸;

- **fricativas** (a articulação das consoantes fricativas ou constrictivas corresponde a uma espécie de fricção entre dois articuladores, decorrendo de uma constrição ou estreitamento do canal por onde passa o sopro fónico);

- **vibrantes** (na articulação das consoantes vibrantes, observa-se uma vibração, simples ou múltipla³⁹);

- **laterais** (as consoantes laterais são aquelas cuja produção se dá com a aproximação da língua ao palato e a conseqüente passagem do sopro fónico por ambos os lados da língua);

- **nasais** (as consoantes nasais são produzidas quando o véu palatino baixa, e o sopro fónico passa quer pela cavidade oral, quer pela cavidade nasal).

Registe-se que todas as consoantes oclusivas são momentâneas, na medida em que a produção do som consonântico oclusivo se dá num único momento, não podendo ser prolongado. Já as consoantes contínuas podem ser fricativas, nasais, laterais ou vibrantes⁴⁰.

Quanto ao **ponto de articulação**, as consoantes podem ser

³⁸ Quanto às três consoantes oclusivas sonoras – [b], [d] e [g] –, verifica-se que, em alguns casos, os sujeitos falantes não as articulam com uma oclusão total, nomeadamente quando estas consoantes se encontram em posição intervocálica, como nas palavras seguintes: *aba*, *sede*, *água*. Diz-se então que se trata de consoantes oclusivas imperfeitas, respectivamente bilabial, apicodental e velar. As consoantes oclusivas imperfeitas são representadas, no A.F.I., pelos caracteres [β], [ð] e [ɣ]. A distinção entre oclusivas perfeitas e imperfeitas afecta apenas as consoantes oclusivas sonoras.

³⁹ Em português europeu, coexistem duas consoantes vibrantes múltiplas em variação livre: uma uvular e uma apicoalveolar (produzida com a vibração do ápice da língua contra os alvéolos onde se alojam os dentes incisivos superiores). Dizer que se trata de dois fones em variação livre significa dizer que, em todas as palavras que contenham o som consonântico vibrante múltiplo (por exemplo, em *rua* ou em *arroz*), podemos optar por usar um ou outro desses dois fones, uma vez que tal escolha não origina diferenças de significado na palavra enunciada.

⁴⁰ Só a consoante vibrante múltipla é contínua; a consoante vibrante simples é uma consoante momentânea.

- **bilabiais** (os articuladores que permitem a produção destas consoantes são os lábios);

- **labiodentais** (estas consoantes produzem-se quando os dentes incisivos superiores se encostam ao lábio inferior);

- **apicodentais** (quando o ápice – ou ponta da língua – se encosta aos dentes incisivos do maxilar superior, permite a produção das consoantes apicodentais);

- **(apico)alveolares** (estas consoantes são produzidas quando o ápice da língua toca ou se aproxima dos alvéolos, zona da cavidade oral onde se aloja a raiz dos dentes incisivos superiores);

- **palatais** (quando a coroa da língua se encosta ao palato ou se aproxima dele, são produzidas consoantes palatais);

- **velares** (na produção destas consoantes, a língua encosta-se ao véu palatino);

- **uvulares** (a vibração da úvula dá origem a consoantes vibrantes múltiplas).

Justifica-se fazer uma breve referência às consoantes laterais apicoalveolares localizadas em final de sílaba. A articulação das consoantes laterais apicoalveolares presentes nas palavras *lata* e *mala* (em início de sílaba) não é a mesma que em *mal* e *malta* (em final de sílaba). Na verdade, quando a consoante lateral se apresenta em contexto de final de sílaba (como em *mal* e *malta*), diz-se que ela é velarizada⁴¹. Cada um destes dois fones ocorre, portanto, num contexto específico. Dito de outro modo, o sujeito falante não é livre de escolher articular um ou outro; a ocorrência de um ou outro fone é determinada pelo contexto em que ocorre (em início ou em final de sílaba).

Seguidamente, indicamos os três critérios de tipo articulatorio que nos permitem classificar as **vogais**:

a) **Localização do ponto de articulação**

Consoante a língua se situe na parte anterior, na parte central ou na parte posterior da cavidade oral, são articuladas **vogais anteriores, centrais ou posteriores**.

⁴¹ A consoante lateral apicoalveolar velarizada é representada no A.F.I. por [ɫ].

b) Grau de abertura

Existem quatro graus de abertura da cavidade oral, que possibilitam a produção de **vogais abertas, semiabertas, semifechadas e fechadas**.

c) Nasalidade

Quando o sopro fónico passa apenas pela cavidade oral produzem-se **vogais orais**. Quando passa pelas cavidades oral e nasal produzem-se **vogais nasais**.

Apresentamos agora a classificação articulatória tradicional dos sons vocálicos da língua portuguesa (norma da variante europeia), juntamente com os caracteres do A.F.I. que lhes correspondem.

No quadro seguinte, são indicadas as vogais orais.

CLASSIFICAÇÃO ARTICULATÓRIA DAS VOGAIS ORAIS		
[a]	vogal central aberta	<i>ca<u>s</u>a, l<u>a</u></i>
[ɐ]	vogal central semiaberta	<i>cas<u>a</u>, l<u>e</u>i, l<u>e</u>nha</i>
[ɔ]	vogal central semifechada	<i>beb<u>i</u>da, cidad<u>e</u></i>
[ɛ]	vogal anterior semiaberta	<i>ec<u>o</u>, p<u>e</u></i>
[e]	vogal anterior semifechada	<i>med<u>o</u>, l<u>e</u>r</i>
[i]	vogal anterior fechada	<i>al<u>i</u></i>
[ɔ]	vogal posterior semiaberta	<i>av<u>o</u>, f<u>o</u>rte</i>
[o]	vogal posterior semifechada	<i>av<u>o</u>, f<u>o</u>rça</i>
[u]	vogal posterior fechada	<i>mu<u>d</u>o, car<u>o</u></i>

No quadro que a seguir apresentamos, são indicadas as vogais nasais.

CLASSIFICAÇÃO ARTICULATÓRIA DAS VOGAIS NASAIS		
[ɐ̃]	vogal central semiaberta nasal	<i>fantástico, lã</i>
[ẽ]	vogal anterior semifechada nasal	<i>pensamento, gente</i>
[ĩ]	vogal anterior fechada nasal	<i>sim, tingir</i>
[õ]	vogal posterior semifechada nasal	<i>bom, fonte</i>
[ũ]	vogal posterior fechada nasal	<i>mundo, atum</i>

As vogais orais, à semelhança do que acontece com as consoantes orais, não são explicitamente assinaladas nas respectivas designações. Tal seria redundante uma vez que todas as vogais que não são nasais são necessariamente orais.

Além dos fones apresentados, há ainda **semivogais** (ou **sons semivocálicos** ou **glides**). Estes fones são designados semivogais porque partilham características das vogais e das consoantes: aproximam-se das vogais porque, do ponto de vista da sua articulação, as semivogais não encontram obstáculo na passagem do sopro fónico; aproximam-se das consoantes porque, tendo em conta a posição que podem ocupar no interior da sílaba, as semivogais nunca constituem núcleo de sílaba.

SEMIVOGAIS		
[j]	semivogal anterior	<i>pa<u>j</u></i>
[w]	semivogal posterior	<i>pa<u>w</u></i>

As semivogais ocorrem apenas nos **ditongos**. Os ditongos são compostos por sequências de vogal + semivogal ou de semivogal + vogal, sequências essas que fazem parte uma mesma sílaba.

Segundo um critério de ressonância (na cavidade oral ou nas cavidades oral e nasal), existem dois tipos de ditongos:

- **ditongos orais** (por exemplo: *sai, sei*⁴², *dói, foi, fui; mau, céu, meu, viu, touro*⁴³)

- **ditongos nasais** (*mãe, põe, muito; levarão/levaram*).

Segundo um critério que releva da localização da semivogal relativamente à vogal, é também possível distinguir dois tipos de ditongos. Nos **ditongos crescentes**, a semivogal antecede a vogal. Estes ditongos são assim designados porque se passa de uma menor abertura bucal a uma maior abertura bucal. As palavras *quase, equestre* e *quando* incluem um ditongo crescente.

Nos **ditongos decrescentes**, a vogal antecede a semivogal. Estes ditongos são assim designados porque se passa de uma maior abertura bucal a uma menor abertura bucal. As palavras *sai, sei* e *mãe* incluem um ditongo decrescente.

É conveniente proceder à distinção entre ditongo e hiato. Um ditongo, como vimos, é uma sequência de vogal + semivogal ou vice-versa, sendo os dois sons articulados na mesma sílaba. Um **hiato** é uma sequência de dois sons vocálicos articulados em duas sílabas diferentes.

Concluimos esta secção apresentando alguns exemplos de ditongos e de hiatos.

Ditongo	Hiato
<i>pais</i>	<i>país</i>
<i>Deus</i>	<i>dê-os</i>

⁴² [ɛj] no português padrão; [ej] em regiões do sul de Portugal.

⁴³ Na pronúncia da língua-padrão do português europeu, verifica-se a monotongação deste ditongo ([o] em vez de [ow]); todavia, ele mantém toda a sua vitalidade nas regiões do norte de Portugal, onde ainda permite distinguir, por exemplo, *osso* de *ouço* e *posar* de *pousar*.

<i>viu</i>	<i>vi-o</i>
<i>riu</i>	<i>rio</i>

4.2.2. Transcrições fonéticas

À anotação gráfica da oralidade através da utilização de um alfabeto no qual cada carácter corresponde a um som dá-se o nome de **transcrição fonética** (ou **notação fonética**). As transcrições fonéticas efectuam-se entre parêntesis rectos [] e representam os sons linguísticos (designados **fonemes** ou **segmentos fonéticos**).

Existem dois tipos de transcrições: **transcrições fonéticas largas** (que especificam menos detalhes fonéticos) e **transcrições fonéticas estreitas** (que especificam mais detalhes fonéticos). A título de exemplo, refira-se que uma transcrição fonética larga não se preocupará em assinalar as consoantes oclusivas imperfeitas ([β], [δ] e [ɣ]) ou as consoantes laterais apicoalveolares velarizadas ([ɮ]), enquanto uma transcrição fonética estreita deverá assinalar a especificidade desses fonemes, distinguindo-os das consoantes oclusivas perfeitas ([b], [d] e [g]) e da consoante lateral apicoalveolar ([l]), respectivamente.

A transcrição fonética de uma palavra, para ser correctamente efectuada, requer as três características seguintes:

- a) selecção e ordenação dos caracteres e diacríticos do A.F.I.⁴⁴;
- b) colocação desses caracteres entre parênteses rectos;
- c) notação da sílaba tónica, usando um diacrítico correspondente ao acento agudo.

A notação da sílaba tónica pode ser efectuada de duas maneiras:

- o diacrítico é colocado imediatamente antes do primeiro carácter que faz parte da sílaba tónica (como em [ˈmezɐ]);

- o diacrítico é colocado sobre o carácter que representa a vogal da sílaba tónica (como em [mézɐ]).

⁴⁴ Em ANDRADE e VIANA (1996: 155-157) são expostos todos os caracteres do A.F.I., assim como os diacríticos.

Ao longo desta exposição, optaremos pela primeira possibilidade de notação da sílaba tónica: nas transcrições fonéticas, colocaremos o diacrítico antes do primeiro fone da sílaba tónica. Esta opção deve-se ao seguinte: as vogais nasais são, por definição, assinaladas com um diacrítico correspondente ao til, o qual indica precisamente o traço de nasalidade que as caracteriza. Ora, se optássemos pela segunda possibilidade, quando o acento de uma palavra recai sobre uma sílaba que tem por núcleo uma vogal nasal, seria necessário sobrepor-lhe dois diacríticos: um que indicasse a nasalidade e outro que assinalasse a sílaba tónica. Para evitar eventuais dificuldades que daí resultem, optámos por notar a sílaba tónica antes do primeiro fone que a integra. Sublinhe-se, todavia, que, nas provas de avaliação, ambas as notações serão consideradas igualmente correctas.

Veremos, a seguir, alguns exemplos de transcrições fonéticas de palavras isoladas.

- *gato*: ['gatu]

- *casa*: ['kazɐ]

Na transcrição fonética da palavra *gato*, salientamos o facto de a vogal localizada em final de palavra ser uma vogal posterior fechada, representada no A.F.I. pelo carácter [u].

Quanto à palavra *casa*, as duas vogais representam-se ortograficamente pela mesma letra (<a>), mas, na oralidade, constituem fones distintos: a vogal central aberta, na primeira sílaba, e a vogal central semiaberta, na segunda (representados no A.F.I. respectivamente por [a] e [ɐ]).

Além disso, deve notar-se que o som consonântico inicial é uma consoante oclusiva velar surda (representada no A.F.I. pelo carácter [k]), e que o som consonântico localizado no início da segunda sílaba é uma consoante fricativa alveolar sonora (pelo que é representado pelo carácter [z]).

Em palavras como *arroz* ou *malha*, as transcrições fonéticas reflectem o facto de cinco letras representarem apenas quatro fones, uma vez que as sequências de letras <rr> e <lh> representam um único fone:

- *arroz*: [ʁ'Roʒ]

- *malha*: ['maʎa]

Já em *maxilar*, pelo contrário, a transcrição fonética desta palavra com sete letras integra oito fones, justamente porque a letra <x> representa uma sequência de dois sons:

- *maxilar*: [maks'i'lar]

Sublinhe-se, ainda, que as palavras monossilábicas não são notadas com o diacrítico que assinala a sílaba tónica. Deste modo, as transcrições fonéticas de palavras como *um* ou *mais* ou *lá* são as seguintes:

- *um*: [ũ]

- *mais*: [majʃ]

- *lá*: [la]

Vejam agora algumas transcrições fonéticas de palavras não isoladas (ou seja, de palavras contextualizadas) para comprovarmos que o contexto em que as palavras ocorrem pode influenciar a actualização de alguns dos fones que constituem a sua face significante.

Quando a palavra *carros* é articulada isoladamente, o fone final é uma consoante fricativa palatal surda [ʃ]. Atente-se no que acontece quando a palavra é seguida de uma outra cujo fone inicial é uma consoante não-vozeada, uma consoante vozeada e uma vogal. Para tal, apresentaremos as transcrições fonéticas das seguintes sequências de palavras: *carros cinzentos*, *carros vermelhos* e *carros azuis*.

- *carros cinzentos*: ['kaRuʃsĩ'zêtuʃ]

- *carros vermelhos*: ['kaRuʒvəɾ'meɫuʃ]

- *carros azuis*: ['kaRuʒɐ'zuʃ]

Quando a palavra seguinte se inicia por uma consoante não-vozeada (como no caso da sequência *carros cinzentos*), o fone final da palavra *carros* continua a ser uma consoante fricativa palatal surda [ʃ].

Mas quando essa palavra é seguida de uma outra cujo fone inicial é uma consoante vozeada, o fone final da palavra *carros* é uma consoante fricativa palatal vozeada [ʒ]. O traço que distingue as duas consoantes fricativas palatais é justamente o traço [\pm vozeado]: [ʃ] é uma consoante não-vozeada e [ʒ] é uma consoante vozeada. Observa-se, portanto, um fenómeno de co-articulação, ou seja, a ocorrência subsequente de um fone com uma determinada característica (neste caso, o fone [v], com o traço [+ vozeado]), influencia a articulação do fone precedente: o vozeamento que caracteriza o fone inicial da palavra *vermelhos* influencia a consoante que a precede, transmitindo-lhe esse traço.

Por fim, quando se segue uma palavra iniciada por vogal, o som final da palavra *carros* é articulado como consoante fricativa alveolar sonora [z]⁴⁵.

As reflexões que apresentámos sublinharam que o processo de representação gráfica da oralidade através de transcrições fonéticas requer um esforço de abstracção do sistema de regras ortográficas, com o objectivo de a um fone associarmos sempre o mesmo carácter do A.F.I., e de a um carácter do A.F.I. associarmos sempre o mesmo fone.

⁴⁵ Retomaremos este assunto quando abordarmos o conceito de alomorfe no **Capítulo 6 – Morfologia**.

Actividades

1. Apresente a transcrição fonética das palavras indicadas.

a) *profissão*

b) *requintado*

c) *antigamente*

d) *ginásio*

e) *inflexível*

f) *jasmim*

2. Classifique articulatoriamente os sons iniciais das seguintes palavras:

a) *importante*

b) *chegar*

c) *dente*

d) *entrada*

e) *cinco*

f) *alto*

Referências bibliográficas (Capítulo 4 - Fonética)

a) Leitura obrigatória

ANDRADE, Amália, e Maria do Céu VIANA (1996), “Fonética”, in FARIA, Isabel Hub, *et alii* (Org.), *Introdução à linguística geral e portuguesa*, Lisboa, Caminho, p. 115-146.

b) Leitura complementar

CUNHA, Celso, e Lindley CINTRA (1984), *Nova gramática do português contemporâneo* (5.^a ed.), Lisboa, Edições João Sá da Costa, p. 25-62.

c) Obra referida

AITCHISON, Jean (1993), *Introdução aos estudos linguísticos* (trad.), Mem-Martins, Publicações Europa-América.

Capítulo 5 – Fonologia e Prosódia

Objectivos

No final deste Capítulo, o estudante deverá estar apto a

- definir o objecto de estudo da Fonologia;
- reconhecer o carácter abstracto do conceito de fonema;
- identificar fonemas do português, utilizando as operações de segmentação e de comutação;
- definir o conceito de par mínimo;
- reconhecer as principais características do sistema fonológico do português;
- distinguir variantes livres de variantes contextuais;
- definir o objecto de estudo da Prosódia;
- compreender que o acento e a entoação são fenómenos supra-segmentais relevantes para a comunicação verbal em português.

5.1. O objecto de estudo da Fonologia e conceitos operatórios básicos

O surgimento de uma disciplina como a Fonologia deve-se ao facto de a Fonética não esgotar a análise a que a matéria fónica pode ser sujeita. Ambas as disciplinas estudam a oralidade mas segundo perspectivas diferentes.

A Fonética, já o referimos, estuda os sons da fala, os sons fisicamente produzidos e apreendidos. A **Fonologia** estuda os sons visando depreender a realidade abstracta da língua em face da realidade concreta da fala. Por outras palavras, a Fonologia analisa a estrutura abstracta subjacente aos sons da fala. Esta disciplina obriga, portanto, a um exercício de abstracção a partir do nível sonoro das línguas, pois o nível fonológico possui carácter abstracto.

A distinção entre Fonética e Fonologia assenta nos três critérios seguintes (dois deles relevam de dicotomias saussureanas):

a) A língua é o sistema abstracto, o modelo constante de todas as manifestações linguísticas particulares. A fala é o fenómeno individual e concreto, é a realidade física variável de falante para falante. A Fonética é a disciplina que descreve os sons da fala. A Fonologia é a disciplina que se ocupa da organização desses sons no plano da língua.

A Fonética estuda factos sonoros, realidades físicas apreensíveis produzidas na fonação (os fones). A Fonologia estuda unidades abstractas que se materializam através da fala (os fonemas). O fone é o som fisicamente produzido e apreendido. O **fonema** é a unidade mínima distintiva, ou seja, é o mais pequeno segmento da cadeia falada, constituído por um conjunto de traços distintivos. Constitui o arquétipo, o modelo abstracto de um som.

Por **traço distintivo** (ou **traço pertinente** ou **traço diferencial**) entende-se a unidade que permite distinguir dois fonemas no âmbito de uma língua natural. Exemplos de traços distintivos⁴⁶ são os seguintes:

⁴⁶ O conjunto de traços distintivos que se generalizou entre os linguistas foi aquele proposto por Noam Chomsky e Morris Halle (cf. MARTINS (1988: 105-118). Em MATEUS (1996: 179-185) são classificados todos os fonemas do português com base nesses traços.

[± consonântico]	[± silábico]
[± vozeado]	[± nasal]
[± contínuo]	[± alto]

Vejam os esquematicamente alguns traços distintivos que caracterizam três consoantes do português⁴⁷:

	[± consonântico]	[± nasal]	[± vozeado]
/p/	+	-	-
/b/	+	-	+
/m/	+	+	+

Estas três consoantes distinguem-se com base em apenas dois traços distintivos: [± vozeado] e [± nasal].

O fone é a realização fonética de um fonema. Constitui a concretização no plano da fala do fonema, que é uma unidade do plano da língua. Já dissemos que a fala é a actualização do sistema que é a língua. O nível fonético funciona, então, como a concretização dessa abstracção que é a organização fonológica. É possível estabelecer a seguinte relação de equivalência:

Língua	Fonologia	Fonema
-----	-----	-----
Fala	Fonética	Fone

A unidade mínima da Fonética é, então, o fone, e a unidade mínima da Fonologia é o fonema. Sublinhe-se que uma transcrição fonética se efectua entre parêntesis rectos [] e que uma **transcrição fonológica** se efectua entre barras oblíquas / /.

⁴⁷ O sinal + indica que a consoante possui o traço distintivo em questão e o sinal - indica que não possui esse traço distintivo.

b) No âmbito da Fonética, porque se analisa as propriedades físicas dos sons, procura descrever-se o significante do signo linguístico. No âmbito da Fonologia, também é estudado o significante mas em relação com o significado.

Exemplifiquemos com duas palavras e as respectivas transcrições fonéticas:

gato - [ˈgatu]

rato - [ˈRatu]

Nas palavras apresentadas, a substituição da consoante oclusiva velar sonora [g] pela consoante vibrante múltipla uvular [R] provocou uma alteração a nível do significado. Estamos em presença de dois fones diferentes: [g] e [R]. Porque a comutação de um pelo outro produz alterações no significado, diz-se que estes fones actualizam dois fonemas distintos: /g/ e /R/.

Vejamos agora um outro caso. É possível articular o fone inicial da palavra *rato* de dois modos diferentes: utilizando a consoante vibrante múltipla uvular (em que a úvula é o articulador que produz a vibração) ou a consoante vibrante múltipla apicoalveolar (na qual o ápice da língua vibra contra os alvéolos onde se alojam os dentes incisivos superiores). A substituição da consoante vibrante múltipla uvular pela consoante vibrante múltipla apicoalveolar não comporta qualquer alteração ao nível do significado desta ou de outras palavras.

Estes dois sons são articulatoriamente diferentes, logo, trata-se de dois fones distintos. Mas, porque a ocorrência de um ou de outro não implica diferenças de significado, diz-se que constituem actualizações de um mesmo fonema: o fonema vibrante múltiplo /R/. A unidade abstracta é a mesma; a sua concretização é que é diferente. De facto, o fonema vibrante múltiplo /R/ pode, em português, ter uma actualização apicoalveolar ou uma actualização uvular.

A abordagem no âmbito da Fonética termina com a identificação de fones distintos nestas palavras. A abordagem no âmbito da Fonologia começa precisamente após a identificação dos fones, tendo como objectivo determinar se esses fones actualizam fonemas diferentes ou se são actualizações de um mesmo fonema.

c) A reflexão em Fonética pode ser levada a cabo autonomamente, não necessita do contributo da Fonologia. Mas o inverso não se verifica: a Fonologia não pode prescindir da Fonética (como é sugerido no parágrafo anterior).

Mais do que uma relação de oposição entre Fonética e Fonologia há, portanto, uma relação de complementaridade: as unidades fónicas descritas pela Fonética constituem o ponto de partida para a Fonologia chegar às unidades abstractas da matéria fónica.

Importa sublinhar a ideia segundo a qual, subjacente aos usos linguísticos, há um **sistema fonológico** constituído por um conjunto de unidades abstractas com determinadas características (os fonemas), entre as quais se contam o facto de cada uma delas poder ocorrer em determinados contextos e não poder ocorrer noutros. Por exemplo, os fonemas consonânticos e semivocálicos não podem ser núcleo de sílaba, ao contrário do que acontece com os fonemas vocálicos. Além disso, nem todas as consoantes podem surgir em início absoluto de palavra, e são em número muito reduzido as que podem ocorrer em final de sílaba.

Os contextos relevantes para a ocorrência (ou distribuição) dos fonemas consonânticos são os seguintes: posição inicial de sílaba (em início absoluto de palavra, em posição intervocálica ou medial e em posição posterior a uma consoante) e posição final de sílaba.

O quadro seguinte mostra os contextos mais comuns de ocorrência das consoantes em português.

CONSOANTES	em posição inicial de sílaba (<u>c</u> arta)	em início absoluto de palavra (<u>c</u> arta)
		em posição intervocálica (ou medial) (ca <u>r</u> a)
		após uma consoante (ca <u>r</u> ta)
	em posição final de sílaba (ca <u>r</u> ta)	

Os contextos relevantes para a distribuição dos fonemas vocálicos são os seguintes: posição tónica (vogais acentuadas) e posição átona (vogais não acentuadas). Em posição átona, as vogais podem ser pré-tónicas (quando ocorrem antes da sílaba tónica)⁴⁸ ou pós-tónicas (quando ocorrem após a sílaba tónica); entre as vogais que ocorrem em posição átona pós-tónica, há ainda que distinguir as que ocorrem em posição não-final⁴⁹ e as que ocorrem em posição final⁵⁰.

O quadro seguinte mostra os possíveis contextos de ocorrência das vogais em português.



Para uma explicitação abreviada do sistema fonológico do português europeu, veja-se MATEUS (1996: 174-176). Para uma explicitação mais detalhada e sistematizada, veja-se MATEUS *et alii* (2003: 991-996) ou MATEUS, FALÉ e FREITAS (2005: 167-172).

⁴⁸ As palavras seguintes incluem exemplos de vogais átonas em posição pré-tónica: *tjrar*, *levar*, *colar* e *parar*.

⁴⁹ As vogais átonas pós-tónicas não finais, por definição, ocorrem apenas nas palavras esdrúxulas, como nos exemplos seguintes: *apêndice*, *cérebro*, *átomo* e *bárbaro*.

⁵⁰ As vogais pós-tónicas finais ocorrem apenas em palavras graves, como as seguintes: *abre*, *tudo* e *cara*.

5.2. Pares mínimos e oposições fonológicas

A identificação das unidades fonológicas (os fonemas) faz-se através das operações de segmentação (*divisão*) e de comutação (*substituição*). Estas operações são complementares e utilizam-se quer para inventariar o conjunto de fonemas que existem numa dada língua, quer para determinar os contextos em que cada um deles ocorre.

A operação de **segmentação** consiste na divisão de um enunciado (frase ou palavra) nas suas unidades mínimas distintivas, ou seja, nos fonemas que constituem o seu significante.

Por exemplo, podemos decompor as palavras *avô*, *pão* e *mal* nos fonemas que compõem a sua face significante:

avô - /v/ /v/ /o/

pão - /p/ /ɐ̃/ /w/

mal - /m/ /a/ /l/

No teste da **comutação**, procede-se à substituição de um único fone por outro no mesmo contexto, como nos exemplos seguintes:

avô - *avó* (/v'vo/ - /v'vɔ/)

pão - *mão* (/pɐ̃w/ - /mɐ̃w/)

mal - *mel* (/mal/ - /mɛl/)

A utilização sistemática destes testes permite listar todos os fonemas das línguas naturais. Os três pares de palavras que apresentámos identificaram os seguintes fonemas do português: /o/, /ɔ/, /p/, /m/, /a/ e /ɛ/.

Designa-se por **oposição fonológica** (ou **oposição distintiva**) a relação de oposição entre duas unidades fónicas cuja comutação implica alterações ao nível do significado. O modo convencional de representar estas oposições é o seguinte:

/o/ ~ /ɔ/

/p/ ~ /m/

/a/ ~ /ɛ/

Foram estas as oposições fonológicas que o teste da comutação, aplicado àqueles três pares de palavras, permitiu estabelecer.

A dois significantes semelhantes que têm um único elemento diferencial (e têm, por isso, significados diferentes) dá-se o nome de **par mínimo** (ou **par distintivo**). Um par mínimo é, então, um par de significantes que remetem para significados distintos e que diferem num único fonema localizado na mesma posição.

Os três pares de palavras atrás apresentados são pares mínimos. Mas os que se seguem não são:

– *pato* e *galo* (/ˈpatu/ e /ˈgalu/) - as duas palavras diferem em dois fonemas;

– *pato* e *patos* (/ˈpatu/ e /ˈpatuʃ/) - a segunda palavra possui mais um fonema do que a primeira;

– *pato* e *tapo* (/ˈpatu/ e /ˈtapu/) - as palavras têm exactamente os mesmos fonemas mas dispostos numa ordem diferente;

Cada par mínimo permite identificar dois fonemas. Retomemos os três pares mínimos já apontados. As palavras *avó* e *avô* permitem identificar o fonema vocálico posterior semiaberto /ɔ/ e o fonema vocálico posterior semifechado /o/. As palavras *pão* e *mão* permitem a identificação do fonema consonântico oclusivo bilabial surdo /p/ e do fonema consonântico nasal bilabial /m/. Por fim, as palavras *mal* e *mel* propiciam a identificação do fonema vocálico central aberto /a/ e do fonema vocálico anterior semiaberto /ɛ/.

A relação de oposição fonológica está ligada à noção de exclusão, à noção de ausência, uma vez que a presença de uma unidade exclui todas as outras que poderiam ocorrer naquele ponto do enunciado. Trata-se de uma relação paradigmática⁵¹.

⁵¹ Cf. dicotomia saussureana sintagma/paradigma, explicitada ao longo do **Capítulo 2 – Saussure e a emergência da Linguística como disciplina científica**.

Podemos agora completar a definição já apresentada de **fonema**: é uma entidade abstracta, um conjunto de traços distintivos que permite estabelecer um contraste de significado no interior de um par mínimo. Possui uma **função distintiva**, ou seja, serve para distinguir os significantes dos signos.

Vimos já que se, num dado contexto, a substituição de um som por outro comporta mudança de significado da palavra, então esses dois sons constituem actualizações de dois fonemas distintos. É o que acontece com o par *pato/bato*. O fone [p] é a actualização do fonema consonântico oclusivo bilabial surdo /p/. O fone [b] é a actualização do fonema consonântico oclusivo bilabial sonoro /b/.

Dissemos igualmente que, em termos de significado, é indiferente articularmos a palavra *rato* com uma consoante vibrante múltipla apicoalveolar ou com uma consoante vibrante múltipla uvular. E concluímos que estes dois fones actualizam o mesmo fonema, ou seja, que não existe oposição fonológica entre eles.

Por outras palavras, quando, num dado contexto, a substituição de um fone por outro não comporta diferenças de significado, estamos em presença de alofones de um mesmo fonema. **Alofones** são, então, variantes (entidades concretas) de um mesmo fonema (entidade abstracta). Os alofones são dois (ou mais) fones que actualizam um mesmo fonema. E porque dizemos que actualizam *um mesmo fonema*? Porque da substituição de um fone pelo outro não decorre qualquer alteração a nível do significado da palavra em que se inserem. Se da substituição de um fone por outro não resulta qualquer alteração de significado na palavra em questão, então esses fones não reflectem qualquer oposição fonológica; dado que os fonemas se caracterizam precisamente pela sua função distintiva, concluímos que esses fones, em vez de actualizarem dois fonemas diferentes, constituem actualizações de um único fonema.

Há dois tipos de alofones, segundo um critério de (in)dependência relativamente ao contexto em que ocorrem.

a) **Variantes livres** ou **individuais** são alofones não determinados pelo contexto. Diz-se que estão em **variação livre** os dois fones vibrantes múltiplos (apicoalveolar e uvular) que podem ocorrer em *carro* ou em *rato*. O falante é

livre de optar por um ou outro fone. Numa dada situação, pode utilizar um e no momento seguinte pode utilizar outro.

b) **Variantes contextuais** ou **combinatórias** são alofones determinados pelo contexto. Diz-se que dois alofones estão em **distribuição complementar** quando um apenas surge em contextos nos quais o outro nunca ocorre. Por conseguinte, estes alofones nunca ocorrem no mesmo contexto (ao contrário do que sucede com as variantes livres).

Como exemplo, refira-se o fonema consonântico lateral apicoalveolar em *mala* e em *malta*. Na palavra *mala*, o fone consonântico lateral ocorre em posição inicial de sílaba, e é actualizado como consoante lateral apicoalveolar [l]; em *malta*, o fone consonântico lateral ocorre em final de sílaba, e, por isso, é actualizado como consoante lateral apicoalveolar velarizada [ɫ]. Não é possível que o fone consonântico lateral apicoalveolar [l] surja em final de sílaba, nem que o fone consonântico lateral apicoalveolar velarizado [ɫ] surja em início de sílaba. Trata-se, neste caso, de alofones contextuais porque o falante não é livre de escolher: a ocorrência de uma ou outra variante está condicionada *a priori* pelo contexto em que ocorre cada um dos fones.

Em contexto intervocálico, há oposição fonológica entre o fonema consonântico vibrante simples /r/ e o fonema consonântico vibrante múltiplo /R/, o que se comprova através de pares mínimos como *muro/murro* e *caro/carro*. Todavia, nos contextos de início de palavra e de final de sílaba, dá-se a neutralização dessa oposição. Em início de palavra só pode ocorrer a consoante vibrante múltipla (como em *rato*, por exemplo). Em final de sílaba só pode ocorrer a consoante vibrante simples (como em *arte* ou em *comer*).

Há **neutralização de oposição fonológica** quando a oposição entre dois fonemas não se realiza em determinados contextos, ou seja, quando dois fonemas que se opõem em certas posições (por exemplo, há oposição fonológica entre as consoantes vibrantes simples e múltipla em contexto intervocálico, nomeadamente entre duas vogais orais) não se opõem noutras (no caso dos fonemas vibrante simples e múltiplo, esta neutralização observa-se nos contextos de início de palavra e de final de sílaba). Fala-se de neutralização a propósito de fonemas que têm em comum pelo menos um traço

distintivo. Os fonemas vibrantes simples e múltiplo têm em comum o traço [+ vibrante]. A unidade fonológica que resulta de uma neutralização designa-se por **arquifonema** e caracteriza-se pelo(s) traço(s) comum(ns) aos dois fonemas: neste caso, o traço [+ vibrante].

5.3. O objecto de estudo da Prosódia

Ainda no âmbito do plano fónico de uma língua, mas não constituindo objecto de estudo nem da Fonética nem da Fonologia, há que registar outros fenómenos analisados pela **Prosódia**. Esta disciplina procede ao estudo da entoação, da intensidade, da duração, do ritmo e do tom da cadeia falada. Estuda, por outras palavras, fenómenos de carácter supra-segmental⁵².

Vamo-nos referir ao acento e à entoação, uma vez que na nossa língua têm implicações importantes no significado das palavras e dos enunciados. Tanto o acento como a entoação são fenómenos prosódicos, supra-segmentais, porque se sobrepõem ao corte e à análise do enunciado em morfemas e em fonemas.

5.3.1. O acento

O **acento** é o processo fónico que permite colocar em relevo uma determinada sílaba. Resulta da conjugação das propriedades de intensidade, altura e duração. A sílaba sobre a qual recai o acento é articulada com maior intensidade, ou seja, com maior força expiratória do que as sílabas átonas. É igualmente articulada num tom mais elevado e é mais longa do que as restantes sílabas.

Em português, o acento tem uma função distintiva, pois uma mesma sequência de fones pode ter significados diferentes em função da sílaba em que recai o acento. As palavras *íntimo* e *intimo* são constituídas pelos mesmos

⁵² Opõe-se segmental a supra-segmental com base na Teoria da Dupla Articulação de André Martinet. Sendo possível dividir a cadeia falada em monemas (unidades mínimas significativas, compostas por significante e por significado; monema é um sinónimo não perfeito de morfema) e em fonemas (unidades mínimas distintivas, constituídas apenas por significante), diz-se que os monemas e os fonemas são fenómenos segmentais, ou seja, são unidades que podem ser identificadas recorrendo à operação de segmentação, de divisão dos enunciados. Mas o acento e a entoação são fenómenos concomitantes, que se sobrepõem aos monemas e aos fonemas, não sendo, portanto, segmentáveis. Diz-se, então, que se trata de fenómenos supra-segmentais. Embora as três disciplinas se ocupem do plano fónico das línguas naturais, a Fonética e a Fonologia tratam de fenómenos segmentais e a Prosódia de fenómenos supra-segmentais.

fonemas, ordenados exactamente nas mesmas posições. A única diferença reside na sílaba em que recai o acento: antepenúltima em *íntimo*, penúltima em *intimo*.

Também entre *partiram* e *partirão* a única diferença ao nível fónico reside na posição do acento: penúltima sílaba no caso de *partiram*, última sílaba no caso de *partirão*. Os pares de palavras seguintes constituem outros exemplos do mesmo fenómeno: *crítica/critica*, *influência/influencia* e *matrícula/matricula*.

O acento pode, na língua portuguesa, recair em qualquer uma das três últimas sílabas, e só nessas. É essa a razão pela qual o plural de palavras como *júnior* e *sénior* é, respectivamente, *juniores* ([ʒuni'ɔrɔʃ]) e *seniores* ([ʃeni'ɔrɔʃ]) – em ambos os casos, estamos em presença de palavras graves – e não **júniores* ([ʒuniɔrɔʃ]) e **séniores* ([ʃeniɔrɔʃ]): é que, nestes casos, estaríamos a fazer recair a sílaba tónica na quarta sílaba a contar do fim⁵³.

Quando recai na terceira sílaba a contar do fim da palavra, estamos em presença de uma **palavra proparoxítona** ou **esdrúxula** (exemplos de palavras esdrúxulas são os seguintes: *referência*, *hipérbole*, *musicólogo*, *pálpebra*, *dúvida*, *belíssimo*, *olimpíadas*, *lápide*). Na ortografia do português, a vogal da sílaba tónica das palavras esdrúxulas é sempre marcada com um acento gráfico.

Sempre que o acento recai na segunda sílaba a contar do fim da palavra, estamos em presença de uma **palavra paroxítona** ou **grave** (exemplos de palavras graves são os seguintes: *Cristóvão*, *fácil*, *tórax*, *livro*, *carro*, *feriado*, *mitologia*, *lagosta*). A maior parte das palavras da língua portuguesa é acentuada na penúltima sílaba a contar do fim da palavra. O português é, portanto, uma língua predominantemente grave, quanto à acentuação das suas palavras.

Quando o acento recai na última sílaba da palavra, estamos em presença de uma **palavra oxítona** ou **aguda** (exemplos de palavras agudas são os

⁵³ Em usos como **júniores* e **séniores* aparentemente o hiato da segunda e da terceira sílabas – <io> – é transformado em ditongo crescente – [jɔ]. Deste modo, e em rigor são as seguintes as transcrições fonéticas destas palavras articuladas como se a sílaba tónica fosse a sílaba inicial: [ʒunjɔrɔʃ] e [ʃenjɔrɔʃ]. E assim fica reposta a regularidade do português, pois as palavras são articuladas como esdrúxulas, ou seja, acentuadas na antepenúltima sílaba.

seguintes: *correr, ali, amanhã, composição, maracujá, assim, lençol, juiz, peru, francês*).

5.3.2. A entoação

Para além do acento, também a entoação pode ser pertinente para determinar o significado de um enunciado. A **entoação** consiste na curva melódica do enunciado, curva essa que é marcada por variações de altura: ela pode ter movimentos ascendentes, descendentes ou uniformes. Estes movimentos podem combinar-se na articulação de um mesmo enunciado (ou seja, um enunciado pode ter uma curva melódica do tipo descendente-ascendente ou vice-versa, etc.).

Um enunciado assertivo (do tipo de *As aulas recomeçaram hoje* ou *A Ana teve treze valores no exame*) normalmente caracteriza-se por uma curva melódica descendente. O final de muitas perguntas tem uma entoação ascendente (por exemplo, em *As aulas recomeçaram hoje?* ou *A Ana teve positiva no exame?*).

Em português, é possível que duas frases exactamente iguais (constituídas pelas mesmas palavras, as quais se apresentam ordenadas do mesmo modo) tenham significados diferentes devido à sua entoação:

(16) *Vais sair já?* (interrogação)

(17) *Vais sair já!* (ordem)

(18) *Fecha a porta.* (ordem)

(19) *Fecha a porta.* (pedido)

Actividades

1. Entre os pares de palavras a seguir apresentados, aponte aqueles que constituem pares mínimos. Justifique.

- *amo / ano*
- *casar / caçar*
- *acento / assento*
- *hera / ela*
- *ato / alho*
- *mão / mãe*

2. Apresente três pares mínimos e indique as oposições fonológicas que esses pares lhe permitiram identificar.

Referências bibliográficas (Capítulo 5 – Fonologia e Prosódia)

a) Leituras complementares

MATEUS, Maria Helena Mira (1996), “Fonologia”, in FARIA, Isabel Hub, *et alii* (Org.), *Introdução à linguística geral e portuguesa*, Lisboa, Caminho, p. 171-185.

MATEUS, Maria Helena Mira, Isabel FALÉ, e Maria João FREITAS (2005), *Fonética e fonologia do português*, Lisboa, Universidade Aberta, p. 167-172.

b) Obras referidas

MARTINS, Maria Raquel Delgado (1988) *Ouvir falar. Introdução à fonética do português*, Lisboa, Caminho.

MATEUS, Maria Helena Mira, *et alii* (2003), *Gramática da língua portuguesa* (5.^a ed. revista e aumentada), Lisboa, Caminho.

Capítulo 6 – Morfología

Objectivos

No final deste Capítulo, o estudante deverá estar apto a

- definir o objecto de estudo da Morfologia;
- distinguir os conceitos de palavra e de morfema;
- reconhecer morfemas lexicais e morfemas gramaticais;
- distinguir morfemas livres de morfemas presos;
- identificar os diferentes tipos de constituintes das palavras;
- segmentar palavras do português em morfemas;
- reconhecer os diferentes processos de formação de palavras.

6.1. O objecto de estudo da Morfologia e conceitos operatórios básicos

A **Morfologia** procura descrever a estrutura interna dos significantes e as regras que determinam a formação das palavras.

Uma palavra comporta um significante e, pelo menos, um significado. Mas o conceito de **palavra** não coincide com o conceito de **morfema** (ou **monema**). O morfema é a unidade mínima significativa, isto é, uma unidade que não pode ser dividida sem que se lhe destrua ou altere o significado. Um morfema é, portanto, um signo linguístico, dotado de significante e de significado; é o signo linguístico mínimo. Também as palavras são signos linguísticos, mas frequentemente constituídas por mais do que um morfema. Aliás, todas as palavras de todas as línguas são formadas por um ou mais morfemas.

As **palavras monomorfémicas** (ou **monomorfemáticas**) são palavras constituídas por um único morfema, comportam apenas uma unidade mínima significativa (como *pai, feliz*). As **palavras polimorfémicas** (ou **polimorfemáticas**) são palavras constituídas por mais do que um morfema, comportam duas ou mais unidades mínimas significativas dispostas sucessivamente (*pais, infelizmente*).

Analisar a estrutura interna das palavras equivale, portanto, a descrever os morfemas que as constituem e os modos como se podem combinar para formar as palavras de uma dada língua.

6.1.1. Morfemas lexicais e morfemas gramaticais

Segundo um critério semântico, isto é, ao nível do seu significado, podemos distinguir morfemas de significação lexical e morfemas de significação gramatical.

Os **morfemas de significação lexical** remetem para a realidade extralinguística, para uma significação externa ao discurso: para pessoas, seres, objectos, ideias, estados de coisas, qualidades, etc. Estes morfemas pertencem a paradigmas abertos. Quer isto dizer que é sempre possível acrescentar mais uma unidade ao conjunto formado pelos morfemas, por

exemplo, que designam objectos. As constantes inovações tecnológicas, por exemplo, desembocam no surgimento de novos instrumentos que é necessário nomear: o aparelho que designamos por *telefone* tem pouco mais de um século; o que designamos por *computador* é ainda mais recente. O aparecimento das palavras que os designam comprova que os morfemas que permitem representar o mundo que nos rodeia pertencem a um conjunto não fechado.

Os **morfemas de significação gramatical** remetem para uma significação interna ao discurso, para as relações entre as unidades das frases e para as funções dessas unidades nas frases. Estes morfemas pertencem a paradigmas fechados. A título de exemplo, refira-se que não é todos os dias que surge uma nova preposição na língua portuguesa (como, por hipótese, poderia suceder no caso dos substantivos). Na verdade, estes morfemas fazem parte de um conjunto cujo número de unidades dificilmente se altera.

A diferença entre os dois tipos de morfemas torna-se explícita recorrendo ao exemplo seguinte. O significado de *gato* pode ser explicado a alguém que não fale português apontando para o animal a que a palavra se refere. Aponta-se para o animal ao mesmo tempo que se diz *gato* e essa pessoa (um falante de inglês, por exemplo) fica a saber que aquele animal, que na sua língua se designa por *cat*, em português é designado por *gato*. Mas não seria possível explicar o significado da preposição *de* da mesma maneira. Porque a preposição *de* não remete para uma realidade extralinguística, seja uma entidade ou um objecto do mundo que nos rodeia. Remete, antes, para relações de natureza gramatical, para as relações entre as palavras numa dada frase.

6.1.2. Morfemas livres e morfemas presos

Segundo um critério formal, podemos distinguir morfemas livres e morfemas presos. **Morfemas livres** são aqueles que podem ocorrer isoladamente (como *mãe*). **Morfemas presos** são aqueles que só ocorrem agregados a outros morfemas (o morfema de plural presente em *mães*, por exemplo).

A palavra monomorfemática *feliz* pode ocorrer isoladamente; o morfema que a constitui é, então, um morfema livre. Mas o prefixo *in-*, assim como o sufixo *-mente*, que lhe podemos agregar, só podem ocorrer juntamente com outro(s) morfema(s); logo, são morfemas presos. Todos os prefixos e sufixos são, por definição, morfemas presos, uma vez que não podem ocorrer senão agregados a outro(s) morfema(s).

Não se pode dizer que todos os morfemas lexicais são morfemas livres ou vice-versa. Muitos morfemas lexicais são morfemas presos, na medida em que só podem ocorrer agregados a morfemas gramaticais.

Vejamos as palavras seguintes:

- *gato*

- *mesa*

- *dormir*

Todas estas palavras incluem um morfema lexical (cujo significante é, respectivamente, *gat-*, *mes-* e *dorm-*), mas esse morfema nunca ocorre isoladamente, sem estar agregado a morfemas gramaticais. Nestes casos, trata-se dos morfemas de género (masculino em *gato*, feminino em *mesa*), assim como a vogal temática e o morfema de infinitivo (em *dormir*).

Por outro lado, há morfemas gramaticais que ocorrem isoladamente, como as preposições *de* e *para* ou as conjunções *e* e *mas*. São, por isso, morfemas livres.

6.1.3. Os constituintes das palavras

É pertinente distinguir igualmente entre palavras primitivas e palavras derivadas. As **palavras primitivas** (como *sapato* ou *tecla*) são aquelas que não se formaram a partir de nenhuma palavra e podem, além disso, dar origem a novas palavras. As **palavras derivadas** (como *sapateiro* ou *teclado*), por seu turno, foram formadas a partir de outras palavras (primitivas).

Explicitemos agora todos os **constituintes de palavras** (unidades que se associam entre si de acordo com regras morfológicas próprias de cada língua):

- o **radical**;

- os **afixos**⁵⁴;
- a **base**;
- o **tema**.

O **radical** é o segmento do significante que permanece comum numa família de palavras. Os **afixos** são as unidades que podem ser agregadas ao radical, quer em posição anterior, quer em posição posterior, quer ainda em posição interior (este caso não se observa em nenhuma palavra do português).

Para ilustrar com exemplos os conceitos definidos, analisemos a seguinte família de palavras (ou **palavras cognatas**, isto é, um conjunto de palavras que se formaram em torno de um mesmo radical).

<i>barco</i>	<i>barquinho</i>	<i>embarcar</i>	<i>embarcação</i>
<i>barca</i>	<i>barqueiro</i>	<i>desembarcar</i>	<i>reembarcar</i>

O radical destas palavras é grafado <barc> ou <barqu> (repare-se que, na oralidade, o significante deste morfema mantém-se em todas as palavras, apesar da diferença a nível de ortografia). Como se pode comprovar, é esse morfema que se mantém em todas as palavras da mesma família, irmanando-as:

- ao nível do significante (porque lhes confere uma sonoridade idêntica);
- ao nível do significado (porque lhes dá um sentido comum).

Todos os outros componentes destas palavras são afixos: *-o* em *barco*, *-inh* e *-o* em *barquinho*, *em-*, *-a-* e *-r* em *embarcar*, etc.

A **base** distingue-se do radical pelo seguinte: ela é o segmento do significante da palavra que é susceptível de receber afixos. O conceito de base é, portanto, mais abrangente do que o de radical, porque uma base pode ser constituída apenas por um radical, mas também pode ser composta por um radical e por um ou mais afixos. Vejamos dois exemplos.

O radical *barc-* constitui a base da palavra *embarcar*, tendo-lhe sido agregados os afixos *em-* (em posição inicial; por isso, trata-se de um prefixo),

⁵⁴ No conceito de afixo inclui-se o que, no âmbito da gramática tradicional, se designava por prefixos, infixos e sufixos (isto é, morfemas derivacionais), mas também as desinências verbais, as desinências nominais e a vogal temática (ou seja, morfemas flexionais).

-a- e -r (estes dois afixos, foram colocados em posição final; logo, são sufixos). Mas, a partir de *embarcar*, formaram-se as palavras *desembarcar* e *reembarcar*. Logo, *embarcar* é também uma base (que inclui o radical *barc-* e os afixos *em-*, *-a-* e *-r*).

Na flexão verbal, também se utilizam as designações de vogal temática e de tema. A **vogal temática** é a vogal que se agrega ao radical (em posição final) dando origem ao tema do verbo. É, portanto, um afixo, e, dentro desta classe de morfemas, um sufixo. Tem uma função classificativa: permite identificar o verbo como pertencendo a uma das três conjugações existentes em português⁵⁵. *Embarcar*, por exemplo, inclui uma vogal temática posposta ao radical: *-a-*.

O **tema** é constituído pelo conjunto formado por radical e vogal temática⁵⁶. Nos verbos regulares, o radical é o segmento do significante que permanece comum a todas as formas verbais flexionadas.

Todos os constituintes das palavras são, naturalmente, morfemas, porque compostos por significante e por significado: o radical é um morfema; cada afixo (vogal temática incluída) é um morfema; quanto à base, ela pode integrar um ou mais morfemas, como vimos; por fim, o tema inclui necessariamente mais do que um morfema: pelo menos, o radical e a vogal temática (eventualmente, pode conter também um ou mais afixos, como se observa no tema do verbo *desembarcar*: *desembarca-*).

Dadas estas definições, podemos introduzir os conceitos de palavra simples e de palavra composta. As **palavras simples** possuem um único radical (por exemplo, *couve* e *chuva*). Já as **palavras compostas** integram mais do que um radical (*couve-flor* e *guarda-chuva*). Voltaremos a abordar estes conceitos quando definirmos o processo de formação de palavras designado composição.

Refira-se ainda a distinção entre morfema, morfe e alomorfe⁵⁷. Um **morfema** é a unidade mínima significativa (entidade abstracta, do plano da

⁵⁵ Nos verbos *amar*, *comer* e *partir*, o radical é, respectivamente, *am-*, *com-* e *part-*, e a vogal temática (*-a-*, *-e-* e *-i-*) permite identificar cada um dos verbos como pertencendo à 1.^a, à 2.^a e à 3.^a conjugações.

⁵⁶ *Ama-*, *come-* e *parti-* são os temas dos verbos *amar*, *comer* e *partir*.

⁵⁷ Recorde-se, a propósito, a distinção entre fonema, fone e alofone explicitada ao longo do **Capítulo 4 – Fonética**. Embora tratando-se de conceitos diferentes, há um

língua). Um **morfe** é uma entidade concreta do plano da fala, pelo que o seu significante é a manifestação física do significante da unidade abstracta que é o morfema. Em princípio, cada morfe diferente representa um morfema diferente. Mas há casos em que dois (ou mais) significantes distintos possuem o mesmo significado. Quando tal acontece, estamos em presença de **alomorfes** de um mesmo morfema. Alomorfes são, então, variantes fonéticas do significante de um morfema.

Todos os alomorfes são morfes, ou seja, são concretizações de um morfema. Mas, nos casos em que um mesmo significado pode ser actualizado por significantes diferentes, diz-se que esses morfes constituem alomorfes de um mesmo morfema.

Vejamos um exemplo. O significante do morfema de plural da palavra *casas* é actualizado oralmente de modos diferentes nas seguintes sequências de palavras:

<i>casas</i> <u>s</u> <i>pretas</i>	[ʃ]
<i>casas</i> <u>s</u> <i>brancas</i>	[z]
<i>casas</i> <u>s</u> <i>amarelas</i>	[z]

Estes exemplos comprovam que a realização do significante do morfema de plural está condicionada ao fone seguinte⁵⁸. É possível concluir, então, que as actualizações do significante do morfema de plural (os fones [ʃ], [z] e [z]) constituem alomorfes desse morfema em português, porque estes significantes remetem para um mesmo significado (precisamente o significado de “plural”).

Em suma, a alomorfia constitui uma diferença de significante e não de significado: os significantes dos morfes são diferentes mas actualiza-se o mesmo morfema, porque o significado se mantém constante apesar das variações a nível do significante.

paralelismo que é possível estabelecer entre fonema e morfema (são ambas entidades do plano da língua), entre fone e morfe (são ambas entidades do plano da fala) e ainda entre alofone e alomorfe (são ambos variantes, actualizações possíveis da correspondente entidade abstracta).

⁵⁸ Caso surja em posição final de enunciado, actualiza-se como consoante fricativa palatal surda [ʃ].

Temos vindo a referir casos de palavras cujos morfemas são facilmente segmentáveis, mas há casos em que a divisão não pode ser estabelecida. Diz-se que há **amálgama** quando dois ou mais morfemas combinam os seus significantes de tal forma que não é possível segmentá-los. Todavia, apesar de os significantes não serem identificáveis como segmentos, os significados estão presentes e são reconhecíveis através do processo de comutação. Nesses casos, os significantes dos morfemas estão amalgamados.

É o que acontece nas palavras seguintes:

- *à* (contração da preposição *a* e do artigo *a*);
- *dela* (contração da preposição *de* e do pronome pessoal *ela*)

Também se observam casos de amálgama em morfemas como as desinências número-pessoais e modo-temporais das formas verbais.

A forma verbal *amavas* é segmentável nos seguintes morfemas:

- a) *am-* (radical);
- b) *-a-* (vogal temática: verbo da 1.^a conjugação);
- c) *-va-* (desinência modo-temporal: modo indicativo, pretérito imperfeito);
- d) *-s* (desinência número-pessoal: 2.^a pessoa do singular).

O significante do morfema *-va-* (que tem o significado de modo e de tempo) não pode ser dividido de tal modo que se diga que uma parte desse significante veicula o significado de modo e que uma outra parte veicula o significado de tempo. O mesmo raciocínio é válido para o significante do morfema *-s*: não se pode dizer que parte desse significante remete para o significado de 2.^a pessoa e que uma outra parte remete para o significado de número singular. Logo, os significantes desses morfemas estão amalgamados.

A forma verbal *venderemos* é divisível nos morfemas seguintes:

- a) *vend-* (radical);
- b) *-e-* (vogal temática: verbo da 2.^a conjugação);
- c) *-re-* (desinência modo-temporal: modo indicativo, tempo futuro);
- d) *-mos* (desinência número-pessoal: 1.^a pessoa do plural).

Também neste caso se observa que o significante do morfema *-re-* não é susceptível de ser segmentado, não se podendo afirmar, por isso, que uma parte desse significante remete para o significado de modo e que outra parte veicula um significado de tempo. A mesma ideia pode ser transposta para a desinência número-pessoal *-mos*.

6.2. Morfologia flexional

No âmbito dos estudos morfológicos, é costume distinguir-se entre morfologia flexional e morfologia derivacional. Vamos referir-nos em primeiro lugar à morfologia flexional. O seu objecto de estudo é constituído pelos morfemas flexionais, aqueles que expressam categorias gramaticais: género, número, grau, modo, tempo e pessoa. Por outras palavras, a **morfologia flexional** estuda todas as formas presas que expressam significação de tipo gramatical. Os morfemas flexionais ocorrem geralmente nas seguintes classes de palavras: substantivos, adjectivos, artigos, pronomes, (alguns) numerais e verbos.

A distinção entre morfemas flexionais e morfemas derivacionais assenta em dois pontos:

a) Os morfemas flexionais não alteram nunca a classe gramatical da palavra à qual são agregados: *gato* > *gatos*, *bonita* > *bonitas*. Os morfemas derivacionais, pelo contrário, podem alterar a classe gramatical da palavra à qual se juntam: *feliz* > *felizmente*.

b) Em geral, os morfemas flexionais não contribuem para a significação lexical das palavras, ao contrário do que pode suceder com os morfemas derivacionais:

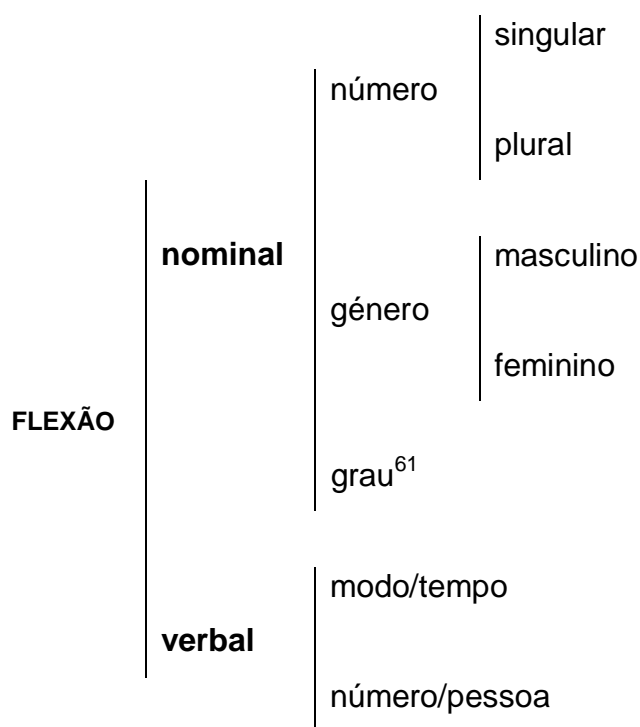
– *gato* > *gatos* (ambas as palavras se referem à mesma entidade extralinguística)⁵⁹;

– *barco* > *barqueiro* (alterou-se o significado lexical base: de objecto para agente).

É possível listar de modo completo os processos de flexão de uma língua, uma vez que o número de morfemas que podemos combinar é previsível⁶⁰. O

⁵⁹ Todavia, a flexão em género por vezes altera a significação lexical de uma palavra: o *galo* / a *gala* (“ave doméstica” e “espectáculo”), a *capital* / o *capital* (“cidade onde está instalado o poder político” e “valor monetário, dinheiro”), a *música* / o *músico* (“conjunto de sons melódicos” e “homem que toca música”), a *quadra* / o *quadro* (“estrofe com quatro versos” ou “época” e “pintura” ou “painel emoldurado”).

diagrama seguinte indica os diferentes tipos de flexão que existem em português.



A **flexão nominal** diz respeito aos substantivos, adjectivos, pronomes e artigos (e alguns numerais). A **flexão verbal** designa os fenómenos de flexão que se verificam apenas nos verbos.

⁶⁰ Refira-se que a flexão é condicionada sintacticamente pela concordância, fenómeno sintáctico pelo qual um determinado substantivo (pode também ser um pronome) exerce uma influência formal sobre o verbo de que é sujeito, e sobre os adjectivos, pronomes, artigos e numerais que se lhe referem. Como consequência dessa influência os pronomes, os adjectivos, os artigos e os numerais tomam marcas de género e de número do substantivo e o verbo toma as suas marcas de número e de pessoa.

⁶¹ No caso dos substantivos: normal, aumentativo e diminutivo. No caso dos adjectivos: normal, comparativo (de superioridade, de igualdade e de inferioridade) e superlativo (absoluto - sintético e analítico - e relativo - de superioridade e de inferioridade).

6.3. Morfologia derivacional

No âmbito da **morfologia derivacional**, procede-se ao estudo dos mecanismos que permitem a formação de novas palavras a partir das já existentes no léxico de uma língua.

6.3.1. Processos de formação de palavras

Subjacente à formação de novas palavras, há três tipos de operações: operações aditivas, operações subtractivas e operações modificativas⁶². Propomo-nos explicitar, a seguir, os principais processos de criação lexical.

I. Operações aditivas (derivação, composição, reduplicação)

a) Derivação ou afixação

A derivação é o processo mais enriquecedor do léxico. Consiste na junção de afixos a uma base. Consoante a posição do afixo em relação à base, distingue-se, em português,

– **derivação por prefixação** (quando o afixo precede o radical: *fazer* > *refazer*, *contente* > *descontente*);

– **derivação por sufixação** (quando o(s) afixo(s) está(ão) em posição posterior relativamente ao radical: *fácil* > *facilitar*, *ambiente* > *ambientar*);

– **derivação por circunfixação** (ou **parassíntese**)⁶³ (quando há, simultânea e obrigatoriamente, a junção de um prefixo e de um (ou mais) sufixo(s) a uma base: *tarde* > *entardecer*, *louco* > *enlouquecer*).

⁶² Uma vez que actualmente não constituem processos relevantes de criação lexical, não referiremos as operações de tipo modificativo (concretamente, os fenómenos de apofonia e metátese).

⁶³ Este processo verifica-se fundamentalmente na verbalização denominal e deadjectiva (verbos formados a partir de substantivos e de adjectivos). Como excepção, refira-se o adjectivo denominal *desalmado*, formado a partir de *alma* (adjectivo formado a partir de um substantivo).

A palavra *infelizmente* não constitui um caso de derivação parassintética. Não houve a junção simultânea e obrigatória do prefixo e do sufixo à palavra primitiva, o que é comprovado pela existência das palavras *infeliz* e *felizmente*. Já em *entardecer* e em *enlouquecer*, o prefixo e o(s) sufixo(s) foram obrigatoriamente agregados à base em simultâneo, como se comprova pelo facto de não existirem as seguintes formas lexicais: **entarde* ou **tardecer*; **enlouco* ou **louquecer*.

Noutras línguas, existe ainda o processo de **derivação por infixação**, que se dá quando o afixo se agrega no interior da base. Este processo de formação de palavras, todavia, não se verifica em português.

b) **Composição**

O processo de composição consiste na junção de duas ou mais bases. Segundo um critério que decorre de as bases manterem ou não a sua integridade silábica, podemos distinguir dois tipos de composição:

- **composição por justaposição** (quando as bases mantêm a sua integridade silábica e acentual: *segunda-feira*, *luso-brasileiro*, *girassol*);
- **composição por aglutinação** (quando as bases perdem a sua integridade silábica e acentual: *aguardente*, *penalta*, *embora*).

Note-se que não é o uso do hífen que permite distinguir palavras compostas por justaposição de palavras compostas por aglutinação. Em palavras como *girassol*, *varapau* ou *rodapé*, as duas bases mantiveram a sua integridade silábica (ou seja, não se perdeu qualquer elemento dos seus significantes originais), pelo que são palavras compostas por justaposição e, no entanto, não integram qualquer hífen.

O uso do hífen é uma convenção meramente ortográfica, não decorrendo do processo de formação das palavras compostas. Aliás, a palavra *girassol* (*gira + sol > girassol*), para obedecer a regras e natureza ortográfica, teve de incorporar uma letra extra relativamente ao modo como se redigem as palavras primitivas.

No caso das palavras compostas por justaposição, na oralidade, as bases são perfeitamente reconhecíveis, mantendo a sua integridade silábica.

Em suma, no caso do processo de composição, a ortografia não é considerada um critério válido para determinar se se trata de composição por

justaposição ou de composição por aglutinação. Só quando se perdeu algum elemento do significante oral das palavras primitivas se pode dizer que estamos em presença de palavras compostas por aglutinação. É o que se verifica em palavras como as seguintes:

- *água + ardente > aguardente*

- *perna + alta > pernalta*

- *em + boa + hora > embora*

O processo de composição por aglutinação produz casos de amálgama, porquanto não é possível segmentar claramente o significante de cada um dos morfemas constituintes da palavra composta ou, no caso de ser possível, observa-se que parte de, pelo menos, um desses significantes se perdeu no processo de formação da nova palavra.

c) **Reduplicação**

O processo de reduplicação consiste na repetição de um ou vários sons da palavra primitiva, podendo até ser repetida toda a palavra primitiva:

- *Lurdes > Lulu;*

- *avó > vovó;*

- *dói > dói-dói.*

Nos casos em que se repete apenas uma parte da palavra primitiva – como em *Lulu* e em *vovó* –, em rigor, trata-se simultaneamente de uma operação aditiva (porque se acrescenta algo ao significante da palavra primitiva) e substractiva (porque se suprime parte da palavra primitiva).

Este processo de criação lexical manifesta-se sobretudo na linguagem infantil e familiar. As palavras criadas com intenção de manifestar afecto entre pessoas com elevado grau de familiaridade designam-se hipocorísticos. Muitas palavras criadas através do processo de reduplicação são, portanto, hipocorísticos, como *Lulu*, *vovó* e *titi*⁶⁴.

⁶⁴ Outras palavras que constituem hipocorísticos são os diminutivos, como *Luisinha* ou *Toninho*.

II. Operações substractivas (derivação regressiva, siglação, acronímia, abreviação)

a) Derivação regressiva (ou regressão)

Neste processo de formação de palavras, a vogal temática e o morfema de infinitivo são substituídos por uma marca de género. Verifica-se a supressão dos sufixos flexionais verbais e o acrescentamento de um sufixo flexional nominal de género. A derivação regressiva é, portanto, um processo de nominalização deverbal, isto é, que permite criar substantivos a partir de verbos.

Alguns exemplos de palavras derivadas por regressão são os seguintes:

- *caçar* > *caça*;
- *chorar* > *choro*;
- *tocar* > *toque*.

Para se concluir que estamos em presença de um processo de derivação regressiva, é necessário efectuar uma investigação de carácter diacrónico, no sentido de verificar qual a forma que surgiu em primeiro lugar. Só no caso de o substantivo ter sido criado a partir do verbo é que se verificou derivação regressiva. Se se deu o inverso (a forma verbal ter sido gerada a partir da forma nominal), então a palavra formou-se por derivação por sufixação.

b) Siglação (ou lexicalização de siglas)

A siglação é um processo que permite simplificar sequências linguísticas extensas. As siglas são palavras formadas com recurso às letras iniciais de outras palavras, como nos exemplos seguintes:

- *Polícia de Segurança Pública* > *PSP*;
- *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa* > *CPLP*
- *Rádio Televisão Portuguesa* > *RTP*

As siglas soletram-se, lêem-se letra a letra, dado que a sequência de letras não permite obter uma leitura silábica.

c) **Acronímia**

Os acrónimos são palavras formadas com recurso às letras ou sílabas iniciais de outras palavras, como nos exemplos seguintes:

- *Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa* > *PALOP*;
- *síndrome de imuno-deficiência adquirida* > *SIDA*.
- *Organização das Nações Unidas* > *ONU*.

Este processo, tal como a siglação, permite reduzir sequências linguísticas extensas e abreviar o tempo que se gasta a enunciar uma dada designação.

Não há diferenças no processo de formação das siglas e dos acrónimos. A distinção reside no resultado fónico obtido: as siglas lêem-se letra a letra, enquanto os acrónimos se lêem silabicamente, como qualquer outra palavra.

Sublinhe-se ainda que, neste processo de formação, são as letras e não os sons iniciais das palavras primitivas que dão origem ao acrónimo. Esta ideia pode ser comprovada por acrónimos como *BANIF* ou *CIMPOR*:

- *BANco Internacional do Funchal* > *BANIF*;
- *CIMentos de PORtugal* > *CIMPOR*.

A vogal na sequência de letras <ban> da palavra primitiva *banco* é uma vogal nasal. Já no acrónimo *BANIF* a primeira vogal é uma vogal oral. Se na formação do acrónimo se agregassem fones e não letras, então a primeira vogal de *BANIF* teria de ser nasal.

Em *CIMPOR*, observa-se o fenómeno inverso: uma vogal oral na palavra primitiva (o fone [i] da primeira sílaba da palavra *cimentos*) é articulada como vogal nasal no acrónimo. Também este exemplo evidencia que o que se agrega nos acrónimos são as letras e não os sons das palavras primitivas.

d) **Abreviação (ou truncamento)**

A abreviação consiste na supressão de uma parte da palavra primitiva. Na maioria dos casos, é a parte final que é truncada. Os exemplos seguintes ilustram casos de abreviação:

- *exposição* > *expo*;
- *otorrinolaringologista* > *otorrino*;
- *José* > *Zé*.

6.3.2. Outros processos de enriquecimento do léxico⁶⁵ (derivação imprópria, empréstimo)

a) Derivação imprópria (ou conversão)

A derivação imprópria consiste na mudança de classe gramatical da palavra, sem que haja qualquer alteração formal. Assim, este processo não envolve modificações ao nível do significante, mas apenas ao nível da categoria gramatical. Ou seja, não envolve alterações formais mas funcionais. Por conseguinte, trata-se de um processo sintáctico (e não morfológico), pois não implica quaisquer modificações na estrutura interna da palavra.

Os exemplos seguintes ilustram casos de derivação imprópria:

- O carro azul é meu. (adjectivo)
- O azul daquele carro é bonito. (substantivo)

- Hoje vou jantar feijoada. (verbo)
- O jantar está pronto. (substantivo)

b) Empréstimo

Este processo consiste na importação de palavras de uma língua para outra, e na sua posterior integração – fonética, morfológica e gráfica – na língua-alvo. Os exemplos seguintes ilustram casos de empréstimo:

- *rugby* > *râguebi*;
- *bonbon* > *bombom*;
- *macherone* > *macarrão*;

Se o processo é designado por empréstimo, a palavra importada é designada por estrangeirismo.

⁶⁵ Em rigor, estes processos não deverão ser incluídos no âmbito da morfologia derivacional, uma vez que ou não comportam alterações formais nas palavras primitivas (como no caso da derivação imprópria) ou se trata da importação de palavras de uma língua estrangeira (como no caso do empréstimo). Julgamos, todavia, que se justifica integrá-los no âmbito mais vasto das reflexões sobre formação de novas palavras no português, dado que se trata de dois processos de enriquecimento do léxico relevantes (em particular, o processo de empréstimo).

Resta-nos apontar as razões que estão subjacentes à criação de novas palavras; elas são essencialmente duas:

a) a necessidade de designar novas realidades, de nomear novos referentes (uma inovação tecnológica ou uma nova doença, por exemplo, propiciam o surgimento de novas palavras, como sucedeu com *computador* e *sida*). Esta é, sem dúvida, a principal razão que está na origem da formação de novas palavras.

b) por simples fruição estética (assim se explica o aparecimento de palavras como *Lusíadas*, neologismo de Camões, ou do verbo *outrar-se* – isto é, “tornar-se outro” – usado por Fernando Pessoa).

Actividades

1. Considere o *corpus* seguinte:

<i>mãe</i>	<i>dono</i>	<i>honesto</i>
<i>mães</i>	<i>donas</i>	<i>desonesta</i>

a) Divida as palavras em morfemas.

b) A partir do *corpus* apresentado, indique exemplos de palavras constituídas por:

- um morfema;
- dois morfemas;
- mais do que dois morfemas.

2. Indique e defina os processos de criação lexical subjacentes ao aparecimento das segundas formas nos pares dados:

a) *rico* > *enriquecer*

b) *Bárbara* > *Babá*

c) *Associação Académica de Coimbra* > *AAC*

Referências bibliográficas (Capítulo 6 - Morfologia)

a) Leitura complementar

AZUAGA, Luísa (1996), “Morfologia”, in FARIA, Isabel Hub, *et alii* (Org.), *Introdução à linguística geral e portuguesa*, Lisboa, Caminho, p. 215-228, 232-241.

Capítulo 7 – Sintaxe

Objectivos

No final deste Capítulo, o estudante deverá estar apto a

- explicitar o objecto de estudo da Sintaxe;
- distinguir gramaticalidade de aceitabilidade;
- reconhecer padrões típicos de ordenação das palavras nas frases em português;
- parafrasear os múltiplos sentidos de frases caracterizadas por ambiguidade estrutural;
- identificar as principais categorias sintácticas e sintagmáticas;
- utilizar testes de constituência para identificar constituintes das frases;
- utilizar testes de identificação dos constituintes que desempenham as principais funções sintácticas;
- proceder à análise de frases em constituintes imediatos;
- representar a estrutura de frases simples recorrendo a diagramas em árvore.

7.1. Objecto de estudo da Sintaxe e conceitos operatórios básicos

Ao longo deste Capítulo, explicitaremos o objecto de estudo da Sintaxe e alguns dos principais conceitos com que ela opera. A **Sintaxe** é a disciplina linguística que se ocupa da análise das regras de combinação das palavras que constituem os sintagmas e as frases.

Enquanto falantes de português, sabemos distinguir frases gramaticais de frases agramaticais. Uma **frase gramatical** é uma combinação de palavras que respeita os padrões de organização sintáctica (a nível da distribuição das classes sintácticas na frase e das funções sintácticas que desempenham) que são característicos de uma dada língua, enquanto numa **frase agramatical** esses padrões não são respeitados.

Diz-se, por isso, que todos os falantes nativos de uma língua têm um **conhecimento sintáctico intuitivo**, isto é, possuem a capacidade de emitir juízos acerca da gramaticalidade das frases de uma língua. Sabemos, por exemplo, que as palavras devem ocorrer na frase segundo uma determinada ordem:

(20) *A Daniela aprecia comida chinesa.*

(21) * *Chinesa a aprecia comida Daniela.*

Ambas as frases são constituídas pelas mesmas palavras. Mas a frase (21) é agramatical porque a ordenação das palavras não é correcta, não está de acordo com os padrões de distribuição das palavras nas frases na nossa língua. Em português, assim como noutras línguas, a posição que cada palavra ocupa na frase é decisiva.

Se alterarmos a sequência das palavras, além de frases agramaticais, podemos também originar frases com significados distintos:

(22) *O caçador matou o elefante.*

(23) *O elefante matou o caçador.*

As diferenças entre as duas frases no plano do significado decorrem da posição que as palavras ocupam umas em relação às outras. O mesmo sintagma (*o caçador*) desempenha funções sintácticas diferentes nestas frases: sujeito em (22) e complemento directo em (23). O reconhecimento das funções sintácticas das palavras na frase é essencial para a interpretação correcta dos enunciados.

Estes exemplos levam-nos a concluir que o significado de uma frase é mais do que a mera soma do significado das palavras que a compõem. A Sintaxe está ligada à noção de função, ao papel que uma palavra ou um sintagma desempenham na frase. E a posição que cada palavra ou sintagma ocupa na frase é fundamental para determinar a sua função sintáctica (sujeito, predicado, complementos).

Por outro lado, as frases (22) e (23) ilustram a ideia segundo a qual o português é uma língua cuja ordem mais natural das palavras na frase é SVO (Sujeito, Verbo, Objecto directo). SVO designa um padrão sintagmático abstracto que foi configurado a partir das relações sintagmáticas predominantes na língua portuguesa. A título de mera exemplificação, diga-se que há línguas de tipo SOV (como o turco, o persa e o japonês), VSO (o irlandês, o escocês, o galês e o bretão), VOS (o malgaxe), OVS e OSV (como algumas línguas faladas por indígenas da região da Amazónia). Todavia, mais de 95% das línguas conhecidas antepõem o sujeito ao objecto.

Mas nem todas as alterações na ordem das palavras produzem modificações ao nível do significado global da frase:

(24) *Ontem fui ao cinema.*

(25) *Fui ao cinema ontem.*

(26) *Fui ontem ao cinema.*

Estas frases podem ser usadas para designar a mesma acção. Enquanto falantes nativos de língua portuguesa, sabemos que duas frases que contêm

as mesmas palavras podem ter significados diferentes devido à ordenação distinta dessas palavras. Logo, a Sintaxe deverá formular regras que comprovem que as frases (24), (25) e (26) são gramaticais em português e que a frase (27) não é:

(27) * *Fui ao ontem cinema.*

Em suma, as frases não são formadas por palavras agrupadas ao acaso: há regras (sintáticas) que determinam como se deve combinar as palavras numa frase. Estas regras sintáticas diferem de língua para língua. Uma vez que os falantes nativos de cada língua conhecem intuitivamente as regras, são capazes de reconhecer frases sintacticamente bem formadas (frases gramaticais) e frases sintacticamente mal formadas (frases agramaticais).

É importante, nesta altura, distinguir os conceitos de gramaticalidade e aceitabilidade. A **gramaticalidade** relaciona-se com aspectos de carácter morfológico e sintático: uma frase é gramatical se respeita as regras morfo-sintáticas de uma língua, ou seja, se está de acordo com os padrões de formação e de combinação de palavras (tendo em conta, por exemplo, as relações de concordância e a ordenação das palavras na frase). A **aceitabilidade** está relacionada com aspectos de carácter semântico-pragmático, isto é, com o sentido global da frase e com a situação concreta em que o falante produz um enunciado. Muitas vezes uma frase gramatical não é aceitável⁶⁶:

(28) ? *Este é o gato que matou o rato que comeu o queijo que estava na casa que o Pedro construiu.*⁶⁷

⁶⁶ O ponto de interrogação colocado no início da frase indica que ela é de aceitabilidade duvidosa.

⁶⁷ A possibilidade de usar repetidamente a mesma construção (no caso, quatro orações relativas consecutivas) designa-se por **recursividade**. Este fenómeno tem como consequências o facto de não existir limite para a extensão de uma frase e de não ser possível exhibir uma lista completa de todas as frases que podem ser geradas numa dada língua natural. O que é possível estudar é o sistema finito de regras sintáticas que permite gerar um número infinito de frases.

A gramaticalidade de uma frase não é, portanto, uma condição suficiente para a sua aceitabilidade.

Outras vezes, a inaceitabilidade deriva de incompatibilidades semânticas:

(29) ? *Aquela pedra está a chorar.*

(30) ? *O elefante saltitou levemente de nenúfar em nenúfar.*

Estas frases, gramaticais mas semanticamente anómalas, desrespeitam compatibilidades semânticas: não se atribui a uma pedra a capacidade de chorar; os elefantes não saltam; e mesmo que o fizessem, não seria por certo com leveza, dado o seu peso⁶⁸. Estes exemplos revelam claramente que a gramaticalidade não deriva do facto de a frase ser ou não verdadeira mas apenas do respeito pelas regras morfo-sintácticas de uma dada língua.

Por vezes, uma frase agramatical é aceitável numa dada situação:

(31) * *Haviam muitas pessoas no estádio.*

(32) * *A gente somos poucos mas bons.*

Estes dois enunciados são agramaticais e, no entanto, são aceitáveis entre falantes que, em contextos como os que foram apresentados, não usem o verbo *haver* flexionado na 3.^a pessoa do singular, nem façam a concordância entre o sujeito sintáctico *a gente* (flexionado no singular) e o verbo (flexionado no plural) – do ponto de vista sintáctico, o sintagma *a gente* encontra-se no singular, embora semanticamente remeta para uma pluralidade de pessoas.

Além de emitirmos juízos acerca da gramaticalidade das frases, temos igualmente a capacidade de reconhecer frases estruturalmente ambíguas:

(33) *A mulher lavou as roupas que encontrou no tanque.*

⁶⁸ A questão é um pouco mais complexa: em certos contextos (na literatura e nas anedotas, por exemplo), frases como estas são aceitáveis. Os textos literários (sobretudo os textos líricos) muitas vezes derrogam as compatibilidades semânticas esperadas.

Esta frase é ambígua pois é possível atribuir-lhe dois significados, que explicitamos a seguir:

- “a mulher encontrou as roupas no tanque e lavou-as”;
- “a mulher encontrou as roupas e lavou-as no tanque”.

A ambiguidade aqui evidenciada (designada **ambiguidade estrutural**) advém, não do facto de uma palavra conter mais do que um significado (este tipo é designado ambiguidade lexical), mas do modo como as palavras estão ordenadas na frase. Pela posição que ocupa na frase, não é claro se o sintagma preposicional *no tanque* depende do verbo *encontrar* ou do verbo *lavar*.

O nosso conhecimento sintáctico intuitivo permite-nos, igualmente, reconhecer dependências locais, como nos exemplos que se seguem:

(34) *Lamento que o seu avô tenha falecido.*

(35) * *Lamento que o seu avô faleceu.*

O verbo *lamentar* selecciona na oração subordinada completiva um verbo no modo conjuntivo.

(36) *Gosto da Joana.*

(37) *Amo a Joana.*

O verbo *gostar* é regido pela preposição *de*, o que não acontece com o verbo *amar*.

A descrição sintáctica das frases de cada língua natural deverá, então, explicitar os seguintes pontos:

- a gramaticalidade das frases;
- a ordem de colocação das palavras nas frases;
- o conhecimento que os sujeitos falantes têm da ambiguidade estrutural;
- o conhecimento que têm da função gramatical de cada uma das partes da frase;

– a capacidade que um falante tem de produzir e compreender um número infinito de frases.

7.1.1. Categorias sintáticas e categorias sintagmáticas

As frases constituem unidades com uma estrutura hierárquica, nas quais as palavras são agrupadas em unidades sucessivamente maiores: os sintagmas. Um **sintagma** é uma palavra ou grupo de palavras que formam um conjunto no interior de uma frase. As categorias sintáticas (ou classes de palavras) principais são aquelas que constituem o núcleo de sintagmas. Eis a correspondência entre categorias sintáticas e categorias sintagmáticas:

CATEGORIAS SINTÁCTICAS	CATEGORIAS SINTAGMÁTICAS
Verbo	Sintagma Verbal (SV)
Substantivo (Nome)	Sintagma Nominal (SN)
Adjectivo	Sintagma Adjectival (SAdj)
Advérbio	Sintagma Adverbial (SAdv)
Preposição	Sintagma Preposicional (SP)

Tanto as categorias sintáticas como as categorias sintagmáticas são **distribucionalmente equivalentes**. Significa isto que as palavras isoladas ou os grupos de palavras que pertencem a uma mesma categoria são, em princípio, substituíveis e não causam agramaticalidade, como se comprova com o exemplo seguinte:

<i>O elefante</i>	<i>é enorme.</i>
<i>Aquele automóvel</i>	
<i>O homem que eu vi no cinema</i>	
<i>A ponte Vasco da Gama</i>	
<i>Ela</i>	

7.1.2. Testes de constituição

Vejamos agora como é possível identificar os sintagmas dentro de uma frase. Para tal utilizam-se os chamados **testes de constituição**.

Estes testes não devem ser confundidos com os testes formais que permitem identificar os constituintes que desempenham as funções sintácticas de sujeito, de predicado, de complemento directo, etc. Embora em alguns casos eles coincidam, os testes de constituição permitem indicar que certos grupos de palavras dentro da frase mantêm entre si relações mais fortes (de ordem e de concordância, por exemplo).

Teste da substituição

Se for possível substituir um grupo de palavras dentro de uma frase por um pronome ou por um advérbio, por exemplo, então esse grupo é um sintagma. Vejamos os exemplos seguintes:

(38) Os cães ladram.

(39) Eles ladram.

(40) Espero por ti à porta do cinema.

(41) Espero lá por ti.

O facto de ser possível substituir *os cães* e *à porta do cinema* respectivamente pelo pronome *eles* e pelo advérbio *lá* evidencia que, em (38) e em (40), os grupos de palavras sublinhados constituem sintagmas.

Teste da deslocação

Se for possível deslocar um grupo de palavras dentro de uma frase, então é provável que essas palavras constituam um sintagma:

(42) *O rato* gosta de queijo da serra.

A partir do SV desta frase (*gosta de queijo da serra*), podemos perguntar-nos acerca da divisão subsequente. Usando o teste da deslocação verificamos que *de queijo da serra* constitui um SP dependente do SV indicado:

(43) *De queijo da serra o rato gosta.*

(44) * *Queijo da serra o rato gosta de.*

Um outro modo de realizar este teste consiste no uso de construções clivadas do género das que usamos em (46), (47) e (48):

(45) *Os colegas deram um livro ao Pedro.*

(46) *Foi ao Pedro que os colegas deram um livro.*

(47) *Foi um livro que os colegas deram ao Pedro.*

(48) * *Foi um livro ao Pedro que os colegas deram.*

Porque as frases (46) e (47) são gramaticais e a frase (48) não o é, conclui-se que *um livro* e *ao Pedro* constituem, não um único sintagma, mas dois sintagmas distintos (embora dependentes do mesmo SV).

Teste da coordenação

Um grupo de palavras forma um sintagma se puder ser coordenado com um outro grupo de palavras através das conjunções e ou *ou*:

(49) *O João e a Maria já leram o último livro do Saramago.*

(50) *Esta noite fico em casa ou vou ao cinema.*

Em (49), identificámos dois SN recorrendo a este teste: *o João, a Maria*. Em (50), identificámos dois SV: *fico em casa, vou ao cinema*.

Teste da retoma anafórica

Um grupo de palavras forma um SV se puder ser retomado anaforicamente, ou seja, se puder ser referido por uma outra palavra ou por um outro grupo de palavras.

(51) O Pedro partiu para Paris às dez horas.

(52) O Pedro partiu para Paris às dez horas e a Joana também.⁶⁹

Através destes testes (usados sucessivamente) podemos estabelecer os constituintes das frases. Atente-se na seguinte frase:

(53) A Joana *ofereceu um disco ao namorado*.

Pelo teste da retoma anafórica, fica demonstrado que *ofereceu um disco ao namorado* é um SV:

(54) A Joana ofereceu um disco ao namorado e a Catarina fez o mesmo.

Pelo teste da substituição verificamos que *a Joana* é um SN:

(55) Ela *ofereceu um disco ao namorado*.

Também pelo teste da substituição comprovamos que *um disco* é um SN:

(56) A Joana *ofereceu-o* ao namorado.

Ainda pelo mesmo tipo de teste é possível concluir que *ao namorado* é um SP:

(57) A Joana *ofereceu-lhe* um disco.

⁶⁹ Ou O Pedro partiu para Paris às dez horas e a Joana fez o mesmo.

7.2. Representações da estrutura da frase simples

Retomando o exemplo (53), representemos esquematicamente as sucessivas divisões que fomos estabelecendo.

<i>A Joana ofereceu um disco ao namorado</i>							
<i>A Joana</i>		<i>ofereceu um disco ao namorado</i>					
<i>A</i>	<i>Joana</i>	<i>ofereceu</i>	<i>um disco</i>		<i>ao namorado</i>		
<i>A</i>	<i>Joana</i>	<i>ofereceu</i>	<i>um</i>	<i>disco</i>	<i>a</i>	<i>o namorado</i>	
<i>A</i>	<i>Joana</i>	<i>ofereceu</i>	<i>um</i>	<i>disco</i>	<i>a</i>	<i>o</i>	<i>namorado</i>

Num primeiro momento, apresentámos a frase completa. De seguida, identificámos, passo a passo, o SV *ofereceu um disco ao namorado* (cf. (54)), o SN *a Joana* (cf. (55)), o SN *um disco* (cf. (56)) e o SP *ao namorado* (cf. (57)).

Por fim, registe-se que o SN *a Joana* pode ainda ser dividido nos seus constituintes imediatos: *a* e *Joana*. O mesmo se verifica no SN *um disco* (*um* e *disco*) e no SP *ao namorado* (divisível num primeiro momento na preposição *a* e no SN *o namorado*; por sua vez, o SN *o namorado* é divisível no determinante *o* e no nome *namorado*).

Deste modo, é possível dividir uma frase em blocos (designados constituintes) e subdividir cada um dos blocos em blocos menores, até encontrarmos palavras individuais. **Constituinte** é, então, qualquer palavra ou construção que faça parte de uma construção maior. **Constituinte imediato** é um constituinte que forma directamente qualquer construção dada.

Joana é um constituinte imediato do SN *a Joana* mas é apenas constituinte de *a Joana ofereceu um disco ao namorado*. *Um disco* é um constituinte imediato do SV *ofereceu um disco ao namorado* mas é apenas constituinte de *a Joana ofereceu um disco ao namorado*. Um constituinte imediato de frase é *a Joana* ou *ofereceu um disco ao namorado* (uma vez que a frase se divide primeiramente nesses dois sintagmas).

Daí designarmos os procedimentos que explicitámos por **análise em constituintes imediatos**. Este tipo de análise permite salientar o facto de as frases se organizarem hierarquicamente e as dependências de cada palavra ou grupo de palavras.

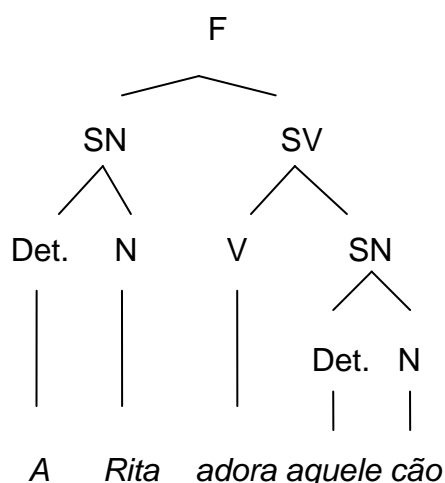
O modo de representação estrutural da frase que usámos designa-se por **caixa de Hockett**, em virtude de ser esse o nome do linguista americano que a propôs. Mas a análise em constituintes imediatos pode ser também representada através de um **diagrama em árvore** invertida. Designa-se este tipo de representação por diagrama em árvore invertida uma vez que a “raiz” ocupa a posição superior e os “ramos” a posição inferior.

Quer a caixa de Hockett, quer o diagrama em árvore invertida constituem indicadores sintagmáticos, ou seja, formas de representar de modo esquemático a estrutura sintáctica das frases, subdividindo-as em blocos sucessivamente menores.

Apresentamos, a seguir, o diagrama em árvore da frase (39):

(58) *A Rita adora aquele cão.*

Diagrama em árvore (invertida)



Neste diagrama, *F* designa frase; *Det* designa determinante; *N* designa nome (ou substantivo); por fim, *V* designa verbo. Ainda neste tipo de representação, *P* designa preposição, *Adj* designa adjectivo e *Adv* designa advérbio.

A análise em constituintes imediatos tem a vantagem de permitir visualizar a estrutura hierárquica que está subjacente a uma determinada frase, em particular no caso do diagrama em árvore.

Dissemos já que as categorias sintagmáticas são distribucionalmente equivalentes, o que significa que um SN pode substituir outro SN e formar uma frase sintacticamente correcta (embora possa ser semanticamente anómala). Então o SN *a Rita* deve poder comutar de posição com o SN *aquele cão*. E, de facto, a frase seguinte é gramatical:

(59) *Aquele cão adora a Rita.*

A análise em constituintes imediatos, representada esquematicamente por diagramas em árvore, revela-se, portanto, adequada a uma descrição sintácticas das frases das línguas naturais, tendo em consideração os pontos relevantes a que se propõe dar resposta (como a gramaticalidade das frases, os padrões de distribuição das palavras nas frases, e a capacidade de os sujeitos falantes produzirem e compreenderem um número potencialmente infinito de frases).

7.3. Testes de identificação das principais funções sintácticas

As funções sintácticas eram definidas pela gramática tradicional segundo um critério semântico, isto é, tendo em conta o significado: o sujeito, por exemplo, era definido como o agente da acção. Numa frase como a seguinte, tal definição era aceitável:

(60) *O Pedro comeu a maçã.*

Mas essa definição não é adequada em frases como as seguintes:

(61) *O Pedro padece de uma doença grave.*

(62) *O Pedro apanhou uma bofetada.*

Nestas frases, o sujeito é o paciente da acção ou do estado designado pelo verbo⁷⁰. Estes exemplos invalidam uma definição da função sintáctica de sujeito com base em critérios nocionais. É preferível definir as funções sintácticas com base em critérios sintácticos, formais.

Propomo-nos enumerar, agora, os **testes formais de identificação dos constituintes da frase que desempenham as principais funções sintácticas**.

Sujeito

São os seguintes os testes que permitem identificar os constituintes que desempenham a função de sujeito:

a) O sujeito é o SN constituinte imediato de frase e ocorre geralmente em posição pré-verbal, isto é, à esquerda do verbo.

⁷⁰ Um outro exemplo: *O pó acumulou-se sobre a mesa*. O SN *o pó* é o sujeito desta frase mas não é o agente da acção.

b) É também o controlador da concordância verbal: o verbo concorda com o sujeito em número e em pessoa.

c) A única forma do pronome pessoal que pode substituir um sujeito de 3.^a pessoa é a forma nominativa: *ele(s)/ela(s)*.

d) O constituinte que na forma activa desempenha a função de sujeito é antecedido na respectiva frase passiva pela preposição *por*.

e) O sujeito de uma frase constitui a resposta à pergunta *quem* (ou *o que*) + SV?

Verifiquemos a pertinência destes testes a partir da frase seguinte:

(63) *O rapaz comeu um gelado.*

O sujeito (*o rapaz*) ocorre à esquerda do verbo e este concorda em número e em pessoa com aquele SN (3.^a pessoa do singular). *O rapaz* é substituível pelo pronome pessoal *ele* (*Ele comeu um gelado*) e na correspondente frase passiva é antecedido pela preposição *por* (*Um gelado foi comido pelo rapaz*). A resposta à pergunta *quem comeu um gelado?* é *o rapaz*.

Complemento directo

Eis os testes que permitem identificar os constituintes que desempenham a função sintáctica de complemento directo:

a) O complemento directo ocorre à direita do verbo e, geralmente, não é introduzido por qualquer preposição; por isso, na representação em árvore é, na maioria dos casos, o SN constituinte imediato de SV⁷¹.

⁷¹ Tal não se verifica com os chamados verbos copulativos (como *ser*, *estar*, *permanecer*, *ficar*, etc.). Nestes casos, o SN constituinte imediato de SV não desempenha a função de complemento directo. Outras excepções constituem os verbos regidos por preposições, tais como os exemplos que se seguem: *gostar de fruta*, *pegar em halteres*, *chamar por ti*, *esperar por ela*, *cumprir com as suas*

b) É substituível pela forma acusativa do pronome pessoal: *o(s)/a(s)*.

c) Na passiva, este constituinte desempenha a função de sujeito.

d) Constitui a resposta à pergunta *quem* (ou *o que*) *é que* + SN sujeito + Verbo.

Comprovemos, a partir do exemplo (63), se estes testes permitem identificar o constituinte que desempenha a função de complemento directo.

O SN *um gelado* ocorre à direita do verbo e não é introduzido por qualquer preposição (pelo que é constituinte imediato de SV). É substituível pela forma acusativa do pronome pessoal (*O rapaz comeu-o*) e na passiva desempenha a função de sujeito (*Um gelado foi comido pelo rapaz*). Por fim, constitui a resposta à pergunta *o que é que o rapaz comeu?*

Complemento indirecto

Apresentamos, agora, os testes que permitem identificar os constituintes que desempenham a função de complemento indirecto:

a) O complemento indirecto é introduzido pela preposição *a*⁷², sendo um SP constituinte imediato de SV.

b) Pode ser substituído pela forma dativa do pronome pessoal: *lhe*.

c) Responde à pergunta *a quem* (ou *a que*) *é que* + SN sujeito + verbo + complemento directo?

Procedamos à comprovação da justeza destes testes a partir das seguintes frases:

obrigações, etc. Nestes casos, o complemento directo é um SP constituinte imediato de SV.

⁷² Note-se que nem todos os sintagmas preposicionais iniciados por esta preposição desempenham a função de complemento indirecto (como, por exemplo, em *fui à missa* ou *regresso à noite*).

(64) *O miúdo deu um brinquedo ao amigo.*

(65) *O Carlos limpou o pó à mesa.*

Ao amigo, em (64), e *à mesa*, em (65) são constituintes introduzidos pela preposição *a*. São, também, substituíveis pela forma dativa do pronome pessoal (*O miúdo deu-lhe um brinquedo* e *O Carlos limpou-lhe o pó*). Constituem, ainda, as respostas às perguntas *a quem é que o miúdo deu um brinquedo?* e *a que é que o Carlos limpou o pó?*

Predicado

Veremos, por fim, os testes que permitem identificar os constituintes que desempenham a função sintáctica de predicado. Note-se que o predicado, em sentido restrito, corresponde à forma verbal isolada, e, em sentido lato, à forma verbal acompanhada dos outros constituintes que dependem de SV. Os testes apresentados permitem a identificação do predicado em sentido lato.

a) O predicado constitui a resposta à pergunta *O que + fazer/acontecer + SN* sujeito?

b) Pela construção de uma frase coordenada à frase em questão (com um sujeito diferente e contendo o advérbio *também* como substituto do SV) identifica-se o predicado⁷³.

Retomemos o exemplo (64). Formula-se a interrogativa referida (*O que fez o miúdo?*) e obtemos, como resposta, o predicado: *deu um brinquedo ao amigo*.

Vejamos um outro exemplo:

(66) *A casa ruiu.*

⁷³ Veja-se os testes de constituência já apresentados, nomeadamente o teste da retoma anafórica.

Neste caso, formulamos a pergunta *O que aconteceu à casa?* e obtemos igualmente o predicado: *ruiu*.

Quanto ao segundo teste apresentado, relembremos a frase (63) e procedamos às alterações nele previstas:

(67) *O rapaz comeu um gelado e a irmã também.*

Individualiza-se, assim, o SV (*comeu um gelado*) por omissão, uma vez que ele não ocorre na segunda oração.

7.4. Propriedades de subcategorização

Dissemos já que os elementos de uma mesma categoria sintáctica (assim como os de uma mesma categoria sintagmática) podem substituir-se mutuamente num determinado contexto, sem causar agramaticalidade.

(68) *A Ana leu o livro.*

O SN sujeito pode ser substituído pelo SN *o Carlos* ou por *a Rita*:

(69) *O Carlos leu o livro.*

(70) *A Rita leu o livro.*

Do mesmo modo, o verbo e o complemento directo são substituíveis por outras formas:

(71) *A Ana rasgou o livro.*

(72) *A Ana comprou o livro.*

(73) *A Ana leu o jornal.*

(74) *A Ana leu a revista.*

Todavia, nem sempre esta comutação pode acontecer. Atente-se nas seguintes frases:

(75) *As crianças adoeceram.*

(76) * *As crianças foram.*

(77) * *As crianças deram.*

As formas *adoeceram*, *foram* e *deram* pertencem à mesma categoria sintáctica (estamos, em todos os casos, em presença de verbos), mas não são substituíveis no mesmo contexto. Tal impossibilidade deriva do facto de existirem restrições nas relações dos verbos com outros constituintes. Os verbos *ir* e *dar* exigem complementos; o verbo *adoecer* não. Mas mesmo em relação ao tipo de complementos que exigem, aqueles verbos (*ir* e *dar*) distinguem-se:

(78) *As crianças foram à escola.*

(79) * *As crianças deram à escola.*

Os verbos impõem restrições combinatórias. E a natureza da categoria com a qual o verbo se pode combinar para formar o SV é uma característica lexical sintacticamente relevante. Constitui aquilo que se designa por **propriedades de selecção categorial** ou **propriedades de subcategorização**. Cada verbo selecciona a categoria sintagmática dos constituintes com os quais pode ou deve ocorrer no interior do SV.

Um **quadro de subcategorização** explicita esquematicamente as propriedades de subcategorização de um determinado verbo. Por exemplo, o quadro de subcategorização do verbo *ir* é o seguinte:

$ir_v : [_{sv} \text{ ___ SP}]$

Esta representação esquemática significa que, numa frase em que ocorra, o verbo *ir* ocupa uma posição inicial no SV seguido obrigatoriamente por um SP.

Veja-se agora o quadro de subcategorização do verbo *dar*.

$dar_v : [_{sv} \text{ ___ SN SP}]$

Ou seja, o verbo *dar* ocorre em início de SV seguido por um SN e por um SP (o que é confirmado pelo enunciado (64)). Até pode acontecer que alguma destas categorias sintagmáticas não esteja explícita, mas tem de haver a possibilidade de a recuperar contextualmente, apesar de subentendida.

Vejamos outros exemplos:

(80) *O Pedro arrumou os livros na estante.*

(81) *O Pedro arrumou os livros.*

(82) * *O Pedro arrumou.*

O verbo *arrumar* ocorre obrigatoriamente com um SN e opcionalmente com um SP. O seu quadro de subcategorização é o seguinte:

*arrumar*_v : [_{sv} ___ SN (SP)]

Estas restrições que os verbos apresentam não se reduzem às categorias sintagmáticas que seleccionam; abrangem igualmente a selecção das preposições que podem ocorrer com eles:

(83) * *As crianças foram do parque.*

Foi respeitado o quadro de subcategorização (o verbo *ir* ocorre, no interior de um SV, à esquerda de um SP) mas não a preposição com que este verbo pode combinar.

Atente-se agora nas frases seguintes:

(84) *O Pedro deu um presente à mãe.*

(85) *O Pedro abriu a janela.*

(86) *O Pedro obedeceu à mãe.*

(87) *O Pedro espirrou.*

(88) *Nevou.*

A partir das frases dadas é possível sistematizar as categorias sintagmáticas com que ocorrem os verbos nas frases apresentadas:

<i>dar</i>	SN	V	SN	SP
<i>abrir</i>	SN	V	SN	
<i>obedecer</i>	SN	V	SP	
<i>espirrar</i>	SN	V		
<i>nevar</i>		V		

Esta sistematização remete para a classificação tradicional de verbos transitivos, intransitivos e impessoais:

– *dar*: **verbo transitivo directo e indirecto** (ocorre com sujeito, com complemento directo e com complemento indirecto);

– *abrir*: **verbo transitivo directo** (ocorre com sujeito e com complemento directo);

– *obedecer*: **verbo transitivo indirecto** (ocorre com sujeito e com complemento indirecto);

– *espirrar*: **verbo intransitivo** (apenas ocorre com um sujeito);

– *nevar*: **verbo intransitivo e impessoal** (não ocorre nem com sujeito nem com complemento directo ou indirecto).

Designa-se por **argumentos internos** os constituintes subcategorizados pelo verbo, ou seja, os sintagmas que são constituintes imediatos de SV.

Argumento externo é o constituinte exterior ao SV: o SN constituinte imediato de F, que desempenha a função de sujeito.

Os argumentos internos dependem hierarquicamente de SV, ao contrário do que acontece com o argumento externo, que depende de F (o que é visível quando se representa a estrutura sintáctica da frase num diagrama em árvore).

Na frase (84):

- *um presente e à mãe* são os argumentos internos do verbo *dar*;
- *o Pedro* é um argumento externo do mesmo verbo.

Todos eles são argumentos obrigatórios: têm de ocorrer combinados com o verbo *dar*, mesmo que não estejam explícitos.

Mas há também argumentos opcionais, isto é, argumentos que, se forem suprimidos, não causam agramaticalidade. No caso da frase (68), o SP *no domingo passado* é um argumento opcional:

(89) *O Pedro deu um presente à mãe no domingo passado.*

Temos vindo a tratar de **frases simples** (frases que contêm apenas uma predicação), mas existem igualmente **frases complexas** (frases que contêm mais do que uma predicação).

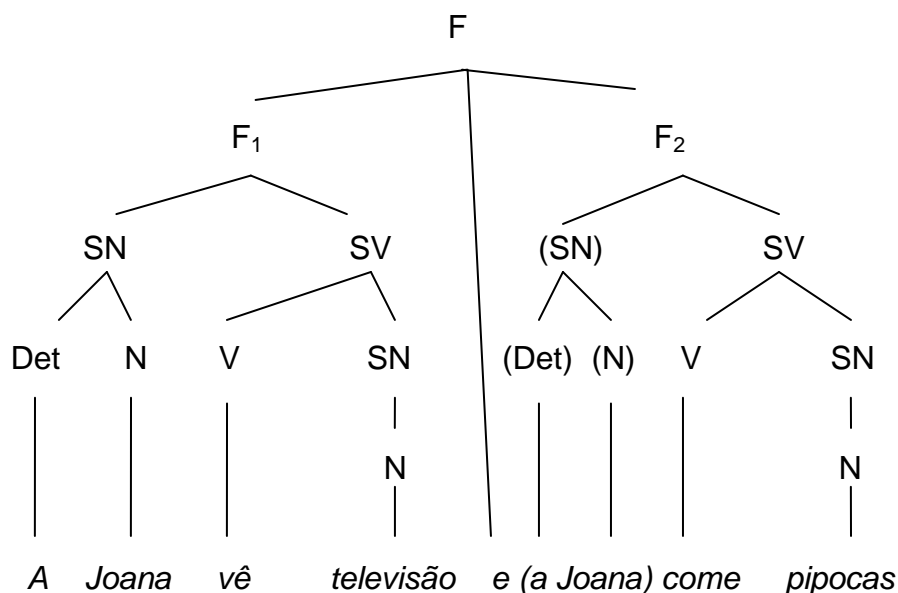
O verbo é uma expressão predicativa. Predicar significa atribuir propriedades a entidades (*A Inês canta bem*) ou estabelecer uma relação entre entidades (*O Pedro gosta de fruta*). Uma frase simples é uma frase com uma única predicação; uma frase complexa é uma frase com mais do que uma predicação.

Vejamos os exemplos seguintes:

(90) *A Joana vê televisão.*

(91) *A Joana vê televisão e come pipocas.*

O exemplo (91) é uma frase complexa, na qual as orações estão articuladas por coordenação; trata-se de duas frases simples justapostas, articuladas pela conjunção coordenativa copulativa *e*. A sua estrutura sintáctica é representada pelo seguinte diagrama em árvore:



Há **coordenação** quando as orações de uma frase complexa podem ocorrer isoladamente. Ambas estão ao mesmo nível no diagrama em árvore: não há uma que dependa da outra. O sujeito da segunda oração (neste caso, *a Joana*) pode não estar explícito, mas é contextualmente recuperável.

Sintacticamente, não há limite para o número de frases coordenadas. O único limite é a capacidade de memória dos falantes e dos ouvintes. O mesmo se verifica com a **subordinação** (ou encaixe); mas, neste caso, as orações que constituem a frase complexa não estão já ao mesmo nível na estrutura de constituintes, porque a(s) oração(ões) subordinada(s) depende(m) de uma oração subordinante.

Como vimos quando nos referimos às propriedades de subcategorização, os argumentos seleccionados por um verbo são em número finito. Um verbo não pode seleccionar mais do que três ou quatro argumentos, como na frase seguinte:

(92) (i) Os rapazes transportaram (ii) um piano (iii) da loja de instrumentos musicais (iv) para a sala de espectáculos.

Esse facto poderia levar-nos a pensar que as frases das línguas naturais não variam muito. Mas as frases podem ter membros coordenados ou subordinados em número infinito. O seguinte excerto de um texto de Carlos

Drummond de Andrade é revelador quanto às potencialidades infinitas da recursividade:

*João amava Teresa que amava Raimundo que amava Maria que amava Joaquim que amava Lili que não amava ninguém.*⁷⁴

⁷⁴ Carlos Drummond de Andrade, *Alguma poesia*.

Actividades

1. Explícite a ambiguidade que se verifica na seguinte frase, fazendo uma dupla paráfrase:

Gosto de conversar com homens e mulheres inteligentes.

2. a) Elabore um diagrama em árvore que represente a estrutura sintáctica da seguinte frase:

A Catarina deu uma caixa de bombons ao irmão.

2. b) Identifique os constituintes que, na frase apresentada na alínea anterior, desempenham as funções sintácticas de sujeito, de complemento directo e de complemento indirecto.

2. c) Explícite os testes formais que lhe permitiram identificar os constituintes referidos na resposta à pergunta anterior.

Referências bibliográficas (Capítulo 7 – Sintaxe)

a) Leitura obrigatória

DUARTE, Inês, e Ana Maria BRITO (1996), “Sintaxe”, in FARIA, Isabel Hub *et alii* (Org.), *Introdução à linguística geral e portuguesa*, Lisboa, Caminho, pp. 247-275.

b) Leitura complementar

MATEUS, Maria Helena Mira, *et alii* (2003), *Gramática da língua portuguesa* (5.^a ed. revista e aumentada), Lisboa, Caminho, pp. 277-295, 435-439, 551-557.

Capítulo 8 – Semântica

Objectivos

No final deste Capítulo, o estudante deverá estar apto a

- explicitar o objecto de estudo da Semântica;
- definir o conceito de significado;
- distinguir significado lexical de significado gramatical;
- distinguir significado literal de significado não-literal;
- aplicar a metodologia da análise sémica (ou análise componencial) para a descrição do significado lexical das palavras;
- identificar diferentes tipos de relações semânticas entre palavras;
- distinguir os campos de análise da Semântica Lexical e da Semântica Frásica;
- identificar diferentes tipos de relações semânticas entre frases.

8.1. Objecto de estudo da Semântica e conceitos operatórios básicos

A **Semântica** é a disciplina linguística que procede ao estudo do significado das unidades linguísticas. Lida, portanto, com o significado, ou seja, com a face não manifesta do signo linguístico, o que constitui uma dificuldade acrescida desta disciplina: investiga um objecto de estudo não material, não manifesto (no que se distingue da Fonética, da Morfologia e da Sintaxe).

O **significado** de uma palavra consiste numa representação mental, num conceito que os sujeitos falantes têm interiorizado e que associam sistematicamente a um dado significante. Os significados das palavras e das frases constituem representações conceptuais da realidade que nos rodeia, mas também de entidades fictícias (como Sherlock Holmes, Pégaso ou o Pai Natal) e de eventos que não se deram (o apocalipse bíblico).

É costume distinguir, em Linguística, significado lexical de significado gramatical. O **significado lexical** diz respeito às palavras que têm um referente na realidade extralinguística. *Cão, Lisboa, Sherlock Holmes e lâmpada* designam entidades reais ou ficcionadas que existem no mundo em que estamos inseridos: um animal ou classe de animais, uma cidade, um personagem da literatura policial e um objecto que serve para iluminar. Os substantivos (ou nomes), os verbos, os adjectivos e os advérbios são tipicamente classes de palavras com significado lexical.

O **significado gramatical** diz respeito às relações que se estabelecem entre as unidades linguísticas nas frases. As preposições *de* e *para*, e as conjunções *porque* e *contudo* não designam uma entidade que existe no mundo; o seu significado serve, em vez disso, para evidenciar relações entre elementos das frases ou entre frases. As preposições, as conjunções e os artigos são classes de palavras com significado gramatical. Também os morfemas nominais de género e número, assim como os morfemas verbais de modo, tempo, pessoa e número têm significado gramatical.

Uma forma de distinguir claramente as palavras com significado lexical das palavras com significado gramatical consiste em raciocinar do seguinte modo: podemos ensinar a um falante nativo de inglês o significado da palavra

cão apontando para o seu referente, se esse animal passar à nossa frente na rua. Apontamos para o animal, dizemos *cão* e o nosso interlocutor compreende que aquele significante remete para um significado susceptível de ser explicitado como “mamífero doméstico que ladra”.

Mas o mesmo método não serve para ensinar o significado de palavras como *de* e *contudo*, precisamente porque elas têm um significado de natureza gramatical. Para descrever o significado destas palavras necessitamos de recorrer a outras estratégias (por exemplo, à tradução ou à exemplificação com base em frases nas quais elas sejam utilizadas).

Sempre que nos servimos da linguagem verbal, veiculamos informação. Intuitivamente, cada falante possui um conjunto de saberes acerca do significado das palavras da sua língua materna. É esse conhecimento semântico intuitivo que nos permite aceitar umas frases e não aceitar outras:

(93) *O António bebeu água ao almoço.*

(94) *O meu filho é o meu herdeiro.*

(95) ? *O António bebeu pescada ao almoço.*

(96) ? *O meu filho é o meu pai.*

Todas estas frases são gramaticais, uma vez que não violam regras de carácter morfo-sintáctico, mas (95) e (96) não são aceitáveis porque desobedecem a regras de natureza semântica: o verbo *beber* é compatível com alimentos líquidos, mas não com alimentos sólidos, e não é possível um homem ser, objectivamente, ao mesmo tempo filho e pai da mesma pessoa.

É também o conhecimento semântico intuitivo que nos permite dizer que as frases que se seguem, embora tenham uma estrutura sintáctica distinta, são equivalentes ao nível do significado:

(97) *O Carlos comeu um pacote de bolachas.*

(98) *Um pacote de bolachas foi comido pelo Carlos.*

A Semântica procura, então, explicitar o conhecimento intuitivo que cada falante possui acerca do significado das palavras e das frases da sua língua materna.

8.2. Semântica Lexical

Vamos começar por tratar de questões de **Semântica Lexical**, área da Semântica que procura descrever o significado das palavras de uma dada língua, bem como as relações que se estabelecem entre os significados das palavras dessa mesma língua.

8.2.1. Significado literal e significado não-literal

A Semântica Lexical procura descrever aquelas palavras cujo significado remete para a realidade extralinguística. Além disso, concentra-se no estudo do significado lexical denotativo, rejeitando, pelo menos numa primeira abordagem, o significado lexical conotativo, em virtude da subjectividade que subjaz à conotação. Por exemplo, imaginemos que, num texto cuja temática é a política portuguesa, ocorrem as seguintes frases:

(99) *A rosa murchou.*

(100) *A laranja está amarga.*

Nestes casos, *rosa* pode não designar a flor que todos nós conhecemos mas o “Partido Socialista”, assim como *laranja* pode não designar um determinado citrino mas o “Partido Social Democrata”. Esta associação deve-se ao facto de serem essas as cores que permitem identificar aqueles partidos no espectro partidário português.

Coloca-se então uma questão importante: se as palavras têm um determinado significado, como é possível que elas nem sempre signifiquem aquilo que basicamente significam? Como é possível que *rosa* (que normalmente designa um tipo de flor) signifique, em (99), “PS”? E como é possível que *laranja* (que normalmente designa um fruto) signifique, em (100), “PSD”?

A resposta consiste no seguinte: as palavras podem acumular um significado literal e um significado não-literal ou metafórico. “PS” e “PSD” são significados não-literais de *rosa* e *laranja* (na variante europeia do português).

O **significado literal** (relacionado com o conceito de denotação) remete para a(s) entidade(s) a que a palavra (ou frase) objectivamente se refere. O **significado não-literal** (relacionado com a conotação) remete para o conjunto de associações que o uso de uma palavra (ou frase) pode evocar. A Semântica Lexical preocupa-se primariamente com o significado literal de uma palavra.

Há ainda outros aspectos importantes do significado. Muitas vezes os locutores comunicam mais do que o que literalmente dizem, como na frase seguinte:

(101) *Quando é que deixaste de fumar?*

Esta frase, não o referindo explicitamente, implica que o interlocutor costumava fumar.

Além disso, por vezes os falantes comunicam exactamente o contrário daquilo que dizem, como em (102):

(102) *Fizeste muito bem!*

Se este enunciado ocorre quando uma mãe diz à criança após esta ter partido um copo, ela pretende comunicar o inverso do que a frase literalmente diz. Veremos, ao longo do Capítulo 9, que estes aspectos da significação são abordados no âmbito da Pragmática.

8.2.2. Análise sémica (ou análise componencial)

Dissemos que um dos objectivos da Semântica Lexical consiste em descrever os significados de uma dada língua. Vejamos um tipo de análise que permite fazê-lo.

É possível especificar o significado de uma palavra através de um conjunto de traços semânticos ou propriedades semânticas. Por **traço**

semântico (ou **sema**) entende-se a unidade mínima de significação (abstracta).

Pode fazer-se a seguinte analogia: o traço semântico está para a Semântica como o traço distintivo está para a Fonologia. Tal como o fonema /p/ se caracteriza pelos traços distintivos [+ consoante] e [+ bilabial], por exemplo, o significado de *mulher* pode ser caracterizado pelos traços semânticos [+ humano] e [+ feminino]. Tenha-se em consideração, todavia, que o traço distintivo releva de características de natureza articulatória (do significante) e é usado caracterizar unidades mínimas distintivas (os fonemas), enquanto o traço semântico remete para características de natureza conceptual e pretende-se com ele caracterizar a face conceptual do signo linguístico (o significado).

É conveniente não confundir traço semântico com morfema: o significado de um morfema pode ser constituído por vários traços semânticos.

O quadro que a seguir se apresenta procede à distinção, com base neste tipo de análise, entre o significado das palavras *homem*, *cão* e *leão*.

<i>homem</i>	<i>cão</i>	<i>leão</i>
[+ animado]	[+ animado]	[+ animado]
[+ macho]	[+ macho]	[+ macho]
[+ humano]	[- humano]	[- humano]
[- felino]	[- felino]	[+ felino]

O significado das três palavras inclui os traços [+ animado] e [+ macho]. Distinguem-se porque o significado de *homem* inclui o traço [+ humano] (ao contrário do significado de *cão* e *leão*). Por outro lado, o significado de *leão* inclui o traço [+ felino] (ao contrário do significado de *homem* e *cão*).

Este tipo de descrição do significado das palavras designa-se por **análise sémica** (ou **análise componencial**) e é um tipo de análise decalcado sobre o modelo fonológico. Recordemos o exemplo de anomalia semântica apresentado no início do capítulo:

(103) ? O António bebeu pescada ao almoço.

A explicação da análise componencial para esta anomalia semântica reside no facto de o verbo *beber* ter necessariamente de ocorrer com um complemento directo cujo significado se caracterize pelo traço [+ líquido].

8.2.3. Relações semânticas entre palavras

Vejam agora as relações semânticas que estruturam o léxico de uma língua: sinonímia, antonímia, hiperonímia/hiponímia e holonímia/meronímia.

Sinonímia

A sinonímia é uma relação semântica instituída entre palavras com significados idênticos. Sinónimos são palavras de significante distinto mas equivalentes do ponto de vista semântico. Essas palavras pertencem à mesma categoria sintáctica: *começar / iniciar* (verbos), *chefe / patrão* (substantivos).

As palavras *bêbado* e *embriagado* são sinónimas: designam um mesmo estado. Todavia, não são substituíveis em todos os contextos. Em termos de registo de língua (variação diafásica), uma mesma pessoa pode utilizar no seu dia-a-dia as duas designações, mas não as utiliza nas mesmas situações. Numa situação mais formal há tendência para usar *embriagado*, enquanto numa situação menos formal usa-se preferencialmente *bêbado*. Dizemos, por isso, que são sinónimos estilísticos, uma vez que possuem o mesmo núcleo conceptual mas são utilizados em registos de língua diferentes. O mesmo se verifica com *chato* e *aborrecido*, *chumbar* e *reprovar*, etc.

Há quem defenda que os sinónimos perfeitos não existem numa língua. Sinónimos perfeitos são palavras que têm exactamente o mesmo significado e que podem comutar em todos os contextos sem que haja qualquer alteração (por mínima que seja) ao nível do significado veiculado. Na verdade, de que serviria a existência de muitas palavras diferentes na forma mas exactamente iguais no significado? A sinonímia perfeita parece um luxo inútil da linguagem verbal.

Todavia, há palavras que designam exactamente a mesma realidade extralinguística e são comutáveis em qualquer contexto. *Malária* e *paludismo*,

assim como *surda* e *áfone* (quando caracterizam uma consoante), são pares de palavras que parecem contrariar a ideia segundo a qual não há sinónimos perfeitos, já que estas duas formas distintas possuem exactamente o mesmo significado e são substituíveis em todos os contextos.

Antonímia

A antonímia consiste numa relação semântica de contraste, de oposição entre o significado de duas palavras. Antónimos são palavras que contrastam em algum dos seus traços semânticos. As palavras *quente* e *frio*, por exemplo, são antónimos mas designam ambos um estado ou uma qualidade que releva da temperatura.

Há vários tipos de antonímia:

a) Antonímia binária (ou antonímia complementar)

Trata-se daqueles casos em que os pares de palavras designam duas situações alternativas: *vivo/morto*, *presente/ausente*, *aberto/fechado*.

Há três modos de identificar os casos de antonímia binária:

– Da afirmação de um dos termos resulta a negação do outro e vice-versa

A frase *Hitler está morto* implica *Hitler não está vivo*. A frase *Hitler não está morto* implica *Hitler está vivo*. Do mesmo modo, a frase *A Carolina está ausente* implica *A Carolina não está presente*. E a frase *A Carolina não está ausente* implica *A Carolina está presente*.

– Estes antónimos não admitem comparações

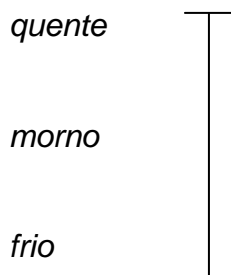
As frases *Hitler está mais morto do que Estaline* e *A Carolina está mais presente do que a Marta* não são aceitáveis.

– Em relação a este tipo de antónimos não podemos utilizar uma construção do tipo da que se segue:

(104) ? *A porta não está aberta nem fechada.*

b) **Antonímia graduável** (ou **antonímia polar** ou **antonímia escalar**)

Estes antónimos constituem os extremos, os pólos de uma escala contínua de valores:



Alto/baixo, gordo/magro são outros exemplos de antonímia graduável.

Há também três modos de identificação destes casos:

– Da afirmação de um dos termos resulta a negação do outro

A frase *O leite está quente* implica *O leite não está frio*.

Mas da negação de um deles não resulta a afirmação do outro. A frase *O leite não está quente* não implica *O leite está frio*: o leite pode estar simplesmente morno.

– Estes antónimos admitem a comparação, uma vez que incluem uma gradação:

(105) *Este café está mais quente do que o que tomei há meia hora.*

– Relativamente a este tipo de antónimos já podemos utilizar uma construção do tipo:

(106) *O café não está quente nem frio.*

O café pode estar simplesmente morno.

c) **Antonímia conversa** (ou **reciprocidade**)

Consiste este tipo de antonímia no facto de um par de palavras designar o mesmo conteúdo a partir de dois pontos de vista diferentes. Com as duas frases que se seguem exprime-se a mesma relação entre duas pessoas, mas perspectivada de pontos de vista distintos:

(107) *O Henrique é o pai do João.*

(108) *O João é o filho do Henrique.*

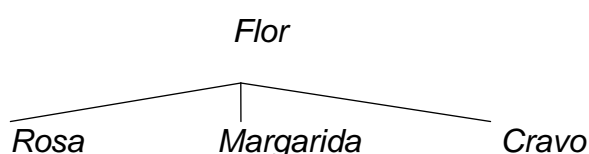
Outros exemplos são os seguintes pares de palavras: *avô/neto*, *marido/esposa*, *professor/aluno* e *médico/paciente*.

d) **Antonímia direccional**

A antonímia direccional é a relação semântica entre duas palavras que designam direcções ou movimentos opostos, como *subir/descer*, *entrar/sair*, *chegar/partir*, *ir/vir*, *norte/sul* e *este/oeste*.

Hiperonímia / Hiponímia

Esta é uma relação semântica de inclusão entre o significado de duas palavras.



Flor é **hiperónimo** (ou **superordenado**) de *rosa*, de *margarida* e de *cravo*, uma vez que possui um significado mais geral. *Rosa*, *margarida* e *cravo* são **hipónimos** de *flor*: têm um significado mais específico.

Por outras palavras, o significado da palavra *flor* está contido nos significados de *rosa*, de *margarida* e de *cravo*. Na definição do significado de *margarida* temos de recorrer ao significado de *flor*. O inverso, porém, não se verifica: podemos dizer que uma *margarida* é um tipo de *flor*, mas seria incorrecto dizer que uma *flor* é um tipo de *margarida*.

Há, portanto, uma relação hierárquica entre o significado destas palavras. Os seguintes pares de palavras são exemplos de hiperónimos/hipónimos: *felino/tigre*, *ave/águia* e *fruto/laranja*.

Trata-se de uma relação assimétrica: se *ave* é hiperónimo de *águia*, *águia* é hipónimo de *ave*⁷⁵.

A substituição de palavras propiciada pela hiponímia revela-se muito útil quando, num texto, pretendemos não repetir a mesma palavra:

(109) *Um cão entrou na cozinha. O animal farejava biscoitos à distância.*

Holonímia / Meronímia (ou Relação parte / todo)

A relação parte/todo é também uma relação de inclusão ao nível dos significados de duas palavras. Exemplos deste tipo de relação semântica são os seguintes: *casa/sala*, *livro/página*, *automóvel/pneu* e *cara/boca*.

Todavia, distingue-se da hiponímia pelo seguinte:

– o significado de *rosa* inclui o significado de *flor*: pode dizer-se que *uma rosa é uma flor*;

– o significado de *boca* não inclui o significado de *cara*: não é correcto dizer que *uma boca é uma cara*; o que é correcto dizer é que *a boca localiza-se na cara, faz parte da cara*.

⁷⁵ No que se distingue da sinonímia; a sinonímia constitui uma relação simétrica entre o significado de duas palavras: se *calvo* é sinónimo de *careca*, então *careca* é também sinónimo de *calvo*.

8.3. Semântica Frásica

No âmbito da **Semântica Frásica**, procura-se descrever o significado das frases de uma língua natural e as relações, ao nível do significado, que se podem estabelecer entre frases.

É possível fazer um paralelismo entre as relações semânticas existentes entre as palavras e as relações semânticas existentes entre as frases:

Semântica Lexical	Semântica Frásica
Sinonímia	Paráfrase
Antonímia	Contradição
Hiperonímia / Hiponímia	Implicação
Holonímia / Meronímia	

Paráfrase

A paráfrase é uma relação de significado que está para as frases como a sinonímia está para as palavras: diz-se que uma frase é a paráfrase de outra quando os significados de ambas são equivalentes. Trata-se de uma relação de equivalência semântica ao nível frásico. Exemplos que constituem paráfrases são as seguintes frases:

(110) *O cão mordeu o jornalista.*

(111) *O jornalista foi mordido pelo cão.*

(112) *Foi o cão que mordeu o jornalista.*

Estas frases também constituem paráfrases:

(113) *A Ana é mais alta do que a Catarina.*

(114) *A Catarina é menos alta do que a Ana.*

Vejamos ainda mais dois exemplos:

(115) *O João comprou um carro à Sofia.*

(116) *A Sofia vendeu um carro ao João.*

Se uma das frases apresentadas (em cada um dos três grupos) é verdadeira, a(s) outra(s) também é (são).

Contradição

Existe contradição quando há uma oposição dos significados de duas frases de tal modo que não podem ser ambas verdadeiras. Trata-se, portanto, de uma relação de incompatibilidade semântica.

(117) *Hitler está vivo.*

(118) *Hitler está morto.*

Há incompatibilidade ao nível do significado entre estas frases. No seu sentido literal, não podem ser ambas verdadeiras⁷⁶.

A contradição pode verificar-se numa mesma frase:

(119) ? *A Ana é casada mas é solteira.*

(120) ? *O meu irmão é filho único.*

No seu sentido literal, estas frases não podem ser verdadeiras.

⁷⁶ Num sentido não literal, as duas podem ser verdadeiras; por exemplo, se se pretender dizer que “Hitler está fisicamente morto mas vivo na memória de muitas pessoas”.

Implicação

A implicação verifica-se quando entre duas frases há uma relação de significado de tal modo que se a primeira frase é verdadeira, a segunda também é.

(121) *O caçador matou o elefante.*

(122) *O elefante está morto.*

(123) *Ele ofereceu uma margarida à namorada.*

(124) *Ele ofereceu uma flor à namorada.*

(125) *O Gil levou um murro no olho esquerdo.*

(126) *O Gil levou um murro na cara.*

Trata-se de uma relação assimétrica. As frases (121), (123) e (125) implicam respectivamente, as frases (122), (124) e (126) mas o inverso não se verifica: *Ele ofereceu uma flor à namorada* não implica *Ele ofereceu uma margarida à namorada*; pode ter oferecido uma rosa.

Actividades

1. Proponha uma análise sémica das seguintes palavras de modo a dar conta das diferenças de significados que existem entre elas:

- *bicicleta*
- *mota*
- *automóvel*

2. Considere os seguintes pares de palavras:

a) *subir/descer*

b) *electrodoméstico/frigorífico*

c) *livro/capa*

d) *matar/assassinar*

e) *leve/pesado*

Identifique e defina as relações semânticas que existem entre os pares de palavras dados.

Referências bibliográficas (Capítulo 8 – Semântica)

a) Leitura complementar

LOPES, Ana Cristina Macário, e Graça RIO-TORTO (2007), *Semântica*, Lisboa, Caminho (Colecção O essencial sobre língua portuguesa), pp. 13-45, 67-69.

Capítulo 9 – Pragmática

Objectivos

No final deste Capítulo, o estudante deverá estar apto a

- explicitar o objecto de estudo da Pragmática;
- distinguir os conceitos de contexto e de situação;
- diferenciar o que é dito e o que é comunicado;
- identificar três ramos da Pragmática (Pragmática Indexical, Pragmática Ilocutória e Pragmática Conversacional);
 - delimitar os campos de análise de cada um dos três ramos da Pragmática;
 - reconhecer diferentes tipos de deícticos;
 - distinguir enunciados constativos de enunciados performativos;
 - definir os conceitos de acto locutório, acto ilocutório e efeito perlocutório;
 - identificar diferentes tipos de actos ilocutórios;
 - explicitar o Princípio da Cooperação;
 - definir as diferentes máximas conversacionais.

9.1. Objecto de estudo da Pragmática e conceitos operatórios básicos

A Semântica e a Pragmática constituem dois níveis de análise linguística que procuram descrever o significado. A diferença entre estas disciplinas pode ser estabelecida do seguinte modo: a Semântica estuda o significado das formas linguísticas independentemente da situação em que elas ocorrem (preocupa-se com o significado que permanece constante); a **Pragmática** estuda o significado das formas linguísticas em situação, salientando o papel fundamental que este desempenha na construção do sentido.

9.1.1. Contexto (linguístico) e situação (extralinguística)

O conceito de **situação** (ou **contexto situacional**) engloba todos os elementos de natureza extralinguística que condicionam a produção de um enunciado: falante e ouvinte (e respectivos estatutos e papéis sociais), tempo e lugar, canal de comunicação, crenças e conhecimentos (partilhados ou não) pelos falantes no momento em que falam, etc. A situação é, então, constituída por factores exteriores ao texto, mas que são projectados neste e que o condicionam.

Opõe-se situação a **contexto** (ou **contexto verbal** ou **co-texto**), conceito que integra por todas as produções verbais anteriores e posteriores a um determinado enunciado.

Pode dizer-se que o objecto de estudo da Pragmática é constituído pelos princípios que presidem ao uso comunicativamente adequado da linguagem verbal. A Pragmática difere da Semântica na medida em que toma em consideração todos os elementos que constituem a situação de enunciação, e não apenas as mensagens linguísticas propriamente ditas. Na verdade, o conhecimento de tudo o que de extralinguístico rodeia os interlocutores no acto de fala contribui para o sentido global de um determinado enunciado.

Para entender convenientemente esta definição é relevante introduzir as noções de competência linguística e de competência comunicativa.

A **competência linguística** consiste no conhecimento implícito dos signos e das regras de uma dada língua que qualquer falante possui. A **competência comunicativa** designa o conhecimento de regras sociais, culturais e psicológicas que condicionam a produção/recepção de enunciados. Constitui um saber interiorizado que permite ao falante comunicar eficazmente, ou seja, produzir e reconhecer discursos adequados às circunstâncias em que se insere.

Uma boa competência linguística consiste, *grosso modo*, em saber falar uma determinada língua, segundo as suas regras fonético-fonológicas, morfológicas, sintáticas e semânticas. Corresponde à produção de enunciados gramaticalmente correctos.

Uma boa competência comunicativa consiste em saber adequar o discurso às situações concretas, segundo regras de carácter pragmático. Para que conduza a um comportamento falante com êxito, a competência comunicativa inclui uma série de capacidades, desde um conjunto de saberes linguísticos (competência linguística) até aos saberes pragmáticos (por exemplo, um falante deverá saber quando falar, sobre o que falar, com quem falar, onde e de que modo), que implicam o conhecimento de atitudes, valores e motivações do(s) outro(s). Imaginemos o seguinte diálogo:

(127) – *Que horas são?*

– *Tripas à moda do Porto.*

A resposta à pergunta formulada em (127) é gramaticalmente correcta mas comunicativamente inadequada. Pode dizer-se que o falante que responde daquele modo àquela pergunta revela, aparentemente, uma boa competência linguística mas uma deficiente competência comunicativa.

9.1.2. O que é dito e o que é comunicado

Outro modo de distinguir estas duas disciplinas é dizer que a Semântica descreve o que é dito, enquanto a Pragmática descreve o que é comunicado. Neste sentido, pode dizer-se que a Semântica procura responder à pergunta seguinte:

O que significa aquele enunciado?

Já a Pragmática procura responder à seguinte pergunta:

O que é que o falante quer dizer com aquele enunciado?

Frequentemente, o que se comunica não corresponde ao que literalmente se diz: muitas vezes, comunica-se mais do que o que se diz; e, por vezes, comunica-se o inverso daquilo que explicitamente se diz.

Vejamos alguns exemplos:

(128) *É capaz de me passar o sal?*

O que é dito pode ser parafraseado do seguinte modo: o locutor pergunta ao seu interlocutor se este possui a capacidade de lhe passar o sal. Mas o que é comunicado é mais do que isso: trata-se de um pedido por parte do locutor para que o seu ouvinte lhe passe o sal.

Imaginemos que (129) constitui a resposta à pergunta formulada em (128):

(129) *Sim, sou capaz.*

Se o interlocutor responder desta maneira, então revela que não entendeu (ou fingiu que não entendeu) o que o locutor lhe queria comunicar, uma vez que aquela pergunta, durante um jantar, não constitui um mero pedido de informação.

A ironia, quando se concretiza em comunicar exactamente o oposto do que literalmente se diz, constitui o caso extremo a nível da diferença entre o que dizemos e o que comunicamos. Imagine-se o seguinte enunciado proferido pela mãe que encontra o quarto do filho completamente desarrumado:

(130) *Que lindo serviço fizeste no teu quarto!*

Em casos como este, a ironia traduz-se em dizer o oposto daquilo que se pretende comunicar. Se tivermos em conta apenas o que é literalmente dito (isto é, se se abordar o enunciado numa perspectiva semântica), concluiremos que a mãe está a fazer um grande elogio ao seu filho, e, nesse caso, não teremos entendido devidamente a intenção comunicativa do falante que produz este enunciado. Mas se não esquecermos a situação de comunicação em que este enunciado ocorreu (ou seja, se nos situarmos numa perspectiva pragmática), então verificamos que a mãe está a censurar o seu filho. Na verdade, os casos de ironia só podem ser devidamente compreendidos se se tiver em conta a situação em que ocorrem⁷⁷.

Aquilo que temos vindo a designar por **dito** (ou *linguistic meaning*) constitui o significado literal da frase. O **comunicado** (ou *speaker meaning*) é o significado que depende da intenção do falante. A Pragmática procura explicitar o modo como um falante consegue estabelecer a ponte sobre o fosso que, muitas vezes, separa o que é dito do que é comunicado.

É comum distinguir três ramos no âmbito da Pragmática:

- Pragmática Indexical;
- Pragmática Ilocutória;
- Pragmática Conversacional.

Explicitaremos, a seguir, o objecto de estudo de cada um destes ramos da Pragmática, assim como os principais conceitos a eles associados.

⁷⁷ Sublinhe-se que a entoação é outro factor que deve ser tomado em consideração.

9.2. Pragmática Ilocutória

A **Pragmática Ilocutória**, tendo como base no princípio de que a linguagem serve para realizar determinados actos, procede ao estudo e descrição da dimensão accional da linguagem verbal. A comunicação linguística é, portanto, perspectivada como uma actividade social.

9.2.1. Enunciados constativos e enunciados performativos

Atente-se nas seguintes frases:

(131) *Mário Soares foi presidente da república portuguesa.*

(132) *Eu fui presidente da república portuguesa.*

Os enunciados (131) e (132) são verdadeiros se existir um indivíduo chamado Mário Soares e ele tiver sido presidente da república portuguesa (no caso de (131)) e se o indivíduo que produz o enunciado tiver sido presidente de Portugal (no caso de (132)). Estes enunciados constatarem estados de coisas e podem ser analisados segundo o seu valor de verdade (ou seja, podem ser considerados verdadeiros ou falsos). Designam-se, por isso, **enunciados constativos**.

Mas o mesmo não se pode dizer dos enunciados seguintes:

(133) *Eu vos declaro marido e mulher.*

(134) *Prometo não faltar à tua festa de aniversário.*

Estes enunciados não se limitam a constatar estados de coisas. Eles executam uma acção: declarar marido e mulher (isto é, casar), em (133), e prometer, em (134). Além disso, não é adequado aplicar-se-lhes uma análise tendo como objectivo determinar o seu valor de verdade; estes enunciados não

são nem verdadeiros, nem falsos, porque este tipo de classificação não lhes é aplicável.

Tais enunciados designam-se, por isso, **enunciados performativos**. Trata-se de enunciados em que o acto de dizer configura o acto de executar a acção correspondente ao sentido lexical do próprio enunciado. Incluem geralmente um verbo performativo.

Verbos performativos são os que, em certas situações e desde que flexionados na 1.^a pessoa do singular do presente do indicativo na voz activa, executam o próprio acto que designam. Em alguns casos, todavia, os verbos performativos podem ser flexionados na 2.^a ou na 3.^a pessoa do singular do presente do indicativo na voz passiva (de estado): *Estás despedido* e *Está aberta a sessão* são dois enunciados possíveis que exemplificam essa possibilidade.

Os enunciados performativos não servem para dizer algo (isto é, para descrever um determinado estado de coisas); servem para fazer algo, para realizar acções pela linguagem.

Note-se que há aspectos socioculturais que condicionam a concretização do acto realizado por este tipo de enunciados. Um padre, numa igreja e no decorrer de uma cerimónia apropriada a esse fim, tem autoridade para dizer *Eu vos declaro marido e mulher* e efectivamente casar duas pessoas. Mas um médico ou um técnico de informática não têm essa autoridade.

Foi John Austin, um filósofo inglês do século passado, quem pela primeira vez procedeu a esta distinção entre enunciados constativos e enunciados performativos. Aliás, o título de uma das suas obras (*How to do things with words*) é particularmente revelador do seu interesse pela dimensão accional da linguagem verbal.

9.2.2. Acto locutório, acto ilocutório e efeito perlocutório

Mas este autor verificou que afinal todos os enunciados (mesmo os constativos) servem para realizar actos. Consequentemente, em lugar da oposição constativo/performativo, considerou mais pertinente a oposição performativo primário/performativo explícito, uma vez que os enunciados constativos (depois designados performativos primários) são, na verdade,

enunciados performativos aos quais falta a explicitação da acção que realizam ou ajudam a realizar.

Propôs, por isso, a distinção entre acto locutório, acto ilocutório e efeito perlocutório. Daí esta teoria ser designada por **Teoria dos actos de fala**. Subjaz-lhe a ideia de que os enunciados permitem a realização de determinadas acções. Algumas delas apenas se realizam através da linguagem (casar, baptizar, declarar aberta ou encerrada uma reunião, etc.).

Na verdade, todos os enunciados concretizam dois actos de natureza diferente: um acto locutório e um acto ilocutório.

O **acto locutório** consiste na produção de enunciados através da combinação e articulação de sons, em conformidade com as regras gramaticais e com o auxílio de um léxico. É o acto de dizer.

O **acto ilocutório** é a acção realizada por um falante quando profere um determinado enunciado. Consiste num acto de fazer que é simultâneo ao acto de dizer.

O **efeito perlocutório** é o resultado provocado pelo acto ilocutório (sendo, portanto, posterior aos actos locutório e ilocutório) e pode ou não corresponder ao que era desejado pelo falante. Ao contrário daqueles dois actos, pode não ser susceptível de uma análise linguística.

Vejamos um exemplo:

(135) *Feche a janela, por favor.*

Ao produzir este enunciado, um falante realiza dois actos simultâneos:

- numa perspectiva meramente linguística, realiza um acto locutório: produz um enunciado segundo as regras da língua portuguesa;
- numa perspectiva que releva do comportamento social, do relacionamento interpessoal, realiza um acto ilocutório: faz um pedido.

O resultado do seu pedido é o efeito perlocutório. Algumas reacções possíveis do seu interlocutor são as seguintes:

- ficar quieto e fazer de conta de que não é nada com ele;
- levantar-se e, sem dizer uma palavra, fechar a janela;
- dizer *está bem*, levantar-se e fechar a janela.

No primeiro caso, o efeito perlocutório não corresponde ao que era desejado pelo falante. E tanto no primeiro como no segundo caso, o efeito perlocutório não é linguisticamente analisável, pelo simples facto de que não houve qualquer produção verbal. De facto, o efeito perlocutório pode concretizar-se em acções, não sendo, portanto, analisável de um ponto de vista estritamente linguístico.

O teste seguinte ajuda a distinguir o acto locutório do acto ilocutório: o **acto locutório** pode traduzir-se, em termos de discurso indirecto, por verbos como *dizer* e *perguntar*, o **acto ilocutório** por verbos como *ordenar*, *pedir*, *prometer*, *asserir*, etc.;

A propósito do exemplo (135):

- *Ele disse-lhe para fechar a janela* descreve o acto locutório;
- *Ele pediu-lhe para fechar a janela* descreve o acto ilocutório.

O filósofo americano John Searle aprofundou as propostas de Austin e propôs uma **tipologia de actos ilocutórios**, que passamos a explicitar.

Acto ilocutório representativo

Quando o sujeito enunciador descreve estados de coisas ou acontecimentos, realiza um acto ilocutório representativo:

(136) *Hoje está sol.*

(137) *O António foi almoçar àquele restaurante.*

Asserir (isto é, afirmar ou negar) constitui o exemplo de acto ilocutório representativo.

O locutor, porque asseire algo, compromete-se com o valor de verdade daquilo que diz. Afirmar *O Francisco é um homem honesto* equivale, em termos ilocutórios, a dizer *Acredito que o Francisco é um homem honesto*.

Acto ilocutório directivo

Quando o sujeito enunciador tenta levar o seu interlocutor a fazer algo, realiza um acto ilocutório directivo:

(138) *Empresta-me esse livro.*

(139) *Que horas são?*

Exemplos de actos ilocutórios directivos são ordenar, perguntar, pedir, suplicar e aconselhar. Em todos estes casos, o falante tenta fazer com que o seu interlocutor se sinta na obrigação de realizar uma acção futura (acção essa que pode ser de natureza verbal ou não-verbal).

Acto ilocutório comissivo (ou compromissivo)

Quando o sujeito enunciador se compromete a fazer algo num tempo futuro, realiza um acto ilocutório comissivo:

(140) *Prometo que desta vez vou estudar mais para o exame.*

(141) *Se não te calas, vou-me embora.*

Prometer e ameaçar são exemplos de actos ilocutórios comissivos.

Este tipo de acto constitui, num certo sentido, o inverso do acto ilocutório directivo: o locutor, em vez de tentar levar o(s) interlocutor(es) a agir, compromete-se ele próprio a fazer algo, como se desse uma ordem a si mesmo.

Acto ilocutório expressivo

Quando o sujeito enunciador expressa o seu estado psicológico relativamente a um estado de coisas descrito no seu enunciado, realiza um acto ilocutório expressivo:

(142) *Lamento que o seu avô tenha falecido.*

(143) *Felicito-te pelo sucesso que o teu livro obteve.*

Agradecer, lamentar, pedir desculpa, saudar e congratular-se são exemplos de actos ilocutórios expressivos.

Podemos dividir um enunciado que configure um acto ilocutório expressivo do seguinte modo: uma parte em que o locutor revela o seu estado de espírito (no caso de *Sinto muito que o seu avô tenha falecido*, esta parte corresponde a *sinto muito*) e outra parte em que o locutor o justifica (no mesmo exemplo, corresponde a *que o seu avô tenha falecido*).

Acto ilocutório declarativo

Quando o sujeito enunciador faz coincidir a realidade com o estado de coisas expresso pelo seu enunciado (criando, portanto, um novo estado de coisas), realiza um acto ilocutório declarativo:

(144) *Declaro encerrada a audiência.*

(145) *Eu te baptizo, em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo.*

Estes actos ilocutórios alteram os estados de coisas existentes, isto é, modificam a realidade extralinguística: em (144), uma audiência deixou de estar aberta e passou a estar encerrada; em (145), uma criança passou de um estado de não-baptizada a um estado de baptizada.

Declarar aberta/encerrada uma audiência, casar, baptizar, declarar guerra, excomungar, nomear e despedir são exemplos de actos ilocutórios declarativos.

Há uma dimensão institucional subjacente à efectiva realização destes actos ilocutórios: só um chefe de estado tem autoridade para declarar guerra; só um padre ou um funcionário credenciado do registo civil pode proceder à celebração de matrimónios; etc.

9.3. Pragmática Indexical

A Pragmática Indexical é o ramo da Pragmática que se dedica ao estudo dos processos de ancoragem dos enunciados à situação em que ocorrem.

Suponhamos que dava à costa uma garrafa contendo um bilhete com a seguinte mensagem:

(146) *Volto cá amanhã.*

Através deste enunciado, sabemos que uma pessoa disse que voltaria a um dado local no dia seguinte. Mas não sabemos:

- *quem* é essa pessoa;
- *onde* fica exactamente esse local;
- *quando* (em que dia) é que voltará.

Aquelas três palavras constituem **deícticos**⁷⁸, isto é, expressões linguísticas cujo referente varia em função da situação em que ocorrem. O fenómeno em que se inserem é a **deixis** (palavra de origem grega com o significado etimológico de “apontar, mostrar”). A deixis é o exemplo paradigmático da influência que a situação exerce na produção e na interpretação dos discursos.

Há uma diferença importante entre o significado dos deícticos e o de todas as outras palavras de uma língua: *mesa*, por exemplo, possui um significado que pode ser traduzido por “tampo suportado por um ou mais sustentáculos”; *gato* significa “felino doméstico”. Mas *eu* significa “aquele que diz *eu*”. *Aqui* significa “local onde se encontra o falante que diz *aqui*”. *Agora* significa “momento em que o falante diz *agora*”.

Por conseguinte, os deícticos são sui-referenciais: o significado que eles possuem aponta para a sua própria enunciação, para os elementos que integram a situação de comunicação em que são utilizados. Na definição do significado de um deíctico, há necessariamente a referência à situação em que

⁷⁸ Também designados *déicticos*, *embrayeurs*, *shifters* ou *indexical signs*.

ele se produziu: ao próprio falante no caso de *eu*; ao local onde o falante está, no caso de *aqui*; ao momento em que o falante produz o enunciado, no caso de *agora*. O que equivale a dizer que o seu referente só pode ser conhecido recorrendo à situação em que se inserem os interlocutores no momento da enunciação.

Estas reflexões validam a definição de deícticos como as expressões linguísticas que possuem um significado invariável e uma referência que varia em função da situação. Isto é, o significado de *eu* é precisamente “aquele que diz *eu*”, e o referente de *eu* é “Rita” (quando a Rita diz *eu*), “Manuel” (quando o Manuel diz *eu*), etc. Por outras palavras, este pronome tem tantos referentes quantos os indivíduos que o usarem.

Há três coordenadas subjacentes à produção de um enunciado. Estas três coordenadas dão origem a três tipos de deícticos:

Coordenadas da enunciação	Deícticos
quem fala (e quem ouve)	personais (<i>eu, tu</i>)
onde fala	espaciais (<i>aqui</i>)
quando fala	temporais (<i>agora</i>)

Exemplos de **deícticos pessoais** são os pronomes pessoais (*eu, tu, ele*, etc.), os pronomes possessivos (*meu, teu, seu*, etc.) e a flexão verbal em pessoa (*cheguei, chegaste, chegou*, etc.).

Verifica-se uma tripartição dos pronomes pessoais, em função da participação (ou não) e do tipo de participação de cada uma das pessoas (1.^a, 2.^a e 3.^a) no acto de enunciação:

<i>eu</i>	1. ^a pessoa	a pessoa que fala
<i>tu</i>	2. ^a pessoa	a pessoa que ouve
<i>ele / ela</i>	3. ^a pessoa	a pessoa que não está presente

Esta tripartição aponta para a presença (*eu* e *tu*) ou ausência (*ele/ela*) de cada uma das pessoas no acto de enunciação, e para a tomada da palavra (*eu*) ou não (*tu*) nesse mesmo acto.

Dado que qualquer acto de enunciação se inscreve no sistema de coordenadas *Eu–Aqui–Agora*, podemos basicamente distinguir a deixis pessoal, a deixis espacial e a deixis temporal, ligadas a cada um dos pólos daquela tríade.

Deícticos espaciais são, por exemplo, os advérbios e locuções adverbiais de espaço (*aqui, aí, ali, naquele sítio*) e os pronomes demonstrativos (*este, esse, aquele*).

Também nos advérbios de lugar e nos pronomes demonstrativos, encontramos uma tripartição que releva da que foi referida a propósito dos pronomes pessoais:

<i>aqui / este</i>	proximidade relativamente a quem fala: <i>eu</i>
<i>aí / esse</i>	proximidade relativamente a quem ouve: <i>tu</i>
<i>ali / aquele</i>	proximidade relativamente a quem está ausente: <i>ele/ela</i>

Exemplos de **deícticos temporais** são os advérbios e expressões adverbiais de tempo (*ontem, no dia seguinte*) e a flexão verbal em tempo (*cheguei, chego, chegarei*).

9.4. Pragmática Conversacional

Todas as conversas são regidas por normas que os sujeitos falantes geralmente respeitam. Dito de outro modo, subjacente a qualquer diálogo ou conversa, há um conjunto de procedimentos e de comportamentos que cada falante segue, ainda que, na maior parte dos casos, de modo inconsciente. Por exemplo, quando falamos com alguém, esperamos que essa pessoa não minta, e que fale de uma forma clara (até em termos do volume de voz e da dicção), de modo a que possamos compreender o que ela tem para nos dizer.

Quando os falantes não seguem essas regras ou a comunicação não é tão eficaz, podendo mesmo falhar (isto é, o locutor não consegue fazer com que o seu interlocutor interprete adequadamente o que pretendia partilhar com ele), ou então fazem-no com uma dada intenção comunicativa (esperando que o interlocutor consiga inferir que essa derrogação das regras tem um objectivo comunicativo específico). Por outras palavras, às vezes acontece que o locutor desrespeita voluntariamente uma determinada máxima seja, e, mesmo assim, contribui de modo colaborativo para o desenrolar da conversa.

Paul Grice sugeriu, por isso, que há um Princípio da Cooperação que rege a comunicação verbal. Esse **Princípio da Cooperação** consiste no seguinte:

«faz com que a tua contribuição para a conversação em que participas esteja de acordo, no momento em que ocorre, com o que é requerido pelo objectivo ou direcção dessa conversação»⁷⁹.

O Princípio da Cooperação é susceptível de ser explicitado nos seus diversos pontos constituintes – as **Máximas Conversacionais** de Grice: máxima da quantidade, máxima da qualidade, máxima da relação e máxima da maneira. As quatro máximas geralmente regulam o desenvolvimento de

⁷⁹ Lima (2007: 59).

qualquer interacção verbal. Propomo-nos, a seguir, apresentá-las e ilustrá-las com exemplos.

Máxima da Quantidade

A máxima da quantidade pode ser explicitada nos seguintes aspectos:

- faz com que a tua intervenção seja tão informativa quanto o que é esperado (dada a orientação e o objectivo da conversação);

- faz com que tua intervenção não seja mais informativa do que o que é esperado.

Trata-se de uma máxima de informatividade, ou seja, de uma norma que diz respeito à quantidade de informação se espera que uma intervenção tenha para ser considerada adequada ao diálogo que está a decorrer.

Ilustremos com vários exemplos.

(147) *A - Quantos filhos tem a Ana?*

B - Dois.

Se a Ana tem apenas dois filhos, então a contribuição de B é adequadamente informativa, porque é tão informativa quanto se espera que seja e não mais do que o que é requerido por A.

Imaginemos, contudo, que a Ana tem três filhos e que B sabe disso. Nesse caso, a intervenção de B é menos informativa do que é solicitado. Repare-se que B não está a mentir, porquanto é verdade que a Ana tem dois filhos (logo, não é a máxima da quantidade que está a ser derrogada). Todavia, em rigor, a Ana tem mais do que dois filhos. Por isso, este falante está a dar uma quantidade de informação menor do que a que é requerida pela pergunta de A.

Precisamente porque a máxima da quantidade geralmente subjaz às nossas conversas, se um sujeito falante pergunta a outro quantos filhos tem uma determinada pessoa, espera que a resposta explicita o número de *todos* os filhos que essa pessoa tem (ou seja, nem mais nem menos do que os que efectivamente tem).

Atente-se, agora num outro exemplo.

(148) *A – Quanto tempo demoraste a fazer a viagem de carro entre Lisboa e Porto?*

B – Demorei duas horas e meia.

Numa banal conversa quotidiana, a resposta de B é adequadamente informativa (não dá mais nem menos informação do que, à partida, é requerido), mesmo que ele tenha demorado apenas duas horas e vinte e sete minutos ou que a viagem, em rigor, tenha excedido as duas horas e meia em três minutos e quarenta e cinco segundos. De facto, uma resposta como a seguinte

(149) *B – Demorei duas horas, trinta e três minutos e quarenta e cinco segundos*

poderia ser considerada inadequada, de um preciosismo exagerado em termos de rigor, justamente porque B excedeu o grau de informatividade requerido.

Já no diálogo seguinte, a referência ao número de segundos parece ser justificada.

(150) *A – Quanto tempo demorou o vencedor da prova de ciclismo Lisboa-Porto a fazer o percurso?*

B – Sete horas, quinze minutos e trinta e sete segundos.

Noutras situações, a referência aos décimos de segundo (e até aos centésimos e aos milésimos) pode ser pertinente, isto é, adequadamente informativa. Pense-se, por exemplo, em corridas de atletismo (de cem ou duzentos metros) e de automobilismo (provas de fórmula 1 ou de rally).

Retomemos o primeiro exemplo, agora com uma resposta em que B dá mais informações do que as que são solicitadas por A:

(151) *A – Quantos filhos tem a Ana?*

B – Dois. O mais velho tem dez anos, é loiro de olhos azuis, estuda no 6.º ano e tem óptimas notas a Português, Matemática, História e Inglês. A

mais nova tem cinco anos, é morena, tem olhos castanhos, anda na pré-primária e adora a sua professora.

Possivelmente, A até poderia estar interessado em ter conhecimento de todas as informações que B lhe fornece. Mas a resposta de B à pergunta de A inclui uma quantidade de informação que claramente excede a que é solicitada na questão que, naquele momento, coloca. Esta é uma situação comum nas conversas do quotidiano, podendo desembocar na falta de interesse de A relativamente ao que B lhe está a dizer, precisamente porque comunica um excesso de informações que A não solicitou.

Exemplificámos esta máxima quer com enunciados adequadamente informativos, quer com enunciados que contêm ou menos ou mais informação do que a que é requerida. Vejamos agora um caso em que a quantidade de informação é menor do que a que é solicitada, mas em que essa atitude de derrogação da máxima da quantidade reflecte um determinado objectivo comunicativo.

(152) *A – Morreram milhares de soldados portugueses na Guerra de África.*

B – Guerra é guerra.

A intervenção de B constitui uma tautologia, ou seja, um enunciado em que, literalmente, não se acrescenta qualquer informação à que já se sabe (*um homem é um homem* constitui outro exemplo de enunciado tautológico). Deste modo trata-se, aparentemente, de um enunciado que não respeita a máxima da quantidade.

Todavia, a contribuição de B não é, neste contexto, despropositada do ponto de vista da quantidade de informação que acrescenta à conversa; dela, pode inferir-se um comentário informativo, do tipo de “numa guerra é normal haver muitos mortos”. E este comentário é comunicativamente pertinente, acrescentando a opinião de um dos falantes relativamente ao que o outro acabou de dizer.

Mas como é que A interpreta o enunciado de B desta maneira? Recorrendo a um raciocínio de tipo inferencial. Primeiro, A tem de reconhecer

que B continua a respeitar o princípio da cooperação, isto é, que se mantém empenhado em colaborar no acto comunicativo, contribuindo para o seu desenvolvimento e evolução em termos de nova informação que é acrescentada. A seguir, baseado na assunção de que B pretendeu comunicar algo mais do que o que literalmente disse, coloca e testa hipóteses sobre o que B quis comunicar, acabando por seleccionar uma que lhe pareça ser a mais plausível.

E assim, um enunciado tautológico pode, em determinadas circunstâncias, constituir uma intervenção adequadamente informativa para a conversa. Ou seja, o acto de derrogar uma máxima conversacional tem subjacente, por vezes, uma dada intenção comunicativa, que o interlocutor terá de procurar, mediante um raciocínio de tipo inferencial.

Máxima da Qualidade

A máxima da qualidade (*faz com que a tua intervenção seja verdadeira*) pode ser explicitada nos dois pontos seguintes:

- não afirmes aquilo que pensas ser falso;
- não afirmes uma coisa para a qual não tenhas provas.

Trata-se de uma máxima de sinceridade, enquanto atitude que esperamos da parte dos nossos interlocutores.

A mentira constitui, por isso, um exemplo de desrespeito pela máxima da qualidade, porquanto o locutor asseire algo que sabe ser falso ou não corresponder à realidade objectiva e factual. Também o boato ou o rumor são exemplos de desobediência a esta máxima, na medida em que o locutor afirma algo cuja veracidade ou conformidade com a realidade dos factos não pode comprovar.

Tal como observámos a propósito da máxima da quantidade, também a desobediência à máxima da qualidade pode ter motivações comunicativas, isto é, pode ter subjacente uma determinada intenção do locutor que torne pertinente o desrespeito por essa máxima. Vejamos um exemplo.

(153) A – *Só vou estudar uma tarde para o exame de Matemática.*

B – *Fazes bem!*

Numa situação em que A e B sabem que o exame de Matemática é de elevada complexidade e de difícil resolução, o enunciado de B é irónico, na medida em que o que comunica não só não corresponde literalmente ao que é dito, como B pretende comunicar precisamente o inverso do que o seu enunciado exprime (isto é, que A “não faz bem” em dedicar tão pouco tempo ao estudo daquela disciplina). B desrespeita, portanto, a máxima da qualidade, pois asseriu algo em que não acredita.

Porque é que A conclui que B está a ser irónico? Porque ambos partilham alguns conhecimentos de base: que aquela disciplina de Matemática se caracteriza por um elevado grau de dificuldade e de complexidade, e que, em princípio, para um exame se deve estudar mais tempo do que uma única tarde (tratando-se de uma disciplina com grau de dificuldade acrescido, mais força ganha esta ideia). Dados estes conhecimentos que os interlocutores partilham, A infere que B não pode estar a ser sincero no que literalmente diz, mas, por acreditar que ele continua a respeitar o princípio da cooperação, coloca outras hipóteses de interpretação daquele enunciado.

A única possibilidade interpretativa que parece ser consentânea com os conhecimentos de base de ambos os interlocutores é aquela em que o enunciado de B é perspectivado como irónico. E, com essa ironia, B pretende instar A a dedicar mais tempo ao estudo. É essa a intenção comunicativa de B subjacente ao desrespeito que manifesta pela máxima da qualidade.

A ironia (em particular, quando se traduz em comunicar o inverso do que literalmente se diz) constitui um caso de desrespeito pela máxima da qualidade, geralmente com uma dada intenção comunicativa subjacente.

Máxima da Relação

A máxima da relação é a seguinte:

- sê relevante.

Trata-se de uma máxima de pertinência, isto é, que diz respeito à adequação das informações veiculadas ao tema da conversa.

Nas conversas que desenvolvemos no dia-a-dia, geralmente procuramos fazer com que as nossas contribuições sejam relevantes. Os interlocutores, alternadamente, acrescentam mais informações sobre o tema que está a ser motivo de conversa (e não sobre outro tema qualquer); na resposta a uma

pergunta, o interlocutor tem como objectivo fornecer a informação que foi solicitada (e não uma outra que nada tem a ver com a pergunta que foi colocada), etc. Caso isso não aconteça sistematicamente, um dos locutores poderá acabar por se desinteressar pelo que o outro lhe diz.

Todavia, à semelhança do que vimos a propósito das máximas da quantidade e da qualidade, há casos em que o desrespeito pela máxima da relação tem uma determinada intenção comunicativa que o locutor espera que o seu interlocutor acabe por inferir.

Vejam os seguintes diálogos, inseridos numa situação em que A e B conversam, e em que o Francisco se aproxima por trás de A (sem que este se aperceba, portanto):

(154) A – *A mulher do Francisco é uma víbora!*

B – *Viste o jogo da selecção ontem? Os nossos jogaram muito bem!*

Os enunciados de B não constituem uma sequência que venha a propósito do tema que está a ser tratado. Logo, a máxima da relação foi, neste caso, desrespeitada. Mas B fá-lo intencionalmente.

O falante A, desde que assumamos que B continua a respeitar o princípio da cooperação, pode inferir do que B disse que, por qualquer motivo, B pretendeu mudar de assunto (precisamente para que o Francisco não ouvisse o que A estava a dizer sobre a sua mulher, e não se criasse entre os dois uma situação desagradável). É esse o objectivo comunicativo que subjaz à derrogação desta máxima por parte de B.

Vejam um outro caso, em que o enunciado de A constitui a avaliação de um candidato feita por um membro do júri encarregado de contratar um novo director-comercial para uma editora:

(155) A – *O Luís tem bom gosto para gravatas e percebe imenso de futebol.*

Numa situação destas, o enunciado de A desobedece à máxima da relação, uma vez que parece não acrescentar nada de importante para o caso em questão; é, por isso, um enunciado não relevante. Mas o desrespeito por

esta máxima pode ter uma intenção subjacente. As qualidades que este membro do júri encontra no Luís são apenas o seu bom gosto para gravatas e saber discutir futebol. Ora, é ponto assente que essas características não são as mais importantes para se ser um bom director-comercial (este é um conhecimento de base supostamente partilhado). Então A deve querer que os seus interlocutores infiram que ele pensa que o Luís não é um bom candidato a ocupar aquele lugar.

E assim, com base num raciocínio inferencial deste tipo, fica comprovado que o enunciado de A tem relevância, na medida em que, através dele, A dá a sua opinião (fundamentada pela explicitação de características que não são importantes para o cargo em questão), opinião que pode ser traduzida por “o Luís não tem perfil para ocupar o cargo de director-comercial”.

Máxima do Modo (ou Máxima da Maneira)

A máxima do modo (*sê claro*) diz respeito à maneira como o locutor deve enunciar o que pretende comunicar, e pode ser dividida nos seguintes pontos:

- evita a falta de clareza na expressão
- evita ser ambíguo;
- sê breve (evitando ser prolixo);
- sê ordenado.

Trata-se de uma máxima de clareza, de boas maneiras, de deferência para com o interlocutor; boas maneiras e deferência no sentido em que quanto mais claro, ordenado, breve e não ambíguo for a contribuição de um locutor, mais fácil será para o interlocutor interpretá-la.

Uma situação comum consiste no facto de um locutor ser muito prolixo, apresentar contribuições de grande extensão, não conseguindo ser conciso e dizendo pouco por muitas palavras. Como consequência, pode acontecer que o interlocutor se desinteresse da conversa.

O *sketch* humorístico “O homem a quem parece que aconteceu não sei quê”, do grupo Gato Fedorento, parodia uma situação em que o locutor fala muito e comunica pouco, desobedecendo às máximas da relação (porque o que diz não é relevante) e do modo (porque é muito prolixo); veja-se este *sketch*, por exemplo, em www.youtube.com.

Já quando um locutor produz um discurso desordenado, incoerente, em que não é perceptível a relação entre o que diz antes e o que diz a seguir, dificulta a tarefa de o interlocutor interpretar adequadamente o que pretende comunicar. Também os enunciados ambíguos, que permitem duas ou mais interpretações, são susceptíveis de causar dificuldades de interpretação ao interlocutor.

Em certas situações, a falta de clareza na expressão pode ter uma determinada motivação. Veja-se o seguinte diálogo, em que B torna o seu enunciado pouco claro para que os filhos, presentes na situação de comunicação, não entendam o que está a dizer a A:

(156) A – *Paramos na próxima área de serviço para lancharmos?*

B – *Sim, mas já sabes: c-h-o-c-o-l-a-t-e não!* (a palavra *chocolate* é soletrada)

O enunciado pouco claro de B é determinado pela intenção de comunicar apenas a A que as crianças não deverão comer chocolate ao lanche. Soletrar a palavra (dizê-la de forma menos clara) dificulta a sua compreensão por parte dos filhos. Desobedecer à máxima do modo foi, também neste caso, um acto voluntário justificado por uma intenção comunicativa específica.

Dar as informações requeridas na quantidade certa (nem mais, nem menos); dar informações que não sejam falsas; dar informações que se adequem ao que está a ser dito e de uma forma que seja clara e compreensível para o interlocutor: eis, no essencial, algumas regras de comunicação que inconscientemente seguimos na maioria das nossas conversas e que Grice explicitou sob a forma de máximas conversacionais. Estas máximas constituem princípios gerais da comunicação que, geralmente, presidem a qualquer interacção verbal.

Actividades

1.1. Identifique os deícticos que encontra nos enunciados seguintes:

a) *Tu gostas muito dos fados da Amália Rodrigues.*

b) *Aqui todos adoram uma boa sardinhada.*

1.2. Classifique os deícticos que encontrou tendo em conta a classificação que estudou.

2. Indique e defina os actos ilocutórios que os enunciados apresentados configuram:

a) *Parabéns pela óptima classificação que tiveste no exame.*

b) *Devolvo-te ainda hoje os livros que me emprestaste.*

c) *Portugal faz parte da União Europeia desde 1986.*

d) *Estás despedido!*

e) *Dê-me um café, se faz favor.*

Referências bibliográficas (Capítulo 9 – Pragmática)

a) Leitura obrigatória

GOUVEIA, Carlos A. M. (1996), “Pragmática”, in FARIA, Isabel Hub, *et alii* (Org.), *Introdução à linguística geral e portuguesa*, Lisboa, Caminho, pp. 383-414.

b) Leituras complementares

FONSECA, Fernanda Irene (1996), “Deixis e pragmática linguística”, in FARIA, Isabel Hub, *et alii* (Org.), *Introdução à linguística geral e portuguesa*, Lisboa, Caminho, pp.437-445.

LIMA, José Pinto de (2006), *Pragmática linguística*, Lisboa, Caminho (Coleção O essencial sobre língua portuguesa), pp. 13-15, 19-37, 85-94.

c) Obras citadas ou referidas

CUNHA, Celso, e Lindley CINTRA (1988), *Nova gramática do português contemporâneo* (5.^a ed.), Lisboa, Edições João Sá da Costa.

3.^a PARTE

MUDANÇA LINGUÍSTICA E VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

Introdução

A mudança linguística e a variação linguística estão relacionadas com os conceitos saussureanos de diacronia e sincronia. Variação diacrónica e variação sincrónica são designações equivalentes a mudança linguística e a variação linguística, respectivamente.

A **mudança linguística** (ou **variação diacrónica**) decorre das modificações que as línguas naturais sofrem ao longo dos tempos. O conceito de mudança linguística aplica-se unicamente às línguas vivas; as línguas mortas, porque já não são utilizadas no dia-a-dia por sujeitos falantes que as tenham como línguas maternas, não estão sujeitas à mudança.

As alterações linguísticas processam-se em diferentes níveis: fonético, fonológico, morfológico, sintáctico, semântico e lexical. As mais numerosas e as mais perceptíveis para o sujeito falante situam-se nos domínios da fonética e do léxico.

A **variação linguística** (ou **variação sincrónica**) diz respeito ao facto de, no âmbito de uma dada língua encarada num dado momento, os indivíduos de uma comunidade linguística não falarem a sua língua materna exactamente da mesma maneira. Tal como não há dois indivíduos com a mesma impressão digital, também não há dois falantes que actualizem uma dada língua do mesmo modo (isto é, utilizando, em todas as situações de comunicação, precisamente as mesmas palavras, as mesmas construções sintácticas, etc.). A variação linguística decorre de factores de natureza geográfica, social e situacional. Os sujeitos falam de modo diferente consoante a região onde vivem, o grupo socioprofissional em que estão inseridos e a situação de comunicação em que se encontram num dado momento. Distingue-se, assim, variação diatópica, variação diastrática e variação diafásica.

De que modo se relacionam as questões da mudança linguística e da variação linguística? Por um lado, a variação linguística pode decorrer de mudanças linguísticas prévias não generalizadas a toda a comunidade que fala uma dada língua. Por outro lado, a variação linguística pode evidenciar fenómenos de mudança linguística em curso, ou seja, pode ser uma

manifestação de alterações que se estão a dar nos usos linguísticos dos sujeitos falantes, alterações essas que poderão vir a integrar a norma ou não.

São estes os principais temas que nos propomos desenvolver ao longo dos capítulos que constituem esta terceira parte.

Capítulo 10 – Mudança Linguística

Objectivos

No final deste capítulo, o estudante deverá estar apto a

- compreender o conceito de mudança linguística;
- conceber a mudança linguística como uma propriedade inerente às línguas vivas;
- indicar fenómenos de mudança linguística em diferentes níveis (fonético, fonológico, morfológico, sintáctico, lexical e semântico);
- definir os conceitos de arcaísmo, neologismo e estrangeirismo;
- relacionar mudança linguística e variação linguística.

10.1. O conceito de mudança linguística

A **mudança linguística** (ou **variação diacrónica** ou **variação histórica**) é inerente às línguas naturais: todas se modificam ao longo dos tempos. Até ao advento da Linguística moderna, essa mudança foi encarada como um fenómeno negativo, como uma espécie de degradação, de corrupção das línguas. Tal perspectiva parece reflectir uma concepção segundo a qual as palavras originalmente constituiriam símbolos, isto é, que se assemelhavam, de algum modo, às entidades que nomeiam.

No seu diálogo *Crátilo*, Platão apresenta do seguinte modo essa concepção:

«Hermógenes - Este nosso Crátilo, Sócrates, opina que existe, naturalmente, uma designação justa para cada um dos seres; e que o seu nome não é aquele por que alguns convencionalmente os designam, servindo-se de uma parcela de sua linguagem; ao contrário, segundo ele, existe naturalmente, tanto para Gregos como para Bárbaros, uma justeza de designação idêntica para todos»⁸⁰.

Esta concepção parece implicar que conhecer a palavra que designa uma dada entidade equivale a conhecer essa mesma entidade, ou seja, equivale a conhecer o referente dessa palavra. Tal ideia é manifestada na citação seguinte.

«Sócrates - Certamente pretendes dizer, ó Crátilo, que, quando se conhece a natureza do nome - e ele é tal qual o objecto - conhecer-se-á também o objecto, visto este ser justamente semelhante ao nome [...]. Aquele que primeiro estabeleceu os nomes estabeleceu-os segundo julgava serem os objectos»⁸¹.

⁸⁰ Platão, *Crátilo* (trad.), 2.^a ed., Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1994, p. 5.

⁸¹ Platão, *Crátilo* (trad.), 2.^a ed., Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1994, pp. 147-149.

Ora, se as palavras fossem etimologicamente símbolos, à medida que os seus significantes sofressem modificações fonéticas, elas afastar-se-iam gradualmente dos seus referentes, acabando por perder a relação de semelhança que, numa hipotética sincronia inicial, teriam mantido com os seus referentes. Compreende-se, assim, que uma tal concepção estivesse subjacente à ideia de que a mudança linguística constituiria uma degradação da adequação, da justeza e da transparência originais das línguas naturais.

Actualmente, todavia, a mudança linguística é encarada como um fenómeno intrínseco às línguas naturais. Todas as línguas naturais mudam com o tempo. Só as línguas mortas já não sofrem alterações.

10.2. A mudança linguística em diferentes níveis de análise

Apesar de restarem apenas registos escritos de fases pretéritas de línguas como o português (os primeiros meios tecnológicos que permitem gravar e reproduzir registos orais - o fonógrafo de Edison e o gramofone de Berliner - surgiram no final do século XIX), pela comparação desses registos escritos com os usos actuais é possível reconstituir a gramática do português em sincronias anteriores à actual, e observar inúmeras diferenças entre a língua portuguesa utilizada, por exemplo, no tempo de D. Dinis ou no tempo de Camões e a que usamos actualmente. Não nos referimos apenas às previsíveis diferenças a nível da ortografia, ou seja, ao modo como as palavras são graficamente representadas. Referimo-nos, sobretudo, a questões de natureza fonética, morfológica, sintáctica e lexical.

De facto, as línguas alteram-se em diferentes níveis. As mudanças mais facilmente perceptíveis são as que se dão nos níveis fonético e lexical. Mas também há alterações atestadas nos níveis fonológico, morfológico, sintáctico e semântico. Ilustremos com exemplos do português.

10.2.1. A mudança linguística a nível fonético

As alterações que se dão a nível fonético dizem respeito às modificações operadas no significante das palavras. Por exemplo, na evolução do latim para o português, deu-se a queda sistemática das consoantes *-d-*, *-l-* e *-n-* quando ocupavam uma posição intervocálica na palavra. Consequentemente, no século XIV, existiam em português muitas formas com hiato⁸², como *irmã-a* e *vĩ-u*⁸³, que evoluíram a partir dos étimos latinos GERMANA e VINUM. Deu-se, posteriormente, a eliminação desses encontros vocálicos com recurso a

⁸² Um hiato consiste na sucessão de dois sons vocálicos que pertencem a sílabas diferentes.

⁸³ Este modo de representar as palavras (com um hífen a separar os encontros vocálicos) pretende simplesmente realçar o facto de se tratar hiatos e não de ditongos. O til sobre a letra <i> em *vĩ-u* representa a nasalidade que caracterizava a pronúncia desta vogal.

soluções diferentes. No caso de *irmã-a*, as duas vogais contraíram-se num vogal única: *irmã*. No caso de *vĩ-u*, desenvolveu-se uma consoante nasal entre as duas vogais: *vinho*. Todas estas alterações que se deram no significante das palavras que, hoje em dia, ortograficamente representamos por *irmã* (GERMANA > *irmã-a* > *irmã*) e por *vinho* (VINU > *vĩ-u* > *vinho*) constituem exemplos de modificações fonéticas⁸⁴.

10.2.2. A mudança linguística a nível fonológico

A nível fonológico, sublinhamos a evolução do sistema de quatro consoantes sibilantes, que caracterizava o galego-português, para um sistema de apenas duas consoantes sibilantes, que corresponde ao sistema actual da norma do português europeu. Em galego-português, eram distintos os fones iniciais das palavras *cen* e *sen* (respectivamente, /ts/ e /s/). Do mesmo modo, eram diferentes os sons consonânticos em posição intervocálica das palavras *cozer* e *coser* (respectivamente, /dz/ e /z/). Segundo Paul Teyssier (1993: 49-51),

«por volta de 1550, as duas [consoantes] africadas /ts/ e /dz/ tinham perdido o seu elemento oclusivo inicial [...]. Em fins do século XVI o português comum reduziu a dois os quatro fonemas».

Por outras palavras, desapareceu a oposição que existia entre os sons consonânticos iniciais das palavras *cem* e *sem* e os sons consonânticos intervocálicos das palavras *coser* e *cozer*. Era justamente a diferença entre esses quatro fones que permitia distinguir, a nível do significante oral, os pares de palavras indicados. Como consequência, actualmente, *cem* e *sem* (assim como *cozer* e *coser*) são palavras homófonas, isto é, são iguais na oralidade, escrevem-se de modo diferente e têm significados diferentes.

⁸⁴ Ver Teyssier (1993: 40-66).

10.2.3. A mudança linguística a nível morfológico

As alterações linguísticas que se observam a nível morfológico correspondem às modificações que afectam os elementos constituintes das palavras. No período anterior ao século XVI, há registo de as formas de participio passado dos verbos da 2.^a conjugação terem terminação em *-udo* (como *perduto*). Até ao final do século XVI, os participios passados em *-udo* tinham sido substituídos por formas em *-ido* (como *perdido*). São estas formas que subsistem na norma do português actual⁸⁵.

Sublinhe-se que esta modificação, em rigor, consistiu numa alteração de natureza fonética que se deu num sufixo verbal. Os sufixos *-ado* e *-ido* constituem, na sincronia actual, os únicos sufixos regulares de participio passado. Os radicais *am-* (de *amar*), *com-* (de *comer*) e *ilud-* (de *iludir*), formam, com aqueles sufixos, os participios passados *amado*, *comido* e *iludido*. Na época do galego-português, havia ainda o sufixo *-udo*, próprio das formas verbais da 2.^a conjugação. Daí dizermos que se trata de uma evolução morfológica, embora também seja, naturalmente, fonética.

10.2.4. A mudança linguística a nível sintáctico

As modificações atestadas a nível sintáctico referem-se ao modo como as combinatórias de unidades para formar frases sofreram alterações. Entre os séculos XVIII e XX, salientamos duas alterações relevantes⁸⁶:

a) o uso cada vez mais frequente de artigo definido anteposto ao pronome possessivo com função de determinante (como em *meu filho* > *o meu filho*);

b) a utilização cada vez mais rara, na norma do português europeu, da forma de tratamento *vós*, bem como das formas verbais de segunda pessoa do plural (*vós ides ao cinema?* > *vocês vão ao cinema?*)⁸⁷.

⁸⁵ Ver Teyssier (1993: 66-68).

⁸⁶ Ver Teyssier (1993: 73).

⁸⁷ O uso de formas verbais e da forma de tratamento da 2.^a pessoa do plural ainda é atestado com grande vitalidade em zonas do norte e do interior de Portugal.

10.2.5. A mudança linguística a nível semântico

As alterações que se dão a nível semântico dizem respeito à evolução do significado das palavras, que se pode alargar, restringir ou modificar. Os fenómenos de extensão semântica consistem no alargamento do significado das palavras: a um dado significante são associadas novas acepções. Vejamos os exemplos (157) e (158).

(157) *Contei ao meu patrão uma grande história para justificar a minha falta e ele engoliu-a toda!*

(158) *A água do mar engoliu várias casas.*

Nestes enunciados, o verbo *engolir* é utilizado em duas acepções distintas: “acreditar”, em (157), e “destruir, fazer desaparecer”, em (158). A partir de um significado inicial de “deglutir, ingerir alimentos”, o verbo *engolir* ganhou, portanto, novas acepções, alargando a sua face conceptual.

O fenómeno inverso, designado estreitamento semântico, observa-se em usos como os seguintes.

(159) *O meu filho tem temperatura. (= O meu filho tem febre)*

(160) *No ano passado, as exportações tiveram um crescimento negativo. (= No ano passado, as exportações decresceram)*

Em (159), a palavra *temperatura* é usada com o significado de “febre, temperatura acima dos 37° C”. Neste uso particular, o significado inicial de “grau de calor ou frio” da palavra *temperatura* foi restringido ao significado de “grau de calor acima dos 37° C”. A face conceptual da palavra *temperatura* sofre, em enunciados como este, um processo de redução.

Quanto ao exemplo (160), a palavra *crescimento* é usada, neste contexto específico da área da economia, na acepção de “evolução” (e não na acepção, mais comum, de “aumento, desenvolvimento”): de um ano para o outro, as exportações evoluíram negativamente, isto é, registaram um volume menor,

decreceram. O significado inicial da palavra *crescimento* (“aumento”) pode ser decomposto nas ideias de “evolução” + “crescimento”. No enunciado (141), apenas encontramos a acepção de “evolução” da palavra *crescimento*, porquanto a associação desta palavra com o adjectivo *negativo* é incompatível com a acepção de “aumento”. Assim, a palavra *crescimento* sofreu, neste enunciado, um processo de redução do seu significado, na medida em que foi usada com uma acepção mais restrita.

10.2.6. A mudança linguística a nível lexical

No nível lexical, integram-se todas as alterações que decorrem do aparecimento de novas palavras (quer para designar novas entidades, quer para substituir palavras usadas anteriormente) e do desaparecimento de outras. Os arcaísmos, os neologismos e os estrangeirismos são, por definição, palavras que evidenciam fenómenos de mudança linguística a nível lexical.

Arcaísmos são palavras que caíram em desuso, palavras que em sincronias anteriores eram utilizadas pelos sujeitos falantes de uma dada língua mas que já não são usadas. A título de exemplo, nas obras de Gil Vicente, ainda se usa a palavra *samicas* com o significado equivalente ao que actualmente possui a palavra *talvez*. Dado que já não é uma palavra utilizada pelos falantes que, no início do século XXI, têm o português como língua materna, *samicas* constitui um arcaísmo.

Os **neologismos** resultam de novas combinações de constituintes de palavras já existentes numa dada língua. Recentemente, generalizou-se no português europeu a forma verbal *deslocalizar* para designar um processo de encerramento de empresas num determinado país e a sua subsequente reabertura num outro país, geralmente devido a motivos de redução de gastos de produção. *Deslocalizar* refere, portanto, uma nova realidade, mais específica do que o processo denotado pelo verbo *deslocar* (cuja acepção mais corrente é a de “mudar de local”). Existiam já, em português, as formas *deslocar* e *localizar* (esta última com o significado de “identificar o local onde se encontra algo ou alguém”), mas não a forma *deslocalizar*, que surgiu pela agregação do prefixo *des-* ao verbo *localizar*. Sublinhe-se, todavia, que o significado de *deslocalizar* não consiste na negação do significado de *localizar*.

Os **estrangeirismos** são palavras importadas de uma dada língua para uma outra língua (designada língua-alvo), através do processo designado por **empréstimo**. *Andebol* (de *handball*), *stresse* (de *stress*), *batim* (de *bâton*) e *tablete* (de *tablette*), por exemplo, são palavras que actualmente utilizamos em português, mas que foram importadas do inglês e do francês. Inúmeros outros exemplos, destas e de outras línguas (como o espanhol e o italiano), poderiam ser indicados: *aficionado*, *bandarilha* (esp.), *pizza*, *prima-dona* (it.), *gel*, *iogurte* (ingl.), *mousse*, *croissant* (fr.), etc.

O desaparecimento e o surgimento de palavras reflectem, frequentemente, mudanças culturais e tecnológicas, assim como o contacto com povos que falam outras línguas. As constantes inovações da ciência e da tecnologia desencadeiam processos de neologia e de empréstimo, uma vez que se torna necessário nomear novos objectos e noções. Do mesmo modo, outros objectos e outras noções, anteriormente relevantes, vão perdendo importância e as palavras que os designam caem gradualmente em desuso. Fromkin e Rodman (1993: 321) sublinharam que

«a chegada de uma nova palavra desperta sempre atenção mas uma palavra perde-se por um acto de desatenção».

10.3. Mudança linguística e variação linguística

Pelo que foi dito, parece legítimo concluir que a mudança que se processa no interior de uma língua muitas vezes decorre da adaptação das necessidades comunicativas dos sujeitos falantes a novas realidades históricas, culturais, sociais, etc. Se os contextos sócio-culturais se modificam ao longo dos tempos, também as necessidades comunicativas dos sujeitos falantes se alteram. Consequentemente, é expectável que as línguas com que comunicamos também se modifiquem.

Todas as línguas vivas estão, portanto, em permanente mudança, a qual se dá em diferentes níveis. No entanto, as alterações não se dão de modo brusco, de um momento para o outro. Uma modificação consiste, na maior parte dos casos, na substituição de um determinado uso por outro. Mas há sempre um período durante o qual o uso mais antigo e o uso mais recente coexistem. Durante esse período de tempo (de extensão muito variável) ambas as formas são usadas pelos falantes no seio da comunidade em que se regista a alteração linguística: uns utilizam a forma nova (por exemplo, o particípio passado com terminação em *-ido*); outros, a forma mais antiga (o particípio passado com terminação em *-udo*). A modificação consuma-se quando a forma nova se generaliza entre a maior parte dos falantes da comunidade e é sentida como pertencendo à norma dessa língua.

A questão é, todavia, muito mais complexa. Imaginemos que nem todos os falantes desta língua adoptam a nova forma, que nem todos passam a usar o uso mais recente que substituiu, na norma dessa comunidade, o uso mais antigo; pensemos, por exemplo, no caso do pronome e das formas verbais da 2.^a pessoa do plural (como *vós ides*) e num outro pronome de 2.^a pessoa do plural (*vocês*) sistematicamente associado a formas verbais de 3.^a pessoa do plural (*vão*). O que acontece em casos destes?

Continua a observar-se a coexistência dos dois usos: a maior parte dos falantes da comunidade utiliza agora as novas formas, mais prestigiadas do ponto de vista social porque pertencentes à norma. Mas um determinado grupo de falantes (possivelmente, mais restrito) utiliza ainda as formas mais antigas,

porque esse uso se encontra muito enraizado nos seus hábitos de comunicação verbal quotidiana. Em casos como este, observa-se variação linguística numa dada sincronia, num determinado estado de língua, porquanto, no seio de uma comunidade linguística, são atestados simultaneamente dois usos distintos. E esses usos distintos podem consistir na actualização fonética de um significante, na utilização preferencial de uma dada palavra para designar uma entidade, etc.

Deste modo, a mudança linguística e a variação linguística são duas questões intimamente relacionadas. A variação linguística num estado de língua pode ser reveladora de, entre outros, dois fenómenos: por um lado, da mudança linguística em curso; por outro lado, das consequências de mudanças linguísticas que se consumaram anteriormente, mas que não chegaram a generalizar-se, ou seja, que não foram adoptadas por todos os falantes dessa língua.

A variação linguística revela um fenómeno de mudança linguística em curso se dois (ou mais) usos distintos se devem a uma “competição” que está a decorrer numa dada sincronia e cujo resultado ainda não é possível prever. Dessa “competição” pode resultar que a nova forma seja, a pouco e pouco, adoptada e acabe por se generalizar, propiciando a mudança linguística. Ou pode acontecer que essa nova forma não se propague nem seja adoptada no âmbito da norma, mantendo-se o uso mais ou menos generalizado da forma mais antiga.

Pode ainda acontecer um terceiro caso: que as duas formas sejam utilizadas concorrentemente por diferentes sujeitos falantes da comunidade em questão. Este último caso evidencia que a variação linguística atestada numa dada sincronia pode ficar a dever-se a mudanças linguísticas prévias que nunca se generalizaram. Uma alteração pode não ter sido adoptada por toda a comunidade que fala uma dada língua, mas apenas por alguns dos seus falantes; por exemplo, as populações que habitam as maiores cidades (que são, geralmente, mais inovadoras) podem ter adoptado a forma nova, ao contrário das populações que habitam zonas mais isoladas e menos populosas (que são, geralmente, mais conservadoras).

Por conseguinte, os fenómenos de mudança linguística consumada podem deixar vestígios susceptíveis de serem atestados a nível da variação

linguística observável numa dada sincronia. Por outro lado, alguns fenómenos de variação linguística sincrónica podem reflectir mudanças linguísticas em curso, ainda não totalmente consumadas.

Ou, perspectivando a mesma questão pelo reverso da medalha, a variação linguística sincrónica pode revelar, a dois níveis, os fenómenos de mudança linguística: quer os que estão em curso, quer os que já se consumaram, embora não se tenham generalizado a todos os sujeitos falantes da comunidade linguística.

Embora tendo apresentado de um modo relativamente simples fenómenos que são assaz complexos, estas reflexões comprovam que a mudança linguística e a variação linguística são questões que se relacionam entre si. Em termos das metodologias de análise, a consequência que advém desta relação entre mudança linguística e variação linguística é que não se deve considerar que os conceitos de diacronia e de sincronia formam uma oposição absoluta e irreconciliável. Ao contrário do que postulou Saussure, as perspectivas de análise diacrónica e sincrónica devem ser encaradas como complementares e não como radicalmente distintas.

Sublinhe-se, a concluir esta secção, que, sendo a mudança linguística inerente a qualquer língua viva,

«felizmente para nós que, apesar de as línguas mudarem, o fazem bastante devagar relativamente à duração da vida humana. Seria incómodo se tivéssemos de aprender a nossa língua materna de vinte em vinte anos»⁸⁸.

⁸⁸ Fromkin e Rodman (1993: 303).

Actividades

1. Explique porque é que as duas citações seguintes reflectem uma perspectiva diacrónica de análise linguística. Indique também o nível de análise a que se referem os exemplos apresentados em cada uma delas.

a) «O léxico do Português Moderno, acompanhando a evolução científica e técnica, tem-se enriquecido com empréstimos do Francês (*táxi, chofer, hotel, boné*), do Italiano (*piano, sonata*), ou do Inglês (*líder, pudim, repórter, stresse*), não deixando, embora, de continuar a recorrer ao Grego e ao Latim (*automóvel, televisão, vídeo*)», Cardeira (2006: 78).

b) «A consoante nasal [n], [em posição intervocálica], começa por nasalar a vogal que a precede e depois deixa de ser articulada: assim, a palavra LANA passa sucessivamente a *lãna, lãa e lã*», Castro (2006: 75).

2. Elabore um comentário a esta quadra de um célebre soneto camoniano, no qual reflecta sobre a questão da mudança linguística.

*Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,
muda-se o ser, muda-se a confiança;
todo o mundo é composto de mudança
tomando sempre novas qualidades.*

Luís de Camões

Referências bibliográficas (Capítulo 10 – Mudança linguística)

a) Leituras complementares

CARDEIRA, Esperança (2006), *O essencial sobre a história do português*, Lisboa, Caminho (Coleção O essencial sobre língua portuguesa), pp. 13-15, 57-96.

CASTRO, Ivo (2006), *Introdução à história do português* (2.^a edição revista e muito ampliada), Lisboa, Edições Colibri, pp. 7-22, 73-78.

b) Obras citadas ou referidas

FROMKIN, Victoria, e Robert RODMAN (1993), *Introdução à linguagem* (trad.), Coimbra, Livraria Almedina.

PLATÃO, *Crátilo* (trad.) (2.^a ed.), Lisboa, Livraria Sá da Costa.

TEYSSIER, Paul (1993), *História da língua portuguesa* (trad.), Lisboa, Livraria Sá da Costa.

Capítulo 11 – Variação Linguística

Objectivos

No final deste capítulo, o estudante deverá estar apto a

- identificar os diferentes factores (geográficos, sociais e individuais/situacionais) subjacentes à diversidade própria de uma língua natural;
- enumerar usos linguísticos que ilustrem casos de variação diatópica, diastrática e diafásica na língua portuguesa;
- indicar o objecto de estudo da Dialectologia e da Sociolinguística;
- definir os conceitos de língua, dialecto, norma, regionalismo, sociolecto e estilo (ou registo de língua);
- explicitar os conceitos de linguagem técnica, gíria e calão;
- identificar diferentes tipos de registo de língua com base em critérios de natureza diversa (como o grau de formalidade e o modo de comunicação oral ou escrito);
- distinguir os conceitos de competência linguística e competência comunicativa.

11.1. Variação diatópica

Numa dada sincronia (por exemplo, na primeira década do século XXI), a língua portuguesa não é falada exactamente da mesma maneira por todos os indivíduos que a têm como língua materna. Esta variação decorre de factores diversos. A **variação diatópica** (ou **variação geográfica** ou **variação regional**) diz respeito aos diferentes modos de os sujeitos falantes actualizarem uma dada língua natural em função das zonas geográficas onde habitam.

A variação diatópica que existe no âmbito de uma língua natural reflecte o facto de os sujeitos falantes dessa língua diferirem no modo de a utilizarem, por razões que decorrem da região que habitam ou em que nasceram e cresceram (tendo, portanto, adquirido a variedade de língua própria dessa região geográfica). Em rigor, não é a geografia, em si mesma, que determina os diferentes modos de falar uma língua natural; mas a dispersão espacial dos falantes de uma língua contribui para que as comunidades que falam essa língua tenham comportamentos linguísticos distintos.

O estudo e a descrição dos fenómenos de variação linguística regional é realizado no âmbito da disciplina linguística designada por **Dialectologia** (ou **Geografia Linguística**).

Dois sujeitos falantes de português que habitam (ou que são originários de) diferentes regiões, tendem a falar a sua língua materna de modos distintos em diferentes níveis. Os níveis fonético e lexical, como já referimos, são aqueles em que mais facilmente identificamos diferenças. A articulação de um significante com pronúncias distintas e a utilização de palavras diferentes para designar a mesma entidade configuram os casos mais evidentes de diferenças regionais de usos linguísticos. Contudo, elas também existem nos níveis fonológico, morfológico, sintáctico e semântico, embora sejam menos perceptíveis e, seguramente, em menor número.

No caso do português, a variação diatópica é facilmente detectável se compararmos os usos linguísticos de falantes de diferentes nacionalidades que têm o português como língua materna: portugueses, brasileiros, angolanos,

moçambicanos, guineenses, cabo-verdianos, são-tomenses e timorenses, para citar os casos mais proeminentes (sublinhe-se, todavia, que não estamos a dizer que todos os brasileiros, todos os angolanos ou todos os timorenses, por exemplo, têm o português como língua materna).

Procuraremos, a seguir, listar algumas diferenças nos usos linguísticos dos falantes de português e que constituem exemplos de variação diatópica na sincronia actual. Naturalmente, não pretendemos ser exaustivos nesta apresentação.

A nível fonético, há diferenças relevantes entre a norma do **português europeu (PE)** e a norma do **português do Brasil (PB)**. Enumeremos três das características que mais afastam o PE do PB, conferindo aos falantes de cada uma das variedades um sotaque facilmente reconhecível:

- em palavras como *ele*, *posse* e *toque*, a vogal átona em posição final (grafada <e>) é pronunciada [ə] em PE, e [i] em PB; aquelas três palavras são, nas respectivas normas, articuladas do seguinte modo: ['elə], ['pɔsə] e ['tɔkə], em PE, contrastando com ['eli], ['pɔsi] e ['tɔki], em PB⁸⁹;

- em palavras como *agradável* e *mil*, a consoante final (grafada <l>) é pronunciada como consoante lateral velarizada [ɫ] em PE, e como semivogal posterior [w] em PB; aquelas palavras são, nas respectivas normas, tipicamente articuladas do seguinte modo: [ɐgrɐ'ɔvɐɫ] e ['miɫ] em PE, e [agra'davɛw] e ['miw] em PB;

- em palavras que integram sequências de sons representadas na escrita por <ti>, <te>, <di> e <de>, as consoantes são pronunciadas de modo diferente: em PE, são articuladas como oclusivas apicodentais [t] e [d]; em PB, são muitas vezes actualizadas como oclusivas palatalizadas [tʃ] e [dʒ]; os

⁸⁹ As vogais em posição átona constituem diferenças fonéticas particularmente relevantes entre as normas do PE e do PB estão. Compare-se a articulação típica dos significantes das palavras *Mariana*, *menino*, *pegar* e *morar* nas normas do PE e do PB (atente-se, sobretudo, nos sons vocálicos em posição átona, representados pelas letras sublinhadas).

significantes de palavras como *mentir* e *disse* têm as seguintes actualizações em PE e em PB, respectivamente: [mẽ'tir] e ['disə]; [mẽ'tʃir] e ['dʒisi]⁹⁰.

Mas não se pense que o português europeu constitui uma variedade totalmente homogénea em termos geográficos, sem quaisquer diferenças assinaláveis a nível fonético. Pelo contrário, há propriedades fonéticas típicas dos falantes de várias regiões de Portugal (continental e insular), o que torna possível identificar a região de origem de um falante. Entre essas características, contam-se as seguintes⁹¹:

a) articulação do fone que, na escrita, é representado pela consoante <v>, como consoante bilabial [b]; palavras como *vez* e *avó* são articuladas do seguinte modo: ['beʃ] e [v'bo], respectivamente; esta é uma característica que permite identificar falantes oriundos da região norte de Portugal ou que nela habitam;

b) pronúncia [o] do ditongo que, na escrita, é representado por <ou>; os falantes que assimilaram a monotongação deste ditongo articulam do mesmo modo os significantes das palavras *ouço* e *osso* (em ambos os casos, ['osu]), assim como de *posar* e *pousar* (em ambos os casos, [po'zar]); pelo contrário, os falantes que mantêm a articulação do ditongo distinguem claramente os significantes destes pares de duas palavras: ['owsu] e ['osu]; [pow'zar] e [po'zar]; a monotongação do ditongo <ou> é típica dos falantes do centro e sul de Portugal, enquanto a manutenção da articulação desse ditongo é característica dos falantes do norte;

c) monotongação do ditongo representado na escrita por <ei>; palavras como *feira* e *maneira* são articuladas de modo diferente: [mɛ'nejrɐ] e ['fejrɐ], na norma do PE; [mɛ'nerɐ] e ['ferɐ], em regiões do sul de Portugal⁹².

⁹⁰ Para uma explicitação sistematizada destas e de outras diferenças fonéticas entre as normas do português europeu e do português do Brasil, cf. Mateus *et alii* (2003: 45-47).

⁹¹ Estes exemplos baseiam-se em traços diferenciadores apontados por Lindley Cintra para distinguir os dialectos galego-portugueses. A sistematização das suas conclusões encontra-se em Cunha e Cintra (1988: 9-19).

⁹² Os mapas dialectais propostos por Lindley Cintra - reproduzidos em Cunha e Cintra (1988: 12-17) e em Ferreira *et alii* (1996: 501-502) - estabelecem, naturalmente, uma delimitação mais rigorosa do que aquela que estamos a propor quando indicamos, de modo vago, as regiões norte, centro e sul de Portugal.

Todos os exemplos listados evidenciam fenómenos de variação diatópica a nível fonético entre falantes de língua portuguesa: quer os que dizem respeito a diferenças entre o PE e o PB, quer os que remetem para diferenças entre falantes que habitam o território de Portugal continental.

Também a nível lexical se observam inúmeras diferenças entre os sujeitos falantes que têm o português como língua materna. Listemos, a título de exemplo, alguns pares de palavras que designam a mesma entidade:

- *hospedeira* (em PE) e *aeromoça* (em PB);

- *comboio* (em PE) e *trem* (em PB);

- *betão* (em PE) e *concreto* (em PB);

- *soro* (em regiões do norte de Portugal) e *almece* (em regiões do sul de Portugal);

- *amendoins* (em regiões do norte de Portugal) e *alcagoitas* (em regiões do sul de Portugal);

- *cimbalino* (na região do Porto) e *bica* (na região de Lisboa).

No âmbito da língua portuguesa, uma mesma entidade pode ser designada por palavras diferentes, dependendo da região geográfica de onde os sujeitos falantes são originários. Estes exemplos testemunham, portanto, fenómenos de variação diatópica a nível lexical.

Juntamente com as diferenças a nível fonético, as diferenças a nível lexical são as que mais frequentemente condicionam o sucesso da comunicação entre dois falantes de português oriundos de regiões geográficas diversas. O uso de designações distintas para referir uma mesma entidade pode, em situação de comunicação, exigir o recurso a sinónimos ou a descrições pormenorizadas da entidade denotada, de modo a que a intercompreensão se mantenha.

As diferenças a outros níveis são menores em número, e seguramente não condicionam tanto a compreensão entre os interlocutores. Segundo Peres e Mória (1995: 37),

«enquanto a variação dialectal entre o português europeu, o português do Brasil e as variantes africanas envolve os vários planos do sistema linguístico, pode-se dizer que a variação adentro do espaço português é fraca no plano sintáctico - já que, segundo cremos, as diferenças são despiciendas - e forte

nos planos lexical e fonético, onde a diversidade é acentuada - pense-se, por exemplo, nas pronúncias e nos vocabulários típicos de regiões do país como o Alentejo, o Minho, as Beiras interiores ou os Açores».

Além dos exemplos já listados que reflectem variação diatópica a nível fonético e lexical, propomo-nos ainda abordar, embora de modo mais sucinto, usos geograficamente distintos a nível morfológico e a nível sintáctico.

A nível morfológico, assinala-se a diferença que se regista, entre falantes que habitam o território de Portugal continental, no uso de diminutivo em palavras como *cão* e *maçã*:

- *cão*: *cãozito* (na norma do PE) e *canito* (em regiões do sul de Portugal);

- *maçã*: *maçãzita* (na norma do PE) e *maçanita* (em regiões do sul de Portugal).

No caso de palavras que integram sons vocálicos nasais na última sílaba (o ditongo nasal [ɛ̃w], em *cão*, e a vogal nasal [ɛ̃], em *maçã*), o diminutivo que prevalece nos usos de falantes do sul de Portugal é *-nito/-nita*, enquanto na norma do PE é *-zito/-zita*.

A nível sintáctico, registamos diferenças quer na ordem normal das palavras na frase, quer na construção progressiva tipicamente mais usada.

Em PB, os pronomes pessoais átonos (como *me*, *te*, *o*, *lhe*, e *se*⁹³) são antepostos à forma verbal em frases como (161) e (162):

(161) A Rita me convidou para a sua festa de aniversário.

(162) A Ana se levantou cedo hoje.

Em PE, o pronome pessoal átono ocorre, geralmente, posposto à forma verbal:

(163) A Rita convidou-me para a sua festa de aniversário.

(164) A Ana levantou-se cedo hoje.

⁹³ Cf. Cunha e Cintra (1988: 279).

Em certas construções, todavia, também se observa anteposição do pronome pessoal átono relativamente à forma verbal em PE:

(165) Não me lembro de me teres emprestado esse livro do António Lobo Antunes.

(166) Já te disse isso há uma semana.

Outro exemplo de variação diatópica a nível sintáctico é a que diz respeito à construção sintáctica conhecida como construção progressiva. O enunciado (167) integra a construção atestada na norma do PE (*estar a* + infinitivo), e o enunciado (168) inclui a construção típica da norma do PB (*estar* + gerúndio).

(167) *Estou a ler um livro de Eça de Queirós.*

(168) *Estou lendo um livro de Eça de Queirós.*

Sublinhe-se que a construção *estar* + gerúndio é também usada nas regiões do sul de Portugal (em particular, no Alentejo e no Algarve). Ou seja, este traço de variação diatópica observa-se mesmo entre os falantes de português que habitam o território de Portugal continental.

No âmbito de uma dada língua natural, um uso linguístico que caracteriza, de modo sistemático e generalizado, os sujeitos falantes de uma determinada região geográfica designa-se **regionalismo**. Um regionalismo permite, por isso, identificar a região de origem do sujeito falante que o utiliza na sua produção verbal.

Por exemplo, o falante de português que actualiza como [v'bɔ] o significante da palavra *avó* pode ser, de modo quase inequívoco, identificado como um indivíduo oriundo do norte de Portugal, porque é sabido que esse traço fonético é típico dos falantes dessa região. A propriedade de não estabelecer oposição entre os sons [v] e [b] (em palavras como *vejo* e *beijo*)

constitui, então, um regionalismo, uma característica linguística própria dos falantes de uma determinada zona geográfica.

Outros exemplos de regionalismos foram anteriormente apontados: a monotongação do ditongo representado na escrita por <ei>, a manutenção do ditongo [ow] em palavras como *touro*, o diminutivo atestado em palavras como *canito* e *maçanita*, o uso da palavra *alcagoitas* para referir os frutos secos que, no âmbito da norma do PE, são referidos pela palavra *amendoins*, e a construção sintáctica *estar* + gerúndio. Qualquer uma destas propriedades linguísticas permite, com maior ou menor rigor, indicar a região de origem dos sujeitos falantes de português que as integram nas suas produções verbais quotidianas.

O conceito de regionalismo está associado a um outro, igualmente importante para os linguistas que se dedicam ao estudo da variação diatópica: o conceito de dialecto. Se definimos regionalismo como um uso linguístico inerente aos falantes de uma dada região geográfica, então um **dialecto** constitui um modo de falar próprio dos falantes de uma região, o qual se caracteriza por integrar um conjunto de regionalismos.

Nesta acepção, os conceitos de dialecto e de regionalismo são interdependentes, de tal modo que a definição de um não prescinde do recurso ao outro. Por um lado, qualquer regionalismo integra-se num determinado dialecto, isto é, numa variedade de língua que constitui o modo de falar próprio dos falantes de uma dada região. Por outro lado, é a ocorrência de um conjunto de regionalismos - generalizada entre os falantes de um dialecto - que permite identificar e individualizar esse dialecto relativamente a outros dialectos que são próprios de outras regiões onde se fala essa mesma língua.

Segundo esta concepção, em cada língua há vários dialectos, caracterizados por um conjunto de regionalismos e distribuídos pelas diversas regiões geográficas em que essa língua é falada. Mas esta definição de dialecto coloca novas questões relativas aos conceitos de norma e de língua. Repare-se que indicámos como exemplos de regionalismos apenas aqueles traços linguísticos que são típicos de regiões geográficas de Portugal continental que não coincidem com a região onde, consensualmente, vivem os falantes que actualizam a norma do PE (a faixa litoral entre Coimbra e Lisboa).

Deste modo, pode colocar-se a seguinte questão: a norma corresponde a um dialecto? Ou, reformulando a pergunta, a norma constitui, tal como qualquer dialecto, um modo de actualizar a língua próprio dos falantes de uma dada região?

E a resposta é sim, a norma do PE corresponde a um dialecto. Mais especificamente, a norma do PE equivale ao dialecto falado pelos indivíduos que habitam a faixa litoral do território entre Coimbra e Lisboa. Aliás, em qualquer língua, a norma constitui um dialecto. Debrucemo-nos, então, um pouco mais sobre o conceito de norma.

Segundo Mateus e Villalva (2006: 99), a **norma** é a

«variedade dialectal e sociolinguística utilizada no uso da língua em contexto escolar e nos meios de comunicação [...] (em Portugal considera-se como norma-padrão a variedade utilizada na região de Lisboa-Coimbra)».

Como é que um determinado dialecto ascende a norma da língua de que constitui uma variedade? Há geralmente razões de natureza política, histórica e sociocultural que determinam a variedade de uma língua que é considerada a norma. No caso da norma do PE, são conhecidas razões histórico-políticas e socioculturais que ditaram que o dialecto falado na faixa litoral entre Lisboa e Coimbra fosse elevado a esse estatuto: por um lado, a cidade de Lisboa constitui, desde há vários séculos, a capital política de Portugal, tendo, por esse motivo, congregado em seu redor a corte e grande parte das elites sociais. Por outro lado, até ao início do século XX, esteve sediada na cidade de Coimbra a única universidade portuguesa - se exceptuarmos o período de tempo, entre os séculos XVI e XVIII, em que funcionou a universidade de Évora. O prestígio social e cultural associado aos falantes que habitam aqueles dois centros (político e cultural) revelou-se decisivo.

Sublinhe-se que são geralmente razões de natureza extralinguística que estão na base da ascensão de um dialecto ao estatuto de norma. Em termos linguísticos, o dialecto que constitui a norma não é “melhor” nem “pior” do que os outros dialectos que são reconhecíveis numa dada língua. Nas palavras de Peres e Mória (1995: 35-36),

«de um ponto de vista estritamente linguístico, todas as variantes têm idêntico interesse e dignidade enquanto objectos de estudo, uma vez que todas elas são sistemas organizados por uma gramática. [...] A questão da opção por uma variante linguística pode colocar-se [...] quando se têm em consideração certos objectivos específicos. Entre estes, contam-se, por exemplo, o ensino da língua [...], a redacção de textos oficiais, a difusão de informação através de meios de comunicação social».

A norma do PE constitui, então, o dialecto que, por razões de natureza extralinguística, é utilizado quotidianamente como referência para os usos linguísticos do ensino, da documentação oficial e da comunicação social. A valorização deste dialecto não resulta do facto de ele ser, de alguma forma, “melhor” ou “superior” a outros dialectos; decorre de motivos que residem nos papéis (culturais, institucionais, políticos, etc.) que ele desempenha na sociedade em que é utilizado, e que fazem dele uma variedade socialmente mais prestigiada. A afirmação segundo a qual em Coimbra e em Lisboa se fala melhor o PE do que noutras regiões do país configura mais uma atitude de valorização (sociocultural) dos falantes desse dialecto do que uma atitude de valorização (estritamente linguística) do dialecto em si mesmo.

Segundo Duarte (2000: 27), o reconhecimento da existência de uma norma é acompanhado pela

«produção de instrumentos de normalização linguística, cuja função é descrever a estrutura e o léxico dessa variedade, bem como fixar as regras do seu registo escrito: contam-se entre os mais importantes gramáticas, dicionários, tratados de ortografia e prontuários ortográficos».

Apesar de não ser polémico argumentar que o português, o espanhol, o francês e o italiano constituem línguas diferentes (e não diferentes dialectos de uma mesma língua), outros casos há em que não é linear decidir se se está em presença de dois dialectos de uma mesma língua ou em presença de duas línguas diferentes. Justifica-se, por isso, concluir estas reflexões retomando o conceito de língua.

Dissemos que, no seio de uma língua, podemos distinguir vários dialectos (em maior ou em menor número, normalmente em função do número de falantes dessa língua e da sua distribuição por grandes áreas geográficas ou por uma área mais restrita) e que um dos dialectos se constitui como a norma dessa língua. Mas a questão é um pouco mais complexa, porque uma língua pode ter mais do que uma norma.

Segundo Ivo Castro (2006: 12),

«o sistema linguístico do português dispõe, no início do século XXI, de duas variantes nacionais plenas».

As duas variedades nacionais da língua portuguesa são o português europeu e o português do Brasil, cada uma delas com a respectiva norma. Esta é mais uma razão para defendermos a ideia segundo a qual uma língua não configura um sistema homogéneo.

O que é, então, uma língua? Que critérios estão na base da definição de uma língua? Por exemplo, quando se pode dizer que dois dialectos que partilham muitas características são variantes de uma mesma língua ou, pelo contrário, pertencem a línguas distintas?

Segundo um critério baseado na intercompreensão, duas variantes pertencem à mesma língua se os falantes que utilizam cada uma dessas variantes se conseguem entender mutuamente. Os falantes de PE e de PB conseguem geralmente entender-se, mas o mesmo não se poderá dizer de um falante de português e de um falante de espanhol, uma vez que as diferenças entre os modos de falar destes falantes impossibilitam, frequentemente, a intercompreensão. Este critério, todavia, não é, por si só, suficiente para identificar uma dada língua, delimitando-a relativamente a outra(s). Um falante de dinamarquês e um falante de norueguês conseguem compreender-se e, no entanto, dizemos que falam duas línguas diferentes. Neste caso, um outro critério, de natureza política, sobrepôs-se ao da intercompreensão.

Com base nesse critério político-institucional, uma língua corresponde a um sistema verbal de comunicação utilizado pelos falantes que vivem dentro das fronteiras de um estado. Mas este critério também esconde uma realidade frequentemente mais complexa. Em países como a Espanha, a Bélgica, o

Canadá e a Suíça fala-se mais do que uma língua. Além disso, tanto na Alemanha como na Itália, países onde se diz que há uma única língua (o alemão e o italiano, respectivamente), o critério da intercompreensão nem sempre se aplica, porquanto um falante de uma região do norte poderá ter grandes dificuldades em compreender um falante de uma região do sul e vice-versa.

Uma língua parece, então, definir-se ou delimitar-se conjugando estes critérios com um terceiro: a consciência dos sujeitos falantes. Segundo este critério, dois falantes acreditam que falam a mesma língua se as diferenças entre os dialectos que ambos actualizam não se sobrepõem à consciência de pertencerem a uma mesma comunidade, uma vez que os aproximam razões de natureza histórica, política e sociocultural.

Em suma, dois indivíduos falam uma dada língua quando, cumulativamente, acreditam i) que utilizam a mesma língua, e ii) que a utilizam devido a, pelo menos, uma de duas razões: ou porque se entendem mutuamente, ou porque partilham o mesmo espaço político, sociocultural, etc.

Com estas reflexões (que pecam pela brevidade com que tratámos de uma questão tão complexa), não tencionamos encerrar de modo definitivo o tema da delimitação de uma língua relativamente a outras que lhe são próximas. Naturalmente, muito mais haveria a acrescentar – pensemos, por exemplo, no caso do português e do galego. Julgamos, todavia, que, a propósito dos usos linguísticos que evidenciam variação diatópica, sublinhámos devidamente o facto de as línguas naturais constituírem sistemas muito complexos e heterogéneos.

Da articulação dos conceitos sobre os quais temos vindo a reflectir (língua, dialecto, norma, regionalismo) e da sua aplicação ao português, podemos concluir o seguinte: a língua portuguesa tem actualmente duas variantes nacionais plenas - o português europeu e o português do Brasil. Em cada uma dessas variantes, há uma norma e vários dialectos com características próprias. Mas a própria norma constitui um dialecto que, por razões de ordem política, histórica e sociocultural, tem mais prestígio no âmbito da comunidade, tendo sido, justamente por isso, erigido como norma. Deste modo, a norma do PE corresponde ao dialecto falado na faixa litoral entre

Coimbra e Lisboa, e a norma do PB corresponde ao dialecto falado pelas classes cultas do Rio de Janeiro e São Paulo.

Noutras regiões em que o português constitui a língua materna dos sujeitos falantes (África, Ásia e Oceânia), também se observam propriedades linguísticas que caracterizam os modos de actualizar a língua portuguesa, ou seja, regionalismos; por outras palavras, também nessas regiões se pode dizer que há dialectos do português.

Donde se conclui que nenhuma língua viva (que seja falada por um número significativo de falantes) constitui um sistema perfeitamente homogéneo. A variação sincrónica não constitui um “defeito” das línguas naturais; ela apenas reflecte a variação sociocultural inerente aos sujeitos falantes que as utilizam.

Além disso, a realidade linguística é geralmente mais complexa do que a linearidade das fronteiras políticas dos diferentes países. O que equivale a dizer que as fronteiras linguísticas nem sempre coincidem com as fronteiras políticas.

11.2. Variação diastrática

Na secção anterior, reflectimos sobre a variação diatópica que se observa nas línguas vivas. A variação diatópica resulta, como vimos, de os falantes de uma língua actualizarem-na de modo diferente em função da região geográfica que habitam ou de onde são originários.

Mas mesmo os falantes que vivem numa dada região não falam todos exactamente da mesma maneira. Não se pode dizer que actualizam a língua portuguesa do mesmo modo todos os falantes que residem ou que são oriundos da região norte de Portugal, por exemplo.

Os seres humanos vivem em sociedades que atingiram um elevado grau de complexidade em termos de organizações profissionais e de grupos sociais que as integram. Muitas diferenças no uso da língua decorrem da profissão que um indivíduo exerce ou dos contactos preferenciais que mantém com pessoas de um determinado grupo socioprofissional. Cada grupo socioprofissional possui características próprias, por exemplo, quanto ao seu grau de escolarização típico, quanto às realidades com que lida diariamente no âmbito da sua actividade, etc. A variação linguística decorrente destas propriedades de carácter sociocultural designa-se **variação diastrática**.

De um modo simplista, a variação diastrática identifica-se pelo facto de um advogado não falar da mesma maneira que um engenheiro informático ou que um mecânico ou que uma cantora de ópera ou que um médico oftalmologista ou que um jornalista desportivo. Cada um destes indivíduos integra no seu vocabulário palavras que utiliza no âmbito da profissão que exerce. Caso se dedicassem a outra actividade, possivelmente nunca utilizariam expressões típicas dos indivíduos que operam em cada uma daquelas áreas.

Estas diferenças no modo de actualizar uma língua são estudadas no âmbito da **Sociolinguística**. Como a própria designação sugere, a Sociolinguística recorre a conceitos e a metodologias quer da Sociologia, quer da Linguística para dar conta do seu objecto de estudo. Trata-se, portanto, de uma disciplina que se situa na fronteira entre duas áreas de estudo e que tem como objectivo analisar a influência dos contextos sociais nos usos linguísticos.

Tal como a Sociologia, serve-se de variáveis (como a idade, o sexo, a actividade socioprofissional e o grau de escolarização) para delimitar subcomunidades no âmbito da comunidade linguística que usa uma dada língua materna. De um modo muito genérico, pode dizer-se que, entre os principais objectivos da Sociolinguística, se conta o seguinte: procurar determinar que usos linguísticos sistematicamente se associam a certos grupos sociais.

A variação diastrática concretiza-se, sobretudo, no nível lexical, embora também se possam observar diferenças a outros níveis. Duarte (2000: 24) apresenta os seguintes exemplos de variação diastrática, tendo em consideração a variável “nível de escolarização”:

«formas de tratamento como *miga* (corruptela de *amiga*) ou *vizinha*, o uso de certos vocábulos (*vou fazer o comer/o comer está pronto? vs vou fazer a comida/a comida está pronta?*) e expressões (*derivado a vs. devido a*), a actuação de processos que alteram quer a qualidade dos sons quer a estrutura silábica das palavras (*sarralheiro vs serralheiro; rabuçado vs rebuçado; carapinteiro vs carpinteiro; gasoilo vs gasóleo), a regularização de padrões flexionais (*[tu] ouvistes, [tu] dissestes vs [tu] ouviste, [tu] disseste*), a preferência por uma concordância verbal de natureza semântica e não sintáctica (*a gente vamos sair vs a gente vai sair, uma dúzia de ovos custam para cima de mil réis vs uma dúzia de ovos custa para cima de mil réis*) são algumas características da variedade do português europeu utilizada por falantes com baixo nível de escolaridade».*

Vejamos outros exemplos de variação diastrática. No âmbito da sua actividade, regra geral, qualquer profissional necessita de recorrer a muitos termos ou expressões que dizem respeito à sua área, mas que não são usados na linguagem corrente dos que não exercem essa actividade.

Para um médico oftalmologista, não é suficiente dividir o olho em *pupila* e *íris*, por exemplo. Ele tem necessidade de nomear, de modo rigoroso e não vago, todas as partes constitutivas do olho. Daí que se sirva de palavras e expressões que são tipicamente usadas no âmbito da sua área de actividade, mas que não fazem parte do vocabulário comum dos outros falantes. Entre

essas palavras e expressões contam-se as seguintes: *córnea, retina, disco óptico, nervo óptico e humor vítreo*.

Do mesmo modo, um profissional da área da informática usa todos os dias de palavras e expressões inerentes à sua actividade, palavras essas que até podem ser desconhecidas da maior parte dos falantes de português. *Placa de rede, CPU, memória RAM, sistema operativo e disco rígido* constituem apenas alguns exemplos.

Quando nos referimos ao léxico da linguagem corrente, nele integramos aquelas palavras que, em princípio, qualquer falante nativo de português conhece, independentemente da sua actividade profissional: *cão, faca, sapato, casa, braço, televisão, livro e árvore* são exemplos de palavras que se inserem na linguagem corrente. Ora, o mesmo não se pode dizer de palavras e expressões como *humor vítreo e memória RAM*.

O exemplo seguinte remete não para o uso de palavras no âmbito restrito de uma dada actividade, mas para a distinção rigorosa que, num sector profissional, se estabelece entre o significado de palavras usadas na linguagem corrente. Para um jurista, é essencial distinguir entre os conceitos denotados pelas palavras *roubo* e *furto*. No âmbito da sua actividade, estas palavras referem realidades distintas, que é necessário nomear de modo igualmente distinto. *Roubo* e *furto* designam o acto de subtrair ou de se apropriar indevidamente de um determinado bem que não lhe pertence; todavia, o *roubo* implica violência ou ameaça, e o *furto* não. Na linguagem corrente, estes termos ou são usados indiferentemente com o significado de “apropriação ilegal de um bem”, ou a palavra *roubo* subsume os significados de ambas e é a única a ser utilizada (ou seja, em nenhum caso se estabelece a oposição entre *roubo* e *furto*, que é essencial para um jurista).

Encontramos outros exemplos que revelam semelhanças com este nos seguintes pares de palavras: *separação e divórcio; alugar e arrendar*.

A utilização quotidiana de determinadas palavras ou expressões, por força da profissão dos sujeitos falantes, traduz-se em variação linguística; porque se trata de variação enraizada em factores de natureza socioprofissional, os exemplos que apresentámos ilustram fenómenos de variação diastrática. A todos os casos apresentados subjazem razões que decorrem da necessidade

de designar a realidade com um grau de rigor exigível no âmbito de diferentes subcomunidades delimitadas pelo factor socioprofissional.

Designamos por **linguagem técnica** (ou **tecnolecto**) o conjunto de vocábulos que, não integrando a linguagem corrente, são próprios de um grupo socioprofissional que se dedica a um determinado sector de actividade. Os vocábulos de uma linguagem técnica são utilizados quotidianamente devido às necessidades comunicativas que decorrem da actividade socioprofissional dos falantes que os utilizam. Inerente ao recurso a estes vocábulos está, geralmente, a necessidade de nomear de modo rigoroso e não ambíguo as realidades específicas da actividade em causa. Muitos dos vocábulos utilizados pelo médico oftalmologista, pelo engenheiro informático, pelo mecânico, pelo marinheiro, pelo advogado, ou pelo canalizador não fazem parte da linguagem corrente, confinando-se à actividade que cada um deles exerce. Mas todos os exemplos que apresentámos (quer os que dizem respeito à utilização de vocábulos não incluídos na linguagem corrente, quer os que evidenciam o uso de palavras cujo significado é delimitado de forma mais rigorosa do que nos usos comuns - como *furto* e *roubo*) incluem-se no âmbito das linguagens técnicas.

Além das linguagens técnicas, também as **gírias** se integram no tema da variação diastrática. Nem sempre é fácil delimitar as linguagens técnicas das gírias. Há, todavia, alguns critérios que podem ser tidos em conta para proceder à distinção entre umas e outras.

Dissemos que as linguagens técnicas têm como objectivo conferir mais rigor às realidades designadas e que a variação por que são responsáveis se concretiza fundamentalmente no nível lexical. As gírias, por seu turno, surgem tipicamente devido a motivações de natureza lúdica, expressiva e identitária, e para manter um certo grau de secretismo; a variação por que são responsáveis é susceptível de atingir, além do nível lexical, também o nível sintáctico. Concretizemos estas ideias.

Algumas gírias (como a dos contrabandistas) podem ser usadas com o objectivo de tornar incompreensível, para quem não faz parte do grupo, o significado dos enunciados que remetem, por exemplo, para actividades ilegais. Os grupos socioprofissionais que se servem de gírias com essa finalidade usam-nas, portanto, para que a comunicação se processe apenas

entre os membros do grupo, sem que outras pessoas presentes possam identificar o significado do que está a ser dito. Em Ferreira *et alii* (1996: 481), é apresentada

«a seguinte frase da gíria dos antigos vendedores ambulantes de Castanheira de Pêra, o *laínte*: *Aroga os êtres leios que astram aquimes jordam enroba* significa *Agora os três homens que estão aqui vão embora*».

A gíria serve, neste caso, para manter um certo secretismo entre os falantes de uma subcomunidade unida por uma actividade socioprofissional.

Além disso, a gíria reforça o espírito de pertença a um grupo, tendo, portanto, uma função identitária: só os que conhecem e usam a gíria são reconhecidos como membros efectivos da subcomunidade socioprofissional em causa. O uso de palavras que pertencem a uma dada gíria funciona, portanto, como marcador da coesão de grupo.

Também as funções lúdica e expressiva podem estar na origem das gírias. Se recorrermos à gíria futebolística ou às alcunhas que, entre amigos e colegas de trabalho, muitas vezes se associam a pessoas com quem lidamos diariamente, encontraremos exemplos que evidenciam que, na criação de novas palavras e expressões, se combinam necessidades expressivas com motivações lúdicas. A gíria futebolística, por exemplo, não constitui propriamente um código secreto (como a gíria dos contrabandistas), mas serve i) para designar algumas realidades com maior dose de expressividade, e ii) para demarcar, no seio da comunidade linguística, os que a usam dos que não a usam.

As palavras e expressões usadas e criadas no âmbito das gírias muitas vezes apoiam-se em imagens e em metáforas sugestivas que conferem mais expressividade ao que se pretende comunicar. Vejamos os dois exemplos seguintes, muito comuns na gíria futebolística: *pontapé de bicicleta* e *fazer um chapéu ao guarda-redes*.

O *pontapé de bicicleta* designa o movimento em que um jogador dá um pontapé na bola girando verticalmente sobre si mesmo, de tal modo que acaba por cair no chão com as costas em primeiro lugar e com as pernas a seguir. Este tipo de lance permite-lhe rematar na direcção contrária àquela para onde

está virado: por exemplo, se o jogador está de costas voltadas para a baliza da equipa adversária, pode rematar e tentar marcar um golo utilizando o pontapé de bicicleta.

A imagem seguinte mostra Pelé a executar um pontapé de bicicleta.



Como se explica a designação escolhida para nomear este tipo de lance? Possivelmente, devido ao acto de girar sobre si mesmo, por analogia com o movimento de pedalar que é necessário fazer para movimentar uma bicicleta.

Fazer um chapéu ao guarda-redes refere o lance em que um jogador remata e marca golo, fazendo passar a bola por cima do guarda-redes, de tal modo que este não tem possibilidades de lhe tocar com as mãos. Neste caso, parece haver algum tipo de analogia entre o facto de a bola passar por cima do guarda-redes e o chapéu ser um objecto de vestuário que é usado na cabeça, isto é, no extremo vertical do ser humano. Em ambos os casos se nota que, a estes modos de designar a realidade, subjazem necessidades de tipo expressivo, eventualmente associadas a uma função lúdica.

O **calão** é igualmente um modo de utilizar a língua estudado no âmbito da Sociolinguística, enquanto disciplina que analisa e descreve variação linguística

a nível diastrático. Do ponto de vista estritamente linguístico, não são reconhecidas diferenças entre a gíria e o calão; por outras palavras, não se pode distinguir a gíria do calão com base em critérios linguísticos. Ao calão, todavia, está associada uma conotação pejorativa, negativa. Essa conotação decorre de razões de natureza extralinguística, porquanto, ao uso do calão, se associa frequentemente falantes que revelam um baixo grau de escolarização, que desempenham profissões socialmente menos valorizadas, e que pertencem a grupos sociais materialmente carenciados.

O calão consiste, em grande parte, num conjunto de vocábulos utilizados no acto de praguejar (vocábulos esses que, regra geral, designamos por *asneiras*). Ora, os usos linguísticos podem também ser perspectivados como formas de comportamento social. Sendo o acto de praguejar um comportamento linguístico (logo, também social), ele é, em inúmeras situações, socialmente criticável. Em determinadas situações de comunicação (num casamento, num discurso de tomada de posse, etc.), ou em determinados locais (numa igreja, no plenário da Assembleia da República, etc.), ou perante determinadas pessoas (o juiz numa sala de audiências, o professor numa sala de aula, etc.), o acto de praguejar é considerado inaceitável. Servem estas reflexões para sublinhar que não são os vocábulos do calão, em si mesmos, negativos ou piores do que outros vocábulos da língua portuguesa; os actos (e, eventualmente, as pessoas) que associamos ao uso dessas palavras é que são socialmente desvalorizados.

As linguagens técnicas, as gírias e o calão evidenciam casos de variação diastrática. Dizemos, por isso, que são três tipos de sociolectos. Um **sociolecto** pode ser definido como a variedade linguística que é utilizada pelos membros de um grupo socioprofissional (isto é, pelos falantes de uma subcomunidade delimitada por factores de natureza social e profissional, no seio de uma comunidade linguística mais alargada).

Vimos que há diferentes tipos de variedades linguísticas susceptíveis de serem identificadas com base em critérios socioprofissionais: as linguagens técnicas, as gírias e o calão. Assim, estes três tipos de variedades diastráticas configuram três subtipos de sociolectos, como se sistematiza no quadro seguinte.

SOCIOLECTOS	Linguagens técnicas	Médicos Informáticos Advogados Etc.
	Gírias	Estudantes Jornalistas desportivos Marinheiros Etc.
	Calão	

Nesta secção e na secção anterior, reflectimos sobre variação linguística sincrónica motivada pela distribuição geográfica das populações que utilizam uma determinada língua (variação diatópica) e pelas actividades socioprofissionais dos falantes (variação diastrática). Vimos que os sujeitos falantes não só actualizam uma língua de modo diferente em função da região que habitam (ou de onde são originários), mas também que utilizam a língua de modo diverso em função das redes socioprofissionais em que estão inseridos.

Deste modo, os dois tipos de variação linguística sincrónica entrecruzam-se, sobrepõem-se: à variação que se deve a factores geográficos, acresce a variação decorrente de factores socioprofissionais. A coexistência de diferentes dialectos e de diferentes sociolectos numa mesma comunidade linguística (por exemplo, a que utiliza o português europeu para comunicar) potencia uma grande diversidade nos modos de actualizar uma língua como o português.

11.3. Variação diafásica

Um outro tipo de variação linguística sincrónica decorre de dois factores, de natureza situacional e individual: a situação de comunicação concreta em que um falante está inserido e o modo individualizado de cada falante utilizar a língua. Este tipo de variação manifesta-se, sobretudo, nos níveis lexical e sintáctico, na medida em que diz respeito quer às escolhas lexicais do falante, quer às construções sintácticas que ele usa de modo mais recorrente. Por vezes, todavia, também é susceptível de ser reconhecida a nível fonético, designadamente na articulação dos sons da língua. Em todos estes casos, estamos em presença de **variação diafásica** (ou **individual** ou **situacional**).

Indicaremos, a seguir, alguns exemplos que evidenciam fenómenos de variação diafásica. Uma situação de comunicação pode ser perspectivada com base num conjunto de factores que interferem com a produção verbal dos sujeitos falantes que nela estão inseridos. O grau de formalidade ou de informalidade da situação, o tema da conversa, o local onde ela decorre, a idade dos interlocutores, o seu estatuto social e o tipo de relacionamento que mantêm entre si (mais distante ou mais familiar) são exemplos de factores que condicionam o que dizemos.

Uma conversa entre amigos num café sobre futebol caracteriza-se por um grau de informalidade que contrasta com a formalidade inerente a um discurso do presidente da república sobre o estado da nação, na assembleia, perante os deputados e os membros do governo. O cuidado com a selecção das palavras e com a sua pronúncia, com a construção sintáctica e com a articulação dos conteúdos, que tipicamente se observa no discurso do político, opõe-se à atitude mais descontraída dos amigos na conversa informal sobre um tema do quotidiano. Uma palavra mal seleccionada, ou uma pronúncia menos correcta, ou uma construção sintáctica deficiente não constituem, geralmente, motivo de grande embaraço quando se está entre amigos numa situação de comunicação informal. O mesmo talvez já não se possa dizer se tal acontecer numa situação de elevado grau de formalidade e solenidade.

Deste modo, podemos opor, num *continuum*, os pólos correspondentes aos graus de (in)formalidade que caracterizam as situações de comunicação.

+ formal

- formal

Num extremo, incluem-se as situações de comunicação de grande formalidade, frequentemente ritualizadas, em que os papéis sociais que os interlocutores desempenham são de natureza institucional (política, religiosa, empresarial, académica, etc.⁹⁴), o que impõe, muitas vezes, comportamentos rígidos e com elevado grau de previsibilidade (incluindo o comportamento verbal). Estas situações decorrem, geralmente, em locais com considerável peso institucional, e os temas abordados na produção verbal dos sujeitos falantes são sérios e solenes.

No outro extremo, integram-se as situações de comunicação em que existe uma relação de grande familiaridade entre os sujeitos falantes (investidos de papéis sociais como pai, amigo, colega, namorado, irmão, etc.), e em que são abordados temas do quotidiano desprovidos de solenidade. Estas situações decorrem em locais onde não é requerida grande rigidez de comportamentos (em casa, na esplanada do café, na discoteca, etc.), caracterizando-se, portanto, pela descontração e pela informalidade, quer no relacionamento entre os interlocutores, quer na sua produção verbal.

Entre os dois extremos, há um conjunto variável de graus de formalidade em que se integram inúmeras outras situações, mais próximas ou mais afastadas de cada um dos pólos. Por outras palavras, há uma escala contínua de valores entre os pólos [+ formal] e [- formal].

O grau de formalidade que caracteriza as situações de comunicação é, deste modo, responsável por uma grande variedade de estilos. Um **estilo** (ou um **registo de língua**) consiste num modo de utilizar a língua que depende da situação de comunicação em que os falantes estão inseridos.

⁹⁴ Alguns exemplos destes papéis institucionais são os seguintes: primeiro-ministro, presidente da assembleia da república, cardeal, bispo, director, reitor e professor catedrático.

Numa situação informal, não é adequado, por exemplo, os falantes utilizarem formas de tratamento como *vossa excelência*, tal como numa situação formal não é adequado usar formas de tratamento como *tu*. Formas de saudação e de despedida como *olá* e *chauzinho* são comuns entre pessoas amigas ou conhecidas, mas manifestamente inadequadas para um primeiro-ministro usar numa comunicação ao país transmitida pela televisão. Numa conversa de amigos ou de colegas é aceitável que se diga, a propósito de alguém que faleceu, um enunciado como *o Francisco esticou o pernil*. Já numa missa de corpo presente, o uso de tal forma de expressão (*esticar o pernil* com o significado de “morrer, falecer”) seria particularmente infeliz e despropositado. Estes exemplos evidenciam casos de selecção lexical típica quer de um **registo formal** (*vossa excelência, falecer*), quer de um **registo informal** (*tu, olá, chauzinho, esticar o pernil*).

Um exemplo cómico do uso de expressões típicas do registo informal, numa situação em que um locutor pretendia impressionar o seu alocutário, servindo-se de um vocabulário rebuscado, é dado no seguinte excerto de *A correspondência de Fradique Mendes*, de Eça de Queirós.

«Gastei a noite preparando frases, cheias de profundidade e beleza, para lançar a Fradique Mendes. Tendiam todas à glorificação das “Lapidárias” [poema escrito por Fradique Mendes]. E lembro-me de ter, com amoroso cuidado, burilado e repolido esta: “A forma de Vossa Excelência é um mármore divino com estremecimentos humanos!”

[...]

Pela escada, o poeta das “Lapidárias” aludiu ao tórrido calor de Agosto. E eu que nesse instante, defronte do espelho no patamar, revistava, com um olhar furtivo, a linha da minha sobrecasaca e a frescura da minha rosa – deixei estouvadamente escapar esta coisa hedionda:

- Sim, está de escachar!

E ainda o torpe som não morrera, já uma aflição me lacerava, por esta chulice de esquina de tabacaria, assim atabalhoadamente lançada como um pingo de sebo sobre o supremo artista da “Lapidárias”, o homem que conversara com [Victor] Hugo à beira-mar!... Entrei no quarto atordoado, com bagas de suor na face. E debalde rebuscava desesperadamente uma outra

frase sobre o calor, bem trabalhada, toda cintilante e nova! Nada! Só me acudiam sordidezes paralelas, em calão teimoso: - “é de rachar”!, “está de ananases”! “derrete os untos”!... Atravessei ali uma dessas angústias atrozes e grotescas que, aos vinte anos, quando se começa a vida e a literatura, vincam a alma – e jamais esquecem»⁹⁵.

O narrador deste excerto não tem muita familiaridade com Fradique Mendes, e pretende projectar uma boa imagem de si mesmo, utilizando uma linguagem cuidada, rebuscada, quer a nível do vocabulário, quer a nível das combinatórias semânticas («mármore divino com estremecimentos humanos»). Acaba por ficar decepcionado consigo mesmo, porque diz algo acerca do calor num estilo muito pouco rebuscado, próprio de um registo informal. Pior ainda, para tentar emendar o que disse, apenas lhe ocorrem formas de expressão típicas do calão da época (finais do século XIX). Teme, por isso, que Fradique Mendes fique com má impressão acerca dele, apenas porque revela um uso pouco elegante e nada refinado da língua portuguesa. Por outras palavras, teme que o seu comportamento linguístico seja interpretado por Fradique Mendes como um reflexo fidedigno da sua personalidade ou, pelo menos, do seu normal comportamento social.

Este excerto apresenta, portanto, um caso de inadequação do registo de língua à situação de comunicação em que o falante se encontra (segundo o ponto de vista do próprio falante, que é o narrador da história): a utilização de palavras e expressões típicas de um registo informal, numa situação em que, pelo contrário, ele desejava servir-se de um vocabulário que revelasse elevação (também na perspectiva do narrador).

«[A variação diafásica] está relacionada com estes factores pragmáticos e discursivos e [...] implica o conhecimento por parte do falante de um código socialmente estabelecido para cada situação»⁹⁶.

⁹⁵ Eça de Queirós, *A correspondência de Fradique Mendes*, Lisboa, Livros do Brasil, pp. 21, 26-27.

⁹⁶ Ferreira *et alii* (1996: 481).

Ora, o narrador deste excerto tem consciência de que não cumpriu uma regra de comportamento social importante: em termos de registo utilizado, não adequou o que disse à situação de comunicação em que estava inserido, nomeadamente quanto ao estatuto social do seu interlocutor que, na perspectiva do narrador, exigiria um uso mais rebuscado e burilado da língua.

Porque o comportamento linguístico é uma forma de comportamento social, os sujeitos falantes tentam adequar as suas práticas discursivas à situação de comunicação em que, a cada momento, estão inseridos. E fazem-no, por exemplo, seleccionando vocabulário admissível para cada situação, ajustando o tom e o volume de voz, construindo as suas frases com uma sintaxe mais ou menos rebuscada, etc. Cada falante altera o seu registo consoante a situação de comunicação em que se encontra, procurando adequá-lo a essa situação.

É também no âmbito da variação diafásica que se integram as modalidades escrita e oral. Tradicionalmente, os **registos escrito e oral** são contrastados tendo em conta as seguintes propriedades sistematizadas no quadro que a seguir apresentamos.

Registo escrito	Registo oral
Modo de produção: gráfico	Modo de produção: sonoro (vocal)
Modo de recepção: visual (táctil, no caso dos invisuais)	Modo de recepção: auditivo
Modo de comunicação: distante e diferida	Modo de comunicação: próximo e instantâneo
Sintaxe elaborada	Sintaxe pouco estruturada
Ausência de repetições	Ocorrência de repetições (bordões linguísticos)
Pontuação como substituto (não tão rico) dos meios paralinguísticos ⁹⁷	Utilização de meios paralinguísticos (gestos, entoação, expressões faciais, etc.)
Estilo mais reflectido ↓ Estilo mais cuidado	Estilo menos reflectido ↓ Estilo menos cuidado

Com o advento de novas tecnologias, algumas destas oposições já não são tão pertinentes. Por exemplo, o telefone possibilita a comunicação oral instantânea entre dois falantes distanciados no espaço. Também as gravações (em registo digital ou analógico) propiciam a comunicação oral diferida no tempo. Além disso, os *chats* na internet permitem que a comunicação no registo escrito se desenvolva de modo (quase) síncrono (ou seja, praticamente em tempo real, instantaneamente).

O registo escrito é, geralmente, mais cuidado do que o registo oral, porque é tendencialmente mais reflectido, o que se traduz numa selecção mais criteriosa dos vocábulos, numa sintaxe mais rebuscada, na ausência de repetições e na articulação mais evidente e adequada entre os conteúdos comunicados.

⁹⁷ Designamos por meios de comunicação paralinguísticos os gestos, as expressões faciais, a entoação, o tom e o volume de voz, ou seja, aquilo que acompanha e reforça os conteúdos veiculados na comunicação linguística.

Enquanto sujeitos falantes, adequamos e variamos os nossos modos de usar a língua em função das situações de comunicação em que estamos inseridos. Deste modo, utilizamos diferentes registos ou estilos, numa tentativa de adaptar o nosso comportamento linguístico à situação de comunicação. Exemplos de registos que contrastam são os seguintes: escrito e oral, formal e informal, polido e não polido, improvisado e preparado, pessoal e impessoal.

Além dos condicionalismos que advêm da situação de comunicação em que os interlocutores se inserem, observa-se igualmente variação diafásica porque cada sujeito falante utiliza preferencialmente certas palavras, expressões, construções sintácticas, pronúncias e entoações.

O uso recorrente e sistemático de certas palavras ou expressões constitui um dos casos mais comuns para individualizar a produção verbal de um sujeito falante. Todos conhecemos pessoas que, nas suas práticas discursivas, repetem insistentemente palavras e expressões como *portanto, tá a ver?, pá, é assim, a questão que se coloca é..., na realidade, efectivamente, pronto, etc.*

Aliás, de modo mais ou menos consciente e com ocorrências mais ou menos frequentes, todos nós utilizamos mais umas palavras do que outras, todos nós usamos mais umas construções sintácticas do que outras. Em certos sujeitos falantes, todavia, tais repetições ocorrem de modo continuado, funcionando como muletas linguísticas, nas quais se apoia o discurso produzido.

Dizer que cada falante dispõe de um repertório próprio de palavras, de expressões, de estruturas sintácticas, de entoações e de pronúncias que lhe são inerentes, equivale a dizer que cada indivíduo possui o seu próprio idiolecto. Assim, um **idiolecto** define-se como o modo de usar a língua inerente a cada sujeito falante.

Como se conciliam, sem se confundirem, os conceitos de registo de língua e de idiolecto? O **idiolecto** consiste num conjunto de usos linguísticos que são típicos de um determinado sujeito falante. O **registo de língua** resulta da adaptação dos usos linguísticos de um sujeito falante a uma situação de comunicação concreta. Cada falante de português tem o seu próprio idiolecto, que não é *exactamente* igual a nenhum outro, porquanto integra um conjunto único de palavras e de expressões, de sons e de construções sintácticas que ele usa. Na verdade, as palavras que cada um de nós utiliza são comuns a

inúmeros outros falantes de português, caso contrário dificilmente nos entenderíamos usando esta língua; mas o mais provável é que nenhum outro falante use precisamente as mesmas palavras que eu uso (isto é, todas as palavras que eu uso e só essas).

Do idiolecto de cada falante fazem parte palavras e expressões que são sistematicamente associadas a um registo mais informal, e outras que são geralmente apropriadas a um registo mais formal, e outras ainda que são mais frequentemente utilizadas em registos intermédios quanto ao grau de formalidade que caracteriza a situação de comunicação (a título de exemplo, pense-se em formas de tratamento como *tu*, *vossa excelência*, *você*, *o senhor/a senhora*, *dona*, etc.)⁹⁸. Com base no seu próprio idiolecto (ou seja, a partir do conjunto de unidades, assim como de regras de combinação dessas unidades, que um falante tem disponíveis para usar), cada locutor selecciona as palavras, as construções sintácticas, etc., que julga serem mais convenientes para a situação de comunicação em que está inserido; isto é, cada locutor adequa o seu registo à situação presente⁹⁹.

Compreende-se, portanto, a importância de que se reveste a aquisição, por parte de cada falante (sobretudo, em idade escolar), de formas de expressão adequadas a cada registo. O esforço de adaptação do discurso às situações depende, pelo menos em parte, do conjunto de unidades associáveis a diferentes registos que o sujeito falante conhece. Para que um falante adquira essa capacidade de adequar devidamente o seu discurso à situação de comunicação, é importante contactar, desde a infância, com diferentes tipos de situações nas quais é (socialmente) desejável empregar palavras e expressões distintas. Se um determinado falante se dirige ao juiz no tribunal ou ao director da empresa onde trabalha usando a mesma forma de tratamento que utiliza para se dirigir a um amigo (*tu*, por exemplo), é provável que seja “socialmente penalizado”, sendo o seu comportamento linguístico apontado como um exemplo a não seguir.

⁹⁸ «Cada ser humano, [...] no conjunto de todos os seus actos de fala, tem hábitos discursivos próprios, usa preferencialmente determinadas construções gramaticais, determinadas palavras que, de alguma forma, o individualizam. Cada falante tem a sua maneira própria de usar a língua», Ferreira *et alii* (1996: 481).

⁹⁹ «Consoante a situação mais ou menos formal em que se encontra ou o tipo de situação discursiva (oralidade, escrita...), cada falante pode usar diversos estilos ou registos linguísticos», Ferreira *et alii* (1996: 481).

É pertinente, nesta altura, retomar e estabelecer uma ponte com o conceito de *parole* (em português, *fala*), proposto por Saussure, em oposição ao conceito de *langue* (*língua*). O esforço de adequação do discurso à situação de comunicação que é desenvolvido pelos sujeitos falantes é um fenómeno do âmbito da fala, ou seja, diz respeito à actualização individual do sistema abstracto que é a língua.

Por outro lado, deve ser sublinhado que esta capacidade de o locutor adequar o seu discurso em função da situação de comunicação em que se encontra evidencia o conceito de competência comunicativa que caracteriza os sujeitos falantes. Retomemos, agora, este conceito que foi introduzido no capítulo sobre Pragmática.

A **competência comunicativa** traduz-se na capacidade de os locutores adaptarem a sua produção verbal (o que dizem ou escrevem) tendo em conta, entre outros factores, os seus interlocutores (idade, sexo, papéis sociais, grau de formalidade da relação que mantêm, etc.), o tema abordado, o local e o momento em que se localiza a situação de comunicação. O conceito de competência comunicativa foi proposto por Dell Hymes e contrasta com o de competência linguística.

Noam Chomsky, seguramente o mais influente teorizador da Linguística na segunda metade do século XX, opôs *competence* (competência) a *performance* (desempenho), numa dicotomia idêntica à oposição língua-fala proposta por Saussure. Para Chomsky, **competência** designa o conhecimento linguístico, interiorizado na mente, que cada sujeito falante possui; o **desempenho** consiste na actividade de produção verbal de cada falante.

A competência a que Chomsky se refere diz respeito unicamente ao conhecimento de tipo linguístico que os sujeitos falantes adquirem: o conhecimento dos sons utilizados em português, das regras sintácticas, das palavras e expressões próprias da nossa língua, etc. Trata-se, portanto, de uma **competência linguística**.

A competência comunicativa a que Hymes se refere é mais abrangente, pois inclui, não só os conhecimentos linguísticos que um indivíduo tem de possuir para comunicar verbalmente (isto é, a competência linguística de Chomsky), mas também outros conhecimentos, de natureza social, cultural e

pragmática, que possibilitam que um falante adapte e adeque o que diz em função dos seus interlocutores, do momento e do local em que está, etc.

Para concluir, ao longo desta secção, vimos que o modo de um sujeito falante utilizar a língua varia tendo em consideração quer a situação de comunicação em que se encontra, quer as características inerentes ao seu modo, sempre individual e único, de usar a língua. Variação diafásica é o tipo de variação linguística que decorre destes dois factores.

Actividades

Atente na seguinte citação.

«Cada falante nativo de uma língua normalmente domina diferentes estilos de linguagem (por vezes chamados registos) que variam de acordo com as circunstâncias, o meio usado (fala ou escrita) e o tópico em discussão. A mesma pessoa pode proferir uma das três frases seguintes, dependendo das circunstâncias:

- *Agradecia que fizesse menos barulho.*
- *Está calado, por favor.*
- *Cala-te!*

Neste exemplo, os enunciados variam de um estilo formal até um estilo informal.»

**Jean Aitchison, *Introdução aos Estudos Linguísticos (trad.)*,
Lisboa, Europa-América, 1993, p. 123**

Elabore um comentário ao texto citado no qual caracterize brevemente os diferentes tipos registo nele indicados (deverá definir o conceito de registo).

Referências bibliográficas (Capítulo 11 – Variação linguística)

a) Leitura obrigatória

FERREIRA, Manuela Barros, *et alii* (1996), “Variação linguística: perspectiva dialectológica”, in FARIA, Isabel Hub, *et alii* (Org.), *Introdução à linguística geral e portuguesa*, Lisboa, Caminho, pp. 479-484, 491-502.

b) Leitura complementar

MATEUS, Maria Helena Mira, *et alii* (2003), *Gramática da língua portuguesa* (5.ª ed. revista e aumentada), Lisboa, Caminho, cap. 3 (pp. 39-51).

c) Obras citadas ou referidas

CASTRO, Ivo (2006), *Introdução à história do português* (2.ª edição revista e muito ampliada), Lisboa, Edições Colibri.

CUNHA, Celso, e Lindley CINTRA (1988), *Nova gramática do português contemporâneo* (5.ª ed.), Lisboa, Edições João Sá da Costa.

DUARTE, Inês (2000), *Língua portuguesa. Instrumentos de análise*, Lisboa, Universidade Aberta.

MATEUS, Maria Helena Mira, e Alina VILLALVA (2006), *O essencial sobre linguística* (Coleção O essencial sobre língua portuguesa), Lisboa, Caminho.

PERES, João Andrade, e Telmo MÓIA (1995), *Áreas críticas da língua portuguesa*, Lisboa, Caminho.

Propostas de resolução das actividades

Capítulo 1 – Linguística e Semiótica

1.

a) Verdadeira.

b) Falsa. Há línguas naturais que caíram em desuso e que, por isso, são hoje consideradas línguas mortas, pois nenhum falante as tem como língua materna (por exemplo, o latim).

c) Verdadeira.

d) Verdadeira.

e) Falsa. As palavras de uma língua natural são sinais artificiais.

f) Verdadeira.

g) Falsa. A cruz verde que assinala a existência de uma farmácia constitui um signo, uma vez que não há qualquer relação de analogia entre esse sinal artificial e o que ele designa.

h) Falsa. Só os indícios são sinais naturais; os símbolos são sinais artificiais.

i) Verdadeira.

j) Verdadeira.

k) Falsa. Só os sinais artificiais são sinais convencionais.

l) Verdadeira.

2.

a) O sinal de proibição de fumar é composto por dois elementos: um signo e um símbolo. O círculo vermelho com um risco na diagonal, elemento que tem o significado de “proibição”, constitui um signo, pois não existe analogia entre este elemento do sinal e o que ele representa. A imagem que está desenhada dentro do círculo vermelho e que representa um cigarro e o fumo que expele constitui um símbolo, uma vez que essa imagem se assemelha ao objecto que pretende representar: um cigarro aceso.

b) O sinal que informa sobre a existência de um lugar de estacionamento apropriado para pessoas portadoras de deficiência constitui um símbolo, na medida em que é composto por uma imagem que tem semelhanças com a da entidade que representa: uma pessoa com deficiência física que se desloca numa cadeira de rodas.

Capítulo 2 – Saussure e a emergência da Linguística como disciplina científica

1.

a) Esta citação reflecte a perspectiva diacrónica de análise linguística, uma vez que enumera algumas palavras que, ao longo de um dado período de tempo, foram importadas de outras línguas e incorporadas no português. Na medida em que assinala alterações que se observaram na língua portuguesa (a nível do enriquecimento do léxico), a citação tem subjacente uma abordagem diacrónica de análise da língua.

b) A citação em causa revela uma abordagem sincrónica na análise linguística que propõe. Trata-se de uma reflexão sobre a construção dos tempos compostos em português numa dada sincronia: o momento actual. Diz respeito, portanto, ao funcionamento da nossa língua num dado período, sem ter em consideração as alterações que ela sofreu ao longo dos tempos.

c) Esta citação também reflecte a perspectiva sincrónica de análise linguística. Os autores indicam alguns contextos de uso de duas vogais em português na sincronia actual, sem tomar em consideração eventuais alterações que se deram antes deste estado de língua. Por outras palavras, os autores estão interessados em descrever o funcionamento do português numa dada sincronia, e não em enumerar alterações fonéticas que o português sofreu ao longo dos tempos.

d) A esta citação subjaz uma perspectiva diacrónica de análise linguística, porque o autor explicita a evolução fonética que o significante de uma dada palavra sofreu ao longo dos tempos.

2. O signo linguístico tem carácter biface, ou seja, é composto por um significante (a sua face fisicamente manifesta) e por um significado (a sua face

conceptual). O significante remete para o significado que, por sua vez, aponta para um dado referente (entidade do domínio da realidade extralinguística).

O significante do signo linguístico possui carácter sonoro, mais especificamente carácter vocal, uma vez que é constituído por sons produzidos pelo aparelho fonador dos seres humanos.

Quanto à relação entre significante e significado, ela é arbitrária, imotivada, na medida em que não se observa qualquer semelhança entre uma dada sequência de sons (por exemplo, o significante da palavra *mãe*) e o seu significado (“mulher que deu à luz e que cria ou criou pelo menos um filho”). Esta arbitrariedade é evidenciada pelo facto de, noutras línguas naturais, o mesmo significado estar associado a significantes diferentes (atente-se no significante das palavras *madre*, *mère* e *mother*, por exemplo).

Em suma, o signo linguístico tem carácter vocal, carácter biface e carácter arbitrário.

3. Abrindo um paradigma de consoantes com base na consoante da palavra *cão*, é possível listar as seguintes palavras do português: *chão*, *Dão*, *Fão*, *mão*, *não*, *pão*, *são*, *tão*, *vão*. Os significantes destas palavras distinguem-se uns dos outros devido à substituição de um único fone na mesma posição relativa: a consoante inicial. A palavra *chão* contém mais uma letra do que as restantes, mas o grupo consonântico <ch> representa na grafia um único fone.

4.

a)

<i>Comprei dois</i>		<i>livros</i>
		<i>postais</i>
		<i>lenços</i>
		<i>porta-chaves</i>
		<i>lápiz</i>
		<i>candeeiros</i>

O paradigma que foi obtido é formado pelas seguintes unidades: *livros*, *postais*, *lenços*, *porta-chaves*, *lápiz*, *candeeiros*.

b) Trata-se de um paradigma aberto, uma vez que outras palavras poderiam ocorrer naquela posição relativa sem provocar agramaticalidade e formando frases aceitáveis. Eis outros exemplos de palavras que poderiam ocorrer naquela frase na mesma posição: *robalos*, *computadores*, *pneus*, *guarda-chuvas*, etc.

Capítulo 3 – Chomsky e a gramática formal e sintagmática

1.

a) O enunciado *a maior parte das pessoas vieram a pé* é agramatical, uma vez que a forma verbal não concorda em número com o sujeito. De facto trata-se de um sujeito de 3.^a pessoa do singular (*a maior parte das pessoas*), com o qual se combinou uma forma verbal de 3.^a pessoa do plural (*vieram*). Para haver concordância, deveria ocorrer a forma verbal de 3.^a pessoa do singular *veio*.

Sendo um enunciado agramatical, pode considerar-se também um enunciado inaceitável. Todavia, entre sujeitos falantes que geralmente não estabelecem correctamente a concordância entre sujeito e predicado em contextos como o da frase em questão, este é um enunciado perfeitamente aceitável.

b) O enunciado *tu és um gajo baril* é gramatical, uma vez que respeita as regras de concatenação das unidades na frase. Entre sujeitos falantes que mantêm uma relação de proximidade e que incluem no seu vocabulário palavras da gíria estudantil-juvenil – como *baril* (por exemplo, entre amigos adolescentes) – é também um enunciado aceitável.

Todavia, numa situação caracterizada por um elevado grau de formalidade (por exemplo, numa recepção oferecida pelo presidente da república) e entre sujeitos falantes cuja relação é menos próxima, mais formal e que não usam regularmente palavras que associamos à gíria estudantil-juvenil, este é um enunciado inaceitável.

2. O conceito de gramaticalidade está associado ao facto de, numa frase, os seus elementos constituintes (palavras e sintagmas) se combinarem de acordo com as regras inerentes à língua em questão. Se não forem respeitadas essas regras, o enunciado é agramatical.

O conceito de aceitabilidade decorre de outro tipo de critérios, não sintácticos mas de natureza semântico-pragmática. O facto de um enunciado ser considerado aceitável ou inaceitável depende da situação em que é produzido, tendo em conta quem fala e com quem fala (e respectivos papéis sociais: médico – paciente, empregado de balcão – cliente, mãe – filha, professor – estudante, amigos, etc.), onde fala (no café, no teatro, na sala de aula, num escritório, etc.), acerca de que tema (literatura, futebol, etc.).

Mas pode estar dependente, também, das combinatórias semânticas que se estabelecem no interior do enunciado. Imagens ou comparações incluídas em enunciados como *um elefante saltitar levemente de nenúfar em nenúfar* ou «*são como um cristal, / as palavras*»¹⁰⁰ tornam-se aceitáveis em função do género textual em que se integram – anedota e texto literário, respectivamente.

¹⁰⁰ Eugénio de Andrade, “As palavras”, *Antologia breve* (7.^a ed.), Porto, Fundação Eugénio de Andrade, 1999, p. 35.

Capítulo 4 – Fonética

1.

- a) *profissão*: [pɾufiˈsõw] (ou [pɾufisẽw])
- b) *requintado*: [Rəkĩˈtadu] (ou [Rəkĩtádu])
- c) *antigamente*: [ẽtigẽˈmẽtõ] (ou [ẽtigẽmẽtõ])
- d) *ginásio*: [ʒiˈnaziu] (ou [ʒináziu])
- e) *inflexível*: [ĩflẽˈksivɛl] (ou [ĩflɛksívɛl])
- f) *jasmim*: [ʒɐʒˈmĩ] (ou [ʒɐʒmĩ])

2.

- a) *importante* - vogal anterior fechada nasal
- b) *chegar* - consoante fricativa palatal surda
- c) *dente* - consoante oclusiva apicodental sonora
- d) *entrada* - vogal anterior semifechada nasal
- e) *cinco* - consoante fricativa alveolar surda
- f) *alto* - vogal central aberta

Capítulo 5 – Fonologia e Prosódia

1. Os pares de palavras que constituem pares mínimos são os seguintes: *amo ano*, *casar/caçar*, *hera/ela*, *ato/alho* e *mão/mãe*. Em todos estes casos se verifica que, a nível fónico, as palavras se distinguem apenas num único fone localizado no mesmo ponto, e que essa diferença fónica comporta uma diferença ao nível do significado. O facto de, em certas palavras, a uma letra não corresponder qualquer som (como em *hera*) ou de duas letras representarem um único som (como em *alho*) constitui uma mera questão ortográfica, o que é irrelevante para o conceito de par mínimo.

Por fim, as palavras *acento* e *assento* não constituem um par mínimo já que são palavras homófonas: são exactamente iguais em termos fónicos, diferindo na grafia e, naturalmente, no significado.

2. Os seguintes pares de palavras constituem três pares mínimos: *livro/livre*, *mala/mapa* e *cama/cana*.

O par *livro/livre* permite identificar a oposição entre o fonema vocálico posterior fechado e o fonema vocálico central semifechado: /u/ ~ /ɨ/.

O par *mala/mapa* permite identificar a oposição entre o fonema consonântico lateral apicoalveolar e o fonema consonântico oclusivo bilabial surdo: /l/ ~ /p/.

Por fim, o par *cama/cana* permite a identificação do fonema consonântico nasal bilabial e do fonema consonântico nasal apicoalveolar: /m/ ~ /n/.

Capítulo 6 – Morfologia

1.

a)

mãe # # don – o # # honest – o #
mãe – s # # don – a – s # # des – onest – a

b) Palavras constituídas por

- um morfema: *mãe*
- dois morfemas: *mães, dono, honesto*
- mais do que dois morfemas: *donas, desonesta*

2.

a) Na formação da palavra *enriquecer*, verificou-se o processo de derivação por circunfixação (ou derivação parassintética). Agregou-se simultânea e obrigatoriamente um prefixo (*en-*) e os sufixos (*-ecer*)¹⁰¹ ao radical da palavra primitiva (*ric-*, grafado *riqu-* na palavra derivada).

b) *Babá* formou-se pelo processo de reduplicação, processo que consiste na repetição de parte da palavra primitiva, nomeadamente na repetição dos dois primeiros sons dessa palavra (*Bárbara*).

c) AAC é uma sigla (formou-se, portanto, pelo processo de siglação), uma vez que se juntaram as iniciais das palavras *Associação Académica de Coimbra* (preposição *de* excluída) e essas iniciais soletram-se (no que se distingue a sigla do acrónimo, pois este lê-se silabicamente).

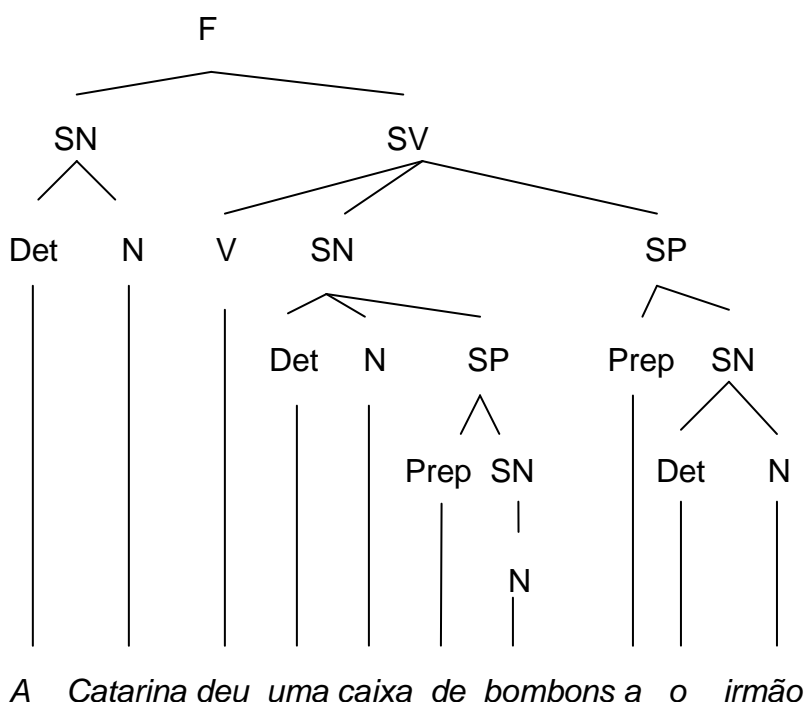
¹⁰¹ Na verdade, *-ecer* pode ser decomposto em três sufixos distintos: o morfema derivacional *-ec-* e dois morfemas flexionais: a vogal temática *-e-* e o morfema de infinitivo *-r*.

Capítulo 7 - Sintaxe

1. Os dois sentidos da frase *Gosto de conversar com homens e mulheres inteligentes* são os seguintes:

- “Gosto de conversar com homens (inteligentes ou não) e com mulheres (desde que sejam inteligentes)”;
- “Gosto de conversar com homens e mulheres (desde que, em ambos os casos, sejam pessoas inteligentes)”.

2. a)



2. b) O sujeito desta frase é *a Catarina*; o complemento directo é *uma caixa de bombons* e o complemento indirecto é *ao irmão*.

2. c) O sujeito da frase é *a Catarina* porque é o SN constituinte imediato de frase, ocorre em posição pré-verbal (à esquerda do verbo), é o controlador da concordância verbal (*deu* concorda em número e em pessoa com o sujeito), é substituível pela forma nominativa do pronome pessoal de 3.^a pessoa do singular (*Ela* deu uma caixa de bombons ao irmão), na voz passiva é

introduzido pela preposição *por* (*Uma caixa de bombons foi dada pela Catarina ao irmão*) e, por fim, constitui a resposta à pergunta *quem + SV* (*Quem deu uma caixa de bombons ao irmão?*).

O complemento directo é *uma caixa de bombons* já que é o SN constituinte imediato de SV, ocorre à direita do verbo, é substituível pela forma acusativa do pronome pessoal de 3.^a pessoa do singular (*A Catarina deu-a ao irmão*), na voz passiva desempenha a função de sujeito (*Uma caixa de bombons foi dada pela Catarina ao irmão*) e constitui a resposta à pergunta *o que deu a Catarina ao irmão?*

Por fim, o complemento indirecto é o SP *ao irmão*, já que é introduzido pela preposição *a*, trata-se de um SP constituinte imediato de SV, pode ser substituído pela forma dativa do pronome pessoal de 3.^a pessoa (*A Catarina deu-lhe uma caixa de bombons*) e responde à pergunta *a quem é que a Catarina deu uma caixa de bombons?*

Capítulo 8 – Semântica

1. Análise componencial do significado das palavras *bicicleta*, *mota* e *automóvel*¹⁰²

<i>bicicleta</i>	<i>mota</i>	<i>automóvel</i>
[+ meio de transporte]	[+ meio de transporte]	[+ meio de transporte]
[- com 4 rodas]	[- com 4 rodas]	[+ com 4 rodas]
[- com motor]	[+ com motor]	[+ com motor]
[+ para 1 ou 2 pessoas]	[+ para 1 ou 2 pessoas]	[- para 1 ou 2 pessoas]

2. Relações semânticas existentes entre pares de palavras

a) Existe uma relação de antonímia direccional entre *subir* e *descer*, na medida em que estas palavras contrastam no seu significado, designando movimentos que se dão em sentidos opostos.

b) *Frigorífico* é um hipónimo de *electrodoméstico*. Trata-se, por isso, de uma relação de hiponímia (ou hiperonímia), ou seja, uma relação de inclusão entre os significados das duas palavras: o significado (mais geral) de *electrodoméstico* está incluído no significado (mais restrito) de *frigorífico*. Dito de outro modo, um *frigorífico* é um *electrodoméstico*, mas o inverso não é verdade, uma vez que há inúmeros tipos de electrodomésticos (fogão, micro-ondas, torradeira, etc.).

¹⁰² Não é, evidentemente, a única possível, uma vez que outros traços semânticos poderiam ser aceites.

c) Entre as palavras *livro* e *capa* existe uma relação semântica de holonímia (ou meronímia ou ainda de parte/todo), já que uma *capa* constitui uma parte do todo que é um *livro*.

d) *Matar* e *assassinar* são palavras sinónimas, isto é, são palavras da mesma categoria sintáctica (verbos) com significados equivalentes.

e) Observa-se uma relação de antonímia graduável entre as palavras *leve* e *pesado*. Da afirmação de um dos termos resulta a negação do outro (*A caixa é leve* implica que a caixa não é pesada), mas da negação de um dos termos não resulta a afirmação do outro (*A caixa não é leve* não implica que a caixa seja pesada: pode ter um peso intermédio). Além disso, estas palavras admitem comparações (*Esta cómoda é mais leve do que a do teu quarto*). Por fim, é possível afirmar que *A mesa não é leve nem pesada* (pode ter um peso intermédio entre os conceitos referidos por *leve* e *pesada*).

Capítulo 9 - Pragmática

1.1. Identificação de deícticos

- a) Os deícticos presentes neste enunciado são os seguintes: *tu* e *gostas*.
- b) Os deícticos presentes neste enunciado são os seguintes: *aqui* e *adoram*.

1.2. Classificação de deícticos

O advérbio *aqui* é um deíctico espacial, uma vez que o local que designa só pode ser conhecido se soubermos onde se encontra o falante no momento em que o enuncia.

O pronome *tu* é um deíctico pessoal, pois refere uma pessoa (o interlocutor do falante) e só poderemos saber de quem se trata se tivermos conhecimento das coordenadas da enunciação (concretamente, se soubermos com quem o falante está a falar no momento em que o enuncia).

Nos dois enunciados, as formas verbais flexionadas em tempo e em pessoa (*gostas* e *adoram*) constituem também deícticos. *Gostas* é um deíctico temporal, pois refere-se a um tempo que é identificado em função do momento da enunciação (esta forma verbal remete para um tempo concomitante ao tempo da enunciação), e um deíctico pessoal, uma vez que remete para uma das pessoas que participam na enunciação (neste caso, a 2.^a pessoa). A forma verbal *adoram* remete para um tempo concomitante ao tempo da enunciação e para alguém que não participa naquela situação de enunciação (3.^a pessoa do plural).

2. Indicação e definição de actos ilocutórios

- a) Este enunciado configura um acto ilocutório expressivo, uma vez que o locutor expressa o seu estado de espírito (congratula o seu interlocutor) em relação a uma proposição contida no seu enunciado (a classificação obtida pelo interlocutor num dado exame).

b) Num acto ilocutório comissivo, o locutor compromete-se a fazer algo num tempo futuro relativamente ao momento da enunciação. É o que se verifica neste enunciado, no qual o sujeito falante garante ao seu interlocutor que devolverá naquele mesmo dia os livros que este lhe emprestara.

c) Neste enunciado apenas se constata um determinado estado de coisas (um dado país ter aderido a uma organização de estados no ano de 1986), pelo que se trata de um acto ilocutório representativo.

d) Estamos em presença de um acto ilocutório declarativo, uma vez que aquele enunciado traz à existência um novo estado de coisas: a partir do momento em que é proferido, o interlocutor não exerce mais as funções que exercia, isto é, perdeu o seu emprego. Para que o enunciado concretize este novo estado de coisas no mundo real, é necessário que o locutor tenha autoridade para proceder ao despedimento do interlocutor.

e) Trata-se de um acto ilocutório directivo, na medida em que o locutor pretende que o seu interlocutor faça algo, neste caso, que lhe traga um café.

Capítulo 10 – Mudança linguística

1.

a) Esta citação reflecte a perspectiva diacrónica de análise linguística, uma vez que enumera algumas palavras que, ao longo de um dado período de tempo, foram importadas de outras línguas e incorporadas no português. Evidencia, portanto, casos de mudança linguística na nossa língua, sendo assinaladas alterações que se deram a nível lexical.

b) A esta citação subjaz uma perspectiva diacrónica de análise linguística, porque o autor explicita a evolução fonética que o significante de uma dada palavra sofreu ao longo dos tempos. O exemplo apresentado insere-se, por isso, no nível de análise fonético.

2.

Mudam-se os tempos, muda-se o ser. Com o passar do tempo, o Homem vai alterando os seus comportamentos e, como forma de comportamento que é, o seu modo de falar. A mudança é inerente ao ser humano, às sociedades que ele constitui; como tal, é também inerente às línguas naturais que os indivíduos utilizam para comunicar.

Há palavras que caem em desuso: no tempo de Gil Vicente, usava-se a palavra *samicas* com o significado que actualmente atribuímos a *talvez*.

Há outras cuja face significante se altera: nas peças de Gil Vicente, encontramos repetidamente a palavra *giolhos*, o significante desta palavra evoluiu para *joelhos*¹⁰³. Noutras ainda, é a face significada que sofre modificações: a palavra *ministru-* significava em latim “o que serve, o que ajuda”; hoje, *ministro* designa alguém que desempenha uma elevada função do estado: “membro de governo que dirige um ministério”.

¹⁰³ O que importa realçar neste exemplo não é o facto de a grafia registar com <g> ou <j> o som consonântico inicial (esse som não se alterou), mas o facto de ter havido uma alteração na ordem das vogais e a modificação de uma dessas vogais.

E, evidentemente, há novas palavras criadas para designar objectos ou conceitos que não existiam nos períodos anteriores aos nossos dias, como *televisão* e *computador*, palavras criadas ao longo do século XX.

De facto, também a propósito das línguas naturais se pode dizer que *todo o mundo é composto de mudança / tomando sempre novas qualidades*.

Capítulo 11 – Variação linguística

É verdade que cada indivíduo tende a falar de modo diferente em função da situação de comunicação em que está inserido. Quer dizer, cada sujeito falante adapta e adequa as palavras e as construções sintáticas que utiliza, por exemplo, ao seu interlocutor (tendo em consideração os papéis sociais de ambos), ao local e ao tempo em que decorre a interação verbal, ao tema da conversa, etc.

Os três exemplos apresentados na citação revelam graus variáveis de formalidade: é mais formal o primeiro (*Agradecia que fizesse menos barulho*) e mais informal o último (*Cala-te!*). Por outras palavras, o terceiro exemplo evidencia que o locutor mantém uma relação mais próxima com o interlocutor e que, em termos de papéis sociais que assumem na situação em que estão, é adequado o locutor dar uma ordem ao seu interlocutor. Já no primeiro exemplo, a relação entre os dois sujeitos falantes não é tão familiar, pelo que o locutor faz um pedido de forma polida. O tratamento por *você* no primeiro caso e por *tu* no segundo revelam isso mesmo.

Os três enunciados constituem, por isso, exemplos de diferentes tipos de registo. Um registo de língua decorre da adaptação e adequação da linguagem utilizada pelo locutor à situação de comunicação em que se insere. Essa adaptação reflecte-se sobretudo nos níveis lexical (escolha das palavras utilizadas), sintáctico (construção das frases) e fonético (em particular, no que diz respeito à dicção, à entoação e ao volume da voz).

Um registo formal caracteriza-se, então, por evidenciar um maior cuidado na selecção lexical e uma maior elaboração na construção das frases do que um enunciado que se insere num registo informal, como ficou demonstrado pelos enunciados apresentados na citação.

Bibliografia geral

- AITCHISON, Jean (1993), *Introdução aos estudos linguísticos* (trad.), Mem-Martins, Publicações Europa-América.
- AKMAJIAN, Adrian, *et alii* (1995), *Linguistics. An introduction to language and communication*, 4th ed., Cambridge/London, The MIT Press.
- ANDRADE, Amália, e Maria do Céu VIANA (1996), “Fonética”, in FARIA, Isabel Hub, *et alii* (Org.), *Introdução à linguística geral e portuguesa*, Lisboa, Caminho.
- AZUAGA, Luísa (1996), “Morfologia”, in FARIA, Isabel Hub, *et alii* (Org.), *Introdução à linguística geral e portuguesa*, Lisboa, Caminho.
- CARDEIRA, Esperança (2006), *O essencial sobre a história do português*, Lisboa, Caminho (Coleção O essencial sobre língua portuguesa).
- CASTRO, Ivo (2006), *Introdução à história do português* (2.^a edição revista e muito ampliada), Lisboa, Edições Colibri.
- CHOMSKY, Noam (1978), *Aspectos da teoria da sintaxe* (trad.), Coimbra, Arménio Amado Editor.
- CUNHA, Celso, e Lindley CINTRA (1988), *Nova gramática do português contemporâneo* (5.^a ed.), Lisboa, Edições João Sá da Costa.
- DUARTE, Inês (2000), *Língua portuguesa. Instrumentos de análise*, Lisboa, Universidade Aberta.
- DUARTE, Inês, e Ana Maria BRITO (1996), “Sintaxe”, in FARIA, Isabel Hub *et alii* (Org.), *Introdução à linguística geral e portuguesa*, Lisboa, Caminho, pp. 247-302.

- FARIA, Isabel Hub, *et alii* (Org.) (1996), *Introdução à linguística geral e portuguesa*, Lisboa, Caminho.
- FERREIRA, Manuela Barros, *et alii* (1996), “Variação linguística: perspectiva dialectológica”, in FARIA, Isabel Hub, *et alii* (Org.), *Introdução à linguística geral e portuguesa*, Lisboa, Caminho, pp. 479-502.
- FONSECA, Fernanda Irene (1996), “Deixis e pragmática linguística”, in FARIA, Isabel Hub, *et alii* (Org.), *Introdução à linguística geral e portuguesa*, Lisboa, Caminho, pp.437-445.
- FROMKIN, Victoria, e Robert RODMAN (1993), *Introdução à linguagem* (trad.), Coimbra, Livraria Almedina.
- GOUVEIA, Carlos A. M. (1996), “Pragmática”, in FARIA, Isabel Hub, *et alii* (Org.), *Introdução à linguística geral e portuguesa*, Lisboa, Caminho, pp. 383-419.
- LIMA, José Pinto de (2006), *Pragmática linguística*, Lisboa, Caminho (Coleção O essencial sobre língua portuguesa).
- LOPES, Ana Cristina Macário, e Graça RIO-TORTO (2007), *Semântica*, Lisboa, Caminho (Coleção O essencial sobre língua portuguesa).
- MARTINS, Maria Raquel Delgado (1988) *Ouvir falar. Introdução à fonética do português*, Lisboa, Caminho.
- MATEUS, Maria Helena Mira (1996), “Fonologia”, in FARIA, Isabel Hub, *et alii* (Org.), *Introdução à linguística geral e portuguesa*, Lisboa, Caminho.
- MATEUS, Maria Helena Mira (2005), “A mudança da língua no tempo e no espaço”, in MATEUS, Maria Helena Mira, e Maria Fernanda Bacelar do NASCIMENTO (Org.), *A língua portuguesa em mudança*, Lisboa, Caminho, pp. 15-30.
- MATEUS, Maria Helena Mira, *et alii* (2003), *Gramática da língua portuguesa* (5.^a ed. revista e aumentada), Lisboa, Caminho.

- MATEUS, Maria Helena Mira, Isabel FALÉ, e Maria João FREITAS (2005), *Fonética e fonologia do português*, Lisboa, Universidade Aberta.
- MATEUS, Maria Helena Mira, e Alina VILLALVA (2006), *O essencial sobre linguística* (Coleção O essencial sobre língua portuguesa), Lisboa, Caminho.
- NIQUE, Christian (1978), *Iniciação metódica à Gramática Generativa* (trad.), Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- OLIVEIRA, Fátima (1996), “Semântica”, in FARIA, Isabel Hub, *et alii* (Org.), *Introdução à linguística geral e portuguesa*, Lisboa, Caminho, pp. 333-379.
- PERES, João Andrade, e Telmo MÓIA (1995), *Áreas críticas da língua portuguesa*, Lisboa, Caminho.
- PLATÃO, *Crátilo* (trad.) (2.^a ed.), Lisboa, Livraria Sá da Costa.
- RUWET, Nicolas, e Noam CHOMSKY (1979), *A Gramática Generativa* (trad.), Lisboa, Edições 70.
- SAUSSURE, Ferdinand de (1978¹⁹¹⁶), *Curso de linguística geral* (trad.), 4.^a ed., Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- SIM-SIM, Inês (1998), *Desenvolvimento da linguagem*, Lisboa, Universidade Aberta.
- TEYSSIER, Paul (1993), *História da língua portuguesa* (trad.), Lisboa, Livraria Sá da Costa.
- XAVIER, Maria Francisca, e Maria Helena Mira MATEUS (Org.) (1990-1992), *Dicionário de termos linguísticos*, vol. I e II, Lisboa, Edições Cosmos (www.ait.pt/recursos/dic_term_ling/index2.htm).